



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

AUGUSTO CÉSAR PINTO FIGUEIREDO

**A HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O lado sombrio do grande capital**

Belém, PA
2024

AUGUSTO CÉSAR PINTO FIGUEIREDO

**A HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O lado sombrio do grande capital**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito para título de Doutor.

Linha de pesquisa: Cidade, floresta e sertão: cultura, trabalho e poder.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leila Mourão Miranda.

Belém, PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

F475h Figueiredo, Augusto.
A história da prostituição em grandes projetos
hidrelétricos na Amazônia paraense : O lado sobrio do
grande capital / Augusto Figueiredo. — 2024.
293 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Leila Mourão
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2024.

1. prostituição. 2. Amazônia. 3. sexo. 4. grandes
projetos. 5. UHEs Tucuruí/ Belo Monte.. I. Título.

CDD 981.15

AUGUSTO CÉSAR PINTO FIGUEIREDO

**A HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA
AMAZÔNIA PARAENSE: O lado sombrio do grande capital**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito para título de Doutor

Aprovada em:

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Leila Mourão Miranda
Orientadora - PPHIST/UFPA

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
Examinador Interno - PPHIST/UFPA

Prof^a. Dr^a. Alexandra M^a da Silva de Oliveira
Examinadora Externa - PDSH/U. Porto

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Examinador Interno - PPHIST/UFPA

Prof. Dr. Luiz Junior Costa Saraiva
Examinador Externo - PPLSA/UFPA

Prof. Dr. Valter Luciano Gonçalves Villar
Examinador Externo - UEAM

AGRADECIMENTOS

A tradução produzida nesta pesquisa só foi possível graças ao contato intercultural estabelecido no decorrer desta trajetória. Assim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a materialização desta última diferença individual.

Ao Senhor, meu Deus, em quem tanto confio, e que é o responsável por todas as minhas vitórias.

Às mulheres das zonas de meretrício das cidades de Tucuruí, Breu Branco Altamira, Vitória do Xingu e Belo Monte, que são as verdadeiras protagonistas desta tese. Elas que, gentilmente, doaram parte do seu tempo ao narrarem suas histórias dentro dos prostíbulos nas circunvizinhanças das UHEs Tucuruí e Belo Monte, expondo seus momentos de alegria, tristeza, intimidade sexual, violência, decepções, amores e dissabores do ofício.

Para muito além das indignações sentidas por estas mulheres pela falta de políticas públicas eficazes que as protegessem em suas jornadas floresta amazônica adentro, perseguindo sonhos e alimentando expectativas de uma vida melhor para si e para seus familiares.

Minha gratidão à Universidade Federal do Pará e ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), por possibilitar que eu finalmente realizasse um sonho, que é o doutorado.

À Universidade do Porto, que me recebeu de braços abertos e contribuiu fortemente no aprofundamento dos meus estudos acadêmicos para a realização da pesquisa e da escrita desta tese.

À professora Leila Mourão Miranda, por acreditar, desde o início, nesta pesquisa; por seu orientar leve, descontraído, estimulante e democrático; por sua postura firme e decidida diante das dificuldades, a qual transmite confiança e segurança; pela agilidade e prontidão de suas respostas; e, enfim, por sua paciência. Sinto-me honrado por ter sido seu orientando.

À professora Alexandra Maria da Silva Oliveira, por me aceitar como seu coorientado, na Universidade do Porto. O tempo que passamos juntos foi de grande aprendizagem. Sou deveras grato por sua atenção e disponibilidade para fazer as orientações durante o período que estive em Portugal. Sinto-me honrado por ter sido seu aluno.

A todos os professores e professoras do Programa, em especial Magda Ricci, Mauro Cezar Coelho, José Maia Bezerra e Rafael Chambouleyron, por suas aulas

intensas e pelas instigantes discussões. Agradeço aos professores do Programa que contribuíram com valiosas críticas e sugestões na Qualificação, Agenor Sarraf e Francivaldo Nunes.

Aos colegas das turmas de doutorado 2020, pelo convívio, críticas e discussões durante a realização das disciplinas. Além do compartilhamento das experiências no percurso de produção desta tese e que muito me ajudaram.

À minha família, pela compreensão, pelo companheirismo, incentivo constante, sugestões, disponibilidade, ajudas em geral, berço de minha formação, entre outras.

À minha mãe, Sandra Maria Pinto Figueiredo, que tanto se dedicou à minha vida, aos meus estudos e à minha formação, renunciando, para tal, grande parte de sua própria vida para que eu tivesse a chance de ser um cidadão melhor para a sociedade. Um pilar e um exemplo de mulher, cidadã e profissional a ser seguida.

À minha esposa, Letícia Silva de Oliveira Figueiredo, que esteve ao meu lado nos momentos de maior angústia e medo durante a pesquisa de campo e escrita desta tese. Tudo teria sido muito mais complexo e solitário sem as contribuições que me foram dadas por você ao longo desse período de pesquisa e confecção de minha tese. Além das revisões e diálogos durante muitas madrugadas.

Ao senhor Onaldo Oliveira, um entusiasta, pelo incansável apoio à minha pesquisa ao longo desses quatro anos. Sempre um braço forte.

À CAPES, por ter oportunizado as bolsas de estudo que tanto ajudaram na manutenção de meu estágio na Europa.

É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.

(Theodore Roosevelt)

RESUMO

Desde a antiguidade até o presente, o fenômeno da prostituição tem sido foco de diversas discussões. A prostituição é frequentemente abordada pelo imaginário como uma questão de “depravação” moral. Nesta tese, a prostituição é abordada como atividade comercial geradora de renda financeira tolerada no entorno dos projetos hidrelétricos paraenses. Nossa pesquisa buscou compreender as raízes da prostituição no contexto dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense, observando a construção histórico-social da prostituição como fator de degeneração moral. Assim, para melhor entender essa e outras questões, investiu-se na compreensão da natureza desse fenômeno e em sua interação com os grandes projetos. Desta forma, realizou-se pesquisa bibliográfica, na perspectiva de elaborar uma apresentação dos grandes projetos e da prostituição para entender a atuação das profissionais no mercado do sexo no entorno das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, ambas localizadas no estado do Pará-Brasil nos municípios de Altamira e Tucuruí, respectivamente. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinquenta mulheres que exerceram/exercem a prostituição nos últimos 40 anos, considerando que a UHE Tucuruí foi construída nas décadas de 80 e 90 do século XX, e a UHE Belo Monte nas duas primeiras décadas do século XXI. As fontes utilizadas foram os documentos oficiais das construções das UHEs, os jornais e outros periódicos, as normatizações legais em nível federal, estadual e municipal e os depoimentos orais coletados em trabalho de campo. Na pesquisa, foi adotada a metodologia e os instrumentais de história oral propostos por Carlos Fico (2012), Verena Alberti (2015) e Marieta Ferreira (2018). Entre as principais constatações dos estudos e da pesquisa foi o fortalecimento do comércio do sexo no mundo ocidental e em nível local, mesmo em meio a restrições morais e religiosas ditadas pela tradição judaico-cristã. Os dados da investigação indicam as contradições existentes nas políticas públicas, assim como as restrições que sofrem as profissionais do sexo, que arcam com exclusões tanto implícitas quanto explícitas em nossa sociedade, pois essas mulheres sempre são responsabilizadas pelos seus próprios dramas sociais econômicos e psicológicos. Cabe ressaltar que a maioria das entrevistadas sempre indicaram que o exercício da prostituição foi adotado ante a expectativa de obtenção de renda substancial preconizada por todos que divulgavam a ideia das UHEs como um instrumento de desenvolvimento fundamentado na ideia de progresso financeiro para todos.

Palavras-chave: prostituição; Amazônia; sexo; grandes projetos; UHEs Tucuruí/ Belo Monte.

ABSTRACT

From antiquity to the present, the phenomenon of prostitution has been the focus of several discussions. Prostitution is often seen as a matter of moral depravity, a view current in the popular imagination. In this thesis, prostitution is approached as an activity that generates financial income, such as trade, tolerated in the surroundings of the Pará hydroelectric projects. Our research sought to understand the roots of prostitution in the context of large hydroelectric projects in the Amazon, paying attention to its historical-social construction as a factor of moral degeneration. Thus, to better understand this and other issues, efforts were made to understand the nature of this phenomenon and its interaction with large projects. In this way, bibliographical research was carried out in the perspective of elaborating a presentation of the great projects and the prostitution to understand the performance of the professionals in the sex market in the surroundings of the Tucuruí and Belo Monte Hydroelectric Power Plants, both located in the state of Pará-Brazil in the municipalities of Altamira and Tucuruí respectively. Semi-structured interviews were carried out, with fifty women who exercised/exercise prostitution in the last 40 years, considering that the Tucuruí HPP was built in the 80s and 90s of the 20th century, and the Belo Monte HPP in the first two decades of the 21st century. The sources used were the official documents of the construction of the HPPs, newspapers and other periodicals, the legal norms at the federal, state, and municipal level and the oral testimonies collected in field work. The methodology and instruments of oral history proposed by Carlos Fico (2012), Verena Alberti (2015) and Marieta Ferreira (2018) were adopted in the research. Among the main findings of the studies and research was the strengthening of the sex trade in the Western world and at the local level, even during moral and religious restrictions dictated by the Judeo-Christian tradition. The research data indicated the existing contradictions in public policies, as well as the restrictions suffered by sex workers who face both implicit and explicit exclusions in our society, these women are always responsible for their own social, economic, and psychological dramas. It should be noted that most of the interviewees always indicated that the practice of prostitution was adopted in view of the expectation of obtaining a substantial income advocated by everyone who publicized the idea of HPPs as a development instrument based on the idea of financial progress for everyone.

Keywords: prostitution; Amazon; sex; big projects; Tucuruí/ Belo Monte HPPs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Mapa da UHE Belo Monte.....	19
Imagem 1-	Propaganda circular nacional sobre o projeto Fordlândia.....	98
Imagem 2-	Amazônia como fonte de renda para o Brasil.....	101
Imagem 3-	Amazônia vista como inferno verde.....	103
Figura 2-	UHE Belo Monte no Rio Xingu, a terceira maior UHE do mundo.....	125
Quadro 1-	A História da UHE Belo Monte – Cronologia. Dados fornecidos pela Norte Energia S.A.	126
Figura 3-	Locais com maiores concentrações de prostíbulos - UHE Belo Monte, 2011 a 2019.....	128
Figura 4-	Jornal tira dúvidas sobre valor convertido de Cruzeiro para Real.....	207

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-	Lamparina ilumina a casa de Estevo Benedito Gonsalves, 32, que fica à beira do lago Tucuruí.....	105
Fotografia 2-	Cidade de Tucuruí, vista aérea.....	107
Fotografia 3-	Buraco da jia, centro da cidade de Tucuruí-Pa.....	113
Fotografia 4-	Rua Assis de Vasconcelos - "Escorre Água".....	114
Fotografia 5-	Bar da Fátima, década de 1980.....	116
Fotografia 6-	Escorre água entre o religioso e o profano.....	117
Fotografia 7-	KM 04.....	118
Fotografia 8-	Prostibar Tucuruí, 1980, homens bebendo e exibindo armas de fogo.....	119
Fotografia 9-	Cidade de Altamira, visão aérea em 2016.....	120
Fotografia 10-	Vista parcial da cidade de Altamira-Pa em 1955.....	122
Fotografia 11-	Boate Nefertiti, Altamira-Pa.....	129
Fotografia 12-	Prostibar localizado na região central de Altamira.....	130
Fotografia 13-	Boate Pimentinha, Altamira-Pa.....	130
Fotografia 14-	Prostíbulo onde garotas foram libertas por operação policial próximo ao canteiro de obras da UHE Belo Monte.....	131
Fotografia 15-	Típico quarto de prostíbulo nas proximidades da UHE Belo Monte.	197
Fotografia 16-	Quarto de prostíbulo nas proximidades da UHE Belo Monte.	197
Fotografia 17-	Quarto da Boate Xingu.....	198
Fotografia 18-	Cardápio de prostitutas.....	206
Fotografia 19-	Idade como fator primordial no mercado do sexo.....	214
Fotografia 20-	A tabela de preços do corpo feminino objetificado e mercantilizado. Mulher no patriarcado: objeto desde sempre, mercadoria na prostituição.....	216
Fotografia 21-	Calçada onde as prostitutas podiam acompanhar as missas em Tucuruí décadas de 1970 e 1980.....	230

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEME	Associação Brasileira das Empresas do Mercado Erótico e Sensual
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBDB	Comitê Brasileiro de Barragens
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes
COMARA	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
COVID	Corona Vírus Disease (doença do coronavírus)
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FPCEUP	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
GP	Garota de programa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MME	Ministério de Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações Não Governamentais
PA	Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPHIST	Programa de Pós-Graduação em História

RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CAPÍTULO 1 – DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA E LITERATURA SOBRE A PROSTITUIÇÃO.....	33
1.1	Apontamentos sobre a prostituição feminina.....	33
1.2	De Hortência à Janalice: Faces da prostituição na literatura brasileira de expressão Amazônica.....	55
1.3	Referências teóricas e metodológicas.....	64
1.4	Percurso metodológico da pesquisa.....	75
2	CAPÍTULO 2 – A PROSTITUIÇÃO E SEUS INTREVELOS: SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS NAS UHE BELO MONTE E TUCURUÍ.....	81
2.1	Preconceito, Exclusão e Violência: a prostituição feminina no contexto Amazônico.....	81
2.2	Da exploração colonial portuguesa aos grandes projetos: a derrocada do inferno verde.....	92
2.3	A prostituição na UHE Tucuruí.....	106
2.4	A prostituição na UHE Belo Monte.....	120
3	CAPÍTULO 3 – A PROSTITUIÇÃO FEMININA, TRAJETÓRIA, TRABALHO E DIREITOS: O LADO SOMBRIO DO GRANDE CAPITAL.....	132
3.1	Proibir ou regulamentar a prostituição no Brasil?.....	132
3.2	As políticas de coerção e tolerância da prostituição na história.....	146
3.3	Prostituição feminina e autonomia sobre os seus corpos comercializados.....	162
3.4	A prostituição no Século XXI: o trabalho das profissionais do sexo no mundo digital.....	172
4	CAPÍTULO 4 – A PROSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO MONETÁRIA: RELATOS DE VIDA.....	187
4.1	O Preço do sexo: na Amazônia paraense.....	187
4.2	O Valor do sexo na Amazônia paraense: quanto é o completão?.....	206
4.3	Diamante: relatos da prostituição na UHE Tucuruí.....	224
4.4	Rubi: Relatos da prostituição na UHE Belo Monte.....	232
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	249
	REFERÊNCIAS.....	260
	APÊNDICES.....	280

APÊNDICE A – Roteiro para entrevistas com as profissionais do sexo.....	281
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	282
ANEXOS.....	284
ANEXO A- I- Dados do Projeto.....	285
ANEXO B- II- Dados do colaborador.....	286
ANEXO C- III- Dados dos contatos e da entrevista.....	287
ANEXO D- Dados do andamento das etapas e de preparo do documento final.....	288
ANEXO E-V- Modelo de acompanhamento.....	289
ANEXO F- VI- Envio de correspondência.....	290
ANEXO G- Imagem 01 e imagem 02.....	291
ANEXO H- Imagem 04.....	292
ANEXO I- Imagem 05 e imagem 06.....	293
ANEXO J- Imagem 07 e imagem 08.....	294

1 INTRODUÇÃO

*Vilipendiada, esmagada.
Possuída e enxovalhada,
ela é a muralha que há milênios detém
as urgências brutais do homem para que
na sociedade possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.*

(Mulher da Vida, Cora Coralina)

A prostituição é frequentemente abordada pelo imaginário como uma questão de “depravação”¹ moral ou uma vida de “devassidão”². Nesta tese, a prostituição foi abordada como atividade comercial geradora de renda financeira tolerada no entorno dos grandes projetos hidrelétricos, minerais e florestais de exploração econômica na Amazônia.

Escolhemos o entorno dos projetos Hidrelétricos de Tucuruí e Belo Monte para a realização dessa pesquisa sobre prostituição. Tal pesquisa buscou investigar e analisar a prostituição realizada no contexto político, social, econômico de desenvolvimento dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense.

O trabalho ora apresentado articula-se como uma pesquisa de História oral ancorada ao Tempo Presente, tendo como recorte temporal escolhido os eventos que ocorreram nos últimos 40 anos, considerando que a UHE Tucuruí foi construída nas décadas de 80 e 90 do século XX, e a UHE Belo Monte nas duas primeiras décadas do século XXI.

O presente trabalho tem o intuito de compreender e traçar um perfil da dinâmica da prostituição em dois grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense na segunda metade do século XX. Dessa forma, realizou-se pesquisa bibliográfica na perspectiva de elaborar uma apresentação dos grandes projetos e da prostituição para entender a atuação das profissionais no mercado do sexo no entorno das Usinas

¹Violação ao pudor; indecência. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>

² O dicionário Aulete (1974, p. 2969) define prostituta como: “mulher pública, meretriz”, por prostituição, “vida de devassidão, de impudícia, ação de vergonhosa condescendência, de vergonhoso servilismo”; e por prostituir, “entregar à vida de devassidão, tornar devasso, corromper, desmoralizar, aviltar-se, desonrar-se, descer no nível moral, rebaixar-se”. Houaiss (2010, p. 635) traz a seguinte definição para prostituta: “mulher que ganha dinheiro para manter relações sexuais, meretriz”, e prostituir como “entregar-se ou manter relações sexuais em troca de dinheiro; rebaixar(-se) moralmente; degradar(-se); corromper(-se)”.

Hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, ambas localizadas no estado do Pará-Brasil nos municípios de Altamira e Tucuruí, respectivamente.

A prostituição historicamente tem sido um considerável componente dos processos socioeconômicos nas sociedades de orientação patriarcal capitalistas e se gestam tanto na realização de projetos de desenvolvimento na região amazônica quanto em outros países, produzindo a emergência de situações, as quais depara com temas diversos, que tornam explícitas as múltiplas e diferentes formas de trabalho sexual que nelas se conformam.

O argumento que me empenharei em defender é de que, em maneira geral, sua presença é considerada “natural” ou “Mal”³ necessário e imprescindível para a reprodução e circulação monetária e de entretenimento, em âmbito do mercado de trabalho, ainda que sob o prisma de preconceitos e discriminações. Assim sendo, de modo geral, a prostituição e seus praticantes não recebem atenção adequada de políticas públicas específicas.

Sousa e Oliveira (2008, p.1) afirmam que “a prostituição é uma prática social multifacetada, composta por fatores econômicos, culturais e pessoais que acabam por inviabilizar a construção de um modelo explicativo homogêneo, rígido e estático sobre ela” (Sousa; Oliveira 2008, p.1). Tais fatores justificam o fato de a prostituição ter se estabelecido até os dias atuais.

A partir da pesquisa de campo, estabeleci uma discussão com os estudos sobre prostituição, nos quais ela é compreendida como um segmento do mercado do sexo. Assim, é tida como parte integrante, ou deveria na prática ser, do comércio contemporâneo de prestação de serviços como qualquer outro (Tedesco, 2015; Piscitelli, 2013; Olivar, 2013; Pasini, 2005).

A abordagem que utilizo em minha tese é aquela que analisa a prestação de serviços de natureza sexual pelo prisma laboral. Entendo que a prostituição é um trabalho como qualquer outro, só que assim como outros trabalhos, possui o seu grau

³ Silva (2018) destaca que a permanência e a importância atribuídas à prostituição ao longo da história apontam para um discurso que a considera como um *mal necessário*, vista de forma degradante e marginalizada, motivo pelo qual essas mulheres vêm sendo ignoradas, vitimizadas e subjugadas durante séculos pela religião, pela mídia, pelos movimentos sociais, pela sociedade da qual também fazem parte e que designam direta ou indiretamente os ambientes nos quais podem circular. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. In: **Divers@**, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

de insalubridade (Kempadoo; Doezema, 1998; Juliano, 2005; Pasini, 2005; Kempadoo, 2005; Ribeiro, 2008). Mas apesar de olhar sob essa prisma, não sou pró-regulamentação, e acredito que regulamentar, no momento histórico em que vivemos, ainda não seja a melhor opção.

A temática da prostituição despertou-me o interesse ainda quando pré-adolescente. Passei minha infância e uma parcela significativa da minha adolescência vivendo no bairro da Cremação, periferia da cidade de Belém-PA. Várias mulheres que ali viviam, próximo à minha casa, eram profissionais do sexo, por isso havia um constante fluxo de veículos automotivos que entravam e saíam da viela em que eu morava, levando e deixando aquelas mulheres quase que diariamente.

Por vezes, testemunhei o comércio sexual acontecendo dentro dos veículos nas ruas transversais mais soturnas de minha antiga vizinhança. Era comum que alguns atendimentos fossem feitos por ali mesmo. Se era por falta de lugar adequado, por fetiche, por falta de tempo de procurar um motel ou para baratear os custos do programa, naquele momento, não se sabia o motivo de aqueles atendimentos ocorrerem tão próximos aos olhares de uma vizinhança tão conhecida daquelas mulheres: a sua própria.

Sempre ao lado de outros garotos da vizinhança, lembro-me que brincávamos pelas calçadas das ruas, e alternávamos brincadeiras com as escutas que fazíamos das conversas de fim de tarde e início da noite entre as mulheres nas portas dos casebres, sem que elas se importassem com nossa presença.

Durante essas escutas, as mulheres relatavam as mais diversas situações que ocorriam durante os atendimentos que realizavam aos seus clientes, falavam quanto ganhavam por cada serviço prestado, quem eram os clientes (características físicas, profissões, locais de trabalho, estado civil e preferências sexuais) que elas chamavam de “patrões”⁴, qual frequência esses clientes as procuravam, o tipo de atendimento e fantasias de cada um, além de, é claro, das violências sofridas por elas durante alguns atendimentos sexuais.

Para além disso, ao longo de vinte e nove anos atuando como docente nos múltiplos níveis educacionais, venho observando as constantes e significativas transformações no contexto educacional e comportamental no lidar com discentes de ambos os sexos e suas demandas cada vez mais latentes.

Em virtude dessas transformações, procurei compreender esses jovens a cada

⁴ Gíria regional para denominar os clientes que contratam prostitutas para prestação de serviços sexuais.

mudança de comportamento e, de certo modo, atento com as problemáticas que porventura afetavam diretamente o processo ensino/aprendizagem de meus estudantes. Por conseguinte, tive a oportunidade de ouvir diversas narrativas orais de inúmeros discentes cujo labor era a prestação de serviços sexuais.

Experienciei incontáveis narrativas com uma abundância de informações sobre questões particulares e inimagináveis até então para mim. A situação se apresentava para mim como um mundo paralelo que entrei em contato pelos relatos únicos, individuais e íntimos de cada discente.

Tais relatos eram feitos para justificar momentos em que precisavam se ausentar de minhas aulas, alegando que tais faltas ocorriam por conta dos atendimentos a clientes para serviços sexuais, que muitas vezes ocorriam durante o período das aulas. As jovens estudantes ausentavam-se de sala por 45 minutos e/ou até uma hora.

Ao deixar a cidade de Belém-PA para trabalhar na cidade de Abaetetuba-Pa, a realidade da prostituição naquele município saltou-me aos olhos. Fui professor do Instituto Federal do Pará entre os anos de 2014 e 2015. A prostituição em Abaetetuba e no município de Barcarena era intensa por conta da presença do movimento de pessoas nos complexos industriais da Hydro (Alunorte e Albrás) e do porto de Vila do Conde.

O porto de Vila do Conde é responsável pelo escoamento da alumina e alumínio produzido nas indústrias da Hydro, e é exportado, principalmente, para os países asiáticos. Navios trazendo tripulantes estrangeiros do mundo inteiro atracam naquele porto. Prostíbulo surgiram e surgem no entorno do porto e mulheres que praticam a prostituição são atraídas ao local pelo intenso fluxo de trabalhadores locais e de outros países.

Visitei alguns Prostíbulos em Vila do Conde na companhia de três amigos alemães que não falavam a língua portuguesa, e tive a chance de experimentar parte da dinâmica do comércio da prestação de serviços sexuais em um prostíbulo naquela localidade. Algumas prostitutas usavam a língua inglesa, mesmo que rudimentarmente, para se comunicar com os estrangeiros e tentar fechar um programa.

Assim que nos sentamos nesse prostíbulo, algumas mulheres se aproximaram e pediram para se sentarem conosco e começaram a interagir com os meus amigos utilizando um pouco de inglês, espanhol e alemão. Naquele momento, eu optei por

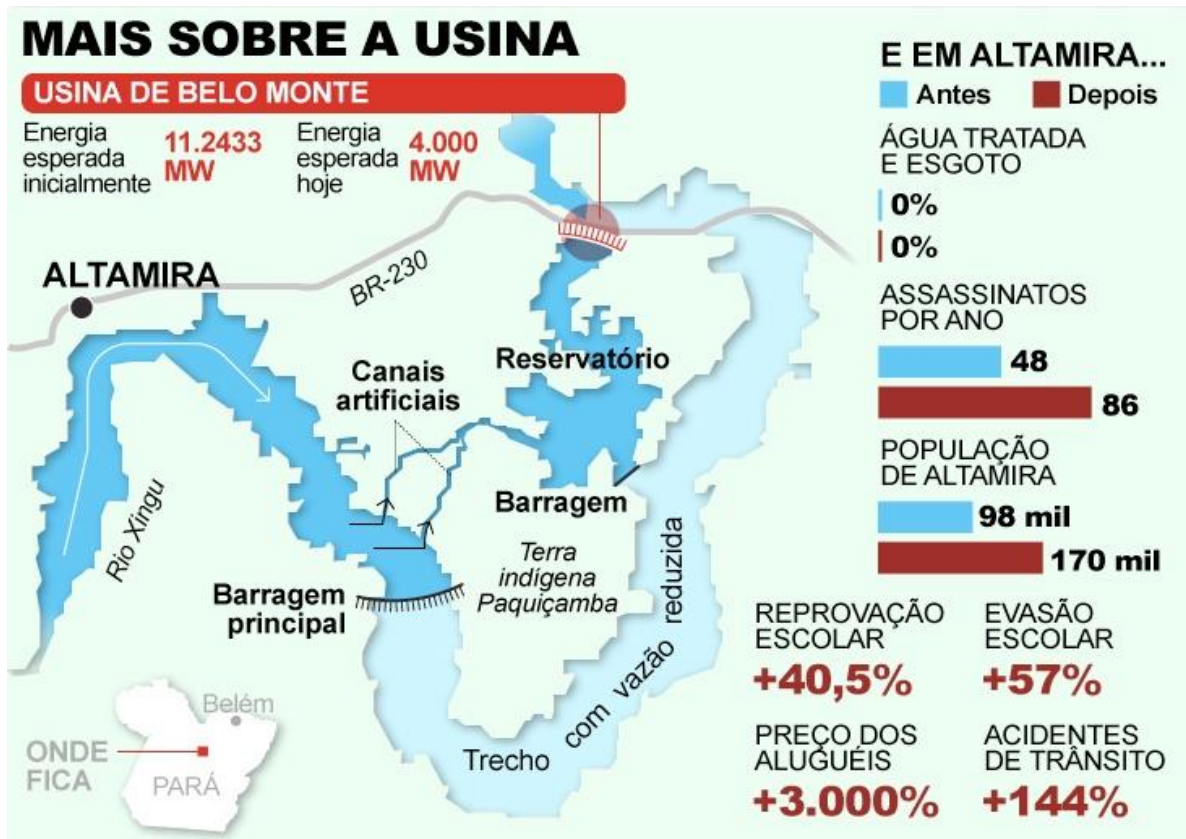
usar apenas a língua inglesa para me comunicar com as prostitutas que ali estavam, para observar como ocorreria aquela negociação entre eles. Foi interessante averiguar como todos conseguiram manter, mesmo que rudimentarmente, um diálogo.

Em 2015, fui aprovado no concurso público da UFPA, Campus Altamira. Eu já havia ministrado disciplinas naquela cidade nos anos de 2013 e 2014. Vivenciei a explosão populacional que o canteiro de obras de UHE Belo Monte trouxe para todas as cidades que estavam em seu entorno.

Havia um descontrole generalizado na cidade de Altamira no que tange a habitação, saúde pública e em especial a segurança pública. O município de Altamira foi classificado como o município brasileiro mais violento do Brasil no Atlas da Violência⁵, publicado em 5 de junho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁵ O Atlas da Violência é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/59/violencia-sexual>

Figura 1- Mapa da UHE Belo Monte



Fonte: Projeto Colabora 2015.

O mapa produzido pelo Projeto Colabora demonstra o **supercrescimento populacional trazido pelas obras da UHE Belo Monte**, Altamira se tornou uma cidade ainda mais violenta para as **mulheres**. O mesmo estudo do Ipea que apontou Altamira com a cidade mais violenta do Brasil, também apontou que o **homicídio de mulheres cresceu 64% entre 2005 e 2015**. A insegurança estava até no simples caminhar pelas ruas de Altamira: mulheres eram abordadas nas ruas ao saírem para realizar tarefas corriqueiras do dia a dia, como ir ao supermercado ou à feira.

Outra consequência da chegada de cerca de 40 mil homens nos canteiros de obra de UHE Belo Monte, de acordo com dados da Norte Energia, foi o crescimento populacional acelerado. O número de bordéis também se multiplicou tanto na cidade de Altamira quanto às margens da rodovia BR 230 (a Transamazônica) entre os municípios de Altamira e Belo Monte, se estendendo até áreas próximas ao rio Xingu.

Os mais diversos locais foram transformados em bordéis. Pequenos espaços eram improvisados, muitas vezes, pelas próprias mulheres para atender seus clientes. Espaços insalubres, pequenos, sem conforto, obras abandonadas e até os carros dos

clientes eram transformados em ponto de atendimento. Privacidade era um ponto que costumava incomodar um pouco, mas não ao ponto de abandonar o serviço que era proposto a elas.

Mulheres das mais diversas localidades foram atraídas pela possibilidade de ganhos financeiros que a UHE Belo Monte trouxe para a região do Xingu. A maioria esmagadora dessas mulheres era oriunda do norte e do nordeste brasileiro, porém, não era incomum encontrarmos mulheres do sul e sudeste do Brasil, sendo que desse último grupo de mulheres, as sulistas eram as mais cobiçadas de acordo com o levantamento de dados da minha pesquisa de campo.

O resultado da pesquisa demonstrou que por carregarem características físicas bem diferenciadas das mulheres da região norte, tais como pele branca, olhos claros e cabelos loiros, os ganhos delas também eram diferenciados. Tais características físicas influenciavam diretamente no valor mais alto cobrado pelos programas⁶ oferecidos por essas profissionais do sexo. Além disso, o valor também seria cobrado de acordo com o tipo de serviço sexual que a prostituta⁷ iria proporcionar ao seu cliente.

Fomos guiados pelas seguintes perguntas: mas afinal, o que é prostituição? Quais os fatores que levam as mulheres não só a ingressarem, mas a permanecerem na prostituição? Quais as similaridades e/ou diferenciação entre sexualidade e prostituição? Qual é o papel do grande capital nas ondas migratórias de prostitutas para grandes projetos hidrelétricos na Amazônia? Quanto custa e quem paga pelo sexo na Amazônia paraense?

Essas e outras questões suscitadas no decorrer desta tese é um convite que fazemos ao leitor, no sentido de conhecer a respeito da prostituição e algumas peculiaridades existentes no coração da Amazônia. Para melhor traçar os caminhos percorridos durante a escrita desta tese, e os resultados alcançados na pesquisa bibliográfica, assim como na pesquisa de campo, detalhei a ordem dos capítulos deste trabalho da forma que será descrita em seguida.

No primeiro capítulo, abordaram-se os argumentos que foram utilizados para atribuição de depravação moral à prostituição, em perspectiva histórica, relacionando-

⁶ O programa é a atividade da prostituta e sua execução requer acordos prévios sobre as práticas sexuais a serem feitas, o preço e o tempo disponível (Freitas, 1985).

⁷ Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/prostituicao/>. Uma meretriz (plural: meretrices) era na Roma antiga uma prostituta registrada, a palavra portuguesa meretriz tem sua origem na palavra meretrix, e o mesmo significado. Prostitutas não registradas caíam na categoria geral prostibulae. Para esta tese, a palavra meretriz será utilizada como sinônimo de prostituta.

a à coisificação da mulher, como destituída de componentes cerebrais similares aos componentes cerebrais dos homens e a sua sujeição jurídica como "sexus imbecilis", equivalentes às crianças e aos doentes mentais, sendo destituída de dignidade humana.

Destituídas da sua dignidade humana, essas mulheres foram incorporadas como propriedade/objeto do homem. E o seu trabalho em atividades como lavadeira, operária e prostituta sempre foi para sobreviver, ou para gerar lucros aos seus donos ou controladores. A adoção da família monogâmica, em termos jurídicos, morais e sociais, atribuiu aos homens qualificações sexuais distintas, talvez superdimensionadas pela medicina antiga.

Em um segundo momento, o primeiro capítulo traz um diálogo com a historiografia e literatura sobre a prostituição. Buscamos nos trabalhos acadêmicos mais recentes e mais relevantes, dialogar com os autores sobre os conceitos de prostituição. Abaixo, citamos os autores que têm trabalhos acadêmicos e pesquisas relevantes dentro da temática da prostituição e sexualidade humana, e que fizeram parte das cinco principais obras que fundamentaram esta tese.

Os autores e trabalhos são os seguintes: Nickie Roberts, com o seu trabalho intitulado "As Prostitutas na História" (1998); Margareth Rago com o seu trabalho intitulado "Os prazeres da noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930) (1991)"; Michael Foucault, com os trabalhos "História da sexualidade, Microfísica do poder e Vigiar e punir" (1988; 1984; 1987)"; Alexandra Oliveira, com o seu trabalho intitulado "Andar na vida: Prostituição de rua e reação social" (2011); Luís Saraiva, como seu trabalho intitulado "O renascer de Vênus. Prostituição, trabalho e saúde em tempos de sida" (2013).

Em seguida, e ainda no capítulo 01, fizemos um breve panorama acerca da prostituição, representado na Literatura Paraense de Expressão Amazônica. Em seus limites, ele nos ajuda a visualizar essa temática ilustrada nas páginas de escritores que historiaram essa questão presente no norte brasileiro com os resultados de suas pesquisas.

Uns se assentaram na ideia de registrar o cotidiano, a trajetória de diferentes meninas/ mulheres que foram incursionadas à prostituição. Outros, como se verá, fizeram de seus escritos um manifesto para denunciar a subjugação do ser feminino abusadas e exploradas sexualmente. Migrantes, viúvas, órfãs, mulheres e tantas outras que, diante dos infortúnios da vida, adentram a prostituição e, quase sempre,

enredam-nas nesse mundo que as inferiorizam, arrancando-lhes suas vidas e seus sonhos.

Logo em seguida ao breve panorama da prostituição representado na Literatura Paraense de Expressão Amazônica, abordamos os aspectos metodológicos da pesquisa. Fizemos um diálogo com autores como Meihy e Holanda (2010) e Alberti (2010), que nos guiaram teórica e metodologicamente durante a pesquisa bibliográfica e de campo, trazendo conceitos e técnicas de como empregar a História oral temática corretamente para a pesquisa de campo e sobre como fazer o recolhimento, o tratamento, a discussão e a armazenagem adequada dos dados.

As fontes escritas utilizadas foram os documentos oficiais das construções das UHEs, os jornais e outros periódicos, as normatizações legais em nível federal, estadual e municipal e os depoimentos orais coletados e transcritos em trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com cinquenta mulheres que exerceram/exercem a prostituição nos últimos 40 anos, considerando que a UHE Tucuruí foi construída nas décadas de 80 e 90 do século XX, e a UHE Belo Monte nas duas primeiras décadas do século XXI.

As entrevistas foram transcritas utilizando o processador de texto da *Microsoft Word 2016*, versão 16.70. As transcrições, logo após terem sido realizadas pelo software word, foram armazenadas em servidor em nuvem da *Microsoft OneDrive* para futuras pesquisas sobre a temática da prostituição em grandes projetos da Amazônia.

Logo após a coleta e transcrição das entrevistas e pesquisas nos *sites* especializados que oferecem serviços sexuais terem sido finalizadas, os dados foram tabulados utilizando o *Microsoft Excel* versão 2016. Os dados foram divididos e organizados por município - Altamira e Tucuruí- em categorias de análise. Essas categorias são: Características físicas, idade, nível de escolaridade, modalidade de programa sexual oferecido, local de origem, valor médio do programa sexual, estado civil e quantidade de filhos.

Esta categorização foi útil tanto para a confecção de tabelas que serviram de base para a análise e discussão no capítulo 04, quanto para os diversos trechos de diálogos que foram selecionados para dar voz a estas mulheres, que decidiram participar, voluntariamente, da nossa pesquisa de campo. Selecionamos duas mulheres: uma que vivenciou a prostituição na UHE Tucuruí e uma da UHE Belo Monte, para dialogar conosco ao longo da tese. Tais mulheres receberam codinomes

de pedras preciosas para resguardar as suas identidades verdadeiras.

Por fim, ainda no capítulo 01, detalhamos os desafios e as mais variadas situações que tivemos que enfrentar durante o tempo que estivemos em contato direto nas zonas de prostituição durante o recolhimento de dados em campo. Medos, falta de fontes confiáveis que haviam realmente vivenciado a prostituição nos projetos hidrelétricos de Tucuruí e Belo Monte, violência que sofremos, como tentativas de roubo e agressões físicas, são alguns exemplos. Tais relatos servirão como orientação aos futuros pesquisadores que queiram adentrar e pesquisar a temática da prostituição

Houve dificuldades para conseguir as entrevistas das profissionais do sexo, que muitas vezes se negavam a falar com um pesquisador que não podia pagar pelos seus serviços. Talvez por traumas e experiências pouco positivas e sem retornos significativos, as prostitutas apresentaram muitas restrições e desconfianças. Muitas delas pediram somas em dinheiro em troca de suas entrevistas. Expliquei às que solicitaram recompensa financeira que, por questões éticas presentes na resolução 510/2015 do CNS/CONE⁸, não se poderia fazer qualquer pagamento por suas entrevistas.

Fui muitas vezes hostilizado pelas prostitutas, donas/os de cabarés e rufiões que diziam que eu não poderia conversar com ninguém sem pagar por isso e a solicitação deles foram negadas, já que as entrevistas precisavam ser feitas de forma voluntária. Tive de enfrentar as dificuldades de pesquisar em locais insalubres no auge da pandemia de *Covid-19* por conta dos curtos prazos que temos para o desenvolvimento de uma tese. Nesse período, fui infectado duas vezes pelo vírus da *Covid-19*.

Foi feita uma descrição do local de pesquisa, das dificuldades enfrentadas ao longo da exploração do campo de pesquisa. Detalho também as questões que colocaram minha integridade física sob ameaça durante a minha incursão nas zonas da 'luz vermelha' da prostituição, que foi realizada e descrita no capítulo 01 dessa tese.

Nesse mesmo capítulo, demonstro os intemperes que vivemos durante o período da pandemia de *Covid-19*. Período complexo entre os anos de 2020 e 2021,

⁸ De acordo a resolução número 510/2015 do CNS/CONEP: Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

em que as casas de prostituições foram fechadas. Durante esse tempo, mulheres ficaram fazendo atendimento sexual em domicílio e/ou em poucos motéis que se aventuravam a abrir as portas. As entrevistas foram realizadas via aplicativo de mensagem instantânea como *Whatsapp* e *Telegram*.

Descrevi também minha ida em busca de estudos complementares sobre sexualidade humana na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em Portugal, sob a orientação da doutora Alexandra Oliveira, com o apoio da Capes no programa de doutoramento sanduíche durante seis meses. Outros seis meses de estudos a mais foram financiados por conta própria, nos anos de 2021 e 2022.

Os estudos realizados nos FPCEUP somaram qualitativamente para a minha formação acadêmica, fechando lacunas que existiam em minha formação e agregando meus estudos com uma oportunidade de observar a dinâmica de prostituição em um outro país. Tive a oportunidade de entrar em contato com pesquisadores europeus e grupos de pesquisa que trabalham com a questão da sexualidade humana.

Para além disso, tive a grata oportunidade de entrar em contato com uma das maiores autoridades na temática da prostituição em Portugal, doutora Alexandra Oliveira, autora de livros e artigos que detalham, com muita competência, a questão da prostituição em Portugal. Doutora Alexandra Oliveira dedica a sua vida à pesquisa da prostituição em seu país natal (Portugal) e na Europa.

Decidi pesquisar mulheres maiores de idade que praticam a prostituição, e que têm a prostituição como fonte de renda primária ou secundária. Não será discutida a questão de exploração sexual de menores, tráfico humano para fins de prostituição ou sequestro de mulheres para a escravidão sexual na Amazônia, uma vez que a pesquisa acabaria tomando proporções que fogem à temática que escolhi adotar em minha tese.

Todas as entrevistadas são maiores de idade de acordo com as leis brasileiras (18 anos de idade); entretanto, as entrevistadas relataram em suas narrativas não somente ações que ocorreram em seus “pretéritos mais que perfeitos”, quando crianças e adolescentes, como abusos e violência doméstica, *bullying* e assédios sexuais sofridos e outras experiências.

Relataram também o “pretérito perfeito” delas, o que me ajudou a entender melhor e a revelar-me os caminhos tortuosos que as levaram até as portas dos prostíbulos, becos escuros, motéis de luxo e até mesmo a migrarem de grandes

centros urbanos brasileiros para o meio da floresta amazônica.

Muitas mulheres, dentre as 50 entrevistadas, alegaram não se sentirem à vontade para serem gravadas, e se negaram a gravar suas falas em áudio e vídeo. Tive de recorrer ao modelo de bloco de notas ou caderno de pesquisa de campo, deixando-as mais à vontade para falar sobre suas experiências. Dessa forma, consegui registrar as informações que considerei mais relevantes para a confecção de minha tese.

Utilizei sites especializados para encontrar pelo menos 1/3 de todas as mulheres que entrevistei. Entretanto, tive de ir à cidade de Tucuruí para fazer o levantamento de dados nos prostíbulos daquela cidade. O maior desafio foi encontrar mulheres que trabalharam na década de 1970 e 1980 no mercado da prestação de serviços sexuais do canteiro de obras da UHE Tucuruí.

Visitei alguns prostíbulos e entrei em contato com seus administradores, perquirindo sobre possíveis mulheres que poderiam ter trabalhado como prostitutas nas décadas de 1970 e 1980. Por meio desses contatos, fui direcionado a quatro endereços, sendo três na zona urbana da cidade de Tucuruí e um na zona rural da cidade. Ao chegar nos endereços, fiz o primeiro contato com aquelas mulheres já com idade avançada.

Fui convidado a entrar em suas casas logo depois que me identifiquei como pesquisador. Apresentei a temática da minha pesquisa a elas, assim como os termos de livre consentimento. Inicialmente, elas se recusaram a assinar sem a presença de um familiar. Não me foi permitido fazer gravações em áudio ou vídeo. Utilizei apenas o material impresso para tomar nota das respostas e relatos orais das entrevistadas.

Já o levantamento de dados na cidade de Altamira foi menos desafiador do que em Tucuruí, por alguns motivos muito particulares. O primeiro é que eu já conhecia bem os prostíbulos, pois minha dissertação de mestrado foi realizada naquela cidade com a mesma temática; o segundo é que durante o período de pesquisa, a UHE Belo Monte ainda estava em construção, o que garantia ainda uma maior movimentação na cidade.

Ainda aponto como terceiro motivo o fato de já ter uma pesquisa de mestrado bem consolidada, com material catalogado e arquivado, pronto para dialogar nesta tese. Estive em Altamira apenas duas vezes durante os meus quatro anos de escrita da tese, para a coleta de material complementar e inédito no ano de 2022.

No segundo capítulo, intitulado “A prostituição e seus intrelvos: sociais, econômicos e culturais nas UHEs Belo Monte e Tucuruí”, iniciamos a escrita do

capítulo discutindo o preconceito, a exclusão e a violência contra as prostitutas no contexto histórico Amazônico e dos grandes projetos desenvolvimentistas para esta região, e o papel da mulher como mera mão de obra secundária - muitas vezes sexual ou para atividades de menor prestígio – se comparados às atividades exercitadas por homens, como coordenadores de projetos, supervisores dos canteiros de obras, chefes de equipe e de setor.

Apesar de não trabalharmos a questão da exploração sexual de menores e tráfico humano para fins de trabalho sexual escravo na região conhecida como Amazônia legal brasileira – composta pelos estados do Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos Estados de Maranhão, Tocantins e Mato Grosso –, neste trabalho, não podíamos deixar de alertar para estes crimes que ocorrem na região amazônica e que acabam por relegar centenas de mulheres à prostituição institucionalizada.

Mulheres que vivem em garimpos se prostituindo, mulheres conhecidas como “barrageiras”, que migram juntamente com os homens que trabalham nas muitas barragens que são construídas nos rios amazônicos, e mulheres que acompanham os fluxos migratórios em grandes projetos de abertura de estradas, aeroportos por órgão civis e militares como a Comara⁹ também foram relatadas.

Abordamos a dimensão da prostituição feminina no cenário dos projetos hidrelétricos. De acordo com o relatório do Ministério Público Estadual, existia na década de 1970, uma população de cerca de 63 mil habitantes na cidade de Tucuruí, em que aproximadamente 1/5 desta população, cerca de 13 mil pessoas, eram prostitutas.

As mulheres sempre estiveram presentes nos grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia, e tal constatação pode ser encontrada em uma vasta bibliografia produzida e publicada em revistas científicas (Chaves, 2019), relatórios públicos encomendados pelas mais variadas esferas do poder público, como o Ministério de Minas e Energia, Rimas (Piatan, 2008), órgãos de defesa dos direitos humanos, Ministério Público Federal e Estadual (ONGs, 2022), monografias (Vieira, 2019), dissertações (Butel, 2018) e teses (Silva Júnior, 2021) apresentadas em universidades federais, estaduais e privadas, e outras fontes documentais que detalham as mazelas que sofrem as mulheres na Amazônia no tocante à violência e à exploração sexual.

⁹ Sigla: Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.

Ainda no segundo capítulo, a prostituição na UHE Tucuruí e na UHE Belo Monte foi trabalhada de forma mais detalhada, com dados coletados por meio de pesquisa documental nas mais diversas fontes oficiais. Foi feito um levantamento para melhor entender como as cidades que abrigaram os canteiros de obras das duas UHEs lidaram com a presença de centenas de prostitutas que ali fizeram morada por cerca de cinco anos.

No terceiro capítulo, intitulado “Prostituição feminina, trajetória, trabalho e direitos: o lado sombrio do grande capital”, discutimos as questões de ordem legal, econômica e cultural que vêm sendo debatidas nas esferas públicas e civis. As políticas de coerção e tolerância da prostituição na história buscou mostrar que a prostituição não foi e não é aceita pela sociedade como uma profissão como qualquer outra geradora de renda, e recolhedora de impostos, que precisa de proteção social, assistência jurídica e de saúde pública adequada.

Em geral, a prostituição é vista pela sociedade mais conservadora como um “mal” necessário, como uma questão de depravação moral, e uma questão de saúde pública ao longo dos últimos três séculos. Nesta tese, buscamos abandonar essa visão maniqueísta de bem e mal, certo e errado, normal e patológico tão presente na história da sexualidade feminina.

Segundo Rago (2008), políticas de limpeza das cidades e expulsão das prostitutas dos prostíbulos para as áreas mais afastadas e periféricas dos centros das cidades brasileiras foram comumente tomadas por autoridades públicas a partir do final do século XIX. Essas medidas, somadas a campanhas de saúde voltadas para certificar que aquelas mulheres que ali estavam se prostituindo estavam livres de doenças como a sífilis, *aids* e outras ISTs, estigmatizaram as prostitutas ainda mais perante a sociedade.

Essas profissionais do sexo eram vistas como sujas, doentes, decadentes e disseminadoras de doenças que poderiam contaminar as mulheres de “bem”, as esposas, mães e filhas que acabavam sendo expostas às mais diversas ISTs levadas por seus maridos, pais e companheiros que, frequentemente, utilizavam os serviços sexuais oferecidos pelas profissionais do sexo.

Para Oliveira *et al.* (2006), a estigmatização da prostituição tem relação direta e ocorre em decorrência de relações sociais de preconceito, seja de classe, raça ou de gênero. O forte estigma que as prostitutas acabam recebendo sobre si é devido ao amplo leque de moralidade que torna a prostituição uma experiência abominável e ao mesmo tempo imoral.

A prostituição serve às representações de submissão e hierarquia de gênero sobre gênero somada à ideia de que as mulheres precisam ser dominadas e sua sexualidade controlada, visando à realização dos desejos e fantasias sexuais dos homens, fazendo com que mulheres atuem sobre um abismo entre esposa e prostituta.

Proibir ou regulamentar? As lutas pelo reconhecimento da profissão e direitos trouxe para os holofotes experiências de outros países quanto à questão da regulamentação da prostituição em seus territórios. Experiências da Holanda na sua, mundialmente, conhecida zona da luz vermelha e suas vitrines onde prostitutas ficam expostas em busca de clientes na cidade de Amsterdam foram citadas nesta tese.

Países como Alemanha, França e Bélgica onde a prostituição virou um negócio de Estado, com impostos sendo recolhidos, também foram citados. Magnatas da indústria do sexo e mulheres que apenas por serem reconhecidas formalmente como prostitutas ainda sofrem com a violência, exploração e estigma social nestes países, só que de maneira legalizada.

Muitas prostitutas afirmam que a legalização só foi positiva para aqueles que têm capital financeiro para investir em prostíbulos luxuosos, donos de hotéis e motéis que agora podem abrir livremente as suas portas para receber prostitutas e seus clientes sem mais precisarem esconder esta atividade das autoridades policiais, fazendo com que os ricos investidores do mercado do sexo lucrem ainda mais.

No Brasil, movimentos, lutas e conquistas ainda estão ocorrendo. Neste momento da tese, discutimos a questão da legalização do comércio de prestação de serviços sexuais em que tímidas iniciativas foram tomadas no Congresso Nacional. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) já acatou essa atividade e a descreveu na Classificação Brasileira de Ocupações.

A proposta de regularização da prostituição se tornou um Projeto de Lei e já espera por sua vez para ser discutida. Paralelamente à proposta de regularização, a prostituição se moderniza e a sexualidade virtual reflete na realidade social desses profissionais de modo que os novos modelos de oferta sexual têm sido bem aceitos pela sociedade em geral, a exemplo do sexo virtual.

Sobre o trabalho das profissionais do sexo no viés capitalista, trabalhamos as questões que envolvem a circulação monetária dentro com comércio do sexo. Por que prostitutas querem tanto abandonar essa vida nas ruas, mas acabam vivendo assim suas vidas inteiras? Quem ganha com o comércio do sexo? Quem facilita o comércio do sexo na Amazônia? Por que centenas de mulheres abandonam a segurança de

seus lares nas grandes cidades para se prostituir em áreas perigosas, insalubres e endêmicas no coração da floresta amazônica?

No terceiro capítulo, tratamos também sobre a tese da autonomia dos corpos femininos comercializados e a capacidade de escolher o que fazer e o que deixar de fazer com seu próprio corpo, diante das situações em que elas são expostas na vida. Ter um corpo, ser livre e ser prostituta é viver sem, muitas vezes, saber se ela está se prostituindo por vontade própria ou se ela é só mais uma vítima de uma exploração capitalista consentida.

Discute-se, portanto, se o corpo da prostituta é algo tão pessoal ao ponto de ela poder decidir como usá-lo, poder escolher com quem e com quantos ela vai fazer sexo, se essa liberdade de comercializar, por vontade própria, seu próprio corpo para vender sexo é real ou se a mulher e seu corpo são mais uma vítima de uma sociedade machista e capitalista que oferece à prostituta a opção de ganhar dinheiro deixando que explorem seus próprios corpos, como uma forma disfarçada de oportunidade de trabalho digno.

Este trabalho acaba por se tornar ainda mais explorado dentro dos grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Na Amazônia, a partir de processos de mercantilização da região, da floresta e de seus habitantes, se reforçou a cultura pautada na dominação e exploração, inclusive sexual, das pessoas que ali vivem.

O quarto capítulo, intitulado “A prostituição e circulação monetária: relatos de vida”, foi o capítulo escolhido por mim para a apresentação dos dados coletados e discussão de resultados da pesquisa de campo. Fizemos a discussão de resultados utilizando tabelas¹⁰ confeccionadas com os valores e características étnicas de cada grupo de prostitutas, assim como utilizamos fatores como idade, número de filhos e tipo de programa por elas realizado para buscarmos, mesmo que aproximadamente, o preço do sexo oferecido por prostitutas na Amazônia paraense.

Dentre todos os critérios que adotamos para a confecção das tabelas de preço do sexo, o que mais contou para ganhos mais substanciais foi a idade. O fator idade foi que mais nos chamou atenção durante as nossas análises e discussões. A idade influencia muito na hora que os clientes escolhem uma garota de programa. Uma possível explicação que encontramos na literatura passa pelo imaginário da inocência, pureza e virgindade, que são tão valorizados para as culturas ocidentais de cunho cristão.

¹⁰ O detalhamento metodológico para a confecção das tabelas de preço do sexo pode ser encontrado no cap. 1. p. 71-81.

Entretanto, o mesmo critério de idade, tão valorizado na Amazônia, reflete uma face monstruosa de casos de pedofilia, exploração sexual de crianças e adolescentes, estupros de menores, sequestros e tráfico de indígenas para o mercado do sexo em garimpos e prostíbulos às margens de rios amazônicos. Dados do Instituto Socioambiental, de 2022, apontam que a crise econômica aumentou o tráfico de drogas e o sexual, no qual, entre as vítimas, 62% são mulheres e 23% são meninas.

Ainda no capítulo 4, buscamos compreender também como as relações de poder, trabalho, circulação monetária, pobreza e políticas públicas ineficientes acabaram levando mulheres à prostituição. Obras de autores como Foucault (1982), Bourdieu (2002), Durkheim (2010) Freud (1996) e Rago (1991) foram utilizadas para dialogar com os dados coletados.

Ademais, utilizamos trechos das entrevistas coletadas em Tucuruí e Altamira para compor a discussão do papel dos grandes projetos Hidrelétricos na Amazônia paraense nos movimentos migratórios de prostitutas e estruturas levadas por prexenas para os municípios de Tucuruí e Altamira durante o período de construção das UHEs de Tucuruí e Belo Monte.

Dialogamos com autores que possuem pesquisa consolidada dentro do cenário amazônico de grandes projetos como Fearnside (2000), Reis (2005), Miranda Neto (2015) e autores que discutem a prostituição no Brasil, e mais especificamente na Amazônia como Araújo (2018) e Saraiva (2009) entre outros.

Ainda no capítulo 4, trazemos os relatos de situações vividas por quatro prostitutas que trabalharam com a prestação de serviços sexuais nos canteiros de obras das UHEs de Tucuruí e Belo Monte. Por meio de seus relatos, é possível ter ideia do cotidiano destas mulheres. Estas narrativas foram coletadas, transcritas e armazenadas seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da História oral¹¹.

Quanto aos relatos, muitos deles apresentam um caráter bastante reflexivo do labutar diário destas mulheres nos prostíbulos no meio da floresta amazônica; outros relatos causam um sentimento de revolta pela falta de segurança e políticas públicas eficazes que conseguiriam punir muitos crimes contra a mulher, que acontecem diariamente em nossas cidades.

Os relatos orais coletados na pesquisa de campo também trazem narrativas chocantes, tanto do ponto de vista da violência física e psicológica, quanto do ponto de vista linguístico. As narrativas foram transcritas, logo depois revisadas, então foram

¹¹ Todo o procedimento teórico-metodológico pode ser consultado no capítulo 01, subitem 1.5 intitulado “Os desafios metodológicos da pesquisa de campo”.

levadas para ajustes e, por fim, aceite das entrevistadas. Buscamos o rigor metodológico para fazer as transcrições das narrativas destas mulheres. Por isso, a leitura destes relatos pode chocar pessoas que não estejam habituadas ao tipo de vocabulário, por vezes, chulo e de baixo calão apresentados ao longo do quarto capítulo.

As entrevistas dessas quatro prostitutas nos dão uma noção dos caminhos que essas mulheres percorriam para chegar aos prostíbulos próximos aos canteiros de obras das UHEs, como se estabeleceram nestes lupanares¹², quais estratégias os proxenetas e elas mesmas utilizaram para captar seus clientes, de que forma essas prostitutas conseguiam ganhar dinheiro sem necessariamente terem que realizar o ato sexual com seus clientes em potencial, e como funcionava a divisão de lucros dentro dos bordéis.

Por meio da pesquisa qualitativa, que foi realizada com 50 prostitutas, temos a descrição das dinâmicas utilizadas por aquelas que trabalharam por conta própria. São mulheres que se apropriaram das novas tecnologias para captarem clientes e fazerem os seus atendimentos em motéis, pensões, hotéis ou suas residências. Havia prostitutas que faziam propaganda em *sites* especializados de oferta sexual, redes sociais e plataformas virtuais nas quais elas postavam suas fotos sensuais, vídeos eróticos, faziam performances ao vivo via webcam e agendavam encontros presenciais. São mulheres que têm na prostituição uma renda extra, são libertas da figura dos proxenetas e da exposição em prostíbulos, boates, casas de convivência e vias públicas.

Por fim, a presente tese buscou desempenhar um papel relevante para a construção de um painel emoldurado que permita uma melhor percepção dos dramas socioeconômicos e psicológicos vivenciados pelas profissionais do sexo, que foram seduzidas por expectativas de ganhos substanciais, entoadas por aqueles e aquelas que acreditaram na falácia do progresso chamada Hidrelétrica de Tucuruí e Hidrelétrica de Belo Monte.

Espero que minha tese contribua ao ponto de tornar a prostituição sexual feminina menos estigmatizada e ao ponto de ser um indicador sobre o que é preciso

¹² Lupanar (em latim, lit. "covil de lobas"), termo que designava prostíbulos na Roma Antiga e que até hoje existe em português. Foi o mais famoso dos bordéis localizados nas ruínas da cidade romana de Pompeia; Substantivo masculino Local destinado à prostituição; bordel; casa de tolerância. Lugar em que vivem as prostitutas. O termo Lupanar será utilizado como sinônimo de prostíbulo em minha tese. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lupanar/#:~:text=Significado%20de%20Lupanar,Do%20latim%20lupanar>

considerar quando o assunto é prostituição em grades projetos hidrelétricos, especialmente na região Amazônica, onde são tantos os desafios e entraves que não só as profissionais do sexo, como também mulheres que ali labutam em outros ofícios, precisam superar para sobreviverem na esperança de, no futuro, terem uma vida mais digna para si e para sua prole.

1 CAPÍTULO 1 – DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA E LITERATURA SOBRE A PROSTITUIÇÃO

*Doente de amor procurei remédio na vida noturna;
Com uma flor da noite em uma boate aqui da zona sul;
A dor do amor é com outro que a gente cura;
Vim curar a dor deste mal de amor na boate azul;
E quando a noite vai se agonizando no clarão da aurora;
Os integrantes da vida noturna se foram dormir;
E a dama da noite que estava comigo também foi embora;
Fecharam-se as portas sozinho de novo tive que sair;
Sair de que jeito, se nem sei o rumo para onde vou;
Muito vagamente me lembro que estou;
Em uma boate aqui na zona sul;
Eu bebi demais e não consigo me lembrar sequer;
Qual é o nome daquela mulher, a flor da noite da boate azul”.*

(Boate Azul, composição de Benedito Onofre Seviéro)

1.1 Apontamentos sobre a prostituição feminina

A prostituição, de acordo com os documentos e a produção historiográfica existente (Grigson, 1976; Lannoy, 1976; Lerner, 1986; Sjo, 1987; Roberts, 1998; Rubio, 1999), sempre esteve presente na história das sociedades mais primitivas. Sendo estas significadas e ressignificadas de distintas maneiras, em diversas sociedades, e em distintas épocas, ora sendo praticada em rituais de adoração a Deusas da fertilidade, ora servindo de atividade comercial geradora de renda financeira.

Os textos oriundos das práticas de exercício da sexualidade como ofício chegaram até nós através dos registros feitos por setores das sociedades antigas, que de maneira geral, eram feitos pelas poucas pessoas letradas. Os textos antigos das sociedades ocidentais, de modo geral, foram escritos por setores letrados da igreja, oriundos principalmente de organizações religiosas, e a partir do século IV d.C., majoritariamente pelas religiões de origem cristã.

Contudo, a prostituição como atividade sexual remonta o período em que as sociedades adoravam Deusas femininas. Essas sociedades praticavam a prostituição sagrada nos templos, nas festividades de plantio e colheitas nos primórdios de nossa civilização, todavia, temos que entender que o que conhecemos hoje no mundo contemporâneo como prostituição é diferente sociocultural e economicamente da prostituição que era praticada na Idade da Antiga (Roberts, 1998. p. 20).

Vamos trazer à baila as diferenças socioculturais e econômicas da prostituição na Idade Antiga para a prostituição Contemporânea. A prostituição na Idade Antiga era conhecida como “A Prostituição Sagrada”. Roberts (1998. p. 23) explica que “A Grande Deusa”, conhecida inicialmente como *Inanna*¹³ e mais tarde como *Ishtar*, deteve o poder durante todo o nascimento e o berço da civilização do antigo Oriente Médio, desde o início da história até cerca de 3000 a.C.; momento em que ela ainda era adorada.

A prostituição sagrada era um ponto focal dos rituais religiosos destas civilizações. Nestes rituais, a *Deusa Ishtar*, juntamente com as suas prostitutas

¹³ Inanna era a deusa do sexo e do amor, estando a ela associados também elementos relacionados à fertilidade, à prostituição e às batalhas, sendo conhecida também sob os epítetos de Deusa do Amor, Estrela da Manhã e Estrela da Tarde. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24158/1/ulfl200610_tm.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

sacerdotisas, representavam o centro do poder religioso na Mesopotâmia, o que elevava o *status quo* das prostitutas dentro daquela sociedade.

Ainda segundo a autora, um dos primeiros poemas registrados do mundo, o *Epopéia de Gilgamesh*¹⁴, escrito na Suméria (sul da Mesopotâmia) em torno de 2000 a.C., que supostamente fora extraído de uma fonte oral muito mais antiga, mostra como estas primeiras prostitutas estavam longe de serem estigmatizadas, como são as prostitutas de hoje. No poema, uma prostituta desempenha um papel crucial, e é reconhecida não apenas como sendo sagrada, mas também tem seu papel como prostituta reconhecido e considerado civilizador. Robert afirma que as primeiras prostitutas da história foram as sacerdotisas dos templos:

A prostituição sagrada foi na verdade a tradição do ritual sexual que persistiu desde a Idade da Pedra para se tornar parte integral da adoração religiosa nas primeiras civilizações do mundo. Entretanto, a tradição não sobreviveu sem mudanças. As grandes cidades da Mesopotâmia e do Egito eram ainda centralizadas nos templos, mas uma luta estava sendo travada dentro deles. Os novos governantes, homens, sabiam que era essencial se contraporem à influência da religião da deusa; com este fim criaram sacerdotes homens para promover seus deuses estranhos e para controlar e explorar as mulheres do templo. Mas derrubar a deusa não foi tarefa fácil; foram precisos muitos milhares de anos para extraí-la dos corações das pessoas. Nos templos, as pessoas continuavam a adorá-la através dos antigos ritos sexuais, e isto continuou mesmo durante o período em que as sacerdotisas estavam sendo destruídas e depostas de suas posições de poder. É aqui que começa a verdadeira história da prostituição; com as sacerdotisas do templo, que eram ao mesmo tempo mulheres sagradas e prostitutas, as primeiras prostitutas da história (Roberts, 1998. p. 22-23).

Segundo Batista (2011) *apud* Lopes (2012, p. 42), há quatro fontes primárias disponíveis e utilizadas pelos historiadores para a investigação da “prostituição sagrada”. A primeira é o relato bíblico de Gênesis, a história de Tamar e Judá; a segunda é o relato de Heródoto sobre o templo de Milita e as mulheres babilônicas; a terceira é também o relato do livro de Baruc sobre as canaítas cujos corpos eram oferecidos aos deuses; e a quarta fonte são alguns relatos de origem suméria que apontam como funcionavam os templos e como as sacerdotisas estavam envolvidas com o sexo ritualístico.

¹⁴ "A Epopeia de Gilgamesh é um antigo poema épico mesopotâmico, escrito pelos sumérios em algum momento em torno de 2000 a.C. Essa história narra os feitos de Gilgamesh, rei de Uruk, em sua procura pela imortalidade. Ela é considerada a obra de literatura mais antiga da humanidade. Como parâmetro disso, basta lembrar que os famosos poemas homéricos surgiram cerca de 1500 anos depois dessa epopeia suméria". Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-epopeia-gilgamesh.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

A “prostituição sagrada” ou sexo ritualístico seria uma prática ligada à religião, na qual mulheres comuns e sacerdotisas (as “prostitutas sagradas”) teriam relações sexuais com quem as procurasse com objetivo de ser abençoado com fertilidade, seja para si, esposa, terras ou animais. Por essas relações sexuais, elas receberiam um pagamento, porém o pagamento seria oferecido à divindade ou ao templo (Batista, 2011, p. 5).

O registro mais antigo de um templo com características de bordel remonta à Mesopotâmia, cerca de 2300 a.C. Textos sumérios mencionam um templo onde as prostitutas realizavam ritos sexuais em adoração à deusa Inana. Os primeiros relatos de mulheres que se vendiam por dinheiro ocorreram na Babilônia, há cerca de 2400 anos a.C.

As primeiras medidas legislativas sobre a prostituição na Grécia antiga foram definidas pelo imperador Solon no século IV a.C., mais precisamente em Atenas. Solon categorizou a prostituição como comércio, criou bordéis estatais, com cobrança de impostos elevados e o Augusto Tribunal do Areópago¹⁵ como forma de controle das regras da decência e moralidade pública (Costa, 2002, p. 416 *apud* Oliveira, 2004, p. 146).

No mundo grego, referências à prostituição se tornam mais sistemáticas e abundantes, e templo de adoração à deusa Afrodite nas colinas de Corinto é um exemplo. Lima (2003) explica que Afrodite é a única deusa grega adúltera. Ela representa a sedução, o desejo e os prazeres sexuais (Sisa, 1990, p. 52-53 *apud* Lima, 2003, p.17), por isso sempre estava relacionada ao amor e às prostitutas.

O episódio do nascimento de Afrodite, com a mistura das espumas do mar com os órgãos genitais de Uranos, sugere um fluido amniótico. Por conta do mito de sua origem, Afrodite é símbolo de fertilidade (Pomeroy, 1999, p.19). O historiador

¹⁵ Era a parte noroeste da Acrópole em Atenas, e o nome do próprio conselho que ali se reunia. Além de supremo tribunal, o conselho também cuidou de assuntos como educação e ciência por algum tempo. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Are%C3%B3pago>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Estrabão¹⁶ afirma que uma cifra de mil mulheres se entregavam ao culto de Afrodite, como hierodoules¹⁷, na Acrocorinto¹⁸ (Estrabão. Geografia, VIII, 378-379 20).

Não é possível precisar a veracidade do número de mulheres que Estrabão menciona, mas as suas escrituras nos dão uma noção aproximada da quantidade de mulheres que cultuavam Afrodite. Todas essas mulheres eram respeitadas pela sociedade e ocupavam um papel importante: servir aos deuses e deusas por meio de prestação de serviços sexuais.

Provavelmente, essas prostitutas sagradas ofereciam também seus serviços em outros locais para além do espaço sagrado de Afrodite, como salas de banquete de outros santuários em rituais de hospitalidade para estrangeiros. Aristófanes, em sua comédia *Plutos*, menciona as famosas prostitutas de Corinto que se entregavam aos homens que tivessem muitos drácmas¹⁹ para oferecer-lhes (Lima, 2003, p.18).

Ribeiro (2005) destaca a influência da prostituição na Grécia Antiga, por ser uma prática controlada pelo Estado, com pagamento de impostos e com específico código de vestimenta, determinado para que essas mulheres fossem facilmente identificadas. As hierodoules ocupavam um papel de destaque por sua influência social e política, pois tinham formação em escolas nas quais as futuras prostitutas aprendiam a arte do amor, a literatura, a retórica e a filosofia.

Ainda de acordo com Ribeiro, a educação das hierodoules incluía aulas de boas maneiras, música e dança – uma educação bastante primorosa para a época. Essas mulheres participavam de debates filosóficos ou eventos sociais em que as esposas e filhas não podiam estar. Tinham, portanto, a responsabilidade de entreter e manter relações sexuais com os homens presentes.

Durante o Império Romano, as mulheres que trabalhavam nas casas de banhos e tavernas eram tratadas como prestadoras de serviços sexuais, constituindo-se,

¹⁶Estrabão foi um filósofo, historiador e geógrafo grego. Viveu na região da Ásia Menor, área de colonização grega e dominada pelos romanos, entre o período de transição da República Romana para o Império Romano, ou seja, no final do século I a.C. e início da Era Cristã. Sua obra *Geografia* (conjunto de 17 livros) é de grande importância para o estudo histórico e geográfico da Antiguidade, pois descreve a cultura e aspectos geográficos da Ásia Menor e regiões do Império Romano no século I a.C. (norte da África, Grécia, Egito e regiões do Oriente Próximo). Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/quemfoi/estrabao.htm>. Acesso em: 21 jan. 2022.

¹⁷Meretriz comprada para ser oferecida à Vénus/Afrodite em certas festas e que obtinha dinheiro para as despesas dessas festas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hierodulas/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

¹⁸A antiga Acrópole hoje, das vizinhanças do templo de Apolo (Bagnall et al., 2009-). Disponível em: <https://greciantiga.org/img.asp?num=0165>. Acesso em: 21 jan. 2023.

¹⁹Designação do dinheiro que se utilizava na Grécia, anterior à adoção do euro. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dracma/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

portanto, parte integrante daquela sociedade. Deixando clara a semelhança entre o Império Romano e o Mundo Sumério e Grego.

Em Roma, a prostituição foi considerada uma atividade socialmente tolerada, e a posteriori regulamentada, tendo um carácter mais de atividade comercial do que na civilização Helénica (Pacheco, 1998). O carácter comercial acabou transformando a prostituição, que em suas origens, como viemos neste capítulo, era sagrada e ritualística, para uma prática geradora de renda financeira, e circulação monetária.

Os romanos criaram a divisão das prostitutas em duas classes: as de classe alta e as de classe baixa, de modo a distinguirem estas daquelas. As prostitutas de classe baixa eram obrigadas a registarem-se e a usar vestes que as diferenciavam das outras mulheres (Roberts, 1998).

Roma adotou um sistema de classificação das prostitutas entre aquelas que eram livres e aquelas que eram escravas, e para isso valeu-se de vocábulos distintos para diferenciá-las. Temos, então, a origem das palavras *meretrix* e *prostituta*, que na atualidade são usadas como sinônimo no Brasil.

Schlemper (2010) nos explica que a *meretrix* era uma mulher livre, que durante o dia exercia seus labores regulares, talvez como mãe e esposa, indo à noite para os lupanares, enquanto as *prostitutae* eram, em sua maioria, escravas, que permaneciam nos prostíbulos, em pequenas celas, cuja porta era velada por uma cortina, nos bairros de Subura e do Esquilino, e nos arredores do Coliseu, aguardando a plebe, os soldados, os gladiadores e os forasteiros.

Schlemper ainda ressalta que as *meretrix* exerciam sua profissão com um certo recato nos fornices²⁰, covas ou casas abobadadas, e as *prostitutae* praticavam-na sem qualquer decoro, mesmo sem correr a cortina da cela. A “aceitação” do ofício da prostituição predominou por uma parcela significativa das sociedades durante a Idade Média.

A exemplo de sociedade que convivia, mas pouco tolerava a prostituição, foi a sociedade Judaica. Glasman (2001, p. 55-56) explica que na religião judaica o oposto do matrimônio é a prostituição, e que uma das palavras que significa prostituta é *Kadeshah*, que literalmente traduzida quer dizer: “uma mulher que corrompeu a sua

²⁰ Na Roma Antiga, as estruturas em forma de arco que sustentavam pontes, galerias e portões eram chamadas de 'fornix'. Era sob os fórnix que as prostitutas sem local adequado para desempenhar seu trabalho ficavam.

santidade, indicando o outro lado da mesma, que é a perversão” (Talmud Babilônico²¹, Sanhedrin, 82). Ainda segundo a autora:

Em época alguma a prostituição foi tolerada no seio do judaísmo, como dizia a proibição bíblica (Deuteronômio 23: 18): "Não haverá prostitutas entre as filhas de Israel". Maimônides explicava que essa interdição fora feita por medo que a prática tolerada por todos os povos do Crescente Fértil, “destruísse os sentimentos de amor e devoção que prevaleciam na família judaica e restringir a luxúria excessiva e contínua que aumenta com a variedade de objetos”.

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., o avanço do cristianismo pela Europa propagando a ideia de que através do casamento o homem passou a ser literalmente dono das terras, da esposa e dos filhos, juntamente com a ideia de herança consanguínea das propriedades privadas, acabaram corroborando para o fortalecimento dos estigmas associados às práticas prostitutivas. A prostituição que outrora fora uma prática sagrada, tornou-se um pecado abominável aos olhos de “Deus”.

O fim do Império Romano no ocidente trouxe um verdadeiro caos à Europa. As grandes cidades romanas foram saqueadas e praticamente abandonadas. As terras, que outrora pertenciam a Roma, foram alvo de disputas sangrentas e partilhadas entre as tribos em guerras sangrentas. A moeda corrente oficial de Roma deixou de existir, e até mesmo a língua oficial romana, que era o latim, entrou em processo de desuso face às invasões barbaras, com as suas línguas e cultura. Foi o alvorecer da Idade das Trevas, ou como conhecemos em língua portuguesa, Idade Média.

No meio do caos instaurado com a queda do Império Romano, o poder da igreja católica que já vinha se expandindo durante os últimos anos de controle do império romano, ganha mais força, e a partir da queda do império romano toma para si o protagonismo de Roma na Europa utilizando-se das escrituras sagradas da bíblia, e o suposto poder advindo de Deus, em um processo de conversão em massa dos povos europeus para a fé cristã.

A prostituição dentro desse cenário de caos precisou se reinventar e as prostitutas que estavam estabelecidas nos centros urbanos de Roma, com a derrocada de Roma, tiveram de buscar alternativas para sobreviverem dentro daquela nova realidade. Roberts (1998, p. 80) afirma que as prostitutas seguiram os exércitos

²¹ O Talmud é uma coletânea de livros sagrados dos judeus, um registro das discussões rabínicas que pertencem à lei, ética, costumes e história do judaísmo. É um texto central para o judaísmo rabínico. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Talmude>. Acesso em: 21 jan. 2023.

pelos interiores do antigo império. Muitas viajavam de vila em vila oferecendo os seus serviços sexuais, mas várias delas foram “convertidas” a “moças do lar”, um eufemismo utilizado para denominar as concubinas mantidas pelo Clero.

De fato, além de se servirem pessoalmente dos prazeres carnis proporcionados pelas “moças do lar”, o Clero administrava bordéis e explorava diretamente a prostituição. Especificamente quanto à Igreja Católica, a licenciosidade sexual era a tônica do baixo ao alto clero, dos noviços e até mesmo alguns Papas – dentre eles Alexandre VI, o obscuro Rodrigo Bórgia. Enquanto a Igreja oficialmente pregava a castidade aos fiéis, o Clero, além de fazer uso, ainda administrava o comércio sexual.

E, para muito além da preservação de suas orgias, o clero tinha fortes interesses econômicos na permanência do comércio do sexo, pois a Igreja: 1) era dona de propriedades onde funcionavam bordéis; e 2) administrava muitos deles diretamente. Os estudos feitos por um dos maiores pesquisadores da prostituição na Idade Média, o historiador francês explica que:

O *prostibulum*, que frequentemente era construído com gastos compartilhados por todos, isto é, com o dinheiro público, era arrendado a uma *abbesse* ou a um administrador, que teoricamente tinha o monopólio da profissão. Tinha a incumbência de recrutar as moças, aceitas ou não por um oficial de justiça de fazer respeitar certas regras, às vezes de mantê-las e sempre fazer reinar a ordem na pequena comunidade feminina. Em caso de necessidade, falecimento ou partida da *abbesse* arrendatária, as autoridades passavam a governar as casas (Rossiaud, 2001, p. 21).

As afirmações do historiador francês apontam para uma aceitação social, econômica e política das práticas do comércio do sexo por parte da igreja durante a Idade Média. Isso nos permite aferir que a prostituição no mundo ocidental se encontrava plenamente consolidada, conforme podemos também perceber nas leituras de um exaustivo trabalho feito pelo pesquisador Farias (2013, p. 106), que diz: “a igreja não tinha qualquer interesse no banimento da prostituição, haja vista que, caso o fizesse, perderiam uma fonte inesgotável de sua receita”.

Podemos citar o mais famoso bordel da Igreja Católica que era a “Abadia”, na cidade de Avignon na França, onde as mulheres dedicavam as suas vidas a rezar e atender clientes exclusivamente cristãos. A administração de casas de prostituição pela Igreja Católica tinha como finalidade maior direcionar a força viril dos rapazes e jovens daquela época, pois havia o costume grotesco de atacar as mulheres, principalmente as jovens, recém-chegadas à puberdade.

Esses fatos eram tão graves e comuns que levou a mente mais intelectualizada da Igreja a emitir julgamento sobre a manutenção de prostíbulos por parte da Igreja. Santo Agostinho explicou a necessidade de aceitação da prostituição no mundo:

O governo humano deriva do divino e deve imitá-lo. Ora, Deus, embora onipotente e o sumo bem, permite, contudo, existam [sic] no universo certos males, que poderia impedir, a fim de que, a eliminação deles não acarretasse também a de maiores bens, ou resultassem males piores. Assim também, os chefes do governo humano toleram com razão certos males, para não ficarem impedidos certos bens, ou ainda, para não caírem em males piores, como diz Agostinho: *Suprime as prostitutas, da sociedade humana, e perturbarás tudo com a libidinidade (ST IIa- IIae, Q 10, A 11).*

A ligação econômica Igreja-prostituição foi documentada por diversos membros do Clero por meio de decretos, normas de uso dos espaços de propriedade da igreja para a prostituição, passando pelo planejamento e execução de obras financiadas com o dinheiro advindo dela. Os escritos e discursos de figuras respeitáveis da Igreja católica, como o Santo Agostinho e o Papa Clemente II, são exemplos que, de acordo com Farias (2013, p. 106), demonstram a posição da igreja sobre a prostituição:

Clemente II decretou que metade dos bens pertencentes às prostitutas que trabalhavam em seus bordéis seriam legados a um convento. Sexto IV criou um sistema de autorização e taxação de prostitutas, cujos lucros teriam, em parte, financiado a construção da Basílica de São Pedro. O Bispo Johann de Estrasburgo financiou a construção de luxuoso bordel naquela cidade, que foi administrado pela Igreja. O Rei Henry II, da Inglaterra, editou um *“decreto para administração de saunas”*, garantindo aos bispados católicos o direito de explorar os bordéis de Southwark durante 400 anos, gerando renda suficiente para a construção de muitas igrejas em Londres (Farias, 2013, p. 106)

Em Portugal, foi somente entre os Séculos XII e XIV que surgiram as primeiras proibições dirigidas às prostitutas (Oliveira, 2004). No século XIII, D. Afonso III opõe-se a que os nobres em deslocação à corte levassem prostitutas em suas comitivas (Mattoso, 1993). Nos séculos XIV e XV, a prostituição de mulheres foi tolerada, e o seu trabalho nas cidades e vilas estava regulado pelas câmaras, visto que tinham de pagar uma retribuição (Sousa, 1993).

Foi no reinado de D. Afonso IV, em 1481, que surgiu a primeira lei que segregava as prostitutas. Este monarca ordena que "as prostitutas vivessem em bairros separados dos outros cidadãos, e trouxessem sinais particulares distintivos da sua condição para distinguirem-se das mulheres honestas e honradas. Porém, segundo Cruz (1984, p. 30), essa segregação continuou nos reinados seguintes. A

Ordenação Manuelina²² (séc. XVI), por exemplo, agravou a segregação às prostitutas, que podiam ser presas e deportadas, assim como a quem as explorava (Oliveira, 2004).

Nos séculos seguintes, com mais ou menos brandura, continuou-se a perseguir e a segregar as prostitutas com leis avulsas, até que em 1760, com a criação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e Reino que detinha os poderes de fiscalização da prostituição, surgem os editais de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, dirigidos às prostitutas (Oliveira, 2004).

Esses editais de 1781 estabeleciam que as prostitutas passassem a estar sujeitas a um registo e a uma inspeção médica. Tal processo estabelecia as condições para o início da regulamentação, cujo objetivo primeiro era a proteção da saúde pública no período em que a propagação da sífilis se tornava cada vez mais problemática (Oliveira, 2004).

O primeiro regulamento surgiu em 1853 na cidade do Porto. Na sequência, dando seguimento às medidas previstas por este, editou-se o Código Administrativo de 1836 (Oliveira, 2004). Apesar das providências tomadas nos anos anteriores, a autora também afirma que o primeiro regulamento, de fato, surgiu em Portugal em 1858, e pretendia regular uma atividade que preocupava as autoridades, tanto em termos morais quanto em termos de saúde pública.

Os bordéis atravessaram o Atlântico e chegaram ao “Novo Mundo” – As Américas. Nos Estados Unidos, Erenberg (1981) relata que os bordéis prosperaram muito aceleradamente nas grandes cidades emergentes como Nova York, Nova Orleans, São Francisco, Honolulu, entre tantas outras.

Nestas cidades, segundo Rutter (2005), bares foram convertidos para hotéis que eram faixadas para bordéis, como Scheffel Hall. O crescimento da prostituição foi tão grande que, em alguns casos, foi preciso até mesmo restringir a zona de meretrício a quarteirões, como no caso de *Storyville* em Nova Orleans, que chegou a ser uma das principais fontes de renda para a cidade, atraindo centenas de homens nos finais de semana para aquela localidade.

²² As Ordenações Manuelinas, ou Código Manuelino, são três diferentes sistemas de preceitos jurídicos que compilaram a totalidade da legislação portuguesa, de 1512 ou 1513 a 1603. Fizeram parte do esforço do rei Manuel I de Portugal para adequar a administração no Reino ao enorme crescimento do Império português na era dos descobrimentos. Consideradas como o primeiro corpo legislativo impresso no país, elas sucederam as pioneiras Ordenações Afonsinas, ainda manuscritas, e vigoraram até a publicação das Ordenações Filipinas, durante a União Ibérica. Representam um importante marco na evolução do direito português, consolidado o papel do rei na administração da Justiça e afirmando a unidade nacional. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordena%C3%A7%C3%B5es_Manuelinas. Acesso em: 21 jan. 2022.

No final do século XIX, houve a criação da Liga *Anti-Saloon*²³ e mais na frente a Lei Hayes, de 1896, que limitava a venda de bebida alcoólica aos domingos. Mais tarde, com a Lei Seca entre os anos de 1920 a 1933, ocorreu a proibição do consumo de álcool na maioria dos estados Americanos.

Os bordéis prosperaram ainda mais, já que neles e nas zonas de meretrício, os homens podiam não só achar diversão por meio de práticas de cunho sexual, mas também conseguiam consumir álcool bem além do permitido, já que oficialmente esses lugares não eram vistos como bares (Rutter, 2005).

Muitos desse bares escondiam enormes quantidades de bebidas em compartimentos secretos para atender seus clientes. No século XIX, com o movimento de deslocamento de pessoas para desbravar e colonizar o oeste americano, as profissionais do sexo também seguiram os homens. Os bordéis viraram uma febre no velho oeste e as famosas casas ou bairros da luz vermelha – chamadas assim por conta das lanternas vermelhas que os mineiros carregavam e deixam penduradas nas varandas dos bordéis – cresceram vertiginosamente.

A exemplo, temos o bordel Dumas, localizado em Montana, que possuía vários andares onde as prostitutas atendiam a todo tipo de cliente em seus diferentes andares. Começando pelos porões, em minúsculos quartos chamados de “berços”, onde as prostitutas mais velhas atendiam os clientes mais desafortunados, chegando até as suas suntuosas alcovas cercadas de conforto e comodidades para os barões do cobre, políticos, fazendeiros e grandes comerciantes.

A capital da mineração do cobre, situada em Montana, tinha uma zona de meretrício em Built, famosa e conhecida como “Beco de Vênus”. Já o bordel Nymphia, localizado na cidade de São Francisco, contava com 450 camas, e apresentava uma inovação para a época: os postos de observação para *voyeurs* (Murphy, 1994).

Ao longo desse movimento de migração para o oeste americano, as mulheres eram submetidas às piores condições de higiene e atendiam em lugares insalubres. As doenças como sífilis e gonorreia prosperavam, e os medicamentos, muitas vezes caseiros, que continham arsênico, mercúrio e vinagre, eram os medicamentos disponíveis para serem utilizados como medida paliativa.

O papel das prostitutas na questão da higiene dos homens durante o período de colonização do velho oeste foi muito relevante, pois muitos só tomavam banho,

²³ A Liga *Anti-Saloon* da América foi uma das mais proeminentes organizações de proibição nos Estados Unidos da América no final do século XIX e início do século XX. Eles lutavam pela moral, bons costumes e contra o uso de álcool.

escovavam os dentes e cortavam o cabelo para irem aos bordéis nas noites de sábado. A maioria das profissionais do sexo solicitavam que os homens fizessem a assepsia antes do ato sexual com água, vinagre e limão.

Já em solo brasileiro, precisamos esclarecer que anteriormente ao período de colonização do Brasil, não havia a noção de prostituição entre os índios, porém, os portugueses começaram a introduzi-la nas tribos indígenas por meio de troca de sexo por todo o tipo de adereços que porventura interessassem às mulheres daquelas tribos. A escassez de mulheres brancas levava os colonos a procurarem as indígenas para satisfazerem os seus impulsos sexuais.

Os colonizadores europeus trouxeram um modelo de sociedade patriarcal em suas bagagens culturais, culturalmente oposta aos costumes da sociedade indígena brasileira. Os colonos além de desconhecerem a cultura dos povos tradicionais brasileiros aqui encontrados, ainda viam as mulheres indígenas como inferiores e como cidadãos de segunda classe.

Eles desembarcaram de suas naus trazendo uma bagagem cultural fortemente baseada nas práticas patriarcais, e nos dogmas da igreja católica, que pregava que as mulheres eram: menos inteligentes que os homens; extremamente falsas; infiéis; insaciáveis sexualmente; interesseiras; frágeis fisicamente; incapazes de exercerem tarefas próprias do homem; suas habilidades estavam voltadas a tarefas do lar, além de costurar, bordar e tecer; eram medrosas, supersticiosas, emotivas e apaixonadas; dependentes do homem; tinham no casamento e na família a sua única razão de ser, e a sua maior realização pessoal era a maternidade (Leal, 2004, p.13-14).

Além dessa visão estereotipada da mulher que os colonizadores tinham, havia a questão da violência tanto física quanto psicológica contra a mulher, e não só contra as mulheres brancas, mas contra as índias, e a posteriori, as negras. As principais violências estão predominantemente associadas à sexualidade, enquanto construção discursiva de poder sobre o sexo, que por sua vez se liga às questões de gênero, raça e classe. Iremos abordar tais aspectos com maior profundidade no quarto capítulo desta tese.

As crenças e práticas baseadas na ideia de superioridade masculinas trazidas pelos europeus foram sendo incorporadas dentro da cultura dos povos tradicionais brasileiros, e infelizmente, acabaram influenciando negativamente todo um conjunto de práticas sociais dentro das tribos que outrora possivelmente pouco apresentavam traços de desigualdade entre gêneros, e/ou hegemonia masculina sobre as relações socioculturais daqueles povos.

Outro ponto-chave era a busca por sexo por parte dos colonizadores. Os portugueses observaram que as índias não estavam atreladas ao modelo judaico-cristão de pureza e virgindade por questões culturais. O sexo era visto pelos índios com outro olhar, não se tinha uma carga puritanista como a carga encontrada na cultura cristã ocidental daquela época.

Vamos tomar como exemplo a pesquisa realizada por Caires (2021) sobre os relatos dos capuchinhos Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville sobre os Tupinambás do Maranhão do início do século XVII. d'Evreux e d'Abbeville se dedicaram a descrever as fases da vida das mulheres indígenas, apontando as etapas socialmente reconhecidas, suas denominações e papéis sociais concernentes.

O início da vida sexual indígena, desligada dos laços matrimoniais, ia de encontro com os valores pregados pela igreja católica e desagradava os jesuítas. Na adolescência, as índias tupinambás eram chamadas de “cunhantim” e durante esse período de adolescência elas perdiam a virgindade e tinham uma sexualidade livre. Tal comportamento era creditado a influências demoníacas, ao “demônio, autor de todas as desgraças”, que as convencia de “que não deviam ser mais puras quando chegasse o tempo de menarca” (Caires, 2012, p. 40).

Ainda segundo o autor, a noção católica de sexo como impureza e a obsessão com a virgindade feminina provavelmente esteja diretamente ligada à necessidade de garantir a hereditariedade. A questão da virgindade contrasta com a mentalidade dos índios. As indígenas, depois desse período de relativa liberdade sexual, chega à fase em que se torna “cunhãmuçu”, “mulher plena”, e escolhe o seu parceiro para se casar sem que a sua vida sexual pregressa as desqualifique de qualquer forma.

A igreja católica via com muita preocupação a questão da miscigenação que acontecia de forma muito rápida entre as índias e os portugueses, uma vez que as índias rapidamente engravidavam, e isso ia de encontro com a questão moral e cultural da fé cristã (Cavour, 2011, p. 15).

Para além da questão sexual e moral, existia também a questão de laços de parentesco com os índios que eram criados a partir da miscigenação. Os portugueses acabavam usando desse laço de “parentesco” para obter mão de obra para levar o pau-brasil e outras riquezas para encherem as suas naus (Ribeiro, 1995).

Em 1549, já havia um movimento de colonos que solicitavam ao chefe dos missionários no País, Manoel da Nóbrega, que pedisse ao rei João III que enviasse mulheres brancas europeias para o Brasil. Os motivos alegados pela igreja era: oportunizar os colonos portugueses a se casarem com mulheres brancas, tornando a

raça caucasiana a raça prevalente no Brasil, além de controlar a miscigenação que estava desenfreada e formar famílias estruturadas no modelo cristão.

A' El-Rei D. João (1552), Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado (Nóbrega, p. 12).

Cavour (2011, p. 15) explica que o rei João III atendeu à solicitação de Nóbrega, enviando meninas órfãs que estavam sob o controle do Estado português. Essas meninas eram, muitas vezes, filhas dos soldados portugueses que morreram ou em guerras, ou em decorrência de doenças contraídas durante as empreitadas portuguesas em busca de expansão territorial. Essas órfãs cumpriam funções estratégicas: casar com colonos e gerar descendentes para serem educados num verdadeiro lar cristão.

Nóbrega (1598) relata: “Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem”. O jesuíta, na carta em que fazia o pedido, argumentou, em outras palavras, que não havia como reclamar de os homens dormirem com as índias sem oferecer a eles uma alternativa.

Seu pedido foi atendido com certa agilidade e nos anos seguintes, até onde os registos (Arquivo Nacional brasileiro, Império Luso-brasileiro..., 2022, não paginado) indicam, foram enviadas para a colônia 18 órfãs, que chegaram ao Brasil a partir de 1553. Esse número de órfãs já seria um número inicialmente suficiente para fundar uma primeira geração de famílias brancas e cristãs nativas da nova terra.

Até aquele momento, praticamente não existiam mulheres europeias na América portuguesa. Essas primeiras eram adolescentes órfãs²⁴ que, na Europa, viviam em casas de recolhimento ou mosteiros. Em geral, tinham menos de 15 anos e eram filhas de funcionários do governo mortos, normalmente em batalhas ou em viagens para os territórios que Portugal já conquistara, ou onde tinha interesses comerciais. O governo português estava habituado a enviar moças assim para suas outras colônias, em especial Goa, na Índia (Mourelle, 2018).

Os homens que se casassem com elas receberiam, como dote, cargos no governo. Francisco de Moraes, por exemplo, tornou-se escrivão da alfândega de

²⁴ As órfãs eram de responsabilidade do Império português de acordo com as *Ordenações afonsinas*, livro 4, título 98; *Ordenações manuelinas*, livro 4, título 81; *Ordenações filipinas*, livro 4, título 92.

Salvador depois de se unir a Catarina Fróis. Já Manuel Gonçalves precisou processar o governador do Rio de Janeiro, Mem de Sá, para receber o que lhe fora prometido ao casar-se com a órfã Maria Barbosa.

Para as mulheres enviadas, Nóbrega (1598) via uma vantagem na mudança de ares:

E digo que todas casarão mui bem, porque é terra muito grossa e larga, e uma planta que se faz dura dez anos aquela novidade, porque, assim como vão apanhando as raízes, plantam ramos, e logo arrebentam. De maneira que logo as mulheres terão remédio de vida, e estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra.

Todavia, não foram somente meninas órfãs que desembarcaram das naus portuguesas. O Rei optou por enviar ladras, assassinas e prostitutas para que elas tivessem uma “segunda chance”, pudessem se casar, constituir uma família e povoar o Brasil (Cavour, 2011, p. 15).

Com o comércio de escravos no Brasil, começou o processo de prostituição das mulheres negras por seus senhorios. Em 1641, uma parcela significativa das escravas era colocada por seus “donos” para a prostituição. Assim, os seus senhorios conseguiam enriquecer muito mais às custas da exploração sexual de suas escravas.

Durante o dia, essas mulheres trabalhavam na casa grande e nas plantações, já no período noturno elas tinham seus corpos comercializados e todo o dinheiro recebido era imediatamente entregue aos seus “donos”. Temos nesse primeiro momento na história do Brasil a presença clara do rufião. Essas mulheres foram, sem sombra de dúvida, exploradas sexualmente no Brasil (Cavour, 2011, p.15 *apud* Araújo, 2009).

Priori (2010) relata que as roupas que essas escravas usavam foram consideradas muito ousadas e desapropriadas para o período que viviam. Por expor seus corpos nas ruas, as mulheres escravas chamavam a atenção de todas as pessoas que passavam e as viam. Esse código de vestimenta inapropriado foi reprovado em 1709 pelo próprio rei de Portugal, que acabou proibindo tanto a exposição de seus corpos desnudos em vias públicas, quanto todo e qualquer adereço que incitasse ao pecado da luxúria.

Diferentemente das escravas, as prostitutas brancas se vestiam de forma muito apropriada para os padrões da época – roupas limpas, bonitas e as mulheres muito bem arrumadas. Contudo, se prostituir ainda era um comportamento reprovável, considerado abusivo pelas autoridades e, principalmente, pela igreja católica. Araújo

(2009) relata que as prostitutas irritaram o conde de Galveias governador da capitania de Minas Gerais, por frequentarem a igreja da cidade juntamente com as mulheres “de bem” da cidade. As prostitutas quase foram expulsas da capitania de Minas Gerais por isso.

As casas de prostituição surgiriam aproximadamente depois dos anos 1750. Fonseca (1982) aponta que as primeiras casas de prostituição em São Paulo foram abertas nesse período devido à descoberta de ouro no Centro Oeste brasileiro. Assim, São Paulo se tornou entreposto importante para apoio aos aventureiros que quisessem chegar a Cuiabá, sendo uma passagem obrigatória para estrangeiros, criminosos e prostitutas que se preparavam para exploração das minas. Essa movimentação intensa de pessoas lotava os bordéis, casas de jogos e tabernas.

Tão intensa foi a movimentação de pessoas nessa região que entre os anos de 1775 e 1783, precisamente no governo do capitão-geral Martim Lobo, muitas casas realizavam festas com a presença de profissionais do sexo, contratadas especialmente para as artes da luxúria, ficando famosas as festas que se realizavam na fazenda de São Caetano da Borda do Campo.

Anos mais tarde, a cidade do Rio de Janeiro passaria por um dos acontecimentos mais importante de sua história: a chegada da Família Real portuguesa e todos os seus serviçais. Vale ressaltar que as mesmas leis que vigoravam em Portugal também vigoravam em suas colônias incluindo aquelas que tratavam da prostituição.

Com a chegada e instalação da corte portuguesa no Brasil em 1806, a cidade do Rio de Janeiro logo se tornou um centro de atração com suas festas e bailes de gala à moda europeia. A urbe logo triplicaria a sua população, tornando-se um polo atrativo para a prostituição tão ou mais importante que São Paulo que na época era quem abrigava o maior número de prostitutas.

Em seus estudos sobre a prostituição na cidade carioca, Priore (2005) afirma que as prostitutas foram classificadas em três grupos. No primeiro grupo, estavam as aristocratas ou de sobrado, que eram destinadas a cativar clientes importantes, principalmente donos de engenho, a nobreza, altos funcionários da corte, estrangeiros em visitas importantes, além de outras figuras “endinheiradas”.

As casas que serviam de prostíbulos eram semelhantes às congêneres europeias, geralmente casarões, ornadas com luxuosos espelhos, banheiras e suntuosas camas, consideradas bons atrativos das casas. As mulheres eram brancas,

quase sempre europeias, andavam sempre perfumadas e em trajes finos e delicados, o que era uma distinção bastante apreciada, numa terra onde tudo era importado.

No segundo grupo, as mulheres de sobradinho ou de rótula. Elas trabalhavam em hotéis ou nas casas de costureiras, principalmente nos bairros de Botafogo e do Jardim Botânico - RJ. A depender dos atributos de beleza e simpatia, bem como o tipo de clientes que as procuravam, algumas se portavam em belos e graciosos trajes, confundindo-se com outras mulheres da vida cotidiana. Já as outras mulheres, que não eram dotadas de tantos atributos físicos e bons clientes, costumavam assentar-se nas praças, mercados e até mesmo ao longo das paredes das avenidas mais importantes da cidade, como a rua do Ouvidor, à espera dos clientes.

As prostitutas do terceiro grupo, chamadas da escória, moravam e atendiam em casebres ou mucambos – popularmente chamadas de casas de passes – e em cortiços, onde havia apenas uma bacia de cobre, utensílio de importante serventia para quem atendia a vários homens. Esse utensílio serviria para que prostitutas e clientes pudessem se higienizar sem precisar se expor ao exterior.

Seus clientes eram geralmente homens de má vida, criminosos e trabalhadores braçais que não tinham recursos para usufruir de outras prostitutas de maior classe. Esses homens geralmente frequentavam essas casas bêbados, o que tornava um suplício ainda maior para as mulheres desses recantos, que quase sempre já eram marcadas por dramas pessoais e familiares terríveis (Fonseca, 1992).

No final do século XIX e início do século XX, o intenso fluxo comercial entre o Brasil e a Europa, os fluxos imigratórios por conta das duas guerras mundiais, e o crescimento da economia por conta de commodities que eram exportados pelo Brasil, tornou o país uma terra de promissões. Os bordéis também acompanharam esse fausto e foi justamente nesse período de grande crescimento da economia brasileira que os prostíbulos ganharam significativo espaço na sociedade brasileira.

Rago (2008) relata que bordéis de luz vermelha, e inúmeras zonas de prostituição foram abertos nas grandes cidades brasileiras. Esses lugares eram frequentados por homens das mais diversas classes sociais. Os cabarés, cafés-encontros, pensões chiques²⁵, teatros e restaurantes, que na verdade eram fachada para a prostituição, estabeleceram uma grande rede de sociabilidade e de circulação monetária bastante sólida.

²⁵ Casas de prostituição de alto luxo.

Ainda segundo a autora, essa rede foi mantida por uma série de personagens como artistas, músicos, coristas, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas de diversas nacionalidades, clientes, choferes, garçons, arrumadeiras, cozinheiras, manicures, costureiras, porteiros e meninos de recados que compartilhavam o mesmo espaço (Rago, 2008).

Menezes (2013, p. 8) diz que no Rio de Janeiro, São Paulo e Ilhéus, as mais ricas e prósperas cidades, mantinham casas que ficaram famosas, como o Bataclan²⁶, imortalizado na obra de Jorge Amado. A prostituição retratada na obra de Jorge Amado nos ajuda a entender que a zona do meretrício desenvolveu as suas próprias leis, códigos, dinâmicas e práticas, que não necessariamente, seguiam as legislações governamentais da época, o que Rago (2008) denomina de um espaço de interação social.

Estes espaços não servem apenas para a procura por serviços sexuais. Eles têm outras finalidades, como encontrar com amigos para conversar, beber e dançar. A autora faz o seguinte relato sobre a prostituição nesses espaços de interação social:

Juntamente com a venda do prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já que aí se praticavam formas de sociabilidade referenciadas pelos padrões da cultura europeia. Homens de idades, classes, profissões, nacionalidades diversas participavam desse microcosmo, discutindo política, jogando cartas, bebendo, dançando, acompanhados pelas cocotes (Rago, 1991, p. 25).

Menezes (2013) ainda registra que uma ideia corrente e popular no Brasil é fazer uma associação imediata dos cabarés com bordéis. Não podemos deixar de levar em conta que nestas casas de shows, onde todos se encontravam, o flerte podia levar a um “programa” e as profissionais do sexo, sem dúvida, frequentavam estes lugares, mas a associação imediata entre cabaré e bordel é errônea e enganosa, adverte o pesquisador.

A palavra cabaré tem sua origem no espanhol (vabaretta ou casa de diversões) e posteriormente, foi incorporada pelo francês (Cabaret ou taverna). Na França, a palavra cabaré refere-se inicialmente a toda casa comercial que servia bebida à base de álcool. Entretanto, o cabaré como conhecemos apareceu em 1881 com a abertura do *Le Chat Noir* e em seguida, em 1889, foi inaugurado o *Moulin Rouge*, o mais famoso cabaré da França localizado em Montmartre em Paris (Menezes, 2013, p. 2-3).

²⁶ É também uma sala de espetáculo no 11º arrondissement de Paris. Foi construído em 1846 pelo arquiteto Charles Duval. O seu nome vem de Ba-Ta-Clan, uma opereta de Offenbach.

Já os bordéis são espaços destinados à prostituição. O dicionário de língua portuguesa Michaelis online define bordel como: “Lugar em que prevalece a devassidão; em que há libertinagem”. Assim, no mesmo dicionário, bordel e prostíbulo têm a mesma definição, e por conta de serem espaços (cabaré e bordel) que apresentam similaridades no tocante ao convívio social, venda de bebidas alcoólicas, presença de prostitutas, música e dança, o senso comum acaba utilizando as palavras como sinônimos no Brasil.

Priore (2005) salienta que os bordéis abriram uma nova perspectiva sexual aos brasileiros. Os ritos de iniciação sexual dos rapazes passaram a ser realizados nestes locais, por profissionais do sexo. Rago (2008) complementa afirmando que os rapazes poderiam satisfazer parte de seus impulsos sexuais próprios da idade com as prostitutas, para que, no futuro, pudessem estar adaptados para conviverem sem grandes excitações com as suas legítimas esposas.

Além disso, a autora afirma que algumas práticas sexuais consideradas pervertidas pela sociedade, mas desejadas por homens mais velhos e casados, eram praticadas corriqueiramente com as profissionais do sexo, haja vista que os maridos não chamariam suas esposas para prazerosa festa.

O ano de 1867 é considerado um Marco na chegada de prostitutas judias da Europa oriental, conhecidas como polacas, ao Brasil:

Das 104 primeiras prostitutas estrangeiras, em sua totalidade polaca, que aportaram no Rio de Janeiro em 1867, 37 seguiram viagem com destino ao Prata, tendo desembarcado aqui apenas 67. Nos anos seguintes, essa importação aumentou em proporções acentuadas, decrescendo em 1893, devido provavelmente a revolta naval (Almeida, 1906, p. 50 - 53).

Kushnir (1996) afirma que francesas e polacas marcaram fortemente presença no diversificado leque de nacionalidades que chegavam ao Porto carioca com destino ao mercado da prostituição brasileiro. Manter relações sexuais com essas prostitutas francesas era sinônimo de status social elevando para os homens brasileiros na época: “Dormir com uma francesa fazia com que os homens brasileiros se sentirem o mais legítimo dos franceses”.

Essa presença abundante de francesas circunscreveu-se ao fenômeno da *Belle Époque* vivida pelas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, e que depois chegou até as cidades de Belém e Manaus, em plena Amazônia, impulsionadas pelos enriquecimentos graças ao ciclo da Borracha.

Na virada do século XIX para o século XX, a concentração de casas de prostituição no Brasil continuou a aumentar, e na década de 1920, a prostituição teve seu apogeu. A Praça Onze, o símbolo da boemia carioca da época, oferecia muitas mulheres estrangeiras em seus bordéis (Cavour, 2011, p. 23 *apud* Leite, 2005).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o processo de imigração de europeus para o Brasil foi comprometido por conta dos ataques dos submarinos nazistas, conhecidos como *U-Boots*²⁷, aos navios dos aliados que cruzavam o Oceano Atlântico levando e trazendo suprimentos e passageiros.

Cruz (2017, p. 3-4) relata que o cerco nazista às rotas comerciais no Atlântico Sul²⁸ foi tão violento que só o U-507 torpedeou e afundou cinco navios mercantes brasileiros, ceifando muitas vidas em nosso litoral. O cerco de Hitler ocasionou uma redução drástica da fuga de europeus para as Américas e uma diminuição significativa de prostitutas “importadas” daquele continente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve o restabelecimento das rotas marítimas do Atlântico Sul, e por conseguinte o transporte de pessoas foi normalizado entre continente Europeu e Americano. O governo brasileiro intencionava receber cerca de 700.000 refugiados de guerra, mas essa expectativa ficou bem aquém do esperado.

De acordo com um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo na edição de 5-7-1947, intitulado *A tragédia dos deslocados*, encontramos a informação de que em 1949 chegaram ao país pouco mais de 19.000 imigrantes. O mesmo artigo ainda informa que novos dados foram coletados dois anos depois, já 1951, e que a quantidade de pessoas vindas da Europa para fixarem residência no Brasil chegou

²⁷ *U-Boots* é o termo alemão para se referir amplamente a submarinos e é abreviação de Unterseeboot, literalmente "barco submarino". É termo que deriva do sistema da Marinha da Alemanha de dar nome aos seus submarinos com uma letra "U" seguida de um número. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/u-boot-submarino-alemao-da-segunda-grande-guerra/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

²⁸ Até o início de maio de 1942, a Marinha Mercante do Brasil perdeu seis navios com 116 vítimas fatais, em águas do Atlântico Norte. Durante a primeira quinzena de agosto retorna uma certa calmaria. A trégua era aparente e deveria ser interpretada como a preparação da tempestade. Entre 15 a 20 de agosto, desencadearam os mais violentos ataques contra a Marinha Mercante do Brasil. Entre o litoral de Sergipe e o da Bahia, o submarino alemão U-50713 atacou em rápida sequência sete embarcações: Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará, Jacira e Hammaren. O ataque sequenciado do U-507 deixou o Brasil com apenas uma linha de ação possível: a beligerância¹⁴. Para Plínio Pitaluga, somente quando o país passou a sofrer consequências físicas no seu comércio exterior e na sua navegação de longo curso, somadas às ameaças de ações militares advindas da África, limitadas que fossem, contra o Nordeste, parece o Brasil que acordou. Despertou-o a agressão dos submarinos alemães e italianos – trinta e um navios mercantes torpedeados com cerca de mil mortos – em águas do nosso litoral, ou mais distantes, do Mediterrâneo e do Atlântico Norte

apenas a vinte e cinco mil imigrantes, que foram classificados como refugiados ou deslocados de guerra pelas autoridades brasileiras (Paiva, 2004, p. 4).

No Brasil, durante o período compreendido entre os de 1937 e 1945 – conhecido como Estado Novo –, houve um aumento significativo dos casos de infecções sexualmente transmissíveis, sendo a *sífilis* e a gonorreia as mais prevalentes em todo o território nacional. Não tardou para o governo e setores mais extremistas da área da saúde responsabilizarem diretamente as prostitutas como as principais transmissoras dessas ISTs.

Assim, a prostituição foi vista como uma ameaça à família, à tradição religiosa cristã, e a imagem da prostituta passou a ser associada à sujeira e a doenças. “A mulher que se deixasse conduzir por excessos, guiar por suas necessidades, só podia terminar na sarjeta, espreitada pela doença e miséria profunda, a prostituta era guiada pelo dinheiro, e por conta deste, colocava a honra e as grandes fortunas em risco” (Priore, 2011, p. 89).

O governo Vargas propôs um projeto higienista que tinha como característica medidas tanto de caráter policial quanto médico. As autoridades policiais buscaram identificar, classificar e chegando a impor medidas de isolamento das prostitutas de forma rígida nas zonas de meretrício tradicionais em centros urbanos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Belém (Cavour, 2011).

As autoridades públicas fecharam algumas destas zonas, ou as demarcaram como zonas de perigo à saúde pública. As prostitutas, por sua vez, foram submetidas aos médicos higienistas. Os mecanismos de repressão às prostitutas se deram de forma médica, através da prevenção da *sífilis* e outras ISTs e repressão das prostitutas, de forma moral, se deu através de medidas como a proibição de aparecerem nas janelas ou portas, por exemplo (Pinto, 2009, p.12).

Não tardou para a que as ideias de eugenia²⁹ fossem colocadas em pauta no Brasil. O texto “A regulamentação eugênica do casamento”, publicado por Brazil-Médico Kehl, (1920), que fora apresentado em sua sessão como posse de membro da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, trata sobre proibir a descendência da degeneração e abastardamento, proibindo o casamento a indivíduos, degenerados (as prostitutas eram consideradas degeneradas nesta época pela medicina), tarados,

²⁹ [Medicina] Biologia. Teoria que tenta criar uma seleção que, contendo o que está presente na espécie humana, se pauta nas leis da genética; eugenismo; Ciência que busca pesquisar o processo de aprimoramento genético da espécie humana. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/eugenia-2/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

portadores de doenças transmissíveis por contágio e herança, de procriarem, de gerarem, proles anormais e de criminosos. O autor diz:

Os indivíduos perigosos para a raça deveriam ser isolados, os males mais degenerantes se tornam mais perigosos sem uma regulamentação eugênica do casamento seriam a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose. Também se era exigido o exame pré-nupcial, o de defloração para saber se a mulher era virgem antes do casamento, para os homens apenas atestado de doença venérea. Para garantir o bom desenvolvimento da raça também se discutia sobre a esterilização dos indivíduos considerados degenerados (Kehl, 1920, p. 689).

A partir destes discursos, como podemos observar, criam-se limites entre o que é normalidade e o que é doença, no campo da sexualidade. O discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social (Pupo, 2019, p. 12 *apud* Engel, 2004, p. 69).

No final da década de 1950, mais precisamente em 1958, o Brasil adotou uma postura abolicionista com a prostituição. Tal postura foi adotada logo depois que o país não só participou, mas ratificou a assinatura da Convenção de *Lake Success* (Planalto, 2022, não paginado) realizada pela Assembleia-Geral da Onu. O objetivo da Convenção era reprimir o tráfico de pessoas e as práticas de lenocínio no mundo (Kushnir, 1996; Leite, 2005; Cavour, 2011).

Os resultados foram logo sentidos com a adoção da nova postura do governo brasileiro pós-assinatura da Convenção, com a diminuição da violência policial às prostitutas, a reabertura de algumas zonas de meretrício, que foram fechadas durante o período ditatorial do Estado Novo, e diminuição do controle sanitário (Farias, 2013, p. 43).

Ainda no século XX, em 1987, Gabriela Leite, que atuou como prostituta e coordenava o programa “Prostituição e Direitos Civis”, organizou o “I Encontro Nacional das Prostitutas”, cujo objetivo principal era criar uma rede de intercâmbios e contatos entre as prostitutas que fortaleceria a categoria. Este fortalecimento foi crucial para que a categoria reivindicasse políticas públicas que assegurassem os seus direitos civis. Gabriela era crítica e questionava o lugar das prostitutas na sociedade brasileira.

As principais conquistas advindas do I Primeiro Encontro Nacional das Prostitutas foram: a criação da Rede Brasileira de Prostitutas; o reconhecimento das profissionais do Sexo no Código Brasileiro de Ocupações, em 2008; campanhas de

prevenção de ISTs e Aids; o Projeto de Lei 98/2003, que discute a exigência de pagamento por serviços de natureza sexual, e questiona o modelo abolicionista adotado no Brasil; o lançamento da grife “Daspu” no início do século XXI, em que as modelos era profissionais do sexo.

O século XXI traz consigo o que muitos autores chamam de Revolução Tecnológica. Esta revolução tecnológica afetou diretamente a sociedade, principalmente no que tange ao consumo, às relações de trabalho e às interações sociais. A prostituição começou a se valer das novas ferramentas tecnológicas disponíveis para se adaptar a este novo modelo de sociedade cada vez mais digital. O mercado da prostituição vem se adaptando, assim como outrora o fizera ao longo de história.

Minha tese trabalhou a prostituição no século XXI no terceiro capítulo. Nele, fiz uma discussão teórica com autores contemporâneos, que assim como eu, pesquisam a prostituição e suas ressignificações a partir de novas modalidades de prestação de serviços sexuais, por meios digitais, neste “novo e adorável” mundo digital.

A seguir, no próximo subitem, intitulado “De Hortência à Janalice: Faces da prostituição na literatura brasileira de expressão Amazônica”, trabalharei a historiografia da prostituição na Amazônia paraense utilizando a Literatura. Nele, fizemos um diálogo com a Literatura e a História para relatar a trajetória da prostituição em nossa região. Temos como marco temporal o ano de 1888, que iniciamos com a obra intitulada “*Hortência*” de Marques de Carvalho. Dialogamos com outras obras literárias, e levamos as discussões até as duas primeiras décadas do século XXI, com a obra intitulada “*Pssica*” de Edyr Augusto.

1.2 De Hortência à Janalice: Faces da prostituição na literatura brasileira de expressão Amazônica.

Já é sabido pelos diferentes balanços realizados por aqueles que pesquisam História ou Literatura que, por muito tempo, utilizou-se quase que de forma absoluta as narrativas oficiais, as bases legais, as diferentes produções formais da humanidade como sinônimos de “história verdadeira”. Entretanto, diante da necessidade de ampliar as perspectivas de entendimento, novas/outras questões surgiram, o que, por conseguinte, impulsionaram o sobressair de novas fontes de pesquisa. Esse foi o caso da Literatura, ou mais precisamente, do material literário como fonte para a pesquisa histórica.

No Brasil, Carvalho (2014) nos relembra que, com o fortalecimento do INEP, nos anos de 1950 (o órgão fora criado desde 1937, diga-se de passagem), o enlace da história com a memória dos renovadores da educação exigiu da instituição não somente a organização de doutrinas e técnicas pedagógicas daqueles homens, mas sobressaíram “novas” fontes de pesquisa histórica para se remontar o que se almejava. A produção literária ganhou destaque nesse bojo, na ocasião, erguida como um material de “conhecimento histórico”.

Em meados de 1960, agora mais fortemente sob a influência das discussões advindas da *Escola dos Annales* (sobretudo aquelas que tratam da crise do historicismo), essa reorientação dos valores da pesquisa histórica ganharia robustez. Além das novas fontes de pesquisa, observou-se grande valor nas narrativas silenciadas pela oficialidade. Ficou cada vez mais necessário contar e saber, dentre outras necessidades, a “história vista de baixo”, buscar novas fontes e reler as antigas, sob um novo ponto de vista (Thompson, 1998).

O próprio conceito de fonte histórica, nessa guinada, parece ter se alargado: “todo material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (Aróstegui, 2006, p. 490). O material literário, sustentado nessa compreensão, passa a ser localizado, em certa zona dos estudos históricos, como uma “informação documental”, ou seja, uma produção que serve de testemunho, vestígio, relíquia, documento; enfim, um registro da humanidade.

Se por algum tempo não se utilizou a Literatura como fonte de pesquisa histórica – por diferentes motivos e razões, como se buscou brevemente expor –, os anos de 1970 apresentariam novos ares a partir da disseminação do uso do material literário, pelos historiadores, ora para se reconstituir aquilo que se entendeu como a História, ora pra se captar, no material eleito, “percepções, representações, figurações [...] os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal” (Camilotti; Naxara, 2009, p.15).

Buscando distanciamento de uma investigação com poucos critérios, o uso da Literatura como fonte de pesquisa histórica incorporou algumas especificidades em seu *ofício*. Lopes (1986), Pécora (1994; 2013) e Riaudel (2015), para citar alguns, quase que em uníssono, destacam que o uso da Literatura para o intento histórico deve considerar conhecimentos de conceitos básicos da Literatura, da história da Literatura, da mesma forma que não se pode negligenciar os limites entre ficção e

realidade. Cada obra literária traz sua especificidade de tempo, espaço, contextos de produção e recepção, por exemplo.

Sobre o tempo da narrativa, vale o alerta de que “as obras literárias não são meros sintomas, espelhos possíveis da realidade do seu tempo, mas têm uma vida estética própria. Por outro lado, são filhas de seu tempo, têm uma existência concreta, historicamente determinada, situada e determinada” (Lopes, 1986, p. 69). Em suma, pode-se dizer que esse trabalho fronteiro exige o alerta feito por Riaudel (2015, p.159): “a recusa do anacronismo é nosso lugar comum, isto é, o chão partilhado entre historiadores e estudiosos da literatura”.

Por fim, orientando-se por essa ambivalência e por essa trajetória de usos e apropriações, chega-se à prostituição registrada na Literatura Paraense de Expressão Amazônica. Como ponto de partida, o século XIX oferece ao escrutínio a personagem Hortência, figura ilustrada no principal romance do diplomata, jornalista e escritor paraense Marques de Carvalho.

Uma das primeiras representações literárias voltadas à prostituição, na Literatura Brasileira de Expressão Amazônica, diz respeito àquela erguida por Marques de Carvalho com a célebre obra *Hortência* (1888). Na narrativa, essa questão é associada à natureza humana, em particular à natureza de Lourenço, moço morador de uma Belém oitocentista, decadente e repleta em libertinagens, boemias e vadiagens, um contexto com correspondência formativa direta para o moço negro criado em uma “libérrima natureza de homem criado sem peias” (Carvalho, 1989, p. 154).

Ele, na compreensão de Moreira (1989, p.14), tipificava um daqueles moços “inclinados à malandragem e às aberrações sexuais” de sua época. Isso o fez praticante de incesto com a própria irmã. E bastou que Hortência, grávida e cheia de dores, lhe escassear-lhe sexo, para que procurasse reascender sua vida hedonista nos diferentes prostíbulos da cidade:

A princípio, entrou a sair durante o dia, como se apenas se dirigisse à casa dos patrões, mas realmente para refugiar-se nos alcouces ínfimos da rua das Flores e do bairro de Sant’Ana. Entrava ao escurecer com um enfaro visível na secura da expressão do rosto e na brutal maneira de exigir o jantar, a *paparoca*, assim como reclamava (Carvalho, 1997, p.154-5).

Saindo do século XIX e focando nas ilustrações da prostituição no século XX, sobressai-se o cenário e personagens envolvidos à prostituição na expressiva novela *Maria Dagmar* (1950) e no romance *Candunga* (1954), de Bruno de Menezes. Maria

Dagmar é uma novela realista com preocupações sociais, marcada pelas várias misérias em que as mulheres do início do século XX são circunscritas. Tais condições, por conseguinte, as empurra para uma queda gradativa (também) presente no mundo da prostituição.

É o caso da personagem Maria Dagmar, que diante da ambivalente condição de mulher bonita e colecionadora de eventos desfavoráveis e tragédias – mulher, preta, migrante e desassistida financeiramente devido à morte do marido –, se vê envolta da necessidade de adentrar na prostituição, sob o signo de censura e pecado, sentimentos esses advindos da moralidade cristã em que fora criada.

Em sua descrição na novela, muitas dessas questões e encaminhamentos de vida já se observa desde os primeiros momentos de sua trajetória:

Colo amplo, seios levantados, boca expressiva no riso albente, que lhe mostra os dentes puros. Cabelos fartos e trevinos, lindas mãos de escultura. Mulher que vem ao mundo para atrair, entontecer, cumprir os determinismos de sua sorte [...]. Nascera fisicamente para esse evoluir na cama [...]. Repugna-lhe o franco meretrício. Irá arrastando a sua cruz assim mesmo, morando naquele arrabalde, que colabora com os seus escrúpulos de não receber os homens de porta aberta a qualquer um (Menezes, 1993, p. 39; 44; 81).

Um pouco mais distanciados dos escrúpulos de Maria Dagmar, temos com a segunda produção de Bruno de Menezes, a composição de uma família de retirantes nordestinos que, fugindo de uma seca terrível, observam no Pará a possibilidade de uma vida melhor. Assim, pai mãe e as filhas se deslocam para a Zona Bragantina do Estado do Pará, acomodando-se em uma das colônias agrícolas que vive certo progresso econômico, notadamente com suas “quitandas, as vendas, cheias de gente, procurando em que se distrair, em que gastar o cobre [...] as mulheres da vida afluem de todas as localidades” (Menezes, 1993, p. 200).

Esse contexto, como se observa certa sugestão no início da narrativa, se tornou ideal para que Ana e Josefa, as filhas de Gonzaga e Teresa, sofressem diferentes tipos de assédios, sobretudo aqueles de ordem sexual. As jovens acabam conduzidas à prostituição pelos grandes proprietários do local e por Rosinha, uma prostituta que saíra de Belém com o intuito de recrutar novas moças para os prostíbulos na capital: “Ana e Josefa ficando mais apetitosas, atraindo a freguesia para os negócios de Portuga, prosperamente administrados pela jeitosa Rosinha. João Portuga, murmurava-se, teria triplicado seus negócios depois da ida das retirantes para sua casa” (Menezes, 1993, p.185).

O caminho seguido pelas moças, vale dizer, corresponde a um lastro já trilhado por outras mulheres que saíram do Nordeste rumo ao Pará, como é o caso de Chica Sem Medo, mulher paraibana, respeitada e temida pelos homens da Zona Bragantina, justamente por sua coragem, como descrito na cena seguinte:

O amante, desmoralizado, acende um fósforo e fica de apático, diante da mulher que friamente chalaceia de seus brios [...]. Iria pecar, no próprio leito que, por necessidade, não pudera honrar para sempre [...] o caso ficou muito falado. E desde essa mesma noite, e daí por diante, ela não teve mais dono. No mercado, nas feiras, nos 'forrós', passou a ser chamada 'Chica Sem Medo' que os homens cobiçavam, mas respeitavam e temiam (Menezes, 1993, p. 202).

Como se observa, a literatura produzida por Bruno de Menezes revela um aspecto ainda não resolvido, mas mitigado na Amazônia: o encaminhamento das mulheres, por diferentes motivos e situações, à realização da prática sexual em troca de dinheiro. Como a situação persistiu, outros autores ergueram outros personagens ligados à prostituição. É o caso de Dalcídio Jurandir e seu conjunto romanesco, o chamado Ciclo do Extremo-Norte.

Nas palavras do professor e crítico Paulo Mendes, Dalcídio Jurandir daria, de forma destacável e talentosa, continuidade ao uso da literatura como registro dessas denúncias, injustiças e explorações sofridas pelas classes marginalizadas, aqui representadas pela fração ligada à prostituição (Mendes, 1993).

Na literatura produzida por Dalcídio Jurandir, temos como exemplos a prostituta Felícia, esboçada em *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), os prostíbulo da periferia frequentados pelos homens casados, no romance *Primeira Manhã* (1967), e a personagem Maria Igarapé, mulher sofrida, migrante do Nordeste, que recebia seus clientes na favela Não-Se-Assuste, localidade ilustrada na obra *Chão dos Lobos* (1976).

Tomemos como exemplo a representação disposta no primeiro romance do ciclo dalcidiano, "*Chove nos campos de Cachoeira*". Nessa obra, a prostituição surge como um elemento de decadência e subterfúgio ante a um contexto esfacelado, sem perspectivas de mudanças, que viesse a afastar os diferentes problemas encontrados em Cachoeira: fomes, pestes, solidões, incertezas e desamparos.

Para muitos homens da localidade (como é o caso do personagem Eutanázio), a saída desses problemas estava na prática sexual com as prostitutas locais, com destaque para Felícia, a figura com nome irônico que "cheirava a terra úmida, a terra dos caminhos pisada por todos os caminhantes" (Jurandir, 1941, p. 26). Ela, como

observou Teixeira e Farias (2020), ao lado de Eutanázio, seguia “doente e satisfeita”, ainda que aprisionada a uma prostituição que lhe perpetuasse a humilhação e sentinela de seu corpo em favor dos prazeres carnavais solicitados pelos viajantes e moradores de Cachoeira:

o empurrar para a barraquinha de Felícia. Tinha saído da casa de seu Cristóvão. Ninguém sabia como saíra do riso de Irene. Ninguém no mundo sabia que um homem saíra da casa de seu Cristóvão cheio de complicações dentro do crânio. Tomou o rumo de Felícia. Uma mulher que cheirava a poeira, a poeira molhada. Cheirava a terra depois da chuva. A fome. Fedia a fome. Estava descalça, gripada, assoando o nariz, no fundo do quartinho [...]. Mas sentiu que devia se entregar a qualquer coisa que ao mesmo tempo contentasse a carne e castigasse a sua impotência para resistir ao riso de Irene, àquela casa odiosa. Felícia estava tão indecisa e humilhada. Era sempre assim apesar de tudo, aquela Felícia. O homem da véspera tinha se aproveitado dela sem lhe dar um tostão. Felícia apesar de não ser nova naquele ofício era sempre tola, lograda, ingênua. Eutanázio sabia disso. Sentiu que devia se entregar a ela pela força de uma inesperada e misteriosa piedade, enchendo o seu impuro desejo de uma mulher qualquer como Felícia [...]. Felícia tinha já estado desde a véspera com um homem suspeito. Não sabia se estava contaminada. Das doenças velhas andava livre. Mas o homem da véspera era suspeito. Viera das canoas encalhadas na beira da doca onde tem cavaquinho, peixe assando na brasa, homens tirando carga (Jurandir, 1941, p. 25; 26).

Como se nota, o sexo ofertado na barraquinha de Felícia sugere a própria destruição de sua época, de seu contexto vivente na Vila que habitava. Eutanázio, filho do Major Alberto, na recusa da mulher que amava (Irene), encontrava no deitar-se com Felícia um “autoflagelo”, “o “mal de Felícia”, representado pelo não sarar de suas doenças sexuais, no escárnio ofertado pela prostituta ao moço compositor de músicas de boi, que chegou a cogitar como vingança a sua condição de “sem sorte no amor”, espalhar as doenças sexuais que contraía a todas as mulheres do mundo.

Muito do cenário observado em *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), relacionado à prostituição, nos fazem lembrar a conjuntura construída em *Velas na Tapera* (2009), por Carlos Correia Santos. Nessa narrativa, que pelo título já se tem certa sugestão, fica explícita a figuração das cidades na Amazônia após os grandes empreendimentos, os grandes ciclos econômicos, como destacou Farias e Camargo (2019), quase sempre ligados ao aumento da prostituição nas localidades em que são desenvolvidos. O que se vê em “*Velas na Tapera*” denota uma característica histórica da humanidade que diz que onde há circulação de dinheiro, há, conseqüentemente, circulação de serviços.

Ainda que distanciado do grande empreendimento (Projeto Fordlândia), para evitar baixo rendimento no trabalho de seus funcionários, o prostíbulo descrito no

romance, desde sua origem, não segue a grandeza da obra que persegue, mas carrega consigo o ar de recinto mínimo e necessário, um ambiente criado apenas para “aliviar” os exaustivos dias de trabalho de homens, casados ou não, como frisa o narrador em seu detalhamento:

Era pra além das desertas e melancólicas instalações da antiga serraria... Era no meio daquele acolá que ficava a forja de paredes, portas e janelas que atendia pela alcunha de Casa da Velha Carmem. Lançado mata adentro, a um triz de cair no igarapé, uma palafita, o lugar não guardava traço algum do que a ilusão americana edificara no centro. Também nunca fora necessário. Nunca. Arquitetura daquele lugar era do prazer. Apenas isso. Aquela construção nunca precisava refletir nada do que o sonho Ford semeara. Desde inaugurada, tivera sempre que ser apenas destrancado entrar. Livre entrar para a urgência do gozo dos exaustos homens do mundo que haviam transformado aquela floresta em morada. Casados ou não. Livres entrar para os nativos que boas moedas tivessem para saciar as vontades da carne. Casados ou não (Santos, 2009, p. 76-7).

O prostíbulo ‘Casa da Velha Carmem’ tinha em sua composição figuras femininas vindas de diferentes localidades do Estado, que também, semelhante à Casa, trajavam sofrimentos, angústias, maus-tratos, o que, por extensão, nos leva a pensar que representam, em tom metafórico, os próprios moradores da cidade, da região, os habitantes da Amazônia em suas lutas históricas frente aos grandes empreendimentos em suas desenvolturas: chegam, exploram, usam, abusam e abandonam, deixando vazios:

Putas cobertas muito mais por sombras que por qualquer pano [...] Sobre o sofá puído, uma anca morena. Largada sobre o braço da poltrona rasgada, pálida coxa. Encolhida numa cadeira de pernas fracas, toda aquela virilha negra... Tudo tenta focar mais santo à luz de velas. Até corpos recém-vendidos para qualquer um [...] E, naquele entrar, ela não conseguiu impedir que seu olhar fosse deixando perplexidade sobre a condição daquelas mulheres. Passava soltando desconcerto sobre aqueles olhares amolecidos. Sobre aqueles cochilos esparramados. Sobre os risinhos porres, cochilos vagos. Sobre as garrafas de pinga. Vazias. Vazio. [...] Pasma, vista entregue a contemplar as prostitutas que, de tão bêbadas, acumulavam-se ou dormiam pelos cantos do salão (Santos, 2009, p. 96-7).

Nessa mesma linha, que é a representação de problemas individuais/coletivos, a trama *Pssica* (2015), de Edyr Augusto, parece atualizar a temática e apresentar o que há de mais brutal e atual em termos de prostituição em solo amazônico. O texto, curto, rápido e impactante (o que nos lembra muito mais uma novela), comunica a história da jovem Janalice, uma menina de 14 anos de idade que, após ter um vídeo íntimo seu vazado na escola, é expulsa de casa e jogada no mundo, que a conduz aos mais variados abusos presentes na prostituição infantil:

Uma garota, filha de um amigo, sumiu. Vai ver foi com o namorado. Não, não foi. Ela aprontou com o namorado, botaram no Facebook. Essas gurias de hoje são foda! O pai se emputeceu, mandou pra casa da tia por uns tempos, ali no centro da cidade. Mas onde ela foi se meter. Sumiu. O pai chamou Amadeu. Ele escarafunchou, descobriu uma amiga e uns dias depois essa amiga foi assassinada. E pronto. Sumiu. Já foram a hospital, polícia, os caralhos e nada. Aí ele me ouviu, ouviu a gente, na batida naquela casa das meninas que iam ser traficadas e achou que podia encontrar alguma coisa. Ah, sim. Ela tá aqui, trancada. Tá fodida, mas já ouvi falar que tem advogado, sei lá, já não me admiro mais com nada. Delegado, e essas meninas? O senhor tem os nomes delas? Tenho. Espera aí. Nada de Janalice. As fotos não posso mostrar porque são de menor. E se a gente falar com essa mulher? Ela não quer dizer nada. É uma quadrilha. A gente tá tentando extrair alguma coisa, mas ela é puta velha, matreira, está esperando o advogado entrar com *habeas corpus*, o escambau. Acho difícil, mas, se quiser tentar (Augusto, 2015, p. 35-6).

Janalice, como tantas outras meninas, são conduzidas às drogas, à prostituição e a todo tipo de ação que a envolve cada vez em um submundo de crimes que liga Belém do Pará ao Suriname e Caiena, em uma rede repleta de raptos de jovens inocentes e mulheres sonhadoras de uma condição de vida melhor:

Amadeu estava acabrunhado. Sabia o que se passava com Pedro. Evitava até ligar. Circulava pela região onde a garota desaparecera. Fala, Joca, dá um brilho aí. Escuta, nada daquela garota? Que garota? Aquela que sumiu, lembra? Ih, Amadeu, por aqui, todo dia tem novidade. Já nem lembrava. Porra, tu ficas aí só escutando esse rádio. É o programa do Orlando Urubu. Nunca ouviste. Essa porra ainda tem programa de rádio? Tem de haver seleção... Hoje ele está com os caraio, porque descobriram umas meninas que iam a Caiena para a prostituição. [...] “Estamos aqui com o delegado Roberto Barbosa, que comandou essa operação no Benguí. Delegado, quer dizer que essas garotas todas seriam vendidas para a prostituição? Positivo. Recebemos denúncia. Essa tal de Carlina Gonçalves, rapta ou então vira a cabeça dessas meninas bobas, prometendo euro, dinheiro bom e fácil, só pra dançar nas boates em Caiena. Quando elas chegam, ficam sem passaporte e começam devendo passagem, comida e aí viram escravas sexuais. Só aqui encontramos quatro garotas trancadas. Orlando Urubu na área, ouvintes, não podemos entrevistar as meninas porque são menores e o juiz de menores não deixa, mas logo mais voltamos com novos detalhes da casa onde estavam presas, prontas para serem escravas brancas, jovens que não chegam a ter dezesseis anos. Um verdadeiro escândalo. Felizmente a polícia apareceu. Delegado, somente mais uma pergunta: Há outras investigações na direção desses crimes de escravas brancas? Há, mas não posso te adiantar nada (Augusto, 2015, p. 33-4).

A narrativa, em uma forma expansiva que parte de um núcleo familiar ao tráfico humano, ao envio forçoso de mulheres à prostituição para fora do Brasil, revela com isso, uma das facetas da economia atua que trata o corpo humano como mercadoria, e, nesse mercado, “a carne nova” acaba tendo um valor maior. A prostituição infantil, presente nas páginas de Pssica, revela ainda a desesperança de muitas jovens do norte do Brasil que, diante da desesperança e promessas vazias e errância em suas

trajetórias, adentram o caminho sem volta de uma prostituição que, na maioria dos casos, somente lhes proporciona reveses, morte, dia após dia.

Para encerrar nosso panorama, destacamos que a temática da prostituição, quando ilustrada na Literatura Paraense de Expressão Amazônica, cobre três grandes séculos com disposições específicas, contudo com aproximações quanto ao destino das mulheres conduzidas ao submundo do “mercado do corpo”.

Até hoje, tanto na ficção quanto na realidade, pesa-lhes o julgo de inferiorização, meras realizadoras de “ação proibida”, “pecaminosa”, “quase delituosa”. Na mesma medida, ainda que de forma velada, trata-se de um serviço sempre requisitado, uma vez que atende ao mais íntimo dos desejos humanos.

É o que já se constata em Hortência, ambientada no século XIX. Nesse romance, talvez o primeiro e único de características naturalistas, ambientado em uma Belém praticamente rural, temos ao centro a figura do homem, daquela época, que necessita atender aos seus desejos, suas vontades sexuais e, para isso, lhe é, de certa forma, “autorizado” recorrer ao sexo com sua própria irmã. Na escassez do sexo, visto o resultado ser a gravidez da moça, outra autorização lhe é garantida socialmente: a aceitação de que o moço poderia frequentar os prostíbulos para saciar suas vontades de homem.

Como se observa, há o registro de uma figura feminina subjugada, aspecto ainda presente na produção literária da primeira metade do século XX. Outras jovens/mulheres, como Maria Dagmar, Ana, Josefa e tantas mais, avistam seus sonhos serem manchados, esfacelados. Essas vidas femininas, em sua maioria, seguiam conduzidas entre o gozo e a contrição.

Suas condições de migrantes pareciam lhes impingir maiores vulnerabilidades. Essas meninas e mulheres, que chegam à Amazônia (como se vê na representação literária), são vítimas dos mais variados assédios. Dentre eles, é possível dizer que há uma ênfase no assédio sexual, que as conduzem à prostituição.

Diante de tantos insucessos, muitas assumem em suas vidas uma postura semelhante à prostituta Felícia – e por que não dizer em quase todas as outras vidas aqui apresentadas. A figura de Felícia, em parceria com o amante Eutanázio, tipifica a ambivalência do sofrimento e do prazer.

O viver um alento, realizações curtas, prazeres passageiros como a vida vivida por esses personagens é dizer que o próprio contexto simboliza o fracasso que a região norte teve em relação à prostituição, já que quase toda a Amazônia experimentou, gerando-lhe sombras até os dias de hoje.

Esses “fantasmas” que revelam grandiosidade e decadência da região, ainda insistem em possuir a história da Amazônia. É o que se constata com as narrativas *Velas na Tapera* e *Pssica*, símbolos da prostituição do século XXI, um século atual cheio de problemas antigos. Com o primeiro romance temos a repetição do trajeto histórico-humano de anexar prostituição aos grandes projetos.

No caso de *Fordlândia* (representado em *Velas na Tapera*), tanto o ambiente deixado quanto a condição das mulheres que ficam, após o projeto de Henry Ford, representam o estado de penúria da prática sexual local, de suas praticantes, da localidade que “lucra, mas não prospera”.

Já em *Pssica*, temos a faceta mais perversa da economia atual que tenta fazer do corpo infanto-juvenil (e seus prazeres ofertados) uma maneira de se obter lucros, ainda que para isso vidas sejam ceifadas, aniquiladas. *Pssica* é uma obra literária descrita em 96 páginas. Essas poucas páginas são capazes de demonstrar a verossimilhança entre a ficção e a realidade regional.

O caso de *Janalice*, ficcional, retorna à realidade com a certeza de ser uma denúncia de que se trata do que há de mais atual/brutal na prostituição presente na Amazônia. Mantém-se a subjugação da mulher, com o adendo do crime declarado e impune, uma vez que faz parte de grandes cartéis administrados, sorrateiramente, por políticos e empresários de todas as partes do mundo. Temos assim, no cenário ficcional (e real) da Amazônia, uma prostituição que gera diferentes lucros.

Aos donos dos corpos e “donos do negócio”: valores monetários, aos aliciadores: dinheiro expressivo e prazeres ofertados pelas jovens. Às mulheres e às meninas da Amazônia, ou aos migrantes, resta-lhes, quase sempre, um montante de amarguras, inserção no mundo do consumo e comércio de drogas, e o enredar-se em uma rede de prostituição difícil de desvencilhar. Trata-se, quase sempre, de um caminho sem volta, uma perpétua decadência do ser.

1.3 Referências teóricas e metodológicas

Com uma extensa e vasta produção bibliográfica das mais diversas áreas do conhecimento humano, com variados pontos de vista e olhares sobre esse fenômeno tão presente em nossa história, diversas pesquisas têm sido realizadas nos últimos anos sobre prostituição no Brasil e no mundo.

Minha tese buscou utilizar uma parcela atual e relevante da bibliografia sobre a prostituição produzida nas últimas duas décadas do século XXI. Durante a

confeção de capítulos e subitens que historicizaram a prostituição, utilizamos as referências clássicas obrigatórias que vai da Prostituição Sagrada até a prostituição contemporânea.

Os trabalhos dentro do campo da História da prostituição que utilizamos foram: Lannoy, 1976; Roberts, 1998; Rubio, 1999; Rago, 1991; Vainfas, 2000; Batista, 2011; Oliveira, 2011; Schmitt, 2016. No campo da literatura brasileira de expressão Amazônica, os trabalhos mais relevantes utilizados em minha tese foram: Carvalho, 1988; Moreira, 1989; Jurandir, 1941; Augusto, 2015; Farias e Camargo, 2019.

O campo de estudos sobre prostituição é bastante vasto no Brasil. Trabalhos dentro da História, Antropologia, Sociologia e Psicologia fizeram parte de um repertório valioso para a confecção dessa tese. As cinco obras que compõem a minha fundamentação teóricas são: Nickie Roberts, com o seu trabalho intitulado “As Prostitutas na História”; Margareth Rago, com o seu trabalho “Os prazeres da noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)”; Michael Foucault, com os trabalhos “História da sexualidade”, “Microfísica do poder” e “Vigiar e punir”; Alexandra Oliveira, com o seu trabalho intitulado “Andar na vida: Prostituição de rua e reação social”; Luís Saraiva, como seu trabalho “O renascer de Vênus. Prostituição, trabalho e saúde em tempos de sida”.

A produção bibliográfica primorosa sobre grandes projetos realizada por Fearnside (1999-2021) é referência mundial sobre a temática das UHEs na Amazônia e está presente nesse trabalho. O autor traz uma riqueza de detalhes sobre o que tange os impactos ambientais, sociais, de saúde pública, geográficos, econômicos e políticos. Porém, pouco trabalha as questões relacionadas às consequências que o fenômeno da prostituição acarreta para as áreas que recebem centenas de trabalhadoras do sexo.

O meu estudo buscou entender e fazer a relação entre os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense e o grande capital diante dos movimentos de migração de toda uma estrutura do comércio do sexo, mesmos que precarizada, para as circunvizinhanças de seus canteiros de obra. Barroso, (2017), Araújo, (2018) e Butel (2018) são autores com bibliografia mais recente nesse campo de estudo.

A pesquisa qualitativa escolhida para fazermos o levantamento de dados observou as cinco características apontadas pelo pesquisador Robert Yin, que foram: 1. Estudar o significado das condições de vida real das pessoas; 2. Representar a opinião das pessoas ante um estudo; 3. Abranger o contexto social, cultural, econômico, relacional etc. no contexto em que as pessoas vivem; 4. Contribuir com

revelações sobre conceitos que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; 5. Observar o esforço em utilizar múltiplas fontes de evidência (Yin, 2016, p.7).

A fundamentação teórico-metodológica que melhor se adequou para a nossa pesquisa de campos foi a da História oral. Os trabalhos de Thompson (1998), Portelli (2000), Meihy e Holanda (2010) e Alberti (2010) nos guiaram durante todo o processo de coleta, tratamento, discussão e publicação de resultados dentro da minha tese.

A utilização de técnicas de coleta de dados orientada nos pressupostos metodológicos da História oral nos permitiu ter no tempo presente a aproximação com fatos passados, já que o nosso trabalho tem o tempo presente como orientação temporal. Carneiro (2012) explica que a utilização tal técnica de coleta de dados permite ao pesquisador ter no tempo presente a aproximação com fatos passados, para que seja possível a compreensão do fenômeno estudado por seus agentes sociais.

A pesquisa qualitativa orientada pelo método da História oral faz uso de técnicas de recolhimento de narrativas por meio de fontes orais durante sessões de entrevistas. Estas devem ser abertas, gravadas e exige que o entrevistado seja uma pessoa capaz de, por meio de sua narrativa, reaver os fatos vivenciados anteriormente (Matos; Senna, 2011). O registro utilizado nesta técnica se dá por meio da oralidade de quem participou ativamente deste fenômeno (Santos; Moraes; Brito, 2015).

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, logo após a invenção dos gravadores a fitas. Essa metodologia tem como finalidade a realização de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. As entrevistas são produzidas no contexto de projeto de pesquisa. É o projeto, portanto que determina quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como o destino que será dado ao material produzido (Alberti, 2010, p. 156).

Meihy e Holanda (2010) afirmam que o trabalho com História oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes áreas das ciências humanas, como a antropologia, a história, a literatura, a sociologia e a psicologia, por exemplo, e por isso trata-se de uma metodologia interdisciplinar por excelência. Além dos campos mencionados, ela pode ser aplicada em áreas do conhecimento como Educação, Economia, Engenharia, Administração, Medicina, Serviço Social, Teatro, Música e outros.

Na condição de pesquisador, a História oral também nos permite trazer para o presente, acontecimentos vividos outrora, que ou não foram ou apenas foram pouco registrados sobre a história de vida das trabalhadoras do sexo pela História oficial. Carneiro (2012) explica que a história oral como método possibilita ao sujeito reviver momentos da vida, permitindo uma ligação entre a realidade atual e a história vivida em determinada época de sua vida, mediante a reconstrução dos fatos.

A estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos ou conjunturas para melhor compreendê-los não é novidade. Heródoto, Tucídides e Políbio, historiadores da antiguidade, já utilizavam esses procedimentos para escrever sobre acontecimentos de sua época (Alberti, 2010, p. 156).

A escolha do método da História oral se deu por entendermos que essa técnica propicia acesso a dados e informações que, muitas vezes, um documento escrito não permite. Com efeito, se demonstra essencial para a análise e compreensão do tempo presente. Através desse método, é possível conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem qualquer *status* político ou econômico, mas que acompanharam os momentos vividos em sua época (Matos; Senna, 2011).

Partindo do pressuposto teórico e metodológico da História oral, buscamos grupos de mulheres que vivenciaram a prostituição nos canteiros de obras das UHEs Tucuruí e Belo Monte e tivemos a oportunidade de coletar narrativas, mesmo de uma pequena parcela, de prostitutas sobre as experiências que viveram durante os anos que estiveram exercendo o seu ofício dentro dos prostíbulos na Amazônia.

Alberti (1990) explica que a História oral deve ser utilizada pelo pesquisador para reconstituir fatos do passado mais remotos, através de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam, e explica que História oral é conceituada como:

Um procedimento estabelecido para a construção de novas fontes para a investigação histórica, baseada em testemunhos orais coletados sistematicamente através de entrevistas, a partir de métodos, problemas e parâmetros teóricos concretos. Assim, a análise posterior deste tipo de fonte implica no reconhecimento do marco teórico e metodológico em que foram construídas (Benadiba, 2015, p. 91).

Outra questão relevante para a escolha metodológica é que História tem na memória humana, não só individual, mas também coletiva, o seu maior elemento de registro. Neste sentido, a técnica de coleta de dados utilizando o método de História

oral pressupõe, de saída, que toda memória é coletiva e se configura como elemento fundamental da identidade, da percepção de si e dos outros (Halbwachs, 2004). Assim, pesquisas que priorizam retratar as subjetividades humanas estabelecem procedimentos diferenciados que aproximem pesquisador e sujeito pesquisado (Spindola; Santos, 2003).

Para utilizar o método de História oral em pesquisa qualitativa, se faz obrigatório entender que a História oral é composta por um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas (Branco *et al.*, 2018).

A consideração da entrevista além do que é registrado em palavras, é um dos desafios da história oral. Garante-se a validade dessa integração definindo-se a palavra gravada em entrevista como elemento componente de uma sessão (Branco, *et al.*, 2018). Para facilitar a utilização desta técnica, trazemos uma sequência de passos que pode ser observada pelo pesquisador.

- 1) Elabore as perguntas abertas de maneira que o participante possa discorrer livremente sobre o assunto em questão. Lembre-se de que o participante deve reconstituir o período vivido.
- 2) Escolha o sujeito ou grupo que irá compor sua pesquisa.
- 3) Faça uma entrevista piloto para avaliar se as perguntas formuladas respondem à questão de pesquisa, identificando dúvidas na compreensão.
- 4) Antes da entrevista, o pesquisador deve se certificar do funcionamento do gravador e/ou dispositivo de filmagem, verificando o funcionamento destes.
- 5) A entrevista deve ser realizada em ambiente tranquilo, silencioso e confortável, pois terá influência na qualidade da gravação e no bem-estar do respondente.
- 6) Inicie a entrevista situando o participante sobre a pesquisa e solicite sua autorização para a gravação do áudio e vídeo (caso estiver sendo utilizado), além da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- 7) O pesquisador deve ouvir o participante atentamente; isto passa maior confiabilidade e respeito. Evite gestos ou expressões que remetam à aprovação ou desaprovação do relato.
- 8) Caso seja necessário, o pesquisador pode acrescentar perguntas ao roteiro, sem fazer perguntas duplas e que induza as respostas.
- 9) Solicite ao participante materiais, como documentos, fotos, cartas, bilhetes que foram registrados no momento pesquisado.
- 10) Ao finalizar a entrevista, agradeça a participação do sujeito, disponibilize-se para qualquer dúvida e esclarecimento.
- 11) Valide as transcrições realizadas junto aos participantes (Branco *et al.*, 2018, p. 247).

Guimarães Neto (2014, p. 28) explica que historiadores e estudiosos das ciências sociais investigam, primordialmente, os momentos e contextos políticos, econômicos e culturais em que as diversas práticas de trabalho emergem e se tornam corrente no dia a dia das sociedades. O comércio de prestação de serviços sexuais é indubitavelmente uma prática de trabalho que se fez e ainda se faz muito presente no cotidiano de nossa sociedade.

Outro fator relevante é a questão psicológica, que muitas vezes passa despercebida nas escritas relacionadas ao universo da prestação de serviços sexuais, e são captados pelo método da História oral durante as transcrições e tratamento de dados das entrevistas. Muitos relatos colhidos no presente trabalho expressam fortemente questões como: abusos na infância, iniciação sexual precoce, insegurança com o corpo e bullying sofrido ao longo da infância e adolescência. Thompson (2002, p. 12) explica que:

Muitas vezes surpreendo-me pela resistência, particularmente dos sociólogos, a essa dimensão psicológica. Muito recentemente, estive discutindo com uma amiga brasileira sua pesquisa sobre o turismo sexual. Elementos cruciais na situação são obviamente a desigualdade econômica, a pobreza das mulheres brasileiras locais e a riqueza dos turistas visitantes, e as imagens quase contrárias que têm um do outro: os turistas imaginando as mulheres brasileiras como altamente sexuais, “tropicais”, enquanto as mulheres achando que os homens são frios e pouco exigentes sexualmente. Mas enquanto essas pressões estruturais compõem o contexto para o turismo sexual, elas não explicam porque certas mulheres se tornam prostitutas e outras não. Poderíamos supor que outros fatores psicológicos estejam envolvidos, tais como o abandono na infância, uma mãe distante e fria ou o abuso sexual por parte do pai ou avô. Creio que tanto as perspectivas sociais quanto as psicológicas são igualmente relevantes para a interpretação.

Ao refletirmos sobre as perguntas que guiaram o presente trabalho, surgiu outro questionamento: qual aporte metodológico seria o ideal para trabalharmos com narrativas orais dessas operárias do sexo? A resposta foi quase que imediata, optamos pelo uso da História Oral. Thompson (2000, p.10) explica que, em primeiro lugar, a entrevista é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, dentre outros.

Thompson continua relatando que, ao longo de sua vida de pesquisador, sempre observou como determinadas disciplinas podem ser transformadas por novos modos de pesquisa, além de ver como uma força crucial da história o fato de ela permanecer como uma forma fundamental de interação humana, que transcende as fronteiras disciplinares.

Alberti (2005, p.155-202) enfatiza alguns equívocos sobre a História oral que devem ser descartados de imediato, como, por exemplo, considerar que a História oral é a própria História; de que a história vista “de baixo” é a democrática, em oposição à história das elites; e que a História oral busca dar voz às minorias, o que apenas reforçaria as diferenças sociais.

A autora ainda explica que História oral deve ser compreendida como visões de mundo e experiências de vida. Logo, dar voz as mulheres que estão à margem da sociedade, por meio de seus relatos de vida, é cumprir com o papel não só de historiador, mas de partícipe de um grupo de pessoas que buscam, por meio das ciências sociais, derrubar barreiras e, talvez, assim, minimizar ao máximo as mazelas sociais a que as prostitutas historicamente são submetidas.

Utilizar a História oral é trabalhar num campo movediço, em que questões, como a veracidade dos depoimentos, devem ser consideradas como elemento válido dentro de uma pesquisa acadêmica séria. Ou mesmo, por se tratar de uma questão mais voltada à memória individual, não deve ser considerado como um imaginário das entrevistadas ou como uma tentativa de maquiar uma realidade dura e cruel no cotidiano, transforma-as em um “conto de fadas, ou até mesmo o oposto”.

Neste caso, David (2013, p. 160) explica que a problemática da verdade não deve subjugar o trabalho com a História oral. Devemos reconhecer a multiplicidade de narrativas, buscar compreender que o depoimento oral é desencadeado pela construção de uma narrativa ucrônica³⁰, inserida no campo da memória e que determina aquilo que o personagem gostaria que tivesse ocorrido ou a sua representação do real (Portelli, 1993, p. 41-58).

David (2013) complementa afirmando que não se trata de questionar a verdade ou não do depoimento, mas sim de compreender que esse é construído socialmente pelo entrevistado que, dando sentido à sua vida, arquiteta um ponto de vista, uma representação sobre determinado momento relacionado à sua trajetória. Mesmo que essas lembranças possam indicar a representação do indivíduo sobre determinado fato ou evento, elas estão carregadas de densidade histórica e demonstram as múltiplas visões do passado, um ponto de vista do indivíduo que demonstra muito de si e do grupo ao qual ele pertencia.

Para muito além disso, a História oral nos subsidia com elementos para melhor compreender a possibilidade de múltiplas narrativas que apontam que não há uma verdade única e que, em decorrência da sociedade ser composta por diversos grupos sociais participantes concomitantemente de um mesmo período ou evento histórico,

³⁰ Neste texto, o autor destaca que as narrativas se apresentam como sonhos de uma vida que poderia ter ocorrido de maneira diversa, não se encontra na realidade, mas, sim, na possibilidade desejada, e a função do ucrônico seria a de sustentar a esperança.

cada grupo terá uma visão de mundo, uma experiência de vida que compõe o todo (David, 2013, p.160).

Thompson (2002, p. 16) deixa bem claro a importância do uso da História oral, uma vez que todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito se pode compreender a partir dos poderosos e privilegiados, tais como proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros etc.

Entretanto, a História oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas, já que seria praticamente improvável que as vidas dessas pessoas fossem documentadas nos arquivos. Thompson enfatiza ainda que essas vozes ocultas são, acima de tudo, vozes de mulheres, e é justamente por isso que a História oral tem sido fundamental para a criação da História das mulheres.

Podemos facilmente observar as mulheres que estão há séculos vivendo numa sociedade patriarcal, sendo oprimidas e tendo seus discursos cerceados ao serem, muitas vezes, comparadas às crianças, aos doentes mentais e aos incapazes em geral. Mulheres são vistas até mesmo nas escrituras sagradas como sendo culpadas pela expulsão do homem do paraíso e como sendo seres perigosos que não agem de forma racional, mas sim com histeria, o que justificaria, em tese, a necessidade de sempre ter uma figura masculina para dar-lhes um norte.

No entanto, ao trabalhar com História oral, é necessário que, na hora da entrevista, o pesquisador tenha amplo conhecimento do assunto, pois este será constantemente sabatinado por seus entrevistados. Um dos maiores entraves na hora de entrevistar é não estar devidamente munido de informações básicas, demonstrando aos entrevistados seu desconhecimento sobre as práticas e terminologias locais utilizadas por eles em seu cotidiano.

Ter clareza ao tratar do *métier* do entrevistado é fundamental para que o pesquisador conquiste a confiança e respeito daquele. Tendo, portanto uma oportunidade de obter, durante as coletas das narrativas orais, ainda mais informações e detalhes imprescindíveis para a sua pesquisa. Thompson (1992, p. 255) explica que:

A menos que o informante seja, de algum modo, mais bem informado do que o entrevistador. Este vem para aprender e, de fato, muitas vezes consegue que as pessoas falem exatamente dentro desse espírito. Por exemplo, Roy Hay descobriu, em sua pesquisa com construtores navais que Clydeside, que, muitas vezes, 'nossa própria ignorância' pode tornar-se útil. Em muitas

ocasiões, são trabalhadores mais velhos recebiam minhas perguntas ingênuas com divertida tolerância e me diziam 'Não, não, garoto, não foi desse jeito', ao que se seguia uma descrição clara e detalhada do que verdadeiramente acontecera.

Escolhemos utilizar questionários tanto abertos quanto fechados para produzir as entrevistas que foram realizadas ao longo do ano de 2020 até meados de 2022, nas cidades de Altamira e Tucuruí no estado do Pará. Ademais, para dar voz a essas mulheres que raramente têm os seus relatos de vida documentados, utilizamos as entrevistas para coletar tanto os dados quantitativos quanto os dados qualitativos.

Bruns e Gomes (1996) dizem que durante pesquisa de campo procuraram compreender a prática da prostituição a partir de observações sobre como essas profissionais do sexo vivenciavam sua sexualidade. Para isso, os autores realizaram entrevistas com 15 prostitutas institucionalizadas, com idade entre 18 e 33 anos e com até o ensino médio de escolaridade.

Inicialmente, foram trabalhadas perguntas fechadas, em seguida, perguntas abertas e, por fim, assim que as entrevistadas se sentiam à vontade, as perguntas abertas davam espaço às narrativas de vida e trajetórias que iam do histórico familiar até o momento que as levou à “escolha” do mercado da prestação de serviços sexuais como alternativa de trabalho.

Seja qual for o motivo, e aqui usaremos uma frase um tanto clichê, mas certa: o mercado do sexo pago só existe porque existe demanda. Para Bruns (2001), “Se existe quem vende prazer, é porque existe quem compra prazer”. Essa demanda desconhece crises econômicas, pandemias, guerras e tragédias climáticas e justamente por isso não podemos deixar de falar, mesmo que brevemente, da questão da *Covid 19*, uma vez que nossa pesquisa teve o seu início em 2020, 2021 até o primeiro semestre de 2022, em plena pandemia.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, por meio de vídeochamadas, algumas por telefone, outras via chat de aplicativo de mensagens instantâneas e apenas cerca de 10% foram desenvolvidas pessoalmente. Thompson (2002, p. 26) traz à tona os desafios para os pesquisadores que utilizam a História oral como aporte metodológico, ao fazer a seguinte indagação a respeito do uso das novas tecnologias da comunicação durante a pesquisa de campo:

Aqui já encontramos nosso quarto desafio: *as novas tecnologias de comunicação*. Devemos abraçá-las como uma oportunidade maravilhosa, ou devemos reconhecê-las como os mensageiros de nosso futuro esquecimento? Afinal, a história oral como a conhecemos era indubitavelmente

uma criança da idade de ouro do som, quando o rádio era a principal forma da comunicação de massa – uma era passada já distante. E eu não penso que, até o momento, historiadores orais têm apresentado um registro muito expressivo de afinidades com os avanços técnicos. Muitos vídeos de história oral que foram produzidos são tediosamente formais e repetitivos para se ver, por que seus criadores não reconhecem a necessidade de técnicas bastante diferentes a fim de fazer com que o trabalho audiovisual prenda os que o assistem e transmita sua mensagem. E, lamentavelmente, a mesma fraqueza tem se repetido na maior parte dos CD-Roms de projetos de história oral que tenho visto. Existem também novas excitantes possibilidades para difundir a história oral através da multimídia e da *internet*. Dispositivos de multimídia têm um potencial especial para integrar som, imagens visuais e texto, e eles podem ser um importante caminho de atração para uma audiência mais jovem. Criar *sites* de memória na *internet*, e combinar diferentes tipos de documento, são novas formas igualmente importantes (Thompson, 2002, p. 26).

David (2013, p. 164) alerta que quando o pesquisador invade a privacidade do entrevistado, com questões que o obrigam a relembrar de momentos de sua vida, dos quais muitos deles o desejo seja esquecer, é muito recomendável que seja criado um ambiente confortável para o entrevistado, deixando-o à vontade para falar ou até mesmo deixar de falar.

Assim, o ambiente deve ser escolhido ou aprovado pelo próprio entrevistado, pois locais relacionados ao período narrado ou à temática possibilitam a melhor rememoração do passado, sendo ainda possível a utilização de fotos ou objetos que ajudem o entrevistado a se recordar do tema proposto.

As garotas de programa relataram que, por conta da pandemia, houve uma drástica redução no número de programas realizados diariamente. Alguns relatos de diminuição falam de uma perda entre 40% e 55% da renda diária obtida com os programas. Algumas prostitutas relataram que faziam entre três e cinco programas diários, antes da pandemia de *Covid-19*.

Algumas mulheres encontraram formas alternativas de recuperarem parte dos ganhos, e ao mesmo tempo diminuir o contato social com inúmeros parceiros. Uma alternativa um tanto inusitada foi vender sexo por meio de rifas. Toda a semana, um programa “completo” com uma trabalhadora do sexo era rifado e com o valor recebido das rifas a mulher ganhava o suficiente para o seu sustento equivalente a uma semana de trabalho.

Sob a ótica das profissionais do sexo, uma questão curiosa foi mencionada por quase todas elas durante as entrevistas, ao que concerne à diminuição do número de programas realizados. Para elas, o fato da diminuição do número de programas não ocorreu por conta da pandemia, ou pela proibição de circulação das pessoas, mas sim pelo fato delas atenderem um público de mulheres e homens, majoritariamente,

casados. Obrigados a ficarem confinados em casa com seus cônjuges durante o período de quarentena, os encontros extraconjugais se tornaram praticamente inviáveis.

Muitas prostitutas também afirmaram que, para elas, o motivo para o aumento da violência doméstica, e o número considerável de casais que entraram com o processo de divórcio era justamente por conta da rotina “aprisionada” dos cônjuges, já que muitos homens já estavam acostumados a sair uma ou duas vezes por semana com outras mulheres. Vale ressaltar que essas conclusões foram retiradas dos relatos das profissionais entrevistadas e, portanto, não devem ser entendidas nesse trabalho como conclusões científicas.

Durante o período de entrevistas, foi possível ter contato com 50 mulheres com idades entre 18 e 40 anos que trabalham diretamente com a prostituição. Por questões de sigilo e segurança, no momento em que as profissionais aceitavam participar da entrevista, elas eram apresentadas às pedras preciosas disponíveis, sendo os pseudônimos de pedras preciosas as representações de suas identidades ao narrarmos seus relatos.

Dentre essas 50 mulheres, foram escolhidas quatro que aqui tiveram suas narrativas trabalhadas por dois motivos deveras relevantes: o primeiro motivo foi que essas mulheres trabalharam como prostitutas nas cidades de Tucuruí e Altamira durante a construção das UHEs de Tucuruí e Belo Monte. O segundo motivo foi que aceitaram registrar as suas narrativas seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da História oral.

1.4 Percurso metodológico da pesquisa

Fazer investigações acadêmicas no Brasil é sempre um processo deveras complexo, principalmente dado à falta de apoio das instituições que são as responsáveis pelo fomento das pesquisas, ou que pelo menos deveriam ser. A falta de apoio financeiro torna o ato de pesquisar na Amazônia ainda mais laborioso para a maioria dos investigadores que buscam contribuir para a compreensão de vida das populações amazônicas.

O mundo da prostituição é muito complexo de ser pesquisado, por se tratar de uma atividade que ocorre, muitas vezes, em lugares perigosos, tanto para os pesquisadores, quanto para as mulheres. É incomum que essas mulheres recebam convites para participarem, ativa e gratuitamente, falando sobre suas experiências

com a prostituição e sobre as condições de trabalhos em que vivem, e isso as torna extremamente temerosas por suas vidas, e pela dos seus familiares.

Destarte, muitas dessas mulheres temem que suas identidades sejam expostas publicamente nas mais diversas mídias sociais e televisivas, pois relatam sobre o presente e, especialmente, sobre seu passado, lugar em que se localizam segredos até então inconfessáveis que envolvem pessoas de seu mais puro afeto.

As operárias do sexo temem também que o pesquisador, na verdade, seja apenas um homem qualquer, que, de alguma forma, esteja ali buscando tirar algum tipo de vantagem financeira ou sexual delas. Muitas não dão crédito quando um homem (pesquisador) se aproxima para conversar e explicar o trabalho que o levou até aquele local.

Lembro-me das inúmeras vezes que fui hostilizado nas ruas, em bordéis e em contatos via aplicativo de mensagem instantânea. Fui alvo de chacotas por parte de colegas da academia, por pesquisar a vida das prostitutas. Faziam piadas que demonstram o quanto alguns valores morais se sobressaltam no imaginário de alguns colegas pesquisadores dentro da própria academia.

Talvez *Freud* seja o melhor caminho para explicar essas pilhérias acadêmicas, mas como o objeto de pesquisa era outro, procuramos contornar as desconfianças das entrevistadas, e, com muita insistência e paciência, fomos construindo um corpo de entrevistas que nos permitiu lançar, apontar alguns esclarecimentos acerca da continuidade do fenômeno da prostituição, suas retrações, suas mudanças, e os novos modelos de atendimento adotados por mulheres das mais variadas classes.

O aparecimento de mulheres oriundas da classe média e alta trouxe um conjunto de dados que vem se juntar a outras pesquisas do gênero, para que possamos compreender os motivos pelos quais um fenômeno tão antigo, tão combatido, e tão desejado também, continue a motivar cientistas de várias ciências, entre elas os cientistas da História, a entendê-lo de forma mais profunda.

A pesquisa de campo realizada para a elaboração desta tese é de cunho qualitativo, por se tratar de estudo que busca compreender a prostituição em grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense por meio de estudos de caso feitos através da utilização de técnicas de pesquisa orientadas pelos pressupostos teórico-metodológicos da História oral.

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos de trabalhos de autores como Meihy e Holanda (2010), Alberti (2010) e Ferreira (2018), foi elaborado um projeto que previa a gravação das narrativas orais de uma amostra com 16 profissionais do sexo

(Anexo A), que labutaram nas cidades limítrofes dos canteiros de obra da UHE Tucuruí e Belo Monte nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, e as primeiras duas décadas do século XXI, durante o período de construção desses empreendimentos.

Todas as entrevistadas eram maiores de idade de acordo com as leis brasileiras (18 anos de idade) (Anexo B). As entrevistadas, além de relatarem o “pretérito perfeito” delas, relataram também ações que ocorreram em seus “pretéritos mais que perfeitos”, de quando elas eram crianças e adolescentes, como abusos e violência doméstica, *bullying* e assédios sexuais sofridos e outras experiências.

A junção desses períodos durante as narrativas dessas profissionais me ajudou a entender melhor o contexto geral e individual em que cada uma delas estava inserida e revelou-me os caminhos tortuosos que as levaram até as portas dos prostíbulos, becos escuros, motéis e até mesmo a migrarem de grandes centros urbanos brasileiros para o meio da floresta amazônica.

Utilizei sites especializados para encontrar pelo menos 2/3 de todas as mulheres que entrevistei, entretanto, tive de ir à cidade de Tucuruí para fazer o levantamento de dados nos prostíbulos do local. O maior desafio foi encontrar mulheres que tivessem trabalhado, nas décadas de 1970 e 1980, no mercado da prestação de serviços sexuais do canteiro de obras da UHE Tucuruí.

Visitei alguns prostíbulos e entrei em contato com seus administradores, perquirindo sobre possíveis mulheres que pudessem ter trabalhado como prostitutas na década de 1970 e 1980 (Anexo C). Por meio desses contatos, fui direcionado a dois endereços, sendo um na zona urbana e um na zona rural da cidade de Tucuruí. Ao chegar aos endereços, fiz o primeiro contato com aquelas mulheres já com idade avançada e expliquei o motivo que me levava até o encontro delas.

Fui convidado a entrar em suas casas logo depois que me identifiquei como pesquisador. Apresentei a temática da minha pesquisa a elas, assim como os termos de livre consentimento. Inicialmente, elas se recusaram a assinar sem a presença de um familiar e não me foi permitido fazer gravações em áudio ou vídeo. Expliquei novamente a importância do registro das narrativas para fins acadêmicos e, por fim, fui autorizado a fazer as gravações.

Já o levantamento de dados na cidade de Altamira foi menos desafiador do que em Tucuruí, por alguns motivos muito particulares. O primeiro é que eu já conhecia bem os Prostíbulos, pois minha dissertação de mestrado foi realizada naquela cidade com a mesma temática, e o segundo é que durante o período de pesquisa a UHE Belo Monte ainda estava em construção, o que garantia uma maior movimentação na

cidade, o que utilizei com fins de observação.

Ainda aponto como terceiro motivo o fato de já ter uma pesquisa de mestrado bem consolidada com material catalogado e arquivado pronto para dialogar nesta tese. Estive em Altamira apenas duas vezes durante os meus quatro anos de escrita da tese, para coleta de material complementar e inédito no ano de 2022.

Apesar de termos entrado em contato com 50 mulheres com o perfil proposto nesta pesquisa, apenas duas prostitutas aceitaram registrar as suas narrativas orais em áudio, mas com a condicionante que as entrevistas fossem realizadas em suas residências. Das duas profissionais, uma era da cidade de Altamira-Pa e uma da cidade de Tucuruí-Pa, sendo uma na área rural da cidade de Tucuruí.

Todavia, as entrevistas com as prostitutas que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, mas que não aceitam que suas narrativas fossem registradas em áudio ou vídeo, foram realizadas via aplicativo de mensagem instantânea como *Whatsapp* e *Telegram*. Muitas mulheres dentre as 50 entrevistadas alegaram não se sentirem à vontade para serem gravadas e se negaram a gravar suas falas em áudio e vídeo. A saída foi recorrer ao modelo de bloco de notas ou caderno de pesquisa de campo, deixando as entrevistadas que não aceitaram serem filmadas ou terem os seus depoimentos gravados em áudio, mais à vontade para falarem sobre suas experiências. Dessa forma, consegui registrar as informações que considere mais relevantes para a confecção de minha tese.

Os dados foram divididos em oito categorias de análise de acordo com as respostas de cada prostituta. Essas categorias são: Características físicas, idade, nível de escolaridade, modalidade de programa sexual oferecido, local de origem, valor médio do programa sexual, estado civil e quantidade de filhos.

Esta categorização foi útil tanto para a confecção de tabelas que, a *posteriori*, contribuíram para o detalhamento de valores aproximados de cada programa. Os valores aproximados de atendimento de cada tabela foram resultantes tanto dos relatos das prostitutas quanto da pesquisa em sites da internet especializados em promover encontros entre prostitutas e clientes em potencial. As tabelas foram geradas utilizando o software *Microsoft Excel* versão 16.70, e os detalhes de cada categoria escolhida para análise foram discutidos no capítulo 04 desta tese.

Quanto às gravações das entrevistas, o projeto previu o planejamento da conduta com definição de locais, o tempo de duração de cada entrevista, sem deixar de considerar fatores ambientais, a transcrição, estabelecimento de textos conferência do produto escrito oriundo das entrevistas, a autorização para o uso e

arquivamento, e a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy; Holanda, 2010, p.14).

Obedecendo aos critérios do meu projeto de pesquisa e as recomendações metodológicas apontadas por Albertini, as entrevistas tiveram duração entre 48 minutos a 01 hora. Foi elaborado um roteiro de perguntas abertas (*apêndice A*), que inicialmente buscou informações “pessoais”; no segundo momento, passamos para perguntas mais específicas que detalhavam a vida profissional dessas prostitutas (*Apêndice B*).

As gravações foram realizadas utilizando *smartphone* (*Iphone 14*), com o aplicativo de gravação padrão do aparelho chamado “Gravador”. As entrevistas ocorreram nas residências das prostitutas, apesar de termos consciência que as gravações de entrevistas, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a História oral, devam ser realizadas de outra forma.

Esses pressupostos orientam que as entrevistas sejam realizadas em ambientes com estrutura acústica adequada, e com pouca ou quase nenhuma interferência do meio externo. Não foi possível atender tais recomendações tendo em vista que estávamos lidando com mulheres que foram estigmatizadas a vida inteira, que foram violentas e agredidas por muitos clientes ao longo de seu labutar dentro do mercado do sexo e realizar as entrevistas em suas casas as deixavam mais confortável.

O maior impasse para uma maior adesão a nossa pesquisa foi justamente o fato de as prostitutas não aceitarem sair da segurança de seus lares. 98% delas se negaram a participar de nossa pesquisa se tivessem que sair de suas casas ou irem a estúdios de gravações ou locais como gabinetes da UFPA no campus de Altamira e de Tucuruí.

Outro impasse foi quanto ao uso do gravador, pois muitas mulheres relataram que apesar do termo de confidencialidade que foi apresentado a elas, o temor de que, de alguma forma, as suas narrativas acabassem sendo divulgadas e disponibilizadas nos mais diversos meios digitais, ainda existia. Outras mulheres alegaram que não fariam registros em áudio sem o pagamento de valores por suas entrevistas. O perfil das quatro mulheres que participaram das entrevistas é bem diferente no tocante à idade, à quantidade de filhos, ao valor do programa e à perspectiva de vida.

Alberti (2010) ressalta que convém lembrar que a palavra dita gravada não existe como fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gestos, lágrimas, risos, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo

expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações –, podem integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral. Por isso, escolhermos realizar uma transcrição literal no primeiro momento que começamos a fazer a transcrições de áudio para escrito.

Orientado pelas recomendações de Alberti (2010), a transcrição foi realizada em duas etapas (Anexo D): a primeira etapa foi uma transcrição literal, utilizando o processador de texto da *Microsoft Word* 2016, versão 16.70, que contemplou todas as nuances da entrevista, como as vozes de terceiras pessoas que por vez adentravam a sala de estar das residências onde estávamos realizando as entrevistas, reações de risos.

Em seguida, o material transcrito da entrevista passou pelo segundo processo de transformação em texto corrido e foi levado até as entrevistadas para que elas confirmassem suas narrativas (Anexo F). Três delas fizeram a leitura e aprovaram a transcrição de seus depoimentos sem qualquer ajuste ou ressalva, apenas uma entrevistada sugeriu ajustes, sendo o texto reajustado ali mesmo até que ele retratasse exatamente o que a colaboradora julgasse ser a mais precisa e correta narrativa de acordo com as suas experiências dentro de sua vida como prostituta.

As entrevistadas receberão cópias impressas da presente tese tão logo esta passe por todas as instâncias avaliativas (qualificação e defesa) e for publicada. Tanto a narrativa quanto o texto aprovado pelas entrevistadas foram arquivados em nuvem da *Microsoft OneDrive* para consulta e uso durante a escrita de minha tese, e futuras pesquisas para fins de publicação de artigos e consulta de pesquisadores que porventura tenham a prostituição em grandes projetos desenvolvimentista na Amazônia como sua temática de trabalho.

Os áudios e transcrições serão disponibilizados apenas para fins acadêmicos de pesquisa, mediante a solicitação formal e assinatura de termo de confidencialidade por parte dos requerentes, preservando as identidades das prostitutas que aceitaram compartilhar suas experiências dentro dos prostíbulos e ruas dos canteiros de obras das UHEs de Tucuruí e Belo Monte.

2 CAPÍTULO 2 – A PROSTITUIÇÃO E SEUS INTREVELOS: SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS NAS UHE BELO MONTE E DE TUCURUI

A mulher é um animal vulgar do qual o homem formou um ideal belo demais. As mulheres, por serem mais débeis, veem-se obrigadas a depender não da força, senão da astúcia; daí sua hipocrisia instintiva e sua imodificável tendência à mentira. Por isso o fingimento é conatural às mulheres e pode ser encontrado tanto nas mulheres tontas como nas inteligentes.

(Arthur Schopenhauer)

2.1 Preconceito, Exclusão e Violência: a prostituição feminina no contexto Amazônico

As desigualdades de gênero latentes dentro do sistema patriarcal/machista são apontadas como uma força motriz que impulsiona as violências contra mulheres, especialmente e principalmente dentro do contexto da prostituição, já que nesse sistema existe um conflito de poder (Farley, 2016; Souza, Carvalho, 2018).

A marginalidade que permeia a atividade está, em grande medida, relacionada à representação social dos papéis de gênero atribuídos à mulher em relação à sexualidade feminina; por um lado, o sexo para o homem está ligado à necessidade fisiológica, por outro, o sexo para a mulher está vinculado à idealização romântica que se efetiva com um contrato matrimonial e, sobretudo, à reprodução da espécie (Araújo, 2018, p. 20). De acordo com essa representação, mulheres que se prostituem são categorizadas como promíscuas e levianas, por não assumirem os papéis tradicionais de gênero relegados à “boa menina”.

A prostituição é uma entre tantas faces cruéis de exploração e domínio capitalista sobre as mulheres. Embora haja avanços no Brasil no tocante ao processo de luta por igualdade de gênero, ainda são muitos os desafios e obstáculos que as mulheres enfrentam em nossa sociedade, principalmente no combate à discriminação, à exclusão e à violência.

Apesar de a prostituição não ter surgido com o capitalismo, cada tempo tem as nuances históricas, com perseguições ou maior liberdade para as mulheres. A depender dos fatores históricos, a opressão sofrida pelas mulheres adquire no capitalismo alguns traços particulares que podem sugerir uma explicação acerca desse fenômeno social (Barroso, 2017).

O termo prostituição, mesmo em perspectiva histórica, envolve questões que ultrapassam o campo de atuação do historiador, exigindo o diálogo com os estudos sobre a sexualidade humana, em múltiplas e diversas perspectivas. Infelizmente, traços de violência e misoginia são encontrados em obras de grandes pensadores ao longo de toda a história nas obras de Aristóteles, Friedrich, Proudhon, Lombroso, Schopenhauer, Nietzsche, Freud entre outros.

Nosso capítulo II começa com citações retiradas da obra de Schopenhauer, em que o autor utiliza expressões que fazem alusão ao papel inferior da mulher se comparado aos homens: “são animais vulgares/belos”; “tendem a mentira”; “hipocrisia instintiva”; “débeis”.

Podemos encontrar a presença do machismo em obras, por exemplo, como “O martelo das feiticeiras (Kramer, 1991)”, escrita por Heinrich Kramer e Jacobus Sprenger, dois monges dominicanos, publicada em 1486. O livro acabou se tornando um manual indispensável para todos os “inquisidores”, magistrados e sacerdotes, católicos e protestantes, e a autoridade final para julgamentos da Santa Inquisição³¹ na Europa.

A ideia central do livro é a de que o demônio procura fazer o máximo de mal aos homens para apropriar-se de suas almas (Neves, 2020, p. 120). O corpo é passível de dominação do demônio. A influência demoníaca é feita através do controle da sexualidade, e, por ela, o demônio se apropria primeiramente do corpo e depois da alma do homem.

Ainda segundo Neves, as mulheres são o instrumento de ação demoníaca do livro, sendo ainda acusadas de copular com o demônio, e por isso, supostamente, teriam poder de provocar, dentre outros males, a impotência masculina. No prefácio da edição de 1991, Carlos Byington, médico psiquiatra, explica que:

Ainda que a bula papal, que investiu Sprenger e Kramer como inquisidores contra a bruxaria, mencione bruxos e bruxas, o *Malleus* é dirigido principalmente às bruxas. Seu texto é alimentado pelo ódio à mulher, pela

³¹ A Inquisição ou Santa Inquisição, foi um grupo de instituições dentro do sistema jurídico da Igreja Católica Romana cujo objetivo era combater a heresia, blasfêmia, bruxaria e costumes considerados desviantes. Violência, tortura, ou a simples ameaça da sua aplicação, foram usadas pela Inquisição para extrair confissões dos hereges. Começou no século XII na França para combater movimentos religiosos vistos como heréticos, em particular, em relação aos cátaros e valdenses. Entre os outros grupos que foram investigados pela Inquisição Medieval encontram-se os fraticellis, os hussitas (seguidores de Jan Hus), as beguinas, e os conversos. A partir da década de 1250, os inquisidores eram geralmente escolhidos entre os membros da Ordem Dominicana para substituir a prática anterior de utilizar clérigos locais como juizes. O termo Inquisição Medieval cobre os tribunais do século XII até meados do século XV. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inquisi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 9 maio 2021.

misoginia, em função da qual são atribuídas a ela características desabonadoras, ameadadas enciclopedicamente e interpretadas com conotações machistas, as mais pejorativas, na primeira parte do livro, para justificar as práticas terríveis prescritas na terceira parte: A razão natural para isto é que ela é mais carnal que o homem, como fica claro pelas inúmeras abominações carnis que pratica. Deve-se notar que houve defeito na fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela de peito de homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que engana sempre (Byington, 1991, p. 23 *apud* Neves, 2020, p. 120).

De qualquer forma, como homens considerados tão eruditos e à frente do seu tempo foram capazes de argumentos tão absurdos, ainda que sob a auréola da filosofia? Como é possível que tenham encontrado crédulos e seguidores? O problema é que, para além da filosofia e dos filósofos, para além das teorias e da ciência, dos teóricos e dos cientistas em geral, ainda existe uma parcela significativa de pessoas em nossa sociedade que acredita que a mulher é inferior ao homem, e que por isso, lhe deve obediência (Silva, 2011, p. 2). Acredito que já não seja um problema da filosofia e teorias que se trata, mas de pessoas reais que pregam e perpetuam os ideais misóginos em nossa sociedade.

Outro fator relevante, e que precisa ser discutido, mesmo que brevemente aqui, é que a prostituição, ao longo da história, foi majoritariamente exercida por mulheres. Então, a prostituição está no meio de um contexto complexo de sociedades que culturalmente são patriarcais, possuem uma visão de controle da sexualidade feminina e encontram-se sempre em um entrevero. Pois, ao mesmo tempo que reprovam a prostituição na esfera moral, e não conseguem extirpá-la, já que a figura da prostituta serve para os propósitos da mesma sociedade patriarcal, fazem uso de seus “serviços” sexuais pagos, e paradoxalmente condenam as prostitutas concomitantemente.

É justamente isso que torna a prostituição feminina tão combatida, mas ao mesmo tempo tão necessária dentro da nossa sociedade. O tão antigo, e ao mesmo tempo paradoxo de ser considerado um “mal” necessário. Pesquisas recentes sobre a prostituição no Brasil apontam que existem preconceitos e discriminações de maneiras diferenciadas. “A discriminação com a prostituição feminina é maior do que com a masculina”.

Os preconceitos relacionados às mulheres estão relacionados com a questão do controle da sexualidade feminina dentro de uma sociedade fortemente impregnada pela cultura machista que objetifica a mulher. Vale ressaltar que a minha tese não tem como um de seus objetivos tratar da exploração sexual, e nem da prostituição masculina. Mas, não posso me furtar de fazer alguns apontamentos sobre elas. Uma

vez que são latentes e frequentes a presença, principalmente da exploração sexual na Amazônia.

Destarte, com um número cada vez maior de homens adentrando o mercado da prestação de serviços sexuais pagos, a realidade da prostituição passa por uma metamorfose (Passamani *et al.*, 2019). Um dos estudos pioneiros sobre a prostituição masculina no Brasil foi feito por Perlongher (1987), e serve de referência quando tratamos dessa temática. Já que, em uma sociedade machista, as práticas sexuais de homens são pouquíssimo reprováveis, um homem alugar ou vender o seu corpo para satisfazer os desejos sexuais de uma mulher não é condenável. Pelo contrário, é até sinônimo de virilidade.

A sexualidade feminina, por sua vez, apesar das lutas e conquista que estão se consolidando no campo de igualdade de direitos nas mais diversas esferas de nossa sociedade nas últimas décadas, ainda é foco de grandes controvérsias e questionamentos morais.

A sociedade ainda aceita que os homens utilizem os serviços de prostitutas para realizarem as suas fantasias sexuais, alegando que, muitas vezes, não podem realizá-las com suas esposas e companheiras. Um clichê que vem acompanhando como desculpa para justificar o que na verdade é o controle sobre a sexualidade feminina e o poder de usar uma mulher como bem quiser por meio do sexo pago.

A ideia da esposa como mulher sagrada, mesmo em pleno século XXI, ainda impera no meio das crenças e práticas sociais. A esposa é aquela mulher socialmente prestigiada, cuidadora e arauto do bem-estar de sua família. Por outro lado, a prostituta é aquela mulher que pode ser “usada” para ser subserviente e realizar os desejos sexuais mais insólitos de indivíduos que as procuram (Farley, 2016); é a mulher que faz com o que o dinheiro que deveria ser utilizado para a manutenção do lar seja desviado para práticas incontroláveis que ela (a prostituta) causa nos homens.

Souza e Carvalho (2018, p. 5) *apud* Farley (2016) explicam que é importante destacar que homens que pagam por sexo entendem que também pagam pelo direito de não pensar nos danos que podem estar causando às prostitutas, ou seja, não possuem empatia com as mulheres. Não pensam que as prostitutas podem manifestar desejos, ou não concordarem com algum pedido. Pelo contrário, entendem que a satisfação sexual deles é uma função delas, já que são clientes e estão pagando por um serviço. A máxima do capitalismo que o cliente precisa sair satisfeito com o produto ou prestação de serviço que pagou.

Marx e Engels se opõem ao olhar de posse sobre a mulher, a mulher não é apenas uma figura meramente decorativa dentro do lar, ou um objeto para a satisfação sexual de um homem. Pelo contrário, eles identificam as mulheres como seres pensantes e necessárias na luta social, e afirmam que a prostituição seria extinta com o final do capitalismo. Uma vez que ela existe por conta da necessidade que as pessoas têm de ganhar salários e sustentarem as suas proles.

Outro fator que vem passando por mudanças dentro da nossa sociedade é o amor romântico, que fora poetizado, cantado e amplamente idealizado em nossa sociedade ocidental, mas pouco tem afastado os homens dos prazeres da carne. Então, temos uma dicotomia entre amor e sexo. Entre esposa e companheira versus prostituta, que é a figura que pode ser usada para toda e qualquer forma de fantasia e desejo sexual, que é, teoricamente, desaconselhada aos homens terem com as suas companheiras.

Práticas sexuais consideradas reprováveis ou tabus por mulheres ditas de bem, podem ser facilmente comprados e realizados por prostitutas. Os limites do sexo pago são bem mais fáceis de serem suplantados, que o sexo em casa com suas companheiras. Explique que:

A objetificação e mercantilização do corpo motivam as violências que as prostitutas sofrem, uma vez que a mulher é transformada em objeto, a exploração e abuso parecem naturais. Homens justificam que quando pagam por sexo, o dinheiro gasto garante o direito de evitar pensamentos sobre o impacto da prostituição na vida das prostitutas. Além disso, indicam que a prostituição permite experiências que seriam incapazes de vivenciar com uma mulher que não a prostituta (Farley, 2016, não paginado).

Para além do poder masculino sobre o corpo da mulher no sexo pago, os ideais do amor romântico (Stenberg, 1986³²; Bloch, 1995; Kollontai, 2011) estão sendo menos priorizados em nossa sociedade, especialmente pelas novas gerações. O amor é um sentimento orgânico que por natureza une os indivíduos.

O amor se constitui enquanto meio para o desenvolvimento de uma solidariedade coletiva (Kollontai, 2011). O amor não seria nada mais do que uma necessidade superestimada de reprodução das espécies que possuem sexos opostos, e que o sistema capitalista e seu amor romântico-burguesa patriarcal utilizou para perpetuar os ideais de superioridade masculina e controle da mulher, levando-

³² A triangular theory of love. *Psychological Review*, 93. “O amor romântico é um fenômeno construído social e historicamente, com suas raízes no século XII. Na sociedade moderna, o amor romântico é baseado na paixão, intimidade e compromisso”.

as a viverem para o lar. A autora utiliza a história para explicar o desenvolvimento das formas e dos conteúdos do amor:

Cada época da história possui seu próprio ideal de amor. [...] cada classe, em seu próprio interesse, atribui à noção moral de amor um conteúdo determinado. Cada grau da civilização traz à humanidade sensações morais e intelectuais mais ricas em matizes, que cobrem o amor com um colorido diverso. A evolução no desenvolvimento da economia e nos costumes sociais foi acompanhada de novas modificações no conceito de amor. Alguns matizes desses sentimentos se reforçavam, mas os outros caracteres diminuía ou desapareciam totalmente. O amor, no transcurso dos séculos de existência da sociedade humana, evoluiu de um simples instinto biológico (instinto de reprodução, comum a todos os seres vivos, superiores ou inferiores, divididos em dois sexos) e se enriqueceu sem cessar com novas sensações, até converter-se num sentimento muito complexo. O amor deixou de ser um fenômeno biológico para converter-se num fator social e psicológico (Kollontai, 2011, p. 122-123).

Assim, estamos passando por mais uma mudança conceitual do amor. A ideia de casar e constituir família do romantismo-burguês começa a ruir, e dos escombros está nascendo o “Amor Líquido” (Bauman, 2004). Vivemos em um mundo onde as pessoas são orientadas para serem pragmáticas. Assim, o individualismo do homem pós-moderno e o processo de rompimento das barreiras geográficas que o mundo virtual oferece, somado a uma necessidade de autoafirmação virtual, faz com que as pessoas priorizem cada vez mais suas carreiras, suas vidas solitárias com a pseudocompanhia de suas redes sociais em telas de celulares e computadores; a ideia de viverem sozinhas é a melhor opção para muitas delas. Bauman (2004) explica que:

O amor, nossos relacionamentos, tornam-se cada vez mais descartáveis conforme a vida exige mais praticidade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que queremos nos relacionar, não queremos. É como se quiséssemos estar em um relacionamento e ao mesmo tempo não estar.

Mas se por um lado, a liquidez do nosso mundo precariza as relações do amor romântico e as relações Inter/intrapessoais, por outro a prostituição masculina inaugura um momento de maior liberdade das mulheres de também comprarem o sexo. Com a procura de relacionamentos meramente sexuais por parte de nossa sociedade, abre-se um espaço para uma normalização do mercado do sexo pago no Brasil, e na contramão desse novo momento da prostituição no mundo contemporâneo, temos ainda uma expressiva parcela da sociedade mais ortodoxa, que combate ferozmente a prostituição, como as igrejas cristãs, por exemplo.

Em seu artigo, Pereira *et al.* (2020) relatam sobre a presença de prostitutas que fazem parte de congregações de igrejas evangélicas, que, de forma paradoxal e ambivalente, se dedicam a práticas de evangelização durante algumas horas da semana e têm na prostituição a sua fonte de renda primária. São popularmente conhecidas como “*prostiticrentes*”.

Essas mulheres sofrem preconceitos e medos de serem descobertas não somente por membros de suas famílias, como também por seus “irmãos” de congregações. Esse medo duplo acaba colocando-as em uma situação até mais delicada do que as prostitutas que estão desatreladas de congregações religiosas rígidas.

Sabe-se que a prostituição não é tolerada no núcleo mais tradicional e ortodoxo das religiões cristãs. Todas as mulheres cristãs que oferecem serviços sexuais pagos precisam alimentar suas famílias, e têm na prostituição uma alternativa de trabalho, mas são vítimas das múltiplas violências no cenário da prostituição.

A tentativa de separar o sexo do prazer para desvincular mente e corpo é umas das formas de violência psicológica a que as prostitutas passam. A realidade da atividade prostitucional ocasiona diversas consequências na vida emocional das prostitutas. Isso faz com que essas mulheres se privem de sentimentos e emoções, comprometendo os relacionamentos que possuem fora deste ambiente e originando, desse modo, comprometimento na vivência da sexualidade e na dimensão subjetiva (Souza; Carvalho, 2018; *apud* Diniz; Queiroz, 2008).

Outra situação muito corriqueira que demonstra o caráter machista sobre a prostituta são as tentativas de burlar os acordos pré-estabelecidos durante a contratação da prestação do serviço sexual pelos clientes. Como a prostituição no Brasil não ter regulamentação legal, a maioria dos acordos são fechados meramente por meio oral. Com base em minhas observações empíricas, pesquisas de campo e entrevistas com inúmeras prostitutas, divido os ritos de contratação de serviços sexuais basicamente em quatro etapas: (01) Aproximação; (02) Negociação; (03) Pagamento; (04) Execução.

A aproximação é o momento em que o cliente procura a prostituta ou vice-versa, dependendo do contexto que estes estejam inseridos. A partir da aproximação, existe o processo de negociação entre as partes, de um lado, clientes falam os tipos de serviços sexuais que gostaria de contratar, por exemplo: se sexo oral, vaginal, anal; com preservativo ou não; local do atendimento; duração da prestação de serviço; ou se será cobrado por meio do número de ejaculações que o cliente tiver etc.

A prostituta por sua vez, concorda ou discorda em fazer o que o cliente solicita e com os demais termos do “contrato”, faz uma contraproposta e sinaliza o valor que cobrará pela prestação daquele serviço sexual. Por fim, caso os dois cheguem a um consenso, o valor acordado é pago em espécie, cartão de crédito ou via transferência bancária. Vencidas as três etapas, o cliente e a prostituta partem para a consumação do ato sexual.

Apesar de os ritos serem, majoritariamente, realizados nessa ordem apresentada, podem ocorrer mudanças da negociação durante o ato sexual com o acréscimo de mais serviços, mais tempo ou outros fetiches do cliente. Muitas mulheres, em minha pesquisa de campo, relataram que acabaram aceitando satisfazer pedidos que não foram previamente acertados, com a promessa de receberem um valor extra ao final do ato sexual, mas que infelizmente, não foram pagas e saíram no prejuízo.

Minhas entrevistadas relataram situações como a de clientes que não pagam pelo serviço sexual que lhes foi prestado, clientes que trancam as profissionais nos banheiros dos motéis, hotéis, clientes que as jogam de seus carros no meio da rua e clientes as roubam quando elas adentraram nos banheiros para fazerem assepsia. Essas foram algumas situações humilhantes e adversas passadas por elas, além de sofrerem com discussões, xingamentos, agressões físicas, prejuízos financeiros, interferência das autoridades policiais e, em casos mais extremos, assassinatos.

As entrevistadas nessa pesquisa acreditam que tudo isso ocorre por conta da ideia de vantagem física que os homens têm sobre as mulheres e pelos clientes não acreditam que as leis que protegem as mulheres, como a Lei Maria da Penha, por exemplo, se apliquem às mulheres que têm sua renda advinda da prostituição.

Tráfico, abusos sexuais, estupros, roubos, humilhações, desqualificação, ofensas verbais e morais fazem parte do repertório de violências mais corriqueiras a que prostitutas estão expostas normalmente durante o seu tempo de trabalho (Moreira; Monteiro, 2009), sejam elas, ateias ou protestantes, estejam elas, em megalópoles ou no coração da floresta amazônica.

Em relação à Amazônia, a prostituição historicamente tem sido um considerável componente dos processos socioeconômicos nas sociedades de orientação patriarcal, e se gestam na realização dos projetos de desenvolvimento na região, produzindo a emergência de situações cujas análises se deparam com muitas múltiplas formas de trabalho sexual.

Sua presença é como 'natural' e pertinentes para a reprodução e circulação monetária de dinheiro e de entretenimento, em âmbito do mercado de trabalho em nível local, sendo tolerada e consentida, ainda que sob o prisma do preconceito e da discriminação, e de modo geral não recebem atenção de políticas públicas específicas.

A prostituição na Amazônia não é recente. Têm-se informações sobre essa atividade desde o Ciclo da borracha (1879-1910), quando no processo de migração muitas mulheres vieram de outros Estados, principalmente do Nordeste, em busca de melhores condições de vida. Na época, era grande a população masculina e muitos homens vinham sem suas famílias e trabalhavam no meio da floresta, onde passavam muito tempo por ali. Para se divertir, dirigiam-se às casas de prostituição (Mesquita; Alencar, 1996, p. 23).

A prostituição na Amazônia apresenta uma fase ainda mais obscura do capitalismo. Em uma região historicamente conhecida pela exploração da floresta e dos recursos minerais e hídricos, não é de se admirar que as pessoas também passem por esse processo de exploração. A Amazônia é rota de tráfico de pessoas tanto para a escravidão ou situação análoga à escravidão quanto para fins de exploração sexual em bordéis localizados em áreas de garimpo, nas circunvizinhanças de projetos de exploração hidrelétrica e mineral de grandes empresas de capital aberto.

A prostituição é vista, por uma parcela significativa de mulheres com pouca escolaridade ou que por falta de instrumentalização técnica para exercerem atividades dentro das empresas estabelecidas na Amazônia, como uma opção de ocupação para o sustento próprio e de suas famílias. Mulheres encontram em seus próprios corpos uma opção de renda.

Durante a minha pesquisa de campo em áreas de hidrelétricas nas cidades de Tucuruí e Altamira, ouvi diversos relatos sobre a falta de oportunidade para as mulheres nesses lugares. As entrevistadas relataram que antes de começarem a se prostituir, buscaram alternativas de emprego no comércio local, nas indústrias e até mesmo nos canteiros de obras das UHEs. Contudo, a baixa escolaridade e a falta de experiência nas poucas funções que são destinadas às mulheres corroboraram para a não inserção delas no mercado formal de emprego.

Outras entrevistadas relataram que os baixos salários oferecidos no comércio local não eram suficientes para sustentar suas famílias. Muitas mulheres que participaram de minha pesquisa de campo alegaram que durante o período de maior

movimento de clientes no período de construção das UHEs, elas chegavam a faturar em uma noite, o que uma mulher que trabalhava no comércio local da cidade levava um mês para ganhar. O comércio do sexo na Amazônia infelizmente acabara sendo uma opção viável e cruel para muitas mulheres que ali vivem.

Muito comum também é a prostituição realizada por ribeirinhas nas cidades que fazem parte das grandes rotas mercantes na Amazônia. São mulheres que arriscam suas vidas ao se lançarem nos rios da Amazônia em suas canoas movidas a remo ou a motores conhecidos com rabetas³³, e que ao verem uma embarcação que transporta mercadorias, lutam contra as marés e ondas fortes que são produzidas pelos motores das embarcações de maior porte até conseguirem atracar suas canoas nas balsas para trocarem sexo por bens de consumo.

No Estado do Pará, há também o comércio sexual feito por mulheres conhecidas popularmente como “Balseiras” na região da ilha do Marajó entre a capital Belém-PA e a cidade de Breves-PA. Elas adentram nas balsas e trocam sexo por óleo diesel, gasolina, querosene e comida. Essa é uma realidade facilmente presenciada por todos que utilizam esta rota fluvial.

A exploração sexual de indígenas de várias etnias vem sendo noticiada pela imprensa local, nacional e internacional. Os garimpos ilegais na Amazônia ficam geralmente localizados em terras indígenas. Assim, como são áreas remotas e perigosas, são poucas as mulheres que se aventuram a comercializar sexo nesses locais. Por isso, muitos garimpeiros acabam cooptando meninas e mulheres indígenas para a prestação de serviços sexuais.

De acordo com Georgia Silva da Rede Humaniza SUS³⁴, a exploração sexual de meninas e jovens indígenas no interior do Estado do Amazonas vem sendo investigada pela Polícia Federal há mais de dez anos. Em Coari, o então prefeito da cidade foi acusado de pedofilia, com processo em andamento desde 2009.

Já em São Gabriel da Cachoeira, a cidade com maior população indígena do país, dez envolvidos em exploração sexual de meninas indígenas, entre eles alguns comerciantes conhecidos da cidade, foram presos em 2013 e agora, sob decisão do STJ, terão seus processos julgados pela Justiça Estadual do Amazonas.

³³ Definição de rabeta de Candido (2010): Um rabeta é uma pequena embarcação com motor alongado e com potência que varia de 3 a 13 HPs. Atualmente, a maioria das famílias ribeirinhas possui rabetas, sendo esse o principal meio de transporte fluvial. A rabeta é usada, sobretudo, na pescaria e nos pequenos deslocamentos.

³⁴ Disponível em: <https://redehumanizasus.net/>. Acesso em: 12 mar. de 2022.

Farias e Brasil³⁵ (2014) relatam que foram presos dez réus durante a Operação Cunhantã, da Polícia Federal do Amazonas, em 22 de maio de 2013. Entre eles, estão oito homens: comerciantes, ex-vereador, servidores públicos, militares do Exército brasileiro. Eles são acusados de manter relações sexuais com meninas indígenas virgens, com idades entre nove e quatorze anos, em troca de dinheiro, presentes, alimentos e bombons. Segundo a investigação, os acusados são pessoas com poder econômico e que se aproveitaram da situação de pobreza das meninas para cometerem abusos sexuais.

Essas meninas são das etnias *Tariano*, *Wanano*, *Tukano* e *Baré*, que vivem nas áreas periféricas da cidade de São Gabriel da Cachoeira, cuja população é composta por 90% de indígenas de acordo com o IBGE. Os réus da Operação Cunhatã (que significa menina na língua tupi) foram denunciados pelos crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição de vulnerável, rufianismo e coação no curso do processo (Farias; Brasil, 2014).

Existe um campo pouco explorado ainda sobre a exploração sexual de indígenas na Amazônia. Apesar de ser um campo de pesquisa perigoso e movediço, por conta dos enormes entraves que futuros pesquisadores irão enfrentar, faz-se necessário que essas crianças e mulheres indígenas sejam protegidas, ou precisam receber atenção devida para que essas pessoas e suas histórias de mazelas fiquem restritas às páginas policiais de jornais locais, ou sejam simplesmente esquecidas em nosso tempo, como se nunca tivessem existido.

A prostituição e a exploração sexual na Amazônia são mais um dos desafios que a população local enfrenta ao longo de décadas. Infelizmente, ainda são muitas as limitações da ordenação políticas e jurídicas atualmente existentes. Além, é claro, das limitações estruturais e culturais do sistema de justiça vigente no Brasil que tem sido, se não impeditivas, inoperantes em relação à temática prostituição.

Contudo, desejamos que tais limitações sejam superadas o quanto antes para que todas essas mulheres, que têm como ofício a prostituição, possam ter mais segurança, saúde e respeito, e para tantas outras mulheres e crianças inocentes que são exploradas sexualmente, seja feita a justiça aos seus algozes com o máximo rigor

³⁵ As jornalistas Elaíze Farias e Kátia Brasil, fundadoras da agência Amazônia Real, se tornaram as primeiras mulheres, negra e indígena, respectivamente, a serem homenageadas no 16º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/abraji-homenageia-elaize-farias-e-katia-brasil-como-grandes-defensoras-do-jornalismo-e-da-amazonia/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

da lei. Para que todas essas mulheres e crianças possam viver de forma digna nesse imenso, maravilhoso e contraditório Inferno Verde³⁶.

2.2 Da exploração colonial portuguesa aos grandes projetos: a derrocada do inferno verde

Na porção norte do território brasileiro, mais de cinco milhões e meio de quilômetros quadrados são ocupados pela floresta tropical amazônica. Essa região inclui territórios pertencentes a nove nações, sendo elas: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Entretanto, grande parte desse território é recorrentemente desmatado e seus recursos minerais e hídricos são explorados para fins de enriquecimento de grandes conglomerados financeiros de capital aberto mundial (Scapin, 2012 *apud* Santos *et al.*, 2021).

No Brasil, só em 2022, foram 10.573km² de áreas desmatadas segundo relatório divulgado em 18 de janeiro de 2023 pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon, 2023). A Amazônia tem sido historicamente descrita como uma terra de recursos naturais inesgotáveis, o imenso, maravilhoso e contraditório Inferno verde (Imazon, 2023).

Essa ideologia - de Terra com recursos naturais inesgotáveis - foi ainda mais difundida com a publicação da tese da fronteira do teórico Frederick Jackson Turner em 1893. A tese de Turner influenciou fortemente a historiografia brasileira do século XX, especialmente quanto ao tocante dos projetos de ocupação da Amazônia durante o fim do século XIX início do século XX.

Essa ideia de natureza infinita, de onde brotam todos os recursos tal qual fonte milagrosa, teve início com o ciclo da borracha, em meados dos anos 1870-1912, com a intensificação da imigração, principalmente de portugueses e nordestinos que se dirigiram para a Amazônia com o intuito de explorar o “ouro branco”³⁷ da época. Sobre esse período, o pesquisador Samuel Benchimol, em sua obra clássica, relata como o sistema mercantilista se estruturou para a exploração do látex:

³⁶ A expressão inferno verde faz alusão à obra "Inferno Verde" de Alberto Rangel, publicada em 1927 pela editora Gênova. Nesse escrito, o autor faz uma representação da Amazônia como um ambiente bárbaro, estranho, desprovido de qualquer marca de civilidade e urbanização, porém maravilhoso pela grandiosidade da natureza. Esta representação de espaço maravilhoso e caótico foi reatualizado nas obras Pssica (2015) e BelHell (2020) de Edyr Augusto, só que nas duas obras de Augusto, há uma agudização desse cenário infernal amazônico atrelando a prostituição como um dos temas principais tratados nas obras. RANGEL, Alberto. Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas. 6. ee. Manaus: Editora Valer, 2008. AUGUSTO, Edyr. Pssica. São Paulo: Boitempo; Belém, PA: Samauma Editorial, 2015; BelHell, 2020.

³⁷ Como era popularmente chamada o látex da borracha.

Durante a fase áurea da borracha, no fim do século passado e na primeira década do século XX, milhares de imigrantes lusos, atraídos pela fortuna, foram pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio, representado pelo comércio típico de casas “aviadoras”. As firmas portuguesas estabelecidas em Belém e Manaus, transformaram essas cidades em entrepostos comerciais e estabeleceram as linhas logística de suprimento rio acima de mercadorias à base de crédito pessoal com os seringalistas e seringueiros cearenses e nordestinos, recebendo, em contrapartida, rio abaixo, mediante conta de venda, os gêneros e produtos extrativos destinados à exportação (Benchimol, 1999, p. 70).

Esse sistema mercantilista, organizado em torno do primeiro grande ciclo econômico da Amazônia, provocou, conforme podemos aferir de suas afirmações, um grande ciclo de imigração – portugueses, nordestinos, judeus, árabes e em menor número, espanhóis.

Assim, a colonização da floresta foi vista como ponto de interesses comerciais para extração da borracha, madeira, minérios, construção de hidrelétricas e plantação de soja, por conseguinte. Houve incontáveis incentivos governamentais para a exploração da Amazônia, e estradas foram abertas para facilitar a entrada no norte do país sob o emblema “Integrar para não Entregar” (Peixoto, 2009).

Santos *et al.* (2021, p. 5298) afirmam que outro fato que marcou a história da Amazônia foi a Revolução Industrial, que também acarretou a vinda de trabalhadores e fábricas para a extração da borracha, uma importante matéria-prima também conhecida na época como “ouro negro”. Estima-se que cerca de 300 mil pessoas tenham vindo para a localidade incentivadas pelo governo. Com a geração de riquezas provenientes da exportação da borracha, foi possível construir grandes obras que carregam consigo parte da história do norte do país, como o Teatro da Paz, em Belém (1878), e o Teatro Amazonas, em Manaus (1884).

Contudo, diferentemente do que o senso comum acredita, os projetos de povoamento e exploração da Amazônia não foram inaugurados com o ciclo da borracha, ou durante o governo militar em meados do século XX. A ideologia de natureza infinita foi sim, propagada durante o período da exploração da borracha, e depois utilizado pelos governos militares brasileiros.

Em 1637, a coroa portuguesa encomendou a primeira grande expedição à região amazônica, com aproximadamente duas mil pessoas. A exploração foi em

busca das cobiçadas drogas do sertão³⁸, pois a exportação desses produtos representava uma fonte de renda a mais para a coroa portuguesa.

O império português deu início a um processo de exploração e povoamento da Amazônia, com o discurso de integração regional, em 1755, que, na verdade, era o pano de fundo para esconder as suas reais intenções de explorar os recursos minerais e naturais, expulsar outros povos europeus³⁹ que ali faziam contrabando e cometiam crimes, e por fim, manter o território Amazônico sob o seu poder, uma vez que a Amazônia sempre foi uma área de cobiça e avareza entre as grandes potências mundiais. Dias (1967, p. 473) explica que:

Na véspera de 1755, ano da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a Amazônia era terra semimorta. A empresa pombalina de fomento desempenhou papel proeminente no processo colonizador das terras do extremo Norte da colônia, que de há muito aguardavam lavragem e sangue novo, mudando-lhes a roupagem e a fisionomia. A utilização econômica das Capitânicas do Norte representa magnífica etapa da ação colonizadora da política ultramarina de Pombal. Graças a esse expediente, pôde o Estado do Grão-Pará e Maranhão constituir parte integrante da economia transoceânica na segunda metade do século XVIII. O empreendimento compõe a primeira experiência séria de colonização da Amazônia. É certo que o embrião colonizador vem de época distanciada. A divisão do espaço amazônico em Capitânicas e a obra missionária constituem ensaios de aproveitamento útil da terra. O grande arranco data, todavia, da governança do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1). O incitamento continuou nas administrações de seus sucessores: Manoel Bernardo de Melo e Castro (2), Fernando da Costa de Ataíde Teive (3) e João Pereira Caldas (4). A florada colonizadora encontra-se, vigorosa, nesse período com a marca vivificante da Companhia pombalina. De São Luís e,

³⁸ As chamadas drogas do sertão abarcavam uma série de produtos como o guaraná, o anil, a salsa, o urucum, a noz de pixurim, pau-cravo, gergelim, cacau, baunilha e castanha-do-pará. Todas essas especiarias tinham alto valor de revenda no Velho Continente. Para controlar a exploração das drogas do sertão, Portugal optou por deixar a exploração desses gêneros a cargo das missões jesuíticas que empregava mão-de-obra indígena. Disponível em: Santos, José; Pompeu, A. (2021). As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão Amazônico (1683-1706). Revista Em Favor de Igualdade Racial, 4(3), 22–35. <https://doi.org/10.29327/269579.4.3-3>. Acesso em: 17 abr. 2023.

³⁹ A Amazônia portuguesa foi conquistada por soldados portugueses e “brasileiros” vindos do nordeste do Brasil, no início do século XVII. A presença europeia na costa norte e na Amazônia, principalmente, de franceses, ingleses e holandeses, foi o elemento central do esforço português (nessa época dependente da coroa de Castela), que organizou a conquista da região. Após a tomada de São Luís aos franceses, em 1615, os portugueses fundaram, na desembocadura do Amazonas, a cidade de Belém do Pará, em 1616. Sérgio Buarque de Holanda definiu Belém com um “núcleo de expansão”. De fato, para vários autores, essa cidade representou o centro fundamental da expansão e dominação portuguesa de todo o vale amazônico. Eidorfe Moreira tinha razão ao afirmar que “no plano histórico, nenhuma região dependeu tanto de uma cidade como a Amazônia dependeu de Belém. Nada se fez aí senão com base nela ou através dela”. São Luís, Belém e a fortaleza de Santo Antônio de Gurupá constituíram os três centros da dominação portuguesa da Amazônia, que, nos anos 1620 se transformou numa região administrativa independente no interior do império português: o Estado do Maranhão e Grão-Pará. A criação do Estado do Maranhão se inseria numa política da coroa de Castela no sentido de descentralizar os seus vastos domínios. Disponível em: Chambouleyron, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, v. 6, p. 1-10, 2006. Acesso em: 17 abr. 2023.

sobretudo, de Belém, capital do Estado, partiu a irradiação civilizante. A ocupação de áreas ignotas processou-se com a faina agropecuária fornecedora dos produtos comerciáveis que formavam as carregações de torna-viagem dos navios da Companhia (5). O mercantilismo "ilustrado" gerava, assim, centros estáveis de colonização e de enriquecimento social com o surgimento de novos núcleos demográficos. Nas vastas áreas do Mearim, do Itapecuru, de Marajó, do Baixo Amazonas e de toda hinterlândia, estenderam-se os campos agrícolas de onde saíam as mercadorias tropicais desejadas pela Europa. O valor e o volume dos carregamentos embarcados nos portos de São Luís e Belém refletem a ampliação da empresa. A ação civilizadora não era apenas horizontal. Era vertical também. A colonização expandia-se no espaço através do agrarismo e aprofundava-se no tempo por meio da imigração e cruzamento de elementos oriundos das ilhas atlânticas, da metrópole e da África, com os quais se argamassou a nova sociedade do Norte da colônia.

Durante os dois séculos seguintes, o comércio se intensificou na região amazônica. Vale ressaltar que o processo de exploração da Amazônia acarretou também no processo de colonização. Apesar de entendermos que a maioria das pessoas que acabaram povoando a Amazônia, na verdade, não foram para lá com essa intenção, foram para explorá-la, mas acabaram fixando moradia permanentemente por motivos de força maior, ou por falta de opção.

Mesmo que possa parecer anacrônica essa comparação, devido ao tempo histórico, sistema de governo, política de estado e visão colonial, não é muito diferente do que temos hoje em pleno século XXI. Uma terra explorada, com uma grande oportunidade de negócio, um local que poderia ser explorado, e gerar fortunas, que seriam usufruídas para muito além de suas fronteiras, e uma população local que sofre com as mazelas dessa exploração e com interesses exógenos lucrados nesse cenário caótico.

As riquezas produzidas na Amazônia pouco beneficiaram sua população local durante a sua colonização. Essa situação acabou mudando um pouco atualmente. Os grandes projetos são pensados por forças exógenas, deixando a população local somente com as mazelas, ou os buracos negros como popularmente são conhecidos e chamados os efeitos colaterais desses empreendimentos na linguagem regional e popular.

Não podemos falar sobre a prostituição em grandes projetos na Amazônia sem, antes de tudo, termos a clara definição do que são esses grandes projetos. Quais os objetivos desses grandes projetos? Quem os fomentou/ fomenta? A quem eles são destinados? Quais os principais impactos socioambientais provocados pelos grandes projetos da Amazônia?

Os Grandes Projetos são empreendimentos econômicos de larga escala que visam à produção (geração de capital) por meio da exploração dos recursos naturais da Amazônia, bem como a organização e controle do território, e caracterizam-se, principalmente, pela grandiosidade das construções, da mobilização de capital e de mão de obra.

Podemos citar: grandes projetos mineiro-metalúrgicos, grandes usinas hidrelétricas, parques petroquímicos, abertura de estradas, construções de portos, ferrovias, hidrovias, aeroportos, megaempreendimento de requalificação e reestruturação urbanas. Todos esses seriam exemplos contundentes do que chamamos doravante de grandes projetos.

Segundo David Nye (1994), as bases fundamentais do capitalismo nos Estados Unidos, em suas fases iniciais, se estruturaram em torno da expansão das linhas férreas, das linhas de transmissão de energia e da exploração mineral. Esses três segmentos: uma cadeia modal, uma energética e uma extrativista produtiva criaram as condições necessárias para que o capitalismo passasse a monopolizar alguns produtos e, conseqüentemente, ditar os preços no mercado, já que os produzia, transportava, vendia e os financiava.

Para se chegar a esse nível, foi preciso construir um mundo sublime, tecnológico que tinha nos grandes projetos de integração e desenvolvimento, sua grande alavanca para a expansão do capitalismo mundial. Outro autor Ribeiro (2014) define os grandes projetos ou projetos de grande escala como uma forma de produção delimitada e recorrente composta de três dimensões – Gigantismo, Isolamento e Intermittência –, as quais são consideradas como grupos de determinações e relações que se sobrepõem:

1) Gigantismo – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações; 2) isolamento – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo; 3) caráter temporário do empreendimento – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção (Ribeiro, 2014, p. 50).

Barroso (2017, p. 92), ao desenvolver as teses de Ribeiro (2014), esclarece que a organização dos grandes projetos a partir das três dimensões propostas pelo citado pesquisador servem para viabilizar ao mercado os recursos naturais da região entregues a grandes empresas (nacionais e estrangeiras) e se impõem à população local como prioridade nacional.

Garcia (1998) amplia a confluência dessas megaobras. Para ele, os primeiros efeitos e impactos desses grandes projetos não podem ser vistos apenas do ponto de vista espacial da construção. O mundo, como um ser vivo, sofrerá as consequências das intervenções dessa magnitude. A esse pensamento poderíamos chamar de pensamento integrado, ecológico, holístico.

Podemos tomar como exemplo a Fordlândia, um grande projeto idealizado no centro do capitalismo mundial exportado para a Amazônia. Essa mega intervenção na Amazônia surgiu a partir das conjunturas internacionais. *Henry Ford*, na época, maior produtor de veículos automobilístico do mundo, se viu ameaçado com o monopólio dos ingleses em torno da indústria pneumática.

Os componentes de borracha usados na indústria automobilística impactavam consideravelmente nos preços, colocando *Henry Ford* praticamente refém da borracha da Malásia, controlada pelos ingleses. Foi nesse contexto desfavorável às suas pretensões de industrial que o magnata estadunidense da indústria automobilística esboçou uma reação ousada em plena selva Amazônica. Então, ele construiu, em plena selva amazônica, às margens do rio Tapajós, uma cidade com o objetivo de dominar completamente a cadeia de fornecimento da borracha para fabricação de peças automobilísticas. A Revista o Cruzeiro (1931) dedicou matéria em sua edição 06 de 1931 com a manchete “O homem domador da natureza: Uma cidade que nasce na floresta, a Fordlândia”.

Imagem 1- Propaganda circular nacional sobre o projeto Fordlândia



Fonte: Revista O Cruzeiro. 6. ed. Rio de Janeiro (12 dez. 1931).

Assim, em segredo guardado a sete chaves, *Henry Ford* escolhe a Amazônia para iniciar a plantação em escala industrial da *hevea brasiliensis*⁴⁰. Para tanto, inicia uma negociação com o governo do estado do Pará, que lhe concede, entre dezenas de benefícios, uma extensão territorial de mais de um milhão de hectares. Um verdadeiro enclave estrangeiro em pleno território nacional para plantar a seringueira, árvore que produz o látex, usada para fabricação de borracha.

Todos os componentes necessários para a construção e edificação da fábrica de beneficiamento de borracha vieram em dois navios diretamente dos Estados Unidos da América do Norte. Quando a cidade e a fábrica foram edificadas no coração do Tapajós, no ano de 1927, um grande realento se espalhou pelas populações locais e longínquas, as quais sonharam com o grande retorno do período áureo da borracha.

⁴⁰ Seringueira ou árvore-da-borracha.

Esse despertar criou um fluxo migratório para a região e milhares de trabalhadores se empregaram na Fordlândia para depois descobrir que seriam escravizados. Quando se iniciaram as primeiras colheitas, a produção se anunciava como promissora, um sucesso. Mas essa euforia duraria pouco, as seringueiras, plantadas em escala jamais vista, começaram a ser atacadas por fungos, os quais eram desconhecidos dos pesquisadores contratados pelo magnata.

Não conseguindo debelar as doenças nas plantações, o declínio bateu à porta da cidade e depois de sete anos moribunda, o capitalista estadunidense entregou ao Estado brasileiro, no ano de 1945, tudo o que ainda restava da cidade idealizada no coração do centro capitalista mundial. Estava assim encerrada a primeira grande história de intervenção capitalista na Amazônia, pensada, exclusivamente, a partir de olhares exógenos.

Outros grandes projetos foram instalados na Amazônia, especialmente os de exploração de: minérios na Serra do Navio, no Amapá, onde ficou a maior cratera a céu aberto do mundo e um rastro de destruição da natureza; de bauxita extraída dos municípios de Oriximiná e Juruti, no oeste do Pará; de ferro do Projeto Ferro Carajás S11D, localizado na Serra dos Carajás; e das incontáveis atividades madeireiras, das agroindústrias, das de pecuária e das atividades de expansão da cultura da soja. Tudo foi organizado pelo capital internacional ou pelo capital nacional, incluindo contribuições significativas dos órgãos de financiamento do governo brasileiro, via BNDS. Todos esses grandes projetos carregam em si características muito semelhantes e catastróficas, entre elas: a imigração de muitos contingentes, especialmente os masculinos; favelização dos lugares; empobrecimentos das populações locais; e destruição da natureza.

A lista de grandes empreendimentos continua e as grandes usinas Hidrelétricas estão entre os mais recentes: UHE do rio Madeira, localizada em Porto Velho, no Estado de Rondônia; UHE Tucuruí, no rio Tocantins, Estado do Pará; as UHEs de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia.

Esse interregno de tempo entre o malgrado projeto de *Henry Ford* até o início dos anos 1940, foi marcado por um marasmo econômico na região. Posteriormente, Fonseca *et al.* (2016, p. 65) nos relatam que o Estado Brasileiro, a partir de 1950, começa, em seus sucessivos governos militares, a promover políticas com o objetivo de estabelecer as bases para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica. Desta feita, o viés seria incrementado por um fator explosivo: a colonização da Amazônia e a materialização do pensamento de defesa da soberania

nacional, pois se entendia que essa área era muito erma e passível de cobiça por potências estrangeiras.

Esse mesmo crítico dos grandes projetos relembra que a industrialização do planeta não poderá mais ser pensada apenas do ponto de vista desenvolvimentista, haja vista que as populações, principalmente as locais, serão afetadas, se as intervenções na natureza continuarem a ocorrer sem os estudos e projetos de diminuição dos impactos.

Reis e Souza (2016) explicam que esses megaempreendimentos de grande impacto ambiental, social, econômico e político têm sido historicamente implantados em diversas regiões do Brasil visando dois objetivos básicos: a exploração das riquezas minerais e a produção de energia para atender às demandas dos grandes centros industriais do Sul e Sudeste do Brasil.

Os grandes projetos na Amazônia são normalmente apresentados à sociedade pelos diversos governos, como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico a partir de uma perspectiva desenvolvimentista da região. A Amazônica era vista, por exemplo, durante os governos militares das décadas de 60 até meados dos anos 80 do século XX, como um grande vazio demográfico.

O slogan oficial do regime militar era: “Uma terra sem homens para homens sem-terra”, seguida de outras frases de impacto, como “Chega de lendas, vamos faturar!”. A frase pertence ao anúncio do Banco da Amazônia (Basa) de 1972. O veículo de comunicação era a Revista Realidade. No governo estava o general ditador Emílio Garrastazu Médici. Assim, a Amazônia foi apresentada ao mercado econômico brasileiro com um *mapa do Brasil retratando o espaço amazônico como um canteiro de obras a ser construído em um Brasil a ser desbravado*.

Exemplos da influência exógena⁴¹ na Amazônia foi primeiramente a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), oferecendo incentivos fiscais para a instalação de empreendimentos no setor de agroindústria, instalação de fábricas, moinhos de trigo, refinarias. Logo depois, houve a criação da superintendência de desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em substituição à Spvea, bem como a criação do banco da Amazônia (Basa), em substituição ao antigo Banco de Crédito da Borracha, e a Zona Franca de Manaus – Suframa (Silva, 2018, p.10).

⁴¹ Um modelo de ocupação territorial, predominante, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole (Bertha K. Becker).

Imagem 2 - Amazônia como fonte de renda para o Brasil

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Fonte: Propaganda da Sudam publicada na Edição Especial Amazônia da Revista Realidade (1972). Crédito: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim.

Para convencer brasileiros de outras partes do país a migrarem para Norte, o governo esforçava-se por mostrar que a floresta havia deixado de ser um lugar perigoso e selvagem – o “inferno verde” – para tornar-se um paraíso de oportunidades. “Chega de lendas, vamos faturar! A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. [...] Há um tesouro a sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil”, incentivava a propaganda da Sudam publicada nas grandes revistas brasileiras nos anos 1970.

Esses projetos de desenvolvimento da Amazônia foram planejados para inserir a região amazônica nos processos de expansão do capital nacional e internacional, através da exploração mineral e produção de energia. Os discursos elaborados pelas

agências governamentais destacaram a sua importância socioeconômica para a região e para o país, omitindo de modo geral os impactos para as populações locais.


Souza (2018) explica que a floresta Amazônica era considerada um enclave, um tipo de entrave ao progresso do país, por muitos ensaístas, chegando a ser, no século XIX, vista como um espaço a ser explorado para garantia de desenvolvimento, como se lhe coubesse um lugar especial no capitalismo mundial como fornecedora de matéria-prima, eletricidade e laboratório ao ar livre para as biotecnologias.

A região amazônica deixou de ser o paraíso perdido para se firmar como um espaço que alimenta a cobiça dos centros capitalistas, ávidos pelo seu domínio completo. Assim, esses projetos foram gestados para obedecerem a uma suposta política de desenvolvimento regional para o aproveitamento do seu potencial energético, quer na forma de geração de energia hidrelétrica, ou de exploração vegetal, assim como o potencial mineral através de grandes projetos minerais, como o Projeto Carajás.

Estavam aliados com a integração da região Amazônica com o resto do Brasil por meio de abertura de grandes estradas como a BR 210, mais conhecida como a Transamazônica, cuja construção se deu na década de 60 do século XX, mas até o presente momento, mais de sessenta anos depois, ainda não foi finalizada adequadamente. Este, até os dias de hoje, é um exemplo de descaso com todos aqueles que acreditaram na propaganda governamental e que para lá migraram, e exemplo de inoperância quanto ao papel de integração nacional e de escoamento de seus grãos por seus trechos intrafegáveis e perigosos para todos aqueles que dependem direta ou indiretamente dela.

A obra começou em julho de 1970, com a promessa de atravessar o Brasil de leste a oeste, percorrendo uma distância maior que a existente entre Caracas e Buenos Aires. Dez quilômetros de cada margem da estrada foram reservados para a colonização e reforma agrária. Segundo a pesquisa de Cardim, o plano da ditadura era levar 100 mil famílias para ocupar o entorno das novas rodovias federais na Amazônia (Wenzel, 2020).

Imagem 3 – Amazônia vista como inferno verde



**PARA UNIR
OS BRASILEIROS NOS
RASCAMOS O
INFERNO
VERDE**

O Brasil progride.
O Brasil quer seu povo
unido, trabalhando
e confiante.
O governo federal
promove o
fortalecimento dos
homens e de
seus ideais.
A Construtora Andrade
Gutierrez S. A.
participa deste
esforço de afirmação
nacional: é a pioneira
nas grandes obras
rodoviárias de
integração da Amazônia.

ANDRADE-GUTIERREZ

CONSTRUTORA
ANDRADE
GUTIERREZ S. A.
* Belo Horizonte
* Rio de Janeiro
* São Paulo * Manaus
* Belém * Curitiba
* Recife

Rodovia Manaus—Pôrto Velho
(BR-319) — Do Amazonas à
Rondônia, em 850 quilômetros,
dos quais 470 já concluídos.
— O maior contrato
rodoviário firmado por uma
única empreiteira.

Fonte: Propaganda da construtora Andrade Gutierrez publicada na Edição Especial Amazônia da Revista Realidade de (1972). Crédito: Reprodução/Acervo Ricardo Cardim.

Na prática, a construção de estradas e usinas hidrelétricas acarretam mudanças significativas para a população local e danos para o meio ambiente. Podemos listar alguns dos impactos como aumento da pobreza, violência, superespeculação imobiliária, tráfico de drogas e de pessoas, surtos de doenças, sucateamento dos serviços públicos básicos nas cidades que abrigam os trabalhadores, aumento nas taxas de natalidade, e de infecções sexualmente transmissíveis, crescimento da prostituição etc.

Apesar dos impactos desastrosos como os supracitados, os grandes projetos precisam de relatórios de impactos ambientais (Rima), e licenças para serem instalados. Encomendadas pelos gestores dos grandes projetos, esses Rimas são elaborados sob rigor técnico máximo para prever e analisar os possíveis impactos e apresentar soluções viáveis e sustentáveis para as mazelas que irão acompanhar o futuro empreendimento.

Porém, por vezes, devido a algumas inconstâncias no Rima - como prever impactos de ordem ambiental e desconsiderar certos impactos de ordem social -, muitos projetos de impacto socioambientais acabam sendo aprovados por forças políticas e exógenas, cujo único interesse é lucrar com esses grandes projetos.

O estado do Pará vivencia de forma corriqueira a implantação de vários desses grandes projetos que através de estudos tendenciosos são mostrados para população com a prerrogativa do progresso (Santos *et al.*, 2021, p. 5298). Com a ideia de prejudicar poucos pelo bem maior, tem-se como resultado uma população local, que herda um triste legado de mazelas, sucumbida pelos interesses capitalistas.

Se tomarmos como exemplo a UHE Tucuruí, quase 30 anos após a sua inauguração, ela é a segunda maior hidrelétrica 100% em território brasileiro, e a terceira em geração de energia elétrica do Brasil de acordo com os dados da Eletrobrás. Vemos na prática que os linhões de abastecimento atravessam centenas de cidades e vilas nos estados do Pará, Amapá e Amazonas, e por mais contraditório que isso pareça ser, a maioria dessas cidades e vilas ainda não têm energia elétrica disponível. Cerca de 12 mil famílias que vivem no entorno do reservatório ou nas 1.600 ilhas do lago não têm acesso à rede elétrica, segundo a prefeitura de Tucuruí.

Fotografia 1- Lamparina ilumina a casa de Estevo Benedito Gonsalves, 32, que fica à beira do lago Tucuruí



Fonte: Tarso Sarraf.

Mesmo tendo sido sede de uma das maiores obras do governo militar, Tucuruí ainda carece de infraestrutura. Além do problema da luz, ruas e rodovias estão esburacadas e sem asfalto, e segundo a prefeitura, também não há rede de esgoto na cidade. Dados do Censo 2010⁴² mostram que 28% dos 97 mil moradores de Tucuruí vivem em favelas.

Esses empreendimentos trouxeram para a Amazônia problemas sociais profundos que podem ser demonstrados pelo índice de desempregados nessas regiões, pela falta de escolas, saúde, moradias dignas e pela fome. Portanto, diante de toda essa marginalidade social, a mulher, sobretudo a prostituta, tenta dar uma resposta a todos os que a marginalizam, mostrando que merece ser respeitada e

⁴² O IBGE realizou o último Censo em 2010 e estava em preparação para a realização do Censo 2020 quando eclodiu no País a crise sanitária provocada pela pandemia de *Covid-19*, forçando o IBGE a adiar a operação para 2021. Não temos até o presente momento dados do censo brasileiro de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html#:~:text=O%20IBGE%20realizou%20o%20C3%BAItimo,adiar%20a%20opera%C3%A7%C3%A3o%20para%202021>. Acesso em: 5 fev. 2023.

valorizada como cidadã digna de seus direitos. Para isso, busca se organizar, a fim de reafirmar sua autoestima, sem que seja desrespeitada pela sociedade.

Então como pensar em desenvolvimento sustentável para a Amazônia e para os seus habitantes? Como a floresta pode ser fonte de renda para a sua população sem que seus recursos naturais sejam necessariamente transformados em energia elétrica? Sem que seus solos sejam esburacados em busca de minérios, suas árvores cortadas para abertura de pastos para o agronegócio, seus rios embarrados para geração de energia elétrica e sem destruição de sua fauna e flora? Como conter as mudanças climáticas oriundas das destruições da Amazônia? Esses são alguns dos desafios que os povos amazônicos estão enfrentando em busca de uma economia sustentável da floresta.

2.3 A prostituição na UHE Tucuruí

*Eu vivo e tou preocupado
Com os projetos que estão por aí
A minha preocupação
É com a barragem de Tucuruí
Coitados dos pobres das ilhas
Eu não sei como é que vai ficar
Com a disparada das águas
Não sei pra onde vão morar
Os nossos peixinhos do dia
Camarão e mapará
A nossa frutinha gostosa
Tudo isso vai se acabar*

(A crise da barragem. In: Prelazia..., s. d., p. 3)

O município de Tucuruí faz parte da mesorregião do Sudeste do Pará, Microrregião de Tucuruí, situado à margem esquerda, e é banhado pelo Rio Tocantins. Seus limites municipais são: ao norte, a cidade de Baião; ao Sul, a cidade de Novo Repartimento; a Leste, a cidade de Breu Branco; a Oeste, a cidade de Pacajá. Área do Município: Possui 2.086,20 km², sendo 33,22 km² de área urbana e 2.095,48 km² de área rural (Silva, 2008).

Fotografia 2- Cidade de Tucuruí vista aérea



Fonte: Museu Virtual de Tucuruí.

A primeira viagem dos portugueses ao Tocantins, que a história registra, foi a do Padre Capucho “Frei Cristóvão de Lisboa” em agosto de 1625, e destinava-se, a contactar os índios da região. Outras expedições subiram este rio nos anos seguintes, tendo como objetivo encontrar ouro e pedras preciosas, contudo a mineração não era o forte dos portugueses.

Mas algo de positivo acontecia com essas viagens, e paulatinamente os lusitanos foram tomando posse das margens dos Rios Tocantins e Araguaia. Durante essas viagens, os portugueses descobriram o potencial extrativista da região rica em produtos naturais como: castanha-do-pará, madeiras nobres entre outros, seguindo a lógica da Amazônia como território de recursos naturais a serem explorados (Pena *et al.*, 2023).

A região do município de Tucuruí, em suas raízes, era habitada por povos indígenas das tribos dos Assurinis-do-Tocantins, Paracanãs e Gaviões. Essas tribos, de hábitos nômades, diferenciavam-se entre si por seus troncos étnicos e linguísticos. Os primeiros fatos históricos e registros da cidade, no entanto, datam apenas de 1781, quando o então governador Telles de Menezes fundou a Vila de Pederneiras.

A fundação realmente se efetivou com a construção, em 1782, do forte de Fachina, denominado Nossa Senhora de Nazaré, criando o registro de Alcobaça. O forte tinha a finalidade de fiscalizar a navegação no Rio Tocantins e o contrabando de ouro vindo de Goiás e Mato Grosso feito pelo rio.

Em 1870, o então governador do Pará criou a freguesia de São Pedro no lugar de Pederneiras integrada ao município de Baião, então o principal núcleo populoso desse trecho do Tocantins. Em 1875, a freguesia de São Pedro de Pederneiras muda de localidade e denominação, passando a se chamar São Pedro de Alcobaça, situando-se onde hoje é a cidade de Tucuruí.

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), entre 1977 e 1985, imprimiu mudanças significativas na estrutura espacial do Médio Tocantins. A formação do reservatório hidráulico provocou a submersão da base material-geográfica anterior e alterou profundamente as práticas que se estabeleciam entre os agentes que compõem e vivem na cidade, e sua relação com a natureza (Rocha, 2011).

Construída para dar suporte a projetos mineiro-metalúrgicos como a Albrás-Alunorte, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE) foi um fator de grande atração populacional para a região. No período entre 1979 e 1980, registrou-se a chegada de 55.531 imigrantes maranhenses, paraenses e goianos, atraídos pela oportunidade de trabalho no mercado formal e informal e acesso à terra, acarretando um aumento populacional inesperado e fora dos padrões, perfazendo cerca de 110.000 habitantes (Guimarães, 2011).

A usina iria abastecer de energia, paga pelo governo federal e pela sociedade, as indústrias de alumínio de capital japonês (em associação com a então estatal Companhia Vale do Rio Doce), a Alumínio Brasileiro SA (Albrás) e a Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), em Barcarena, no Pará, além do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pela BHP Billiton e pela Alcoa, em São Luís. As empresas beneficiam a bauxita, matéria-prima para a reprodução de alumínio e alumina, extraída nas regiões do rio Trombetas, de Paragominas e de Juruti, todas no Pará (Pinto, 2012, p. 778).

Ainda segundo Pinto (2012), em setembro de 1974, quando o projeto executivo da fábrica foi concluído, o custo estimado da Albrás, inicialmente projetada para ser a maior metalúrgica de alumínio do mundo (com capacidade para 640 mil toneladas, reduzida depois à metade, mas ainda a maior da América do Sul), era de 2,5 bilhões de dólares.

Desses 2,5 bilhões de dólares, quase um terço, ou US\$ 700 milhões, seriam para a construção da hidrelétrica. Tinha lógica: a Albrás absorveria um terço da energia produzida pela usina, o equivalente a três vezes o consumo de todo o estado

do Pará. Em junho de 1975, a parte da Albrás no custo da hidrelétrica duplicou para US\$ 1,4 bilhão e o orçamento da fábrica de alumínio pulou para US\$ 3,5 bilhões.

Atualmente, o parque da antiga estatal, hoje privatizada Hydra, continua sendo a maior consumidora de energia elétrica produzida pela UHE Tucuruí, sendo que esta energia elétrica, até os dias de hoje, é subsidiada pelo governo federal. A energia elétrica produzida pela UHE Tucuruí fica sob o controle da Eletronorte que, por sua vez, responde para Agência Nacional de Energia Elétrica doravante Aneel.

A Eletronorte repassa a energia elétrica subsidiada para o parque da Hydro a baixo custo e o argumento principal utilizado para explicar para a sociedade civil brasileira o baixo custo pago pela Hydro é que ela (Hydro) gera centenas de empregos e ajuda no processo de industrialização brasileira. A Hydro hoje é uma empresa de capital aberto controlada majoritariamente por empresas Asiáticas.

A maior parte da produção tanto de alumínio quanto de alumina é exportada para a Ásia e Japão via porto da Vila do Conde. O consumo elétrico do parque da Hydro é maior do que o consumo de energia elétrica de todo o estado do Pará. Todavia, o valor por quilowatt vendido para a população local é bem mais caro do que o vendido para a Hydro.

Não é por acaso que o estado do Pará possui as duas maiores UHEs 100% brasileiras. O território paraense possui a maior bacia hidrográfica brasileira, tanto que o topônimo Pará vem do nome do rio Pará, derivado do termo "pa'ra", que na língua tupi-guarani significa "rio-mar" ou "rio do tamanho do mar".

Mesmo tendo as duas maiores UHEs, o valor pago pela energia elétrica por sua população é, inclusive, superior ao de estados que apenas usufruem da energia elétrica produzida aqui. Dados da Aneel de 2017 mostram que a cidade de Belém-PA, por exemplo, tem a maior tarifa sobre a energia elétrica entre todas as capitais brasileiras: 0,879 R\$/kWh, e que Curitiba-PR tem a menor tarifa brasileira: 0,570 R\$/kWh. Uma capital no Sul do Brasil paga valores bem menores, sendo que pouco produz energia elétrica.

São as múltiplas disparidades que encontramos quando pesquisamos e comparamos a Amazônia com outros territórios da federação. O que fica para o estado do Pará e para a sua população são os impactos socioambientais e todas as mazelas que acompanham essas UHEs.

Ao falarmos de benefícios, até mesmo os benefícios fiscais recolhidos por empresas como a Hydro são poucos se levarmos em conta os prejuízos para a população da Amazônia paraense. Dados do portal da Secretaria da Fazenda do

Estado do Pará mostram que a Hydro repassou para os cofres públicos pouco mais de 58 milhões de reais, enquanto o seu lucro líquido ultrapassou a casa de 50 bilhões de reais. Já a UHE Tucuruí teve o faturamento líquido de 2.4 bilhões de reais. A pergunta que é feita pela população local é: O que fica para o Estado do Pará?

Agora que visitamos um pouco da história do município de Tucuruí e entendemos a quem a UHE Tucuruí beneficia prioritariamente, vamos escavar as areias do tempo e voltaremos ao início do projeto de sua construção, vamos passear pelos seus canteiros de obras até a sua inauguração em 1984. Buscaremos demonstrar a relação que a construção da UHE Tucuruí teve com a onda migratória gigantesca de trabalhadores para o seu canteiro de obras e a prostituição naquela cidade.

O plano de construção da UHE Tucuruí foi inicialmente apresentado para a sociedade brasileira na década de 1970. A ideia era criar uma gigantesca UHE para tirar as cidades do Estado do Pará e de outras cidades amazônicas da escuridão. Até então, não havia uma preocupação tão latente quanto as questões ecológicas como temos hoje. As preocupações eram mais voltadas a questões de segurança da construção para evitar rompimentos da UHE, realocação de pessoas das localidades que seriam inundadas, e indenizações de terra que serviam para a pecuária e para a agroindústria.

Pouco ou quase nada se falava sobre impactos ambientais como hoje são tratados. A preocupação era como a navegabilidade dos rios, a pesca, com territórios indígenas. O sujeito natural do local passava por um processo de invisibilidade, era como se essas pessoas não existissem, era como se tudo fosse apenas floresta e as únicas preocupações fossem com a extração de madeiras nobres que ficariam no fundo do lago e colocariam em risco as operações da UHE e a realocação de animais silvestres.

O fechamento da barragem da UHE Tucuruí, a jusante, sofreu com uma enorme redução dos estoques pesqueiros – principalmente a do camarão. A poluição da água, assim como a redução do seu nível, afetaram a qualidade de vida das comunidades humanas locais (Santos; Mérona, 1996; Bentes; Santana, 2011).

Não podemos deixar de levar em consideração que tivemos três momentos bem distintos da construção da UHE Tucuruí. O primeiro foi a construção da barragem propriamente dita no final da década de 1970 e início da década de 1980, o segundo na década de 1990, com a construção da segunda etapa da barragem, e por fim o momento da construção das eclusas na primeira década do século XXI. Obviamente,

tanto a segunda etapa quanto a construção das eclusas tiveram um impacto muito menor na prostituição da cidade, uma vez que o contingente de mão de obra das duas etapas foi drasticamente menor.

Além disso, durante a segunda fase, a cidade já estava mais aparelhada com hotéis, motéis, casas de acolhimento, entre outros. Os antigos prostibares já deram espaço a locais mais estruturados para abrigar o comércio do sexo na cidade de Tucuruí.

Na década de 1970, antes de a UHR começar a ser construída, Tucuruí tinha em torno de 7000 habitantes. Com a chegada dos operários que trabalhavam na construção da UHE, oriundos especialmente do nordeste brasileiro para atender a mão de obra local, esse número saltou para aproximadamente 100.000 habitantes. Direta e indiretamente, havia por volta de 35.000 homens trabalhando, então se teve ali: o movimento de pessoas construindo, propriamente dito, a barragem; outro grupo de trabalhadores construindo as casas que seriam habitadas pelo pessoal da própria Eletronorte; havia também o pessoal que construía a temporária 01, temporária 02. Com isso, a demanda era muito grande e havia uma circulação financeira muito intensa na cidade durante esse período, o que causou um rebuliço social intenso, uma busca por serviços sexuais nunca antes vista na cidade de Tucuruí.

Quanto à questão da prostituição, Tucuruí, do final da década de 1970 início da década de 1980, justamente o marco temporal da construção da UHE Tucuruí, possuía basicamente três locais bastante conhecidos para aqueles que buscavam por serviços sexuais pagos: a rua Assis de Vasconcelos, no bairro da Matinha, mais conhecido como “escorre água”; o Buraco da Jia, no bairro Esperança; e o KM 4 situado às margens do Igarapé.

Os relatos coletados durante a minha pesquisa de campo, tanto com moradores mais antigos quanto com prostitutas, apontam que esses três locais de concentração de prostibares funcionava 24 horas por dia, e 07 dias por semana, sendo nos finais de semana a maior concentração de pessoas, especialmente no dia 10 de cada mês, dia em que a construtora Camargo Correia, responsável pela construção da UHE Tucuruí, realizava o pagamento de salários para os seus funcionários.

Antigos funcionários que foram entrevistados por mim durante a pesquisa de campo relataram que a Camargo Correa costumava patrocinar grandes churrascos para os seus funcionários como uma forma de manter elevada a moral das pessoas que viviam numa situação de trabalho muitas vezes insalubre. Era justamente nos finais de semana e dias de pagamento, que chegavam caminhões – conhecidos como

pau de araras – e balsas repletas de prostitutas que iam para a cidade de Tucuruí para atender a gigantesca demanda de sexo desses trabalhadores.

Assim, tínhamos as prostitutas que viviam, efetivamente falando, nos endereços do “pecado” na cidade de Tucuruí e havia também aquelas mulheres, oriundas das mais diversas cidades do Estado do Pará e de outros Estados vizinhos como Maranhão, por exemplo, que iam nesses endereços se prostituir somente aos finais de semana.

O buraco da jia ficava localizado no centro da cidade de Tucuruí, próximo ao Igarapé Santana. Era um local conhecido por ter bares e a presença de prostitutas e por ser um local bastante perigoso por conta dos crimes que ocorriam regularmente no local, com maior frequência nos finais de semana.

Como o canteiro de obras da UHE Tucuruí funcionava 24 horas por dia, os homens que trabalhavam no período diurno, buscavam entretenimento durante a noite, e vice-versa.

Fotografia 3 - Buraco da jia - centro da cidade de Tucuruí-Pa



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor.

A avenida chamada Assis de Vasconcelos tinha como propósito ser uma rua comercial. Desde a construção da antiga estrada de ferro, a ideia era ampliar o local da cidade para o comércio. Essa avenida passou a ser chamada de “escorre água”, pois quando o Rio Tocantins transbordava, criava-se uma pequena ilha dentro do próprio perímetro urbano, que é justamente o perímetro entre o Igarapé Santana e o Igarapé Santos, que tem uma distância de aproximadamente 01 quilometro e 500 metros.

Rapidamente, a zona do baixo meretrício se estabeleceu lá durante as décadas de 1960 e 1970, e com o início das obras de construção da UHE Tucuruí, o escorre água tornou-se o epicentro do comércio do sexo na cidade.

Fotografia 4 - Rua Assis de Vasconcelos - “Escorre Água”



Fonte: Museu Virtual de Tucuruí.

O Escorre Água contava com dezenas de prostibares, localizados normalmente ao lado de casas de moradores locais, ou ditas “casas de família”. Estes locais possuíam uma fachada com nomes de bares comuns, como o Bar da Fátima e o Canto Verde. Os imóveis eram divididos basicamente em duas partes: do meio para frente, o ponto comercial onde funcionavam os prostibares, e do meio para trás do imóvel ficava a moradia dos donos dos bares e de sua família e os quartos destinados a aluguel.

Os donos de alguns desses bares chegavam a colocar placas advertindo tanto os clientes quanto as prostitutas que não poderia adentrar na casa. Tais placas continham avisos como: “casa de familiar, por favor, não entre”. Na parte de trás dos bares, ficavam os quartos que esses comerciantes alugavam para as prostitutas atenderem seus clientes, sendo que muitos desses também serviam de moradia para essas mulheres que, em alguns casos, tinham filhos.

As casas apresentavam características muito comuns; como o transporte de tijolos, cimento e ferro era distante e caro e esses materiais vinham por meio da estrada de ferro de outras localidades do Estado do Pará, elas eram majoritariamente feitas de madeira. Essas casas eram construídas para serem comércio na parte inferior e moradia na parte superior, e contavam com pequenas sacadas nas quais os

moradores poderiam utilizá-las de múltiplas formas: como local para secar roupas; como posto de vigilância dos comércios; e como local de lazer das crianças. Essa arquitetura de construção ainda pode ser encontrada no Escorre água. Foram casas como essas que se tornaram prostibares durante as décadas de 1970 e 1980.

Durante minha ida a campo, tive a oportunidade de entrevistar diversos moradores que ainda vivem no Escorre água. Mulheres que criaram seus filhos no auge da construção da barragem, e que são testemunhas do caos social instaurado na cidade de Tucuruí. O seguinte relato foi coletado em 21 de dezembro de 2022 de uma antiga moradora, esposa de um comerciante que possuía um prostibar no escorre água:

Sabe, professor, eu criei minhas seis filhas aqui nessa casa. Elas viviam no meio das putas, mas nenhuma delas virou puta. Todas elas são mulheres direitas e são casadas. Elas entravam aqui em casa, comiam às vezes comigo, algumas viraram minhas amigas. Os filhos delas brincavam junto com as minhas filhas. Porque para mim, essas mulheres são da vida, escolheram ser da vida, mas são gente. São filhas de Deus. Numa tive problemas de mexerem com as minhas filhas. Eu não deixava elas brincarem na rua até tarde. Elas iam para a escola e depois vinham para a casa. Brincavam tudo no pátio lá de cima. Um dia, a minha filha do meio falou que o sonho dela era ser puta porque ela achava as puta muito arrumadas, cheirosas e com joias. Como ela já tinha 15 anos, eu levei ela lá nos funda da casa onde tinha os quartos que elas trabalhavam. Deixei ela ouvir e expliquei o que uma puta faz para ganhar dinheiro. Ela via as putas apanharem, saírem com homens caindo de bêbado e cheias de doenças. Minha filha nunca mais falou em ser puta na vida dela (informação verbal).

Fotografia 5 - Bar da Fátima, década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Kátia Gonçalves.

Havia uma preocupação da igreja católica com os bons costumes. No primeiro quarteirão, onde encontramos a igreja católica de São José, havia algumas casas familiares e alguns estabelecimentos comerciais. No lado esquerdo no fim do quarteira religioso da Assis de Vasconcelos, havia um estabelecimento que vendia alimentos e bebidas onde os padres costumavam tomar café à tarde. A rua é muito bem dividida entre o religioso e o profano, como podemos ver na fotografia 6.

Fotografia 6 - Escorre água entre o religioso e o profano



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor.

Já os prostíbulos do KM04, de acordo com o historiador João Marques Cardoso, surgiram por conta de duas demandas. A primeira delas era a concentração de pessoas durante a obra da UHE na Rua Assis de Vasconcelos, doravante Escorre água, e no buraco da jia, os dois pontos de prostituição que já não suportavam o altíssimo número de homens e de prostitutas que buscavam por entretenimento e clientes, respectivamente falando.

O segundo motivo para a abertura dos bordéis no KM04 foi para atender um pedido das mulheres de “bem”, e da igreja católica, que via naquela situação de prostituição à luz do dia um perigo constante à moral e aos bons costumes das famílias da época. Porém, essa tentativa do governo foi influenciada pela igreja e pela opinião dos moradores mais ortodoxos da cidade de afastar para uma área mais periférica. Porém, os prostíbulos não prosperaram, pelo difícil acesso.

O acesso ao KM04 era muito tortuoso por conta da falta de infraestrutura para chegar até lá e mesmo agora, quase 40 anos depois do “boom” da construção da UHE Tucuruí, o acesso ao KM04 pouco melhorou. Apenas cerca de 03 km foram asfaltados, ficando do KM04 para frente uma estrada empoeirada, esburacada e

perigosa para todos aqueles que por ali precisam transitar, principalmente no período de inverno amazônico.

Fotografia 7- KM 04



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor.

Atualmente, há poucos prostibares na cidade de Tucuruí. O local onde hoje é o nicho de prostituição na cidade, é a conhecida Porta Azul, que fica na travessa matriz da Conceição. A prostituição em Tucuruí passou a ser mais facilmente encontrada nos meios digitais na cidade, abandonando as ruas e distritos do meretrício como tradicionalmente conhecíamos.

De acordo com relatos coletados em minha pesquisa de campo, tanto de moradores mais antigos, quanto de prostitutas que viveram nos diversos prostíbulos em Tucuruí, a violência é um dos piores problemas que essas mulheres enfrentavam. Muitas delas eram mortas nos quartos por homens violentos, que portavam as mais diversas armas. Muitas dessas mulheres foram enterradas como indigentes.

Apesar de o porte (Camara, 2022) de armas ser proibido nas décadas de 1970 e 1980, era muito comum em áreas de grandes projetos na Amazônia e garimpos a presença de pessoas portando armas de fogo. As prostitutas usavam armas brancas

e giletes entre os seios, entre os dedos e algumas embaixo da língua para se defenderem dos clientes mais violentos.

Essas mesmas armas eram usadas para se defender de outras prostitutas, já que existia rivalidade entre as próprias prostitutas. Isso ocorria porque prostitutas viam nas mulheres mais jovens e mais bonitas um problema para o seu faturamento, já que muitos homens buscavam sempre as prostitutas mais jovens e belas, e tirá-las do caminho, para muitas, era uma questão de sobrevivência.

Fotografia 8 - Prostibar de Tucuruí, 1980, homens bebendo e exibindo armas de fogo



Fonte: Arquivo pessoal de Kátia Gonçalves.

2.4 A prostituição na UHE Belo Monte

Inauguradas no final de 2011, duas boates luxuosas trouxeram garotas de outros Estados, prostitutas altas e brancas, para oferecer entretenimento sexual aos funcionários mais graduados da empreitada energética. “Isso serve como exemplo negativo para nossas meninas” [...]

(Relato da conselheira tutelar Lucinha Lima)

O município de Altamira está localizado na mesorregião sudeste do Pará e tem os seguintes municípios circunvizinhos: Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Itaituba, Novo Progresso e Trairão. Além disso, faz fronteira com o estado do Mato Grosso.

O território altamirense (Altamira, 2022) é dividido em dois distritos: Princesa do Xingu, distante de Altamira 25Km, e Castelo de Sonhos, a 1100Km de Altamira, na divisa com Mato Grosso. É o maior município brasileiro. Devido a essa imensidão territorial, temos dois fusos horários no município. Em Castelo de Sonhos, a diferença é de 01 hora para Altamira.

Fotografia 9 - Cidade de Altamira, visão aérea em 2016



Fonte: Acervo Regina Santos, Norte Energia (2016).

Altamira (Cidades, 2022) teve origem nas missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, deu-se o primeiro registro

histórico de colonização praticada nesse território, em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo. O povoamento da região começou entre os igarapés Ambé e Panelas, que posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em 6 de Novembro de 1911. De acordo com a Lei Estadual nº 1.234:

O primeiro homem branco a subir no rio Xingu, ultrapassando o trecho encachoeirado da Volta Grande, em meados do século XVII, foi o jesuíta Roque de Hundefund, que fundou uma missão (aldeamento de silvícolas para a catequese) no médio Xingu, próximo à foz do igarapé Panelas. Com a ascensão ao poder em Portugal do Marquês de Pombal, as obras dos jesuítas foram irremediavelmente perdidas. Somente em 1841, o Pe. Antônio Torquato de Souza, da Paróquia de Souzel, reabre a picada que ligava, por terra, o igarapé Tucuruí, no baixo Xingu, à Missão Imperatriz, mais acima. Foi aberta uma picada, ligando o baixo ao médio Xingu que o Cel. Francisco Gayoso tentou transformar em estrada, já agora apoiado pelo braço escravo africano. Foi, porém, surpreendido pela Lei Áurea que o privou do trabalho escravo. Em 1880, Agrário Cavalgante retomou os trabalhos do Cel. Gayoso, retificando o traçado da estrada, partindo do local onde se encontra hoje a Sede do município de Vitória do Xingu e chegando à foz do igarapé Ambé, ali construindo um Forte que recebeu sua denominação (IBGE, 2015).

A floresta densa ocupava toda extensão terrestre. Muitas pedras, verdadeiras rochas, que fechavam os percursos fluviais, foram obstáculos aos navegantes que tiveram de suportar muitas dificuldades para atingir a colonização. Com auxílio da mão de obra escrava indígena, os freis italianos conseguiram abrir um pequeno atalho do baixo ao médio Xingu. O projeto foi acelerado com a adequação do trabalho escravo africano na selva amazônica.

Ao longo dos anos, a intensificação do comércio e o progresso econômico traçou o perfil de uma cidade ativa, que passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial.

Fotografia 10 - Vista parcial da cidade de Altamira-Pa em 1955



Fonte: Arquivo do IBGE cidades.

Altamira se caracterizava como uma cidade ribeirinha até o final da década de 1970, e contava com uma malha urbana residual. Sua economia era basicamente rural. A crise da borracha produziu uma relativa estagnação econômica, e, conseqüentemente, levou a cidade a ter o seu processo de urbanização significativamente mais lento, bem diferente do ritmo que se impôs nos anos subsequentes. Miranda Neto (2016, p.130) faz uma descrição muito primorosa da cidade de Altamira antes da construção da Transamazônica:

A organização da vida cotidiana naquela cidade tinha, portanto, no rio, o ponto de encontro de suas necessidades. Sem sistema de abastecimento de água, relatasse o cotidiano das mulheres com suas trochas de roupas em frente à cidade, compondo a paisagem ao lado das embarcações de pescadores e de outros elementos que remetem à iconografia das cidades tradicionais amazônicas. As estradas possuíam curta extensão e serviam como forma de conectar o núcleo urbano às áreas rurais ou aos pontos de

carga/descarga de mercadorias, a exemplo da conhecida “estrada de varação” entre Altamira e o porto de Vitória. Com exceção dessas vias, as únicas formas de comunicação entre Altamira e o mundo externo se faziam através do rio Xingu, com transporte regular de cargas e passageiros, ou pelo transporte aeroviário, mais rápido, porém inacessível à grande parte da população.

Já para Gomez (1972, p. 61), a realidade urbana por volta de 1970, antes da construção da Transamazônica, era de uma população que se mantinha estacionada. Havia quatro automóveis para toda a cidade, uma barbearia, um cinema (dos padres), um ginásio (também dos padres), trinta salas de escola rural (do município), três grupos escolares (do governo do estado), duas pensões (nenhuma delas “de mulheres”) e uma farmácia. Foi então que o governo proibiu a caça de animais selvagens. Altamira preparou-se, estoicamente, para dormir talvez o seu último sono.

A construção da transamazônica retira Altamira do seu derradeiro sono. Souza (2015) explica que na década de 1970 ainda prevalecia a visão equivocada de que Amazônia se constituía em um grande deserto verde e hostil para as pessoas e tomado de doenças escondidas. Souza *apud* Castro (2019), autor de Geografia da fome, acreditava que a região se constituía em ambiente hostil que “engole”, devora seus habitantes.

Em período anterior à ditadura, na década de 1950, Castro (2019) defendia um urgente projeto colonizador e civilizador para a região, como vistas para integrá-la ao restante do Brasil, buscando desenvolver suas potencialidades. O autor defende ainda que, para colocar em prática um projeto colonizador, se fazia necessário “proteger” as populações migrantes.

Pereira (1971, p.192) criticava o projeto da BR-230, mais conhecida como a Transamazônica, e os problemas sociais que poderiam ocorrer durante a sua execução, que teria como consequência até mesmo a perda de vidas humanas:

Brincar na selva poderá custar vidas preciosas e até a abertura de caminhos mais fáceis para perder-se, ali, a soberania nacional. O risco não é construir a estrada, ignorando os problemas de saúde pública. O risco é a autossuficiência da ignorância jogar-se numa empreitada desse vulto, desprezando os estudos e à experiência, já acumulados. Contra esse risco, devemos todos alertar a Nação e chamar os levianos à realidade.

Altamira não ficou fora do debate sobre a Transamazônica, só que seu papel ficou mais a nível local. Quando uma pequena região na Amazônia empobrecida se torna palco de um possível grande projeto capitalista ou desenvolvimentistas, as forças locais se unem para apoiar quase que incondicionalmente a implantação

(Braga; Souza, 2019). Tanto que em Altamira foi implantado o primeiro Projeto Integrado de Colonização (Pic), com as diretrizes centrais do programa, que define a infraestrutura inicial instalada no município.

O discurso de criação de postos de trabalho, desenvolvimento da infraestrutura, maior circulação de bens de consumo, especulação imobiliária e movimentação do comércio local são vistos como os principais ingredientes para mobilizar os comerciantes locais em prol da execução da grande obra (Beker, 2016).

Pensar somente nos lucros a curto e médio prazo acabam levando a tomadas de decisões equivocadas e a significativos prejuízos a longo prazo. A Transamazônica trouxe também a prostituição para próximo dos canteiros de obra, e com isso, inúmeras mortes por doenças como a malária e as ISTs.

A Transamazônica (Castro, 2015) era a pérola que prometia uma integração ao estágio de desenvolvimento capitalista do resto do país. Ao fim e ao cabo, não resolveu nenhum dos problemas e ao contrário, fez surgir novos problemas em função dos projetos desenvolvimentistas instalados na Amazônia. Na prática, “pecuaristas e empresas privadas viram nos recursos da Sudam e do Basa uma fonte farta e barata de financiamento para projetos agropecuários (Braga; Souza, 2019, p.190).

Por fim, Altamira recebeu o que hoje podemos considerar o evento de maior impacto para a vida das pessoas que ali vivem: a construção da UHE Belo Monte. Cabe salientar nesse parágrafo – que não iremos detalhar, neste trabalho –, os impactos socioeconômicos e ambientais da construção do UHE Belo Monte, como desmatamento, alagamento de terras, mobilização urbana desregrada, violência urbana, criminalidade elevada, corrupção, desvio de recursos financeiros, a especulação imobiliária, aumento significativo do tráfico de drogas, os impactos para a fauna e flora da região Amazônica e para o Rio Xingu, entre tantos outros, uma vez que pesquisadores como Miranda Neto (2016), Herrera (2015), Fearnside (2015, p. 16;17;19), Assis, Costa e Oliveira (2012; 2014; 2016; 2019) já trazem em suas pesquisas uma riqueza primorosa de detalhes desses impactos.

Contudo, pouco ou quase nada foi dito sobre a prostituição que também é um problema dentro dessas megaconstruções. Obviamente, entendemos que o foco dos trabalhos dos supracitados autores não é dentro da temática da prostituição. Por isso, falar sobre a prostituição em Belo Monte urge, já que a prostituição traz, e no caso trouxe, para o cenário da Obra da UHE Belo Monte, impactos de ordem socioeconômica, como veremos mais à frente no capítulo IV da minha tese.

A UHE Belo Monte começou a ser idealizada em 1975, e a ser construída em 2011, sendo inaugurada em 27 de novembro de 2019. Em dezembro de 2014, o número de trabalhadores diretos era de 32.197 pessoas (Nesa, 2015, p. 28), mas em julho de 2014, esse número subiu para 33.115 pessoas.

Além de mobilizar um fluxo migratório estimado em 96 mil pessoas (Nesa, 2011), Oliveira *et al.* (2014, p. 186-187) explicam que o volume de recursos humanos e financeiros necessários à construção da UHE Belo Monte deram indícios do volume de intervenções sociais, territoriais e ambientais que o empreendimento acarretaria.

Figura 2 - UHE Belo Monte no Rio Xingu, a terceira maior UHE do mundo



Fonte: Norte Energia S.A.

Seguiremos uma linha do tempo para entendermos melhor a história, saindo do ventre do Rio Xingu até a idade adulta da UHE Belo Monte, cerca de 44 anos entre altos e baixos.

Quadro 1- A História da UHE Belo Monte – Cronologia. Dados fornecidos pela Norte Energia S.A.⁴³

Ano	Eventos
1975	Eletronorte inicia os estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Realizado o primeiro mapeamento do rio e o projeto de localização de barramentos.
1980	Concluído o inventário, começam os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW) – esta última deu origem à UHE Belo Monte. Segundo o estudo daquele período, as usinas exigiriam o deslocamento de sete mil índios, de 12 terras indígenas.
1989	Conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte. Divergências acerca do impacto socioambiental levaram à suspensão do financiamento da obra.
1994	Revisão dos Estudos de Viabilidade, com diminuição da área inundada e garantia de não inundação das terras indígenas.

⁴³ NORTE ENERGIA. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 21 dez. 2022.

2002	Apresentação de novos levantamentos à ANEEL. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é paralisado a pedido do Ministério Público.
2005	Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás a completar o EIA.
2006	Eletrobrás solicita ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio. IBAMA realiza a primeira vistoria técnica na área do projeto
2007	IBAMA emite o Termo de Referência para o EIA.
2008	Conselho Nacional de Política Energética define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu será o da UHE Belo Monte. A ANEEL aprova a atualização do Inventário apenas com esta Usina na bacia do rio Xingu.
2009	Eletrobrás solicita a Licença Prévia; IBAMA realiza nova vistoria técnica na área do projeto; EIA e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são entregues ao IBAMA.
2010	IBAMA concede a Licença Prévia da obra. Em contrapartida, faz 40 exigências de adequação; Governo Federal realiza o leilão de concessão para a construção e operação da UHE Belo Monte por 35 anos.
2011	IBAMA emite a Licença de Instalação nº 795/2011, que permite o início das obras da UHE Belo Monte. Nesta mesma data, as obras são iniciadas.
2015	IBAMA concede a Licença de Operação nº 1317/2015 da UHE Belo Monte; Teste de abertura e fechamento das duas comportas do Vertedouro que liberam água de forma controlada para o Canal que interliga os reservatórios Principal e Intermediário da Usina.
2016	Conclusão do enchimento dos reservatórios. Primeiro teste de giro mecânico da Unidade Geradora 01 da Casa de Força Principal; Início da operação comercial do Empreendimento com a liberação das Unidades Geradoras 01 das Casas de Força Principal e Complementar pela ANEEL; Início da operação comercial da segunda Unidade Geradora da Casa de Força Complementar do empreendimento, no Sítio Pimental; A segunda Unidade Geradora da Casa de Força Principal, no Sítio Belo Monte é integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e a geração comercial nesta máquina é autorizada pela ANEEL; Autorização da ANEEL para operação comercial da terceira Unidade Geradora na Casa de Força Complementar, no Sítio Pimental, totalizando cinco turbinas em operação; Início da operação comercial da Unidade Geradora 03 da Casa de Força Principal e da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Complementar.
2017	Início da operação comercial da Unidade Geradora 04 da Casa de Força Principal e das Unidades Geradoras 05 e 06 da Casa de Força Complementar. Dessa forma, a Casa de Força Complementar está 100% em operação; Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 05 da Casa de Força Principal, liberando mais 611,11 MW ao SIN; Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 06 da Casa de Força Principal; Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 07 da Casa de Força Principal, totalizando, em 2017, o potencial instalado para Operação Comercial de 4.510,87 MW.
2018	Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 08 a 12 da Casa de Força Principal; o potencial instalado para Operação Comercial de 7.566,42 MW.
2019	Início da Operação Comercial da Unidade Geradora 13-18 da Casa de Força Principal; UHE Belo Monte se torna oficialmente a maior hidrelétrica 100% brasileira. UHE Belo Monte alcança um total de 11.233,1 MW de potência instalada - sendo 11.000 MW da Casa de Força Principal e 233,1 MW da Casa de Força Complementar, em Pimental. Totalmente concluída e pronta para a plena operação, Belo Monte é inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019.

Fonte: Autorial.

Como podemos acompanhar na supracitada cronologia da UHE Belo Monte, os primeiros estudos ocorreram em 1975, passando pela primeira década do século XXI até o início de suas obras, em 2011, e sua finalização em dezembro de 2019.

Foram quase 44 anos até a sua inauguração, mais de duas décadas depois da inauguração da UHE Tucuruí.

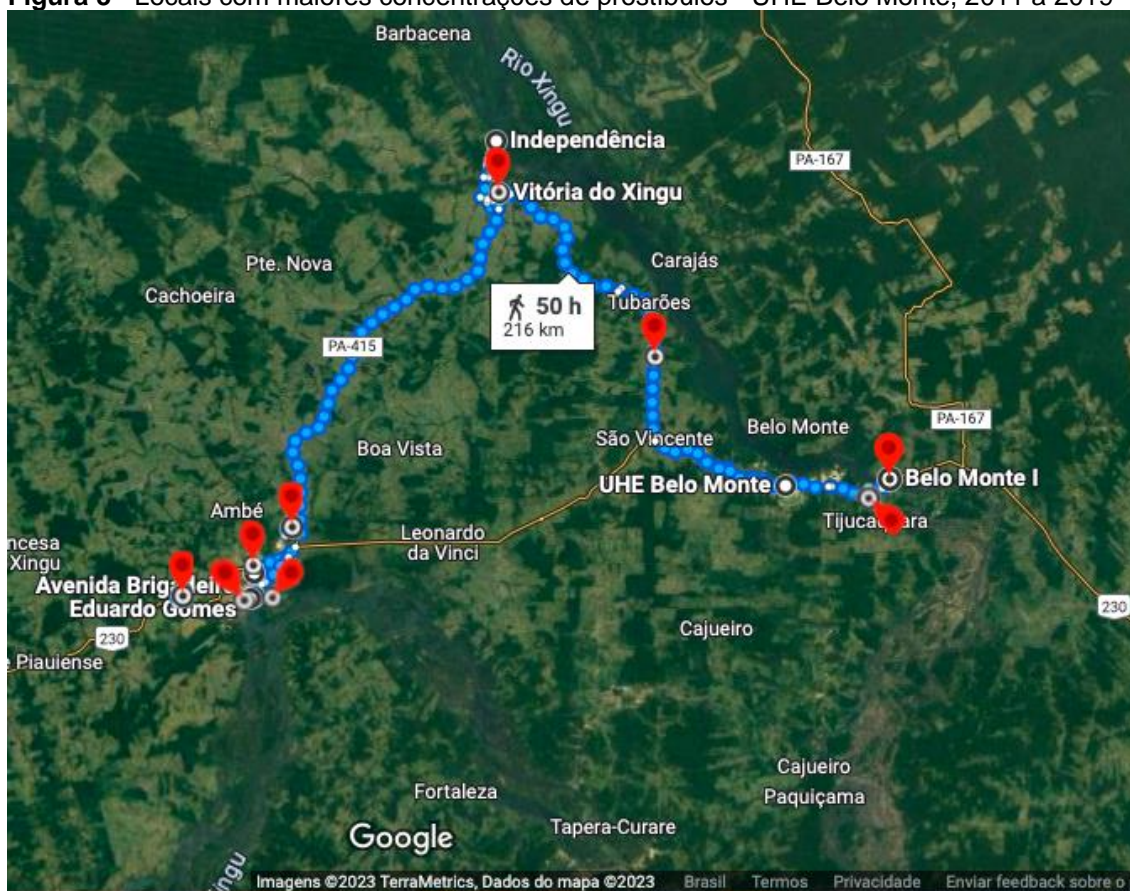
Vamos nos deter mais ao período de construção da UHE Belo Monte propriamente dita, que foi entre os anos de 2011 e 2019. Esse marco temporal servirá como eixo para trabalharmos a questão da prostituição na cidade de Altamira e suas circunvizinhanças. Miranda Neto e Herrera (2016) explicam que no processo de implantação de um grande empreendimento hidrelétrico, a mobilidade populacional está para além da quantidade de trabalhadores diretos e representa um contingente populacional muito maior. Os dois pesquisadores explicam que:

Estima-se que, para cada trabalhador direto ou indireto relacionado à construção de uma usina hidrelétrica, afluí para a Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte cerca de cinco pessoas a mais. Por esta razão, os estudos de impacto da usina hidrelétrica de Belo Monte estimam que, pelo menos, “96 mil pessoas cheguem à região, incluindo aquelas que estarão trabalhando nas obras, o que deverá causar outros impactos” (ELETROBRÁS, 2009). Pela demanda de produtos e serviços nos alojamentos mais próximos dos canteiros de obras, existe a possibilidade de instalação de populações nessas áreas, que tendem a formar núcleos de ocupação espontânea, assim como em outros pontos da área urbana de Altamira ou fora dela (Miranda Neto; Herrera, 2016, p.18).

Com o aumento drástico da população e do volume de recursos financeiros postados para a construção da UHE Belo Monte, que no seu leilão foi de 19 bilhões, mas que chegou aos 32 bilhões quatro anos depois (Pinto, 2018), o palco da prostituição foi montado com seus atores/atrizes, assim como ocorrera em Tucuruí aproximadamente três décadas antes.

A cidade de Altamira possuía pequenos prostibares localizados em pontos periféricos da cidade, como na maioria das cidades da Amazônia paraense. Contudo, com o início das obras da UHE Belo Monte, houve uma proliferação de prostibares, boates e prostituição de rua, além, é claro, do crescimento da prostituição oferecida em sites especializados (Fatalmodel, 2022) na grande rede, e aplicativos de mensagens instantâneas e de relacionamento.

Figura 3 - Locais com maiores concentrações de prostíbulos - UHE Belo Monte, 2011 a 2019



Fonte: Autoral utilizando o GoogleMaps (2022).

Durante minha pesquisa de campo, coletei dados por meio de entrevistas e observação exploratória. Pouco ou quase nada sobre os prostíbulos pode ser encontrado em documentos oficiais. A lista de prostíbulos a seguir faz parte de uma compilação dos dados de minha pesquisa. Os prostíbulos mais conhecidos durante os anos de 2011 a 2019 eram: Pimentinha, no bairro Independente II; Goiana's Drinks, Risca Faca, Pinga Pus e Nefertiti, no Bairro da Brasília.

No bairro Independente I, na Brigadeiro Eduardo Gomes, havia o Bar da Fátima de Tucuruí ou Bar da Fátima, que migrou da cidade de Tucuruí para Altamira, seguindo o fluxo dos grandes projetos hidrelétrico na Amazônia paraense. Havia também o Bar da Loira, Casa Verde, Bar da Sol, Bar da Paula e Toca das Gatas, na rua Joaquim Acácio, todos localizados na área central da cidade de Altamira.

Fotografia 2- Boate Nefertiti, Altamira-Pa



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor

Os prostibares localizados em Altamira eram de alvenaria e possuíam uma estrutura diferente dos prostibares mais rústicos de Tucuruí na década de 1980. Contudo, as dinâmicas eram praticamente as mesmas no que diz respeito à questão da oferta do serviço sexual, do pagamento e dos valores que os donos desses prostibares recebiam de cada mulher por cada quarto alugado por elas que serviam tanto como moradia, como também para atender os clientes.

Os prostibares de Altamira e circunvizinhanças eram feitos, em sua maioria, de apenas um piso. Na parte da frente, mesas, cadeiras, mesas de bilhar, um jukebox, e um bar na parte interior. Na parte de trás dos bares, os quartos. Esses prostibares serviam também de locais de sociabilidade, uma vez que muitos homens que os frequentavam, não buscavam somente as prostitutas. Porém, os donos dos prostibares desenvolveram formas de levarem vantagem sobre os homens que não faziam uso dos serviços sexuais das prostitutas.

A dinâmica dentro dos prostibares era lucrar o máximo possível. Para isso, os jukeboxes serviam para as mulheres pedirem músicas para os clientes que pagavam as fichas. As mulheres sentavam-se à mesa dos clientes e lhes pediam que pagassem

uma bebida. Por cada bebida paga pelo cliente para a prostituta, ela recebia uma porcentagem, que variava de acordo com o preço da bebida oferecida por ela ao cliente.

Fotografia 12 - Prostibar localizado na região central de Altamira



Fonte:

Foto do acervo pessoal do autor.

Fotografia 3 - Boate Pimentinha, Altamira-Pa

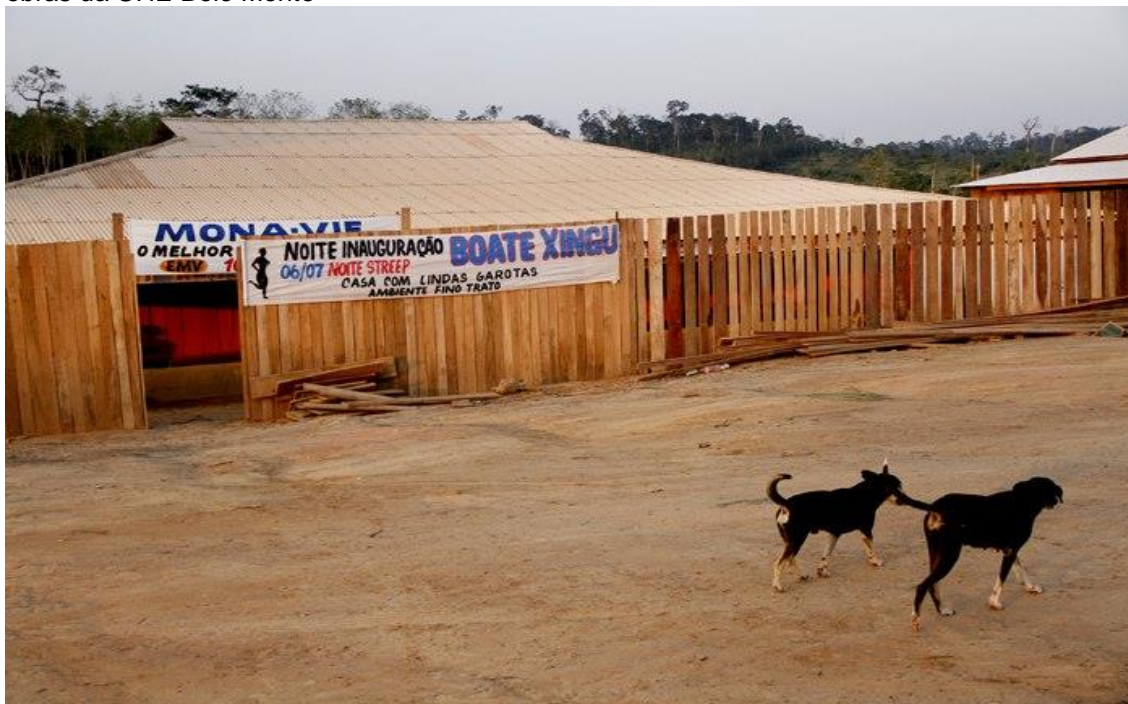


Fonte: Bruno Carachesti/ Jornal Diário do Pará

Havia ainda a Boate Xingu, localizada na cidade de Vitória do Xingu, cerca de 30 km da cidade de Altamira, que foi nacionalmente conhecido pelo escândalo da

exploração sexual de menores e escravidão sexual de mulheres e travestis. Havia também o Bar da Balsa, localizado a cerca de 15 km do canteiro de principal da UHE Belo Monte, na rodovia Transamazônica.

Fotografia 44 - Prostíbulo onde garotas foram libertas por operação policial próximo ao canteiro de obras da UHE Belo Monte



Fonte: Bruno Carachesti/ Jornal Diário do Pará

Os prostíbulo localizados mais próximos aos canteiros de obra da UHE Belo Monte, às margens da rodovia transamazônica, eram mais improvisados, feitos de madeira, com a estrutura mínima, como era o caso da Boate Xingu. Jornais como O Liberal, Folha de São Paulo e os mais diversos sites jornalísticos noticiaram o horror vivido por mulheres que chegavam nesses prostibares próximo aos canteiros de obra da Belo Monte e foram exploradas sexualmente por meses.

3 CAPÍTULO 3 – A PROSTITUIÇÃO FEMININA TRAJETÓRIA, TRABALHO E DIREITOS: O LADO SOMBRIO DO GRANDE CAPITAL.

*Tende piedade, Senhor, das mulheres chamadas vagabundas
Que são desgraçadas e são exploradas e são infecundas
Mas que vendem barato muito instante de esquecimento
E em paga o homem mata com a navalha, com o fogo, com o veneno.*

(Vinícius de Moraes)

3.1 Proibir ou regulamentar a prostituição no Brasil?

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF), em seu artigo 5º, reconhece que todos os cidadãos brasileiros e os estrangeiros residentes no país são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Embora a prostituição não seja proibida no Brasil, surge o questionamento sobre a necessidade de sua regulamentação. Mas essa regulamentação realmente beneficiaria as próprias prostitutas ou acabaria por favorecer os proxenetas?

Historicamente, as tentativas de regulamentar e proibir a prostituição sempre encontraram obstáculos relacionados a questões morais, burocráticas e ao direito individual de cada cidadão que escolhe a prestação de serviços sexuais como meio de sustento próprio e de seus familiares. Nesta tese, abordaremos os três sistemas legais existentes: o Regulacionista, o Proibicionismo e o Abolicionismo, à luz de Oliveira (2008).

Realizaremos um preâmbulo sobre experiências de países que optaram por regulamentar e proibir as práticas prostitucionais em seus territórios, apontando quais eram os resultados esperados e quais foram os resultados obtidos na prática, conforme cada escolha, considerando o direcionamento dado pelo direito legal de cada país.

No segundo momento de nosso texto, discutiremos como o Brasil tem lidado com a questão da regulamentação da prostituição em território nacional. Exploraremos quais argumentos fundamentam a abolição, a proibição e a regulamentação da prostituição no Brasil, além da viabilidade de cada um desses modelos.

Por exemplo, a Holanda, que adota o modelo regulacionista desde 2000, considera a prostituição uma profissão, garantindo direitos trabalhistas às prostitutas.

Portanto, elas têm obrigações de contribuir com o Estado, que decide se exigirá ou não licença dessas profissionais. A atividade foi legalizada sob o princípio de regulamentar algo já existente, proporcionando independência às praticantes da atividade.

Entretanto, a regulamentação trouxe tanto a legitimação para algumas, quanto a marginalização para outras. Os aspectos problemáticos e os efeitos colaterais da regulamentação holandesa resultaram, segundo Westerson (2012, p.195), em muitos imigrantes atuando na clandestinidade devido ao controle rigoroso de documentação, tornando esse grupo mais vulnerável a problemas de saúde.

Apesar de a prostituição ser legal e regulamentada na Holanda, muitas profissionais do mercado de prestação sexual ainda omitem sua profissão. De acordo com Pheterson (1996), citado por Pena (2022), o estigma de ser prostituta é uma marca de vergonha atribuída àquelas que desafiam e transgridem a sociedade heterossexual e monogâmica, ou seja, representa uma forma de controle social do corpo de todas as mulheres.

Isso significa que, independentemente de sua regulamentação, a prostituição carrega estigmas que não estão diretamente ligados a direitos trabalhistas. A consolidação e o exercício pleno da prostituição por parte das prostitutas ainda buscam valores que residem no comportamento e no reconhecimento cultural e social das sociedades e, a partir da regulamentação da profissão, são independentes de leis trabalhistas.

Proibir a prostituição não significa necessariamente que ela deixará de existir; indica, apenas, que as práticas prostituíveis serão criminalizadas e, portanto, mais arriscadas, especialmente no que diz respeito a questões ligadas à saúde e à segurança das prostitutas.

O modelo proibicionista veda a compra e venda de sexo, não faz distinção entre prostitutas e clientes, nem entre a prostituição voluntária e a forçada. Aqueles que ofertam ou procuram sexo, a cafetinagem ou que contribuem para atividades prostituíveis são tratados como criminosos. Todos são punidos conforme seus atos, sendo as punições mais severas destinadas àqueles que, de qualquer forma, agenciam a prostituição.

Duarte (2016) menciona que os defensores deste modelo argumentam que, nos locais onde a prostituição é legalizada ou tolerada, observa-se um aumento na demanda por tráfico de pessoas, resultando frequentemente em um crescimento no número de mulheres e crianças traficadas para o comércio sexual.

Como exemplo do modelo proibicionista, podemos citar os Estados Unidos, onde a prostituição é ilegal em 49 dos 50 estados. A exceção é o estado de Nevada, onde a prostituição é legalizada, constituindo uma tentativa de proteger mulheres e crianças do tráfico sexual.

Apesar de ser proibida em sua forma física, a indústria do sexo continua lucrando. O uso de sites de prostituição e tudo que envolve a prostituição voluntária no mundo virtual não é criminalizado. A demanda virtual é intensa e ocorre sem controle estatal, permitindo a prática da prostituição sem maiores impedimentos. Nos Estados Unidos, muitos homens e mulheres comercializam-se através da prostituição virtual. Há também aqueles que se arriscam na prostituição de rua e enfrentam as punições previstas pelo modelo proibicionista para os envolvidos em atividades prostituíveis.

Como resultado de um país que proíbe, mas não consegue conter e punir todos os envolvidos, temos homens e mulheres forçados a viver na clandestinidade, expostos a todo tipo de violência e sem dignidade pessoal e profissional garantidas. Profissionais buscam meios arriscados de sobrevivência, utilizando seus corpos como meio de trabalho. A utilização do próprio corpo para fins de prostituição, contudo, é aceita no modelo abolicionista.

Um exemplo de país que adota o modelo abolicionista é a Argentina. Este modelo reconhece que a prostituição é uma forma de violência contra a mulher. Embora tal atividade seja tolerada, permitindo seu sustento no curto e longo prazo, a ideia é abolir a prostituição (não as prostitutas), oferecendo a essas profissionais alternativas de trabalho.

A adoção do sistema abolicionista, aliada ao preconceito social relacionado à profissão, resulta em constantes violações contra as prostitutas, que se tornam vítimas diárias de discriminação de gênero. Frequentemente humilhadas e tratadas como objetos, a atividade parece privá-las da sua dignidade e humanidade, uma situação muito similar à observada no Brasil".

A prostituição em si, no Brasil, não é considerada uma prática criminosa, mas também não é uma atividade regulamentada. Isso faz com que a atuação das profissionais do sexo permaneça em um limbo nas discussões sobre a necessidade de proteção e a negligência das instituições que poderiam e deveriam atuar sobre a prostituição, suas causas, consequências e necessidades inerentes a esse tipo de ofício desempenhado por tais profissionais.

O debate público sobre a regulamentação da prostituição como profissão apresenta pontos de partida que falseiam e distorcem a realidade da prostituição. Os argumentos são variados, assim como as perspectivas de cada pessoa sobre o assunto. Político, religioso, financeiro e social são alguns dos aspectos que sustentam as opiniões das pessoas quando o tema é proibir ou regulamentar a prostituição.

As propostas de regulamentação são apresentadas a partir do argumento de que a prostituição é um trabalho, assim como qualquer outro, baseado no fato de que cada um vende o que tem e o que sabe fazer para ganhar seu dinheiro. Por esse motivo, devem ser consideradas trabalhadoras do sexo, ignorando, nesse momento, o fato de o corpo feminino não ser um objeto.

Já as propostas de defesa à proibição são apresentadas a partir da ideia de que uma pessoa não se prostitui por vontade própria e que, na verdade, ela seria “coagida” de maneira não violenta a se prostituir. Uma situação econômica difícil, oportunidade de trabalho inexistente, baixos rendimentos e condição de arrimo e chefe de família seriam justificativas mais que plausíveis para o fato de a mulher se dedicar ao ofício da prostituição (Araújo, 2018, p. 86).

É comum que outras profissões estabeleçam critérios, limites, normas e punições para que o serviço ou produtos sejam oferecidos aos seus clientes e que, por sua vez, o cliente cumpra com a parte que lhe cabe dentro dos termos negociados. Porém, esse benefício não atinge as mulheres que atuam como prostitutas, ainda que a prostituição já seja uma ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho, mas não regulamentada.

Desde 1942, o Brasil e a maioria dos países que adotam o conceito abolicionista fundamentam-se na ideia de que as prostitutas são vítimas de um sistema violento, punindo quem tenta tirar proveito dessas mulheres, como proxenetas, donos de boates e incitadores, entre outros.

Seria, então, a regulamentação da prostituição uma oportunidade para a mulher retomar a autonomia sobre seu corpo comercializado, ou seria a regulamentação da prostituição o verdadeiro triunfo do grande capital sobre as mulheres e seus corpos vulneráveis? Seria a regulamentação da prostituição o fim da exploração sexual e a certeza de direitos básicos garantidos?

Abaixo, descrevemos os modelos regulacionista, proibicionista e abolicionista e suas definições. Citamos também exemplos de países que adotam tal modelo, e as vantagens e desvantagens de cada modelo para justificar tais questionamentos sobre

a possibilidade de regulamentação ou a necessidade de proibição da prostituição no Brasil.

O modelo regulacionista surgiu com uma ideia política higienista, pois, na perspectiva higienista, a prostituta era considerada uma ameaça à construção da família higienizada. Ela era vista como responsável pela degradação física e moral dos homens e, por extensão, pelo desvio de renda e destruição dos casamentos e, conseqüentemente, da família.

Ademais, ainda segundo Pinheiro (2019), as prostitutas pervertiam, com o exemplo desregrado de suas vidas, a moral da mulher-mãe e, com o advento das doenças venéreas, surgiu a necessidade de implementação de intervenção preventiva em relação à prostituição. A partir de então, as políticas higienistas foram intensificadas.

As prostitutas foram associadas à disseminação de doenças. Sem conseguir extinguir a prostituição, o Brasil passou a segregar as prostitutas, isolando-as em espaços longe dos centros urbanos e confinando-as em zonas de meretrício e bordéis fechados, afastando-as cada vez mais dos centros urbanos.

Atualmente, quando se fala no modelo regulacionista, o Estado defende uma ideia a partir de uma política trabalhista, e não mais a partir de uma política higienista. A política trabalhista garante que direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros dados aos demais trabalhadores sejam estendidos às prostitutas regulamentadas na profissão sob responsabilidade estatal. Países como Alemanha, Bolívia, Holanda e Austrália são exemplos que adotam o modelo regulacionista.

Um projeto de lei, o 882/2015, protocolado pelo ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), em 2015, defende a regulamentação da prostituição no Brasil como uma forma de melhorar as condições de trabalho das profissionais do sexo. Estabelece políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos dispositivos jurídicos e previdenciários. O projeto de lei 882/2015, segundo o parlamentar, defende que “no exercício” de suas liberdades, intimidade e autonomia, todas as pessoas têm o direito de decidir livremente sobre sua vida sexual e reprodutiva, conforme direitos e deveres estabelecidos pela CF.

A proposta de Wyllys defende a autonomia das pessoas sobre seus corpos, tendo, portanto, o livre direito de usá-los da forma que acharem melhor, o que inclui fazer do próprio corpo um instrumento de trabalho. Isso pode incluir a prostituição a todo e qualquer tempo, desde que de forma voluntária; ele defende que a lei tipifique

sempre que houver violação dos direitos sexuais; defende também que a profissional do sexo não possa ficar com menos de 50% do valor de seu trabalho.

Em entrevista ao Portal Correio Nagô, Wyllys afirma que o projeto de lei regulamenta o trabalho das profissionais do sexo, garantindo-lhes direitos trabalhistas atualmente negados. Ele também destaca a importância da distinção entre prostituição e exploração sexual, afirmando que a exploração é um crime que não ocorre somente com crianças e adolescentes, pois adultos também estão sujeitos à exploração sexual. Sobre a regulamentação da prostituição, Caminhas (2022) afirma que:

Compreender a regulação profissional como uma linguagem de justiça implica demonstrar seus três principais elementos (todos relacionando a noção distinta de reconhecimento e de justiça); a) Uma reformulação do status social da prostituta acompanhada da ampliação de sua representação política; b) uma reivindicação por estima tanto em relação às pessoas envolvidas no sexo comercial quanto em relação ao trabalho exercido; c) uma denúncia da precariedade da prostituição associada diretamente ao valor moral inferior atribuídas prostitutas e suas atividades profissionais.

Com a ideia de reconhecimento e de justiça, profissionais do sexo teriam um avanço social atestado pelo reconhecimento formal da profissão; as trabalhadoras e o trabalho exercido por elas seriam afastados da depreciação em que se encontram atualmente devido à não regulamentação da atividade. Isso implicaria também reconhecer a precariedade da prostituição, a marginalização e a desmoralização das pessoas e das atividades exercidas sem regulamentação.

Para Feijó (2014), a marginalização da prostituição advém justamente da falta de legalização da profissão, expondo mulheres a riscos e impedindo o acesso a direitos básicos como justiça, saúde, inclusão social, cobrança pelos serviços proporcionados e aposentadoria. Assim, a maneira discriminatória de tratar e ver a mulher prostituta é o resultado de uma sociedade ideologicamente machista que aceita a segregação dessas mulheres com naturalidade.

Caminhas (2022) defende que a ideia de regulamentação traz, em seu âmago, uma tentativa de valorização da prostituta (em sua identidade pessoal e profissional) idealmente articulada às demandas por “elevar a autoestima”, “afirmar a identidade da prostituta” e “lutar contra a putafobia”. Seria moralizar algo que acontece há anos, é sabido e visto por todos, mas ignorado por muitos por ainda carregarem estigmas que diferenciam as prostitutas das santas. Ainda sobre a regulamentação, Meireles *et al.* (2012) afirmam que:

A regulamentação traria um grande marco de igualdade uma vez que as próprias profissionais reivindicam dos direitos essenciais a qualquer profissão como respeito à vida privada incluída a imagem e ao lar acesso também aos direitos previdenciários e trabalhistas a consequência da concessão desses direitos seria a devolução da cidadania desses homens e mulheres que há tanto tempo sofrem com a marginalização daquilo que fazem seja por uma escolha ou necessidade (Meireles *et al.*, 2012).

Dessa forma, a prostituição passaria a ser compreendida como um trabalho que lhe asseguraria, além de direitos, uma oportunidade de ter de volta sua cidadania. A marginalização ficaria relegada a um tempo passado, e a prostituição seria inserida no seio social. Porém, há aqueles que defendem a não regulamentação da prostituição, por afirmarem que a regulamentação pode dar espaço para uma exploração sexual legalizada. Zveiter (2017, p. 24) afirma que:

Esses ativistas que partem em defesa da legalização e regulamentação da prostituição como qualquer outro trabalho não analisam o assunto sob a ótica da desigualdade social pobreza diferença de gênero e outros problemas sociais que fomentam a atividade, mas sim buscam tratar a prostituição como algo tolerável e permissivo no seio social desprovido de uma abordagem acerca da realidade degradante na qual vive a grande maioria das pessoas que se prostituí.

Para Zveiter, regulamentar seria ignorar fatos, condições e construções históricas existentes na sociedade; seria tentar resolver um problema ignorando outros, intrinsecamente ligados, que não sustentariam por muito tempo a prática. O Estado é responsável por assegurar tanto os direitos trabalhistas quanto o direito à segurança dessas profissionais, que têm o direito de usar seu corpo como quiserem.

Comerciar o sexo, entre adultos, nada mais é do que faceta do direito fundamental à intimidade. Satisfazer seus desejos sexuais, na intimidade, constitui desdobramento natural da vida privada. O Estado deve abster-se de intervir nessa relação, a pretexto de garantir a dignidade humana, pois tal uso da expressão dignidade humana é nocivo e deturpado. A dignidade da pessoa humana diz respeito à sua autoestima e respeitabilidade, no aspecto subjetivo, e nada mais justo que isso se dê, no âmbito da sua intimidade e da vida privada, de modo livre, sem qualquer cabresto estatal, a pretexto de defender a moral e os bons costumes (Nucci, 2014, p. 109).

O Estado é responsável pela proteção contra o tráfico de pessoas e a exploração sexual dessas profissionais, bem como pela arrecadação de impostos sobre a profissão. Maria Fernanda Marcelino, militante da Marcha Mundial das Mulheres, diz acreditar que a prostituição é uma forma de violência e exploração das mulheres, exercida pelo conjunto dos homens sobre o conjunto das mulheres.

Portanto, segundo ela, não traz liberdade, autonomia, nem benefícios para as mulheres.

Uma das críticas a esse modelo está na pressão do Estado sobre a atividade. Isso ocorre porque, em tese, a liberdade para se prostituir existe, mas, na prática, o que existe é uma liberdade monitorada pelo Estado, uma discriminação autorizada e um controle sobre o corpo de quem se prostitui de forma legalizada, tudo controlado pelo poder de polícia do Estado, que cobra para prestar tal auxílio.

Surge, então, o modelo proibicionista. No modelo proibicionista, todas as atividades relacionadas à prostituição são criminalizadas: compra, venda de sexo, cafetinagem, bordéis, e isso inclui as prostitutas. O proibicionismo trata a prostituição como um problema social que precisa ser combatido de todas as formas, por isso, não deixa de punir quem vende, quem compra, ou quem, de qualquer modo, incite ou tenha lugares que favoreçam a prostituição.

De acordo com Sanchez (2010), o modelo proibicionista, a terceira concepção, vê a prostituição como uma situação de compra e venda de prestação de serviços sexuais que deve ser proibida. 'O modelo proibicionista vê a prostituição como um grave atentado contra os direitos humanos, uma clara manifestação da violência contra as mulheres e um símbolo inequívoco de exploração sexual (Nucci, 2014, p. 69).

Sendo uma clara manifestação de violência contra as mulheres, o Estado deve, portanto, proibir e punir quem, de qualquer modo, contribua para que essa prática se perpetue na sociedade. Não há possibilidade de dividir os envolvidos entre vítimas e exploradores, nem distinção entre prostituição voluntária e forçada, com a ideia de proteger as mulheres da violência.

Relatando sobre Portugal, quando o modelo adotado era o proibicionismo, Oliveira (2008) diz:

O proibicionismo acentuou a exposição das prostitutas a perigos vários. O medo da polícia, que as levava presas, não residia apenas na consequente perda da liberdade, com o que isso significava, nomeadamente o abandono forçado dos filhos e a humilhação.

Segundo Duarte (2016), a maior parte dos Estados Unidos, com exceção de alguns estados como o de Nevada, onde existe tanto a legalização quanto a criminalização, China e Eslovênia estão entre os países que adotam tal sistema.

Portugal adotou este modelo entre 1963 e 1983, quando despenalizou o ato de prostituir-se e passou a criminalizar o lenocínio (Oliveira, 2004).

Os entusiastas deste modelo defendem que, onde a prostituição é legalizada ou tolerada, há maior demanda para o tráfico de pessoas e, quase sempre, um aumento no número de mulheres e crianças traficadas para o comércio sexual. Seguem com a ideia de punir todos os envolvidos.

Segundo Oliveira (2008), no Irã, país que também adota o modelo proibicionista, as leis são ainda mais severas: os clientes são punidos com 75 chicotadas e expulsos de suas comunidades por três meses, enquanto as prostitutas, além desta penalidade, podem ser presas. Quem for flagrado em bordéis pode ser condenado a uma pena de até dez anos. Aos que se arriscam na atividade nesse modelo, ficam reféns da violência e do medo.

O medo passa a fazer parte da rotina de quem escolhe se envolver nas atividades ligadas à prostituição, por ser um modelo que criminaliza absolutamente tudo relacionado à prostituição. Fica, portanto, não só o medo da violência, mas também o medo de ser pego e perder a liberdade; não só o medo de ser vítima de um cliente, como também de ser vítima do poder estatal. Para Nucci (2014, p. 69):

O sistema proibicionista simplesmente olvida os desníveis sociais existentes em sociedade, pretendendo que pessoas pobres continuem nesse patamar socioeconômico, em lugar de conseguirem elevar os ganhos por meio de uma atividade individual de comércio do corpo que em nada prejudica terceiros. Consagra, ainda, a hipocrisia de proibir algo menos danoso do que outras atividades e produtos, como a ingestão do álcool.

A hipocrisia é citada por Nucci (2014) pelo fato de coisas como o álcool, que é mais danoso, não serem proibidas nesse sistema, fazendo com que pessoas pobres sejam impedidas de trabalhar livremente com seus corpos. Nesse sentido, portanto, cria-se a ideia de que ninguém tem direitos sobre seu próprio corpo, mas não pode usá-lo como quiser porque existem regras, e a regra é não vender e não alugar o corpo para fins de prostituição.

O modelo proibicionista não especifica o que há de errado, nem quem está errado, quando o assunto é prostituição, fazendo com que todos os envolvidos sejam igualmente considerados criminosos e, de nenhum modo, haja vítimas. Isso leva a uma situação na qual, legalmente, não existe um problema (já que tudo é proibido), também não existindo, portanto, a possibilidade de propor soluções e alternativas, ou políticas públicas para quem vive marginalizada, mas não é reconhecida como vítima.

Eis que surge o modelo abolicionista. O modelo abolicionista se estabelece a partir do momento em que se reconhece que, dentre todos os envolvidos na prostituição, há sempre a possibilidade de haver vítimas. As prostitutas são vistas como vítimas de uma sociedade exploradora das quais precisam ser libertadas. A exploração, o proxenetismo e aqueles que de qualquer modo tentem tirar proveito da prostituição alheia são puníveis.

Por defender a ideia de libertar as mulheres exploradas, o modelo abolicionista se opõe ao modelo regulacionista, que propõe a regulamentação da profissão; no modelo abolicionista, esta é vista como uma forma de escravidão. Sendo considerada uma vítima, a prostituta deixa de ser vista como criminosa, pois se entende que a prostituição é uma atividade que vai contra a dignidade humana.

Para Nucci (2014, p. 70-71), na prática, o modelo abolicionista não adota uma perspectiva prática, refugiando-se num discurso moral alheio à vida real e, mais concretamente, à vida das prostitutas, e encerra um projeto utópico, pretendendo eliminar a prostituição e, com isso, todas as práticas discriminatórias que mantêm e reproduzem uma imagem diferenciada das mulheres e dos homens.

A visão abolicionista foi adotada no Brasil, segundo Pinheiro, Jucá, pelo Código Penal de 1940, descrita no título 'Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual' (alterado pela lei 12.015). O legislador optou por criminalizar apenas as condutas e pessoas que, de algum modo, estão envolvidas na atividade prostituta ou tirando proveito da prostituição alheia.

Suécia e Inglaterra são alguns dos países que adotam o modelo abolicionista, promovendo a ideia de proteção às vítimas exploradas pelo sistema. No Brasil, apesar de reconhecer as prostitutas como vítimas, na prática, o Estado não consegue fechar os estabelecimentos clandestinos, nem acolher e garantir direitos àqueles que dependem dessa atividade.

O mercado do sexo no Brasil está em ebulição, crescendo a cada dia e encontrando terreno fértil para prosperar. Pessoas das mais variadas profissões desistem de suas atividades convencionais para tentarem a sorte nesse ramo (Peluso; Goldberg, 1996). O modelo abolicionista acaba proporcionando um mercado favorável para quem quer se prostituir.

Este movimento se situa entre a liberdade sexual assegurada e as mulheres como vítimas de fatores externos na sociedade, que, de uma forma ou de outra, não conseguem manifestar suas vontades de forma segura, pois não possuem empregos

formais, têm direitos sociais negados e vivem marginalizadas, o que acaba por tornar indignas a vida e o trabalho daqueles que deveriam, na prática, estar protegidos.

Com isso, o Brasil, apesar de seguir um modelo abolicionista, acaba não conseguindo garantir os direitos, as garantias e as assistências sociais e trabalhistas daqueles que diz proteger. Também não consegue punir com rigor quem lucra com a prostituição, haja vista que boates e casas de prostituição e seus respectivos responsáveis conseguem lucrar com a atividade sem serem incomodados pelas autoridades.

Isso significa que cada modelo tem seus prós e contras. Em teoria, cada país escolhe seu modelo de acordo com sua realidade e tenta fazer com que todos sigam as regras. Na prática, pessoas que vivem da prostituição para sobreviver acabam se arriscando em busca de sustento, e clientes em busca de prazer também se arriscam em alguns desses modelos.

É difícil assegurar que um único modelo seja 100% eficaz. Mais difícil ainda é escolher um único modelo para gerenciar um país culturalmente diversificado, com tanta desigualdade social, violência de gênero e que vê a prostituição de maneira tão preconceituosa, como é o caso do Brasil. Questões culturais e morais são responsáveis pelo sustento de discursos pró e contra a regulamentação da prostituição.

Por um lado, temos pessoas que, apoiadas em questões religiosas, dizem que é imoral permitir a prostituição, já que o sexo é algo sagrado e deveria ser reservado para o casamento; que o corpo feminino é sagrado e precisa ser preservado para o casamento e que uma sociedade que preserva os valores da família deveria ser totalmente contra essa atividade.

Por outro lado, temos os discursos de uma das correntes feministas, que se posicionam contra a regulamentação da prostituição, argumentando que isso representaria uma objetificação do corpo feminino e resultaria em sua exploração pelo grande capital. Tendo o Direito, portanto, a responsabilidade de não deixar brechas na lei que permitam tal exploração.

Em um país com tantas inseguranças como o Brasil, é comum que a ideia de homens versus mulheres, dominador versus submissa, comprador e fornecedora de sexo gere insegurança no meio da prostituição. O medo da mudança ocorre pelo simples fato de muitas já entenderem que as leis são feitas por homens; por saberem que a voz de uma prostituta violada é frequentemente ignorada, e por estarem cientes de que o Brasil é um país culturalmente machista.

Sabendo disso, regularizar a prostituição não parece ser algo muito seguro. Isso porque a regulamentação da profissão poderia ser interpretada como uma forma de legalizar uma exploração, descriminalizando o rufianismo e as casas de prostituição. A linha tênue que existe entre prostituição e exploração sexual dificilmente seria levada em consideração, dada a prevalência de tantos casos existentes.

Os riscos e anseios vivenciados por aqueles que estão envolvidos no debate diferem significativamente quando o assunto é regulamentar a prostituição e incluir, por exemplo, na carteira de trabalho a profissão: 'prostituta'. Isso se deve ao fato de que algumas profissionais realmente não desejam que suas famílias saibam de seu ofício. Por outro lado, há profissionais que anseiam pela regulamentação na esperança de terem direitos sociais e trabalhistas assegurados.

Elas também almejam uma sociedade que as veja com respeito, tanto como trabalhadoras quanto como seres humanos dotados de dignidade. Os defensores desse modelo acreditam que, se adotado, ele mitigaria o preconceito e o estigma social e cultural que visivelmente existem no país. Seria, portanto, uma oportunidade para essas profissionais se afirmarem enquanto profissionais e seres humanos.

A garantia da regulamentação da prostituição ainda não é vista como uma solução. O Brasil continua a enfrentar dificuldades em assegurar os direitos sociais das prostitutas, bem como os de outros cidadãos que necessitam desses direitos básicos, incluindo educação, segurança, saúde e renda. Estes são frequentemente negligenciados pelo Estado, e tal negligência não se limita apenas às prostitutas, mas afeta todos aqueles que precisam ser amparados por esses direitos.

Argumentar que é preciso garantir direitos através da regulamentação da prostituição é, essencialmente, regulamentar a exploração sexual. Assim, será muito mais difícil provar uma violação de direitos, abuso ou violência, pois, a partir do momento da regulamentação, existirá um contrato sugerindo que tudo faz parte do trabalho. Com a regulamentação, nos termos da PL Gabriela Leite, os cafetões se tornariam empresários legalizados.

Em face ao exposto, responde-se à primeira pergunta deste título: Seria, então, a regulamentação da prostituição uma oportunidade para a mulher retomar a autonomia sobre seu corpo comercializado, ou seria a regulamentação da prostituição o verdadeiro triunfo do grande capital sobre as mulheres e seus corpos vulneráveis? Embora a regulamentação de uma profissão possa parecer uma ideia atraente, o cenário muda significativamente quando se trata de prostituição.

Regulamentar a prostituição não representa uma oportunidade para a mulher retomar a autonomia plena sobre seus corpos comercializados. O argumento de que a regulamentação proporcionaria mais segurança e proteção à profissão é irreal ao considerar o contexto brasileiro, que explora, principalmente, aquelas mulheres que mais necessitam de assistência, fazendo com que elas aceitem trabalhos que exploram não somente sua mão de obra, mas também seus corpos.

Regulamentar a prostituição beneficia aqueles que exploram a atividade, sendo, portanto, a regulamentação da prostituição o verdadeiro triunfo do grande capital sobre as mulheres e seus corpos vulneráveis, em que cafetões se tornam empresários, prostitutas se tornam funcionárias, e o estado de vulnerabilidade social se transforma em uma suposta oportunidade de mudança de vida para essas mulheres.

Não estamos discutindo aqui sobre as mulheres que escolhem se prostituir de forma voluntária, mesmo tendo oportunidades de trabalho e de estudo, pois a estas é permitido o uso de seu corpo e de sua liberdade sexual sem interferências externas. Falamos, portanto, das mulheres que, devido a fatores externos como pobreza, baixo nível de escolarização, e obrigações com filhos e família, são levadas à prostituição exploradora legalizada.

Isso ocorre porque, quando a mulher é impulsionada por fatores externos a se prostituir, ela acaba se permitindo ser explorada, esvaziando-se de sentimentos ao deitar-se com vários homens e também de vontade ao entregar seu corpo às propostas capitalistas. Trata-se, basicamente, de uma exploração consentida: estou ciente da minha vulnerabilidade, sei que a dinâmica de gênero sobre gênero, nesse contexto, é lucrativa, e, mesmo assim, permito-me abrir mão da autonomia sobre meu corpo para tal situação.

Seria, então, a regulamentação da prostituição o fim da exploração sexual e a garantia de direitos básicos? Além de não organizar a vida das mulheres socioculturalmente como deveria, a regulamentação da prostituição não será capaz de proteger as mulheres da exploração sexual; pelo contrário. A regulamentação será um marco significativo na história da prostituição moderna, mas não necessariamente para o benefício das mulheres envolvidas.

Esse marco representa o início da exploração legalizada e a incerteza dos direitos básicos garantidos. A linha tênue entre prostituição voluntária e exploração sexual legalizada se tornará sempre objeto de discussão, em que a vítima ficará sujeita à própria sorte. Isso ocorre porque, na realidade, o Estado não consegue punir

a todos que infringem a lei e, além de não garantir direitos básicos a essas mulheres, também não assumirá qualquer responsabilidade sobre as situações vivenciadas por elas.

De qualquer forma, o modelo proibicionista também apresenta dificuldades para ser eficaz no contexto brasileiro. A reflexão é bastante direta: um Estado que classifica os envolvidos entre vítimas e criminosos, que se proclama protetor das vítimas, mas não consegue acolher e dar suporte a essas vítimas que são exploradas diariamente, e não consegue punir aqueles que ele mesmo classifica como criminosos, também não será capaz de proibir efetivamente as ações de todos os envolvidos com "prostituição".

Por outro lado, o modelo abolicionista, atualmente adotado pelo Brasil, e que mais se aproxima da realidade brasileira, também ainda não atende a todas as necessidades existentes desta classe. Apesar de serem vistas como vítimas de um mercado capitalista e explorador, as prostitutas ainda lutam para terem seus direitos básicos assegurados, pois o estigma social que acompanha a atividade ainda está carregado de preconceito.

Ser invalidada, questionada ou marginalizada é o que torna a condição da prostituta voluntária uma situação violenta. A grande questão da prostituição transcende a regulamentação, a proibição e a liberdade sexual. A legitimação da prostituição como profissão depende, portanto, do respeito mútuo, da garantia de direitos básicos como saúde, segurança e moradia, e, sobretudo, de uma educação ampla, que ainda é muito deficiente.

Trata-se de educação voltada para a escolarização, para o conhecimento de direitos e deveres, para o entendimento do papel na sociedade e para a compreensão de como assegurar direitos previdenciários. Quando se fala na necessidade de o Estado abordar o problema em sua forma mais básica, refere-se a implementar políticas públicas voltadas para direitos já existentes e que deveriam ser garantidos a todos, independentemente da profissão ou gênero.

No entanto, aqueles que vivem à margem da sociedade sofrem duplamente: sofrem pela falta de assistência e pelo preconceito da sociedade. É esse preconceito que transforma a prostituição em algo marcado pela violência. Regular a prostituição antes de investir em educação e na garantia de outros direitos básicos é simplesmente perpetuar e aprofundar a exploração capitalista sobre mulheres prostituídas.

3.2 As políticas de coerção e tolerância da prostituição na história

O vocábulo 'coerção' deriva do latim, grifado como 'coercio', que significa 'ação de reprimir, de refrear, repressão, castigo'. Quando juntamos as duas palavras, coerção e social, damos origem à expressão 'Coerção Social'. A coerção social é caracterizada pela pressão e/ou repressão que a sociedade exerce sobre o indivíduo ou grupo de indivíduos. A coerção é uma temática bastante presente na Sociologia de Durkheim e Foucault.

Para Durkheim, a coesão, denominada de solidariedade, reflete como as partes do social colaboram para a produção do trabalho. As sociedades tradicionais possuem o que Durkheim chama de uma solidariedade mecânica, enquanto as sociedades modernas exibem uma solidariedade orgânica. A coesão das sociedades tradicionais deriva do compartilhamento de costumes, valores, normas e crenças sociais. A nova coesão que surge nas sociedades contemporâneas deriva justamente do oposto.

Com a industrialização e a maior complexidade do trabalho de algumas sociedades, a coesão social deriva da interdependência das partes do sistema, uma vez que cada trabalho colabora com uma parte da produção social. Durkheim (2008) associa o conceito de coerção social aos modelos de trabalho. Segundo o autor, quanto menor for a divisão do trabalho nas sociedades, maior será o vínculo dos indivíduos com o grupo social.

Já Foucault apresenta a concepção de coerção social como uma forma de poder exercido sobre os indivíduos. Existem dois tipos de coerção, sendo a primeira denominada Coerção Social. Essa ocorre quando o indivíduo sofre pressão, sentindo-se obrigado a agir de determinada forma imposta pela sociedade. Um exemplo de Coerção Social é quando um indivíduo segue um padrão de beleza estabelecido pela mídia e sociedade.

A segunda forma de coerção é a Exterioridade. Ela é definida quando o indivíduo age independentemente de sua vontade. As pessoas precisam, por exemplo, obedecer às normas jurídicas estabelecidas em cada Estado em que essa pessoa esteja, mesmo que isso acarrete ir de encontro com seus costumes e cultura.

Entretanto, as normas ou padrões sociais de comportamento não precisam necessariamente ser inscritos em forma de documentos legais. Geralmente, as normas estão inseridas de forma simbólica nos espaços sociais. Elas estão manifestas nas organizações e estruturas de cada sociedade por meio oral e são transmitidas de pai para filho.

A coerção social comumente é exercida por grupos, grandes ou pequenos, de pessoas. Essas pessoas manifestam-se de forma psicológica ou física. A pressão que sofremos para não praticarmos assassinatos, não sairmos sem roupas em público, não fazermos sexo em vias públicas é um exemplo desse conceito, assim como o uso de talheres para comer ou, em culturas monogâmicas, termos apenas um marido ou uma esposa.

A prática de coerção social mais eficiente é aquela que faz com que as normas sejam internalizadas pelo indivíduo ao ponto de este acreditar que age de determinadas maneiras por sua livre escolha. Por exemplo, vestir-se adequadamente para ir a uma comemoração entre amigos, acreditar que as mulheres são inferiores aos homens ou, no caso específico da prostituição, considerar que as prostitutas são sujas, doentes, sexualmente depravadas e responsáveis pela degradação das famílias.

Não nos deteremos ao debate teórico dos conceitos sociológicos de coerção neste trabalho. Utilizaremos os conceitos de Durkheim e Foucault apenas para compreender melhor este conceito, a partir da perspectiva deste subitem, que tem como foco as políticas de coerção da prostituição.

Para entender como as ideias de sujeira e degradação social foram construídas e amplamente transmitidas entre gerações por meio da religião, dos Estados e da sociedade nesta tese, será necessário fazer um breve levantamento histórico da prostituição. Este diálogo com as esferas que moldaram em nossa sociedade as práticas coercivas que acompanham estas mulheres desde a antiguidade até a contemporaneidade é essencial.

A prostituição saiu dos templos, onde as prostitutas sagradas tinham status de sacerdotisas e um papel social relevante dentro das sociedades Fenícias, Armênias, Gregas e Romana, para um status de depravadas, sujas, preguiçosas, promíscuas e cidadãos que envergonham a sociedade, especialmente aquelas cujas bases religiosas são pautadas em fundamentos morais advindos do judaísmo e do cristianismo.

As prostitutas sagradas desempenhavam um papel fundamental dentro dos templos e para os Estados. No livro "A prostituta sagrada: A face eterna do feminismo" (Jenkins, 2004), a autora Nancy Corbett explica que, no tempo em que a deusa do amor ainda era honrada, a prostituta sagrada era considerada virgem no sentido original do termo: mulheres íntegras que serviam como mediadoras para que a deusa chegasse até a humanidade. Jenkins (2004) explica que a 'prostituição sagrada' não

é um consenso entre os pesquisadores da Antiguidade; alguns preferem chamar essa prática de sexo ritualístico, já que o termo 'prostituição' carrega valores modernos ocidentais, levando as pessoas a terem uma visão estigmatizada ao falarmos de prostituição usando o termo 'sagrado'.

Entretanto, como existia a oferenda de dinheiro para o templo em troca de sexo, o termo 'prostituição' acabou sendo adotado, mesmo que a prostituição, em seus primórdios, não fosse concebida nos moldes estigmatizados do judaísmo e do cristianismo.

Silva (2008, p. 2) explica que as políticas de coerção da prostituição começaram a ser postas em prática em Roma. As prostitutas tinham a obrigação legal de registrar seus nomes e de se diferenciar do resto das mulheres por suas vestimentas, perdendo parte de seus direitos civis. Não eram bem-vistas, assim como seu comportamento na prática de comercializar o corpo não era considerado correto. Estas políticas de coerção adotadas em Roma serviram de modelo para outras nações.

Elas recebiam diversas denominações de acordo com os locais onde exerciam o seu comércio, suas preferências, sua anterior condição social. As prostitutas em Roma eram chamadas de *alicariae*, *casoritae*, *copae*, *diatrolae*, *porariae*, *libtidae*, *noctilucae*, *prosedae*, *peregrinae*, *puellae*, *quadrantariae*, *scortum*, *vagae*, entre outras. Essas profissionais, para se distinguirem das demais, eram obrigadas pelos *edis*⁴⁴, de quem dependiam, a usarem apenas a toga viril, com mitra e véus amarelos.

De acordo com Veyne (2009, p. 35) *apud* Schlemper (2010, p. 33-34), essa profusão de profissionais do sexo se devia à permissividade dos pais e tutores com os jovens romanos, entre os quais encontramos severos moralistas como Tibérius Claudius Caesar Augustus Germanicus (41 a 54 d.C.). Assim, esses jovens podiam ter amantes, frequentar as prostitutas ou mesmo currar⁴⁵ essas profissionais, porque, para os homens, o ato sexual era visto como uma cura para males, como, por exemplo, a epilepsia⁴⁶.

⁴⁴ Os *edis curuis* (do latim *aedilis curules*) eram na Roma Antiga os dois encarregados da preservação da cidade, do abastecimento, da polícia, dos mercados e das ações penais correlatas, bem como da jurisdição civil contenciosa nas questões ali ocorridas. Era a magistratura plebeia interdita aos patrícios.

⁴⁵ Prática de violência sexual cometida por duas ou mais pessoas contra uma vítima. Pode ser entendido como estupro coletivo.

⁴⁶ Para os médicos, Celso ou Rufo de Éfeso, a epilepsia é uma doença que se cura sozinha na puberdade, ou seja, quando as meninas têm a primeira menstruação e os meninos fazem amor pela primeira vez; o que significa que a puberdade e a iniciação sexual são sinônimos para os meninos- a

A prática da prostituição se estendeu pela Europa medieval e moderna, com a condescendência de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Esses dois religiosos consideravam a prática da prostituição um mal menor, que era tolerado para evitar males maiores ou pecados derivados da concupiscência, que poderiam ir contra a ordem natural e a moral social. Silva (2008, p. 2) diz que:

Ainda na idade Média, foram feitas novas tentativas de extermínio dessas práticas. Durante a Reforma Religiosa do século XVI, houve uma epidemia de doenças sexualmente transmissíveis, e somente dessa vez vimos a igreja se envolvendo na resolução: enfrentou o problema construindo uma espécie de dogmatismo, a fim de acabar com o que considerava promiscuidade. Com isso, a prostituição foi relegada à clandestinidade, o que configurava também uma forma de preconceito.

Com o avanço do Cristianismo na Europa e, posteriormente, do Capitalismo, a noção de família e propriedade privada foi cada vez mais se enraizando nas sociedades. A mulher passou a ser vista como propriedade de seu marido, com funções sociais bastante restritas. Garantir a monogamia, especialmente a feminina, nas famílias de ordem cristã, tornou-se imprescindível para que a propriedade fosse transmitida de pai para filho. Quando utilizo a expressão 'de pai para filho', refiro-me ao sentido literal. Isto é, as terras, animais, pessoas, títulos de nobreza e bens em geral só poderiam ser herdados por filhos do sexo masculino.

As filhas não poderiam herdar nada de seus pais, a não ser que estivessem casadas. Nesse caso, as propriedades que anteriormente pertenciam a seu pai passavam a pertencer ao seu marido. Esta era a única forma de garantir que os bens de pais sem herdeiros homens permanecessem na família, apenas por meio de um casamento.

A adoção da monogamia nas relações estava diretamente ligada a questões de herança consanguínea. Além disso, o patriarcado⁴⁷ pregava que, assim como os animais nas fazendas, as esposas e filhos faziam parte do patrimônio material do

virgindade das meninas continua sacrossanta. Entre a puberdade e o casamento, os meninos gozavam, portanto, um período em que a indulgência dos pais era admissível; Cícero, Juvenal, moralistas severos, o Imperador Cláudio, em suas funções de censor, admitir que se devia conceder algumas coisas ao calor da Juventude. Durante cinco ou 10 anos, o jovem frequentava prostitutas, tomava amantes; com um grupo de adolescentes, forçava a porta de uma mulher da vida para uma violação coletiva (Veyne, 2009, p. 35).

⁴⁷ A palavra patriarcado é utilizada em minha tese com o significado apresentado por Osterne (2012, p.131): "sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada, na qual as mulheres tornam-se objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de trabalho e de novas reprodutoras".

homem. A mulher era considerada 'propriedade particular' do homem, um patrimônio que não poderia, em hipótese alguma, ser compartilhado com outros homens.

A religião, especialmente aquelas de base monoteísta em que seu deus é representado por uma figura masculina, acabou desempenhando um papel fundamental na manutenção, durante séculos, do mito da superioridade masculina sobre a feminina. Serviu também como base para criar estereótipos e estabelecer códigos de conduta feminina e masculina.

Vamos tomar como exemplo a Bíblia Sagrada, em Gênesis, no capítulo 2, versículos 21-23⁴⁸, o mito⁴⁹ de Eva, a primeira mulher que habitou a Terra. Eva foi responsável, de acordo com o mito, por ter levado Adão, o primeiro homem a andar sobre a Terra, a comer o fruto proibido da árvore do conhecimento, o que resultou na expulsão dos dois do Jardim do Éden. Nesse momento, nasce a concepção de que a mulher levou o homem à desgraça por tê-lo feito desobedecer às ordens de Deus. Esse mito foi maciçamente utilizado por séculos para justificar que a mulher foi a responsável pelos males que a humanidade enfrenta até os dias atuais, como a morte, a fome, as doenças e as pragas, entre muitos outros.

Entretanto, existe outro mito de origem judaica no Talmude Babilônico, que afirma que Eva não foi a primeira mulher que habitou a Terra, assim como não foi a primeira esposa de Adão. De acordo com Biggs (2010, p. 6), a primeira mulher a habitar a Terra, feita de sujeira e sedimentos, teria sido Lilith. Lilith foi uma mulher rebelde que desafiava Adão e Deus e que acabou sendo exilada do Jardim do Éden.

Ainda segundo as escrituras do Talmude, Deus enviou anjos para convencer Lilith a se redimir e a ser obediente a Adão. No entanto, ela se recusou a ser subjugada pelo marido, uma vez que havia sido criada da mesma forma que Adão, e assim, teria os mesmos direitos que ele. Deus, ao perceber que Adão ficaria sozinho no Éden, resolveu criar Eva, não mais de sujeira e sedimentos como Lilith, mas de uma costela

⁴⁸ A Criação é concluída — Deus descansa no sétimo dia — Explica-se a prévia criação espiritual — Adão e Eva são colocados no Jardim do Éden — É-lhes proibido comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal — Adão dá nome a toda criatura vivente — Adão e Eva são casados pelo Senhor (Gens. p. 2)

⁴⁹ Utilizamos o conceito de “mito” de acordo com os conceitos apresentados por Levi Strauss 1978 *apud* Oliveira, Guimarães e Ferreira (2017). O mito como uma organização da realidade que possui três funções principais: 1) Função explicativa: o presente pode ser explicado por algo que ocorreu no passado e seus impactos são marcas que se registram no tempo. 2) Função organizativa: entende que o mito organiza as relações sociais a fim de manter e legitimar um sistema de regras de convivência social. 3) Função compensatória: ao narrar uma situação passada, o mito nega o presente e isso incorre em uma compensação dos humanos diante de alguma perda ou erro: garantir que o erro do passado foi corrigido no presente.

de Adão. Dessa forma, Eva seria, diferentemente de Lilith, uma mulher dócil, obediente e companheira.

Acredita-se que o mito de Lilith ficou fora dos livros que compõem a Bíblia Sagrada cristã justamente para que o exemplo de resistência de Lilith não servisse de inspiração para as mulheres agirem de forma insubordinada e resistente contra seus maridos. Lilith aparece somente em uma breve citação no Antigo Testamento, em Isaías, no capítulo 34, versículos 13-14⁵⁰, no qual o profeta a descreve como um demônio.

Isso explica o motivo pelo qual o mito de Lilith é utilizado por uma parcela das feministas como exemplo de resistência ao patriarcado. Lilith é considerada a primeira feminista, tendo rompido com um deus masculinizado e com um marido dominador. Ela argumentava constantemente e se recusava a submeter-se a uma posição sexual de inferioridade perante seu marido. Segundo o autor:

Neste ponto podemos compreender um pouco melhor o “desaparecimento” do mito de Lilith dos escritos do cristianismo ortodoxo. A personalidade culpada e oprimida de Eva veio sobrepor a insubordinação, independência e sensualidade de Lilith. A autonomia do desejo feminino foi e ainda é vista com maus olhos. Trazendo o mito para atualidade, ainda percebemos exigências de que mulheres tenham comportamentos tradicionais, recatados, obedientes e que adaptem suas atividades cotidianas à realidade moderna. E esses comportamentos tradicionais ainda incluem a submissão à figura masculina, sob pena de a mulher receber inúmeros títulos como desrespeitosa, vadia, vagabunda, puta ou prostituta, simplesmente por não estar sob os cuidados – entenda-se: o domínio – de um homem. Não ter a chancela de um homem, desde a antiguidade até os dias de hoje, pode ser lido como “estar disponível sexualmente (Oliveira *et al.*, 2017, p.156).

Por fim, tanto Lilith quanto Eva foram responsabilizadas por cometerem atos que levaram Adão à perdição: Lilith, por seu comportamento questionador, e Eva, por tê-lo feito pecar, sendo por isso responsabilizada pelo castigo de toda a humanidade. As duas primeiras mulheres na história cometeram o mesmo 'pecado', que foi a desobediência ao criador, que, dentro do cristianismo e judaísmo, é uma figura masculina. Além disso, questionaram o amor de Adão por seu criador, conforme citado em Gênesis 3, a tentação da mulher (Eva) e a queda do homem (Adão).

⁵⁰ E subirá nos seus palácios espinheiros, urtigas e espinheiros em suas fortificações; e será uma morada de chacais, capim para filhas de avestruzes. E demônios encontrarão chacais e demônio [em forma de bode] diante de sua gritaria chamará; certamente lá Lilit repousou e achou para ela lugar de repouso (Is 34.13-14).

Ainda citando as escrituras sagradas do cristianismo, as ideias de 'mulher honesta' e 'mulher da rua' podem ser encontradas em duas personagens bem conhecidas por todos. A primeira é Maria, a mãe de Jesus, pura, imaculada e virgem, que deu à luz ao menino Jesus. Maria representa a mulher perfeita dentro dos valores cristãos: esposa exemplar; mãe protetora e dedicada à família; mulher devotada à sua casa e ao seu marido; mãe que esteve presente do nascimento ao calvário de seu filho. Não existe qualquer deformação moral na imagem de Maria em qualquer passagem das escrituras sagradas. Maria é o estereótipo do comportamento feminino a ser copiado e seguido de acordo com os preceitos morais do cristianismo.

Contraopondo-se à imagem da 'mulher honesta' de Maria, temos a figura bíblica que também se chama Maria, só que Madalena, a prostituta que foi redimida de seus pecados. A figura controversa de Maria Madalena é mencionada pela primeira vez no Evangelho de Lucas (8:2), quando Jesus expulsa sete demônios dela. Talvez tenha sido daí, ou mesmo das tradições orais, que o mundo posterior a tenha categorizado como prostituta, mas na verdade não há nenhuma menção na bíblia de que ela tenha exercido esse ofício.

Exercendo ou não a profissão relacionada ao sexo, o fato é que muitos a confundem com a passagem da mulher adúltera salva por Jesus de apedrejamento (João, 8: 1-11), o que ajuda a entender como se portavam as sociedades judaicas do período. De acordo com a lei mosaica⁵¹, mulheres adúlteras pegas em ato sexual fora do casamento, prostitutas, bruxas e ladras pagavam com suas vidas por seus 'pecados'.

A ideia de que mesmo uma mulher considerada impura, pecadora e criminosa pode, por meio da redenção, abandonar uma vida de libertinagem e se tornar uma mulher virtuosa é uma lição presente nas escrituras sagradas. A dualidade entre 'mulher honesta/esposa' versus 'mulher da rua/prostituta' se faz evidente e influenciou profundamente as sociedades ocidentais durante séculos. O controle sobre a sexualidade feminina tem raízes profundas tanto nos dogmas da Igreja quanto nos valores morais e culturais de nossas sociedades atuais. Para as mulheres consideradas virtuosas, a sexualidade e o prazer eram proibidos, e o sexo tinha como única finalidade a reprodução da espécie nos primórdios do cristianismo.

⁵¹ A lei mosaica é quem estabelece o direito civil, como em Êxodo (22), as leis acerca da propriedade, do casamento e do divórcio, como em Deuteronômio (24). Também é com a lei mosaica que a humanidade passa a ter contato com os direitos humanos. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/89478/a-lei-mosaica-como-fundamento-sistematico>. Acesso em: 21 dez, 2022).

Contudo, a noção de sexo exclusivamente para fins de procriação não era aplicada e nem mesmo exigida dos homens. A prostituta era vista como uma mulher suja, impura e sexualmente doente. Estas mulheres serviam à depravação moral e eram parte integrante das sociedades cristãs europeias, porém, sofriam sanções por parte do Estado. Políticas de limpeza de cidades foram implementadas para expulsar as prostitutas para as áreas mais periféricas das grandes cidades, numa tentativa de esconder o problema, metaforicamente falando, “para baixo do tapete”.

Prostitutas não podiam frequentar as missas, estabelecimentos comerciais, nem mesmo circular nas ruas que as mulheres consideradas virtuosas frequentavam. Era o poder do Estado, da moral e da religião sendo exercidos para coagi-las a se afastarem do convívio social cotidiano e classificá-las. Foucault explica que:

O poder subjetivante opera de três maneiras: primeiro, ao nomear o sujeito; segundo, por meio de práticas divisórias que diferenciam o normal e o anormal; terceiro, ao transformar os indivíduos em sujeitos. Foucault argumenta que o poder subjetiva os indivíduos ao subordiná-los, mas também os transforma em sujeitos autônomos, amarrando-os a uma identidade própria (Foucault, 1970, p. 27).

Roberts (1998) explica que a prostituta era vista como “um mal necessário” na Idade Média. Com o avanço do cristianismo na Europa, existia um movimento tanto de coexistência quanto de combate às profissionais do sexo. As prostitutas serviam aos propósitos de uma sociedade patriarcal que buscava nelas a satisfação sexual que não poderiam ter ou proporcionar em casa.

As prostitutas tinham a função de evitar que as mulheres consideradas virtuosas fossem estupradas, e que mulheres casadas acabassem se tornando reféns do prazer carnal, amplamente combatido pela religião, que as via como meras 'máquinas de multiplicação' de filhos, sem qualquer direito ao prazer.

As prostitutas desempenhavam também a função primordial de receber o excedente dos fluidos masculinos que os homens poderiam descarregar, o excesso do líquido espermático que era produzido e não utilizado para os fins de reprodução da espécie. Desta forma, elas contribuía para evitar o descontrole sexual e protegiam os lares, bem como suas esposas, mães e filhas, de violências sexuais.

Afonso e Scopinho (2013. p. 3) apontam que no século XII houve um forte movimento da Igreja para 'salvar' as prostitutas, baseado na figura de Maria Madalena como uma prostituta arrependida que foi salva e perdoada por Deus. Comunidades monásticas de ex-prostitutas, intituladas 'Lares de Madalena', foram criadas na Europa.

Ainda no século XII, juristas franceses criaram leis buscando regulamentar a prostituição. Os franceses retiraram diversos direitos das prostitutas; elas não poderiam acusar qualquer pessoa de cometer crimes contra elas, o que abriu brecha para uma ainda maior violação dos direitos civis dessas mulheres, possibilitando que qualquer ato de crueldade fosse deixado impune.

Durante os séculos seguintes, a norma geral de coerção à prostituição permaneceu a mesma; regras e leis eram criadas para controlar a prostituição e, inclusive, a vida privada das prostitutas, buscando diferenciá-las das 'mulheres de família', seja pela retirada de direitos ou pela aplicação de imposições. Um exemplo disso foi a instituição de bordéis estatais em países como Portugal e Espanha. Assim, o estado tinha o controle da atividade meretrícia, além de lucrar com ela por meio de impostos (Roberts, 1998, *apud* Afonso; Scopinho, 2013).

A Revolução Industrial no século XVIII também teve efeitos no mercado da prestação de serviços sexuais. Apesar da mão de obra feminina e infantil ser mais barata que a masculina, o aumento do desemprego, somado aos baixos rendimentos recebidos pelas mulheres, empurrou muitas trabalhadoras das classes mais pobres para a prostituição. Porém, os ideais de modernidade, atrelados a uma cultura sexual mais liberal, deram um pouco mais de autonomia para as prostitutas.

Esse processo de busca por equiparação salarial, melhores condições de trabalho, sindicalização e liberdade sexual para as mulheres da classe trabalhadora acabou representando um perigo para as classes mais favorecidas. A burguesia reagiu e contra-atacou as ideias de liberdade sexual, utilizando elementos de coerção sociais como ideais de moralidade baseados em preceitos religiosos, controle da sexualidade feminina utilizando como pano de fundo as ISTs e fortalecimento dos ideais de casamento e família.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, as estratégias coercivas adotadas pela burguesia triunfaram no campo de batalha. Como resultado, houve um processo de repressão contra as prostitutas. A principal arma utilizada no discurso burguês foi a sanitária. O surto de sífilis foi amplamente utilizado ao redor do mundo. Com o surto de sífilis, as prostitutas se tornaram o principal alvo, já que a sífilis é uma IST. Por isso, as prostitutas estavam diretamente associadas ao sinônimo de sujeira e de transmissão de doenças tanto para seus clientes quanto para suas esposas, e, por isso, não haveria mais espaço para elas no mundo.

O Reino Unido tomou a posição de regulamentar a prostituição entre as décadas de 1860 e 1870. Roberts (1998) explica que o governo inglês criou os Atos

das “Doenças Contagiosas”⁵² como forma de controle da prostituição e, por conseguinte, controle da disseminação da sífilis em suas cidades. Esses atos davam mais poder à polícia para combater a prostituição. Os policiais, por exemplo, poderiam deter qualquer mulher e enquadrá-la como prostituta comum.

Afonso e Scopinho (2013) explicam que a coerção do aparato governamental da Grã-Bretanha foi tão severa contra as prostitutas que acabou criando diversos movimentos contra os 'Atos das Doenças Contagiosas'. Indivíduos que não concordavam com toda aquela violência contra as prostitutas exerciam forte pressão contra a regulamentação imposta pelo governo. Josephine Butler, feminista e abolicionista, criou o mais notório grupo pró-abolicionismo conhecido como “*Ladies National Association*”.

O “*Ladies National Association*” exerceu forte pressão para que os “Atos das Doenças Contagiosas” fossem revogados. Josephine visitou bairros operários das cidades inglesas onde os Atos estavam em vigor e convenceu muitas prostitutas a não fazerem o registro e os exames obrigatórios, como determinava a lei. Para o grupo criado por Josephine, as prostitutas não deveriam ser tratadas como uma 'mercadoria'. Elas eram, na verdade, vítimas da desigualdade de classes sociais criada pelo capitalismo, pelo governo e, principalmente, pelo patriarcado.

Em 1883, diante de forte pressão popular e de protestos das classes trabalhadoras, o parlamento inglês não teve alternativa senão suspender os Atos, o que ocorreu naquele ano, e, três anos mais tarde, em 1886, teve que repudiá-los. A suspensão dos Atos foi considerada uma vitória das feministas abolicionistas que conseguiram articular um movimento organizado combatendo ferozmente a coerção e a violência imposta pelo Estado às prostitutas (Pheterson, 1996; Rago, 1992).

Entre 1890 e 1914, alguns países europeus como Espanha, Holanda, Noruega, Dinamarca e Alemanha adotaram políticas proibicionistas em seus territórios. Os bordéis foram fechados, deixando as prostitutas sem renda. Não foram criadas alternativas para que elas pudessem trabalhar em outras atividades econômicas fora dos bordéis. A maioria das prostitutas tinha em seu corpo o único meio de obter sustento, sem qualquer outra qualificação profissional que lhes permitisse entrar no mercado de trabalho formal da época.

A Primeira Guerra Mundial trouxe novos desafios para o comércio do sexo pago na Europa. Houve grande movimentação de tropas tanto de países pró-Alemanha

⁵² Medidas sanitárias adotadas pelo governo inglês entre os anos de 1860 e 1870 para controlar a Sífilis em zonas de prostituição em suas cidades.

quanto contra a Alemanha. Com isso, a prostituição foi rapidamente regulamentada neste país. Na França, por exemplo, bordéis foram regulamentados para atender às demandas das tropas do exército, compostas por centenas de homens longe de suas famílias, que necessitavam da companhia de prostitutas para os momentos de lazer.

A postura adotada na Grã-Bretanha foi contrária à de seus vizinhos europeus. Para evitar a prostituição, foram estabelecidos toques de recolher para mulheres. Durante o toque de recolher, mulheres não poderiam transitar, pois seriam presas, a menos que tivessem uma justificativa fundamentada para estarem fora de casa. O toque de recolher também servia para evitar violência sexual contra as mulheres por parte dos militares.

Na Rússia, Stálin assumiu o poder no final da década de 1920. Uma de suas medidas de coerção contra a prostituição foi decretar o fim das práticas prostituíveis em seu país. Stálin adotou o modelo proibicionista; contudo, não obteve sucesso em sua empreitada contra a prostituição. Roberts (1998) afirma que as prostitutas na Rússia atuavam na clandestinidade, justamente porque não havia qualquer tipo de legislação específica em relação à prostituição naquele país. O que frequentemente ocorria era a arbitrariedade policial; as prostitutas eram geralmente acusadas de terem cometido crimes, como, por exemplo, o “parasitismo”⁵³. Essas prostitutas acusadas de parasitismo eram levadas a campos de trabalho do sistema penal russo.

Já na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acontecimentos como a Revolução Russa, a Grande Depressão, a Guerra Civil Espanhola e a ascensão do Nazismo na Alemanha e do Fascismo na Itália tomaram a atenção dos governos mundo afora, deixando em segundo plano o combate à prostituição em muitos deles. Porém, mesmo no cenário de guerra mundial, o combate à prostituição intensificou-se na Itália, onde Mussolini instituiu rígidas políticas de regulamentação.

Na Alemanha, Hitler implantou uma política sexual repressora; representantes de sexualidades consideradas desviantes, como homossexuais e prostitutas clandestinas, eram marcados em suas roupas com estrelas negras e enviados para campos de concentração. Curiosamente, devido ao alto nível de frequência de tropas nos bordéis, estes se tornaram alvos de espionagem e até de ataques terroristas (Afonso; Scopinho, 2013).

⁵³ Cidadãos que se recusam a trabalhar, mesmo com a disponibilidade de vagas de emprego, serão obrigados a realizar serviços sociais em São Petersburgo. É o que sugere um projeto de lei “antiparasita” que foi apoiado por legisladores da segunda maior cidade da Rússia e que será submetido à aprovação da Câmara Baixa do Parlamento, de acordo com o veículo local *Izvestia*.

Sousa (2023, não paginado) explica que, durante a Segunda Guerra Mundial, Heinrich Himmler, o mais importante chefe de segurança do Estado Nazista, incentivou a criação de bordéis no interior dos campos de concentração. Por meio da exploração sexual, o dirigente nazista criou um sistema de bonificação que concedia a companhia de prostitutas aos homens encarcerados. Segundo o próprio Himmler, o ato sexual teria uma enorme capacidade de revigorar o trabalhador e ampliar sua produtividade.

Ainda segundo Sousa (2023), para criar esses bordéis nos campos de concentração, os membros da SS⁵⁴ recrutavam várias estrangeiras acusadas de se opor ao regime nazista de Hitler. Entre as recrutadas, também havia alemãs consideradas 'antissociais', como alcoólatras, pedintes e desempregadas. A promessa inicial dos nazistas era de que as recrutadas se submeteriam ao trabalho sexual por seis meses e depois seriam libertadas. No entanto, isso não se concretizava; uma vez cooptada, a recrutada permanecia ali por muito mais tempo do que o combinado inicialmente.

De acordo com o pesquisador Robert Sommer (*apud* Sousa, 2023), a implementação de bordéis começou no campo de concentração de Mauthausen, em 1942. Em pouco tempo, essa prática se estendeu também para os campos localizados em Dachau, Sachsenhausen, Ravensbrück, Buchenwald e Auschwitz. Em 1945, ano em que os alemães já não tinham mais capacidade de reação militar, um último bordel foi criado em Mittelbau-Dora, local que abrigava um polo de fabricação dos foguetes V2⁵⁵.

Os bordéis nazistas eram muito ativos, mas eles também tinham um rigoroso processo de controle e utilização. Os carcereiros nazistas, os prisioneiros de guerra russos e os judeus não podiam manter relações sexuais com as prostitutas sob nenhuma hipótese. Além disso, o prisioneiro que tivesse esse direito somente poderia ter relações sexuais com prostitutas da mesma nacionalidade que a dele, uma forma grotesca encontrada pelos nazistas para tentar conter a miscigenação.

⁵⁴ SS, a Polícia do Estado Uma ferramenta importante do terror nazista era o Esquadrão de Proteção (Schutzstaffel), conhecido como SS. A princípio, seus membros formavam uma guarda especial com a função de proteger Adolf Hitler e outros líderes do Partido. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/os-prostibulos-nazistas.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

⁵⁵ O foguete V2 (sigla em alemão para "Vergeltungswaffe 2", "Arma de vingança 2"), ou simplesmente V2 (cujo codinome alemão original era A4), foi o primeiro míssil balístico guiado de longo alcance da história, tendo sido usado pela Alemanha Nazista durante as últimas fases da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/os-prostibulos-nazistas.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

Do lado dos países aliados, houve uma forte repressão à prostituição. A repressão foi tamanha que, segundo Roberts (1998), ocorreu um ato no dia 2 de junho de 1975 na França, com a presença de aproximadamente 150 prostitutas que ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, protestando contra abusos policiais que resultavam em multas, prisões e, em alguns casos, terminavam em assassinatos de prostitutas. O dia 2 de junho é considerado por muitos autores como um marco da luta mundial na história da prostituição, tanto que esta data foi declarada como o Dia Internacional das Prostitutas (Oliveira, 2008).

Com a derrocada da Alemanha nazista de Hitler, o fim da Segunda Guerra Mundial e a entrada em vigor do tratado de direitos humanos, foram instituídas novas políticas de pensamento e tratamento das liberdades individuais que resultaram na ampliação do campo de trabalho para as prostitutas. Como consequência, isso trouxe mais tolerância e amenizou a violência contra essas profissionais.

No Brasil, no século XIX, a prostituição era majoritariamente exercida por escravas negras. Elas se dividiam entre uma variedade de serviços domésticos durante o dia e a prostituição durante a noite. As escravas eram obrigadas a servirem seus 'donos', independentemente de suas vontades. Além das obrigações nas fazendas com os animais ou tarefas domésticas corriqueiras, essas escravas tinham que cumprir outra jornada de trabalho como prostitutas para enriquecer ainda mais seus senhores.

Porém, houve uma reviravolta no comércio sexual no Brasil no século XIX. A Europa, que tradicionalmente exportava colonos, produtos e capitais para o Brasil, começou a exportar também prostitutas. Eram as chamadas “polacas”⁵⁶ e as “cocotes” francesas⁵⁷. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as perseguições, crises e miséria na Europa criaram o cenário propício para a imigração em massa vista na primeira metade do século XX para o Brasil. Assim, como resposta à crescente autonomia feminina sobre seus corpos e sua sexualidade, a prostituição passou a ser encarada como um mal social.

⁵⁶ As polacas, como ficaram conhecidas, foram escravizadas sexualmente por membros da própria comunidade judaica. Durante os séculos XIX e XX, a organização criminoso Zwi Migdal operou no leste europeu traficando mulheres judias para Brasil, Argentina e Estados Unidos. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/a-triste-historia-das-escravas-sexuais-judias-trafficadas-para-o-bras>. Acesso em: 24 fev. 2023.

⁵⁷ Mulher considerada mundana; prostituta. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cocote>. Acesso em: 21 fev. 2023.

Essas prostitutas europeias chegaram para 'abastecer', 'diversificar' a oferta de prazer no Brasil, uma vez que as escravas já não satisfaziam o comércio sexual local (Menezes, 1993, p. 31). **Pereira (2005)** aponta que o auge da prostituição ocorreu em 1930, com o Rio de Janeiro tendo um lugar de destaque no cenário nacional, pois possuía o maior número de prostitutas estrangeiras.

A prostituição em São Paulo aflorou entre o final do século XIX e o início do século XX. Rago (1996) explica que o surgimento da antiga Zona do Meretrício foi um marco importante para a prostituição em São Paulo, já que essa zona acabou sendo criada para segregar as prostitutas. O que ocorreu foi uma concentração de prostitutas em um local, o que tornou mais acessível a busca por sexo pago.

A decisão de criar esta zona é entendida como mais uma medida de coerção do Estado. Ela foi fortemente influenciada e embasada pela concepção higienista de médicos, criminologistas e autoridades públicas, que consideravam a sexualidade das prostitutas perigosa para as pessoas ditas como de “bem”.

A prostituição, ao ser inserida na esfera médica, é compreendida como uma doença, e não apenas como a ação de comercializar o corpo (Vieira, 2019). Nesse sentido, a prostituição é concebida como:

Foco de contaminação sífilítica, núcleo de disseminação da imoralidade, espaço da ociosidade, enfim, atentado “à persistência monetária que constitui o patrimônio das famílias e da sociedade”, a prostituição é classificada como ameaça à saúde física, moral e social do conjunto da população urbana e, enquanto tal, deve ser controlada (Engel, 2004, p. 138).

A forte pressão social culminou com a elaboração do primeiro projeto de regulamentação da prostituição em São Paulo, criado em 1897. O projeto apresentava as seguintes medidas coercitivas:

a) Que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três; b) As janelas de suas casas deverão ser guarnecidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas; c) Não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversações com os mesmos; d) Das 6h da manhã, nos meses de abril e setembro inclusive, a das 7h da tarde as 7h da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas; e) Deverão guardar toda a decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuário que resguardem completamente o corpo e o busto (Rago, 1991, p. 113).

A coerção não parou apenas com o projeto de 1897. Foram criados livros de registro na Delegacia de Costumes. Nestes livros, as prostitutas eram obrigadas a fornecer suas informações pessoais, como nome, idade, nacionalidade e endereço de residência. Essas mulheres tinham que passar por um processo humilhante e traumático em delegacias administradas por homens.

O Brasil adotou uma postura abolicionista em relação à prostituição, posteriormente tendo assinado a Convenção de Lake Success, que foi realizada pela Assembleia Geral da ONU com o objetivo de reprimir o tráfico de pessoas. Contudo, em dezembro de 1940, no auge da Ditadura de Vargas, foi promulgado o Decreto-Lei nº 2.848, mais conhecido como o Código Penal Brasileiro. No contexto da Ditadura do Estado Novo de 1940, o governo militar adotou uma política de confinamento das prostitutas. No Rio de Janeiro, elas foram segregadas na região do Mangue. Em São Paulo, foram segregadas no bairro judeu do Bom Retiro.

Já em 1954, essas zonas de meretrício foram fechadas e a prostituição espalhou-se por diversos bairros cariocas e paulistas. Esse 'desconfinamento' foi imposto sem nenhum tipo de proteção às prostitutas. Elas acabaram ficando à própria sorte e expostas a todo tipo de violência policial (Rago, 1996).

Na década de 1960, após a revolução sexual, muitas práticas sexuais que eram consideradas ilícitas e segregadas foram revistas. As prostitutas foram despatologizadas. Houve uma mudança de comportamento, especialmente em relação à questão da sexualidade feminina, iniciando-se assim um processo de liberdade sexual para elas.

Um marco também de suma importância foi o desenvolvimento da pílula anticoncepcional para as mulheres. Com a divulgação de métodos contraceptivos eficazes, pela primeira vez na história as mulheres tiveram o poder de decidir se queriam ser mães, ao optarem, ou não, pelo uso de anticoncepcionais. Esse foi um marco considerável que viabilizou às mulheres uma oportunidade de decisão sobre suas próprias vidas.

Em 1987, aconteceu o I Encontro Nacional de Prostitutas no Brasil, em que foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. A primeira pauta dessa rede foi o pedido de reconhecimento legal da prostituição como profissão pelo governo brasileiro. Oliveira (2008) aponta que, em 1992, Gabriela Leite e a ONG Davida criaram um grupo de prostitutas com o intuito de combater o estigma e a discriminação contra as profissionais do sexo.

A sociedade brasileira, mesmo que lentamente, começou a incorporar e a ressignificar sua visão em relação às prostitutas. Pequenas mudanças, ocorridas até mesmo em termos linguísticos, foram revistas. Tomemos como exemplo a expressão “mulher pública”, que era utilizada quando nos referíamos às prostitutas; atualmente, a figura da mulher pública está diretamente ligada a mulheres que participam ativamente da política.

Na reatualização do Código Penal, em 1988, foi desfeita a misógina divisão legal entre 'mulheres perdidas' e 'mulheres honestas'. Essa divisão, dentro do Código Penal brasileiro, outrora, permitia que violências, como o estupro, por exemplo, não sofressem punição jurídica alguma quando cometidas contra as “mulheres perdidas”. Rago (2011) explica que, da mesma forma que ao longo do tempo a prostituição foi sofrendo transformações, a sociedade também se transformou. Atualmente, as pessoas têm diferentes formas de enxergar a prostituição e a prostituta.

Diante deste apanhado histórico de políticas de coerção às prostitutas ao longo da história, ficou ainda mais clara a necessidade de revermos nossos posicionamentos em relação à prostituição. No tópico seguinte, trataremos da prostituição feminina e da autonomia sobre seus corpos comercializados, e da ideia de 'meu corpo' minhas regras', que faz parte da luta feminina no Brasil do século XXI.

3.3 Prostituição feminina e autonomia sobre os seus corpos comercializados

O mundo não é feito de vítimas. Todo mundo negocia. Alguns negociam bem, outros mal. Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo que quer. E sabe até onde vai para conseguir o que quer. Com a prostituta não é diferente

(Gabriela Leite)

Apesar das modificações e da manutenção da essência no que tange à prostituição, apesar dos avanços e conquistas que ocorrem diariamente em vários aspectos da sociedade, como os avanços nos segmentos feministas, LGBTQI+, de raça, meio ambiente, células-tronco e direitos humanos, por exemplo, as transformações culturais ainda não conseguiram anular a discriminação existente nas sociedades modernas quando o assunto é prostituição.

E se a prostituição em si já é um assunto complexo que envolve teoria, historicidade, filosofia, religião, direitos humanos e muitos estudos sociais, a

autonomia do corpo comercializado da mulher que se prostitui é um assunto que, além de levantar questionamentos sobre o corpo e o sexo enquanto produto, ainda gera insegurança e medo às profissionais que atuam nessa atividade.

Goffman (2008) afirma que essas mulheres constantemente se sentem inseguras diante daqueles que não apresentam um estigma que possa ser apontado como condenável, como o estigma delas. O autor também divide os indivíduos estigmatizados em duas categorias: os desacreditados, que apresentam o estigma imediatamente evidente sobre o que fazem da vida, e os desacreditáveis, que são aqueles capazes de ocultar suas características distintivas para que não sejam identificadas rapidamente.

As garotas de programa fazem parte da categoria dos desacreditáveis, que, segundo Pasini (2005), não são garotas de programa o tempo inteiro e, por isso, zelam ao máximo pela discrição. Na tentativa de não serem identificadas, as prostitutas trabalham não só com o medo da violência, mas também com a insegurança de, a qualquer momento, terem sua vida profissional exposta, mesmo podendo usar seu corpo de maneira autônoma, até mesmo para se prostituir.

Autonomia corporal significa ter o poder e a capacidade de fazer escolhas sobre nossos corpos e futuros, sem violência ou coerção. Isso inclui quando, se ou com quem fazer sexo, diz um relatório da UNFPA⁵⁸ de 2021. Significa decidir o que fazer ou deixar de fazer com seu próprio corpo, guiado apenas pela sua própria vontade e livre de qualquer fator externo que possa influenciar suas decisões, como, por exemplo, a vontade de sobreviver.

A necessidade de sobreviver na sociedade, segundo Bertero (1991, p. 29), é o que move homens e mulheres a aceitar trabalhos sobre-humanos, mesmo sabendo da hostilidade que a atividade traz consigo, como a prostituição. Para resistir nesse meio, é preciso agarrar-se a vários tipos de trabalho, mesmo que, de algum modo, tenha que renunciar à sua própria dignidade; ser uma pessoa audaciosa, empenhada e demonstrar imaginação para subsistir.

Submete-se, portanto, um corpo a trabalhos hostis, inseguros e muitas vezes humilhantes, para se conseguir o mínimo: sobreviver. Corpo e mente, a partir de

⁵⁸ Fundo de População das Nações Unidas. É a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais. Desde sua criação, em 1969, tem sido um ator-chave nos programas de desenvolvimento populacional relacionados com os temas de saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero.

então, tentam se manter em equilíbrio, fisicamente para aguentar o que a profissão exige e psicologicamente para enfrentar as hostilidades dos que os cercam, em busca de resistir a um sistema capitalista que guia suas vontades.

Uma vontade guiada, segundo Bertero (1991, p. 279), para a obtenção do dinheiro que está no bolso do cliente, esvaziando-se de certos critérios, como postura física e expressões faciais, para que sua vontade não suprima sua necessidade e seu objetivo. A profissional do sexo, então, emprega toda sua força corporal e espiritual em busca do dinheiro que seu cliente carrega, tornando-a uma profissional bem-sucedida sempre que esse objetivo é alcançado.

Sob essa perspectiva, é possível observar que, em uma sociedade capitalista, quando se fala em prostituição como trabalho, não há nada mais importante do que o dinheiro. A necessidade de sobrevivência faz com que a profissional busque lucros, mesmo que a busca por esse lucro exija que ela renuncie as suas próprias vontades. Seu empoderamento precisa ser deixado de lado; a autonomia corporal também segue na mesma direção: subsistir no sistema.

Muito se fala sobre empoderamento e autonomia corporal feminina; muitos avanços foram conquistados e muitos ainda precisam ser alcançados. À medida que as mulheres se tornam independentes e conscientes de sua importância na sociedade, mais garantem que a desigualdade histórica entre os gêneros diminua, assegurando que suas vozes sejam ouvidas, seus direitos, assegurados e seus corpos, respeitados.

Porém, o corpo feminino ainda é uma questão sensível, pois a liberdade sexual de uma mulher e a maneira como ela domina sua vida ainda geram opiniões conflitantes, ora apoiando, ora condenando. Além disso, vivemos em uma sociedade cada vez mais conectada à internet e às mídias sociais, o que garante às pessoas o direito de opinar positiva ou negativamente a respeito das práticas sociais alheias.

Essas pessoas criam justificativas em experiências higienistas há muito superadas pela ciência, buscam explicações nas escrituras sagradas ou em literaturas obsoletas para opinar sobre os códigos de conduta femininos e como as mulheres devem usar seus corpos e quais estereótipos sociais elas devem seguir.

De acordo com **Auad (2012, p. 34)**, há uma convicção, por grande parte de nossa sociedade, de que certos estereótipos devem ser seguidos; espera-se, por exemplo, que meninas e mulheres sejam obedientes, cuidadoras, trabalhem duro e mantenham a ordem sem jamais subvertê-la. Esses parâmetros são estabelecidos para que homens e mulheres se encaixem em determinados papéis. A autora também

menciona que a busca por independência e autonomia por parte das mulheres pode ser vista como uma atitude que não está em conformidade com os comportamentos socialmente prescritos para as meninas.

Tais expectativas em relação às mulheres oprimem sentimentos e desejos, são tediosas e irreais, razão pela qual muitas mulheres optam por não as seguir. Outras, que escolhem viver de acordo com essas expectativas, frequentemente se encontram infelizes, por nunca conhecerem, por exemplo, suas próprias necessidades e desejos (Auad, 2012, p. 35). Há mulheres que decidem confrontar as expectativas da sociedade em busca de satisfazer suas próprias vontades e resistir às expectativas impostas.

Resistir é negar a legitimidade da norma, é interpelar a submissão à regra externa; é, sobretudo, "desnudar a arbitrariedade da dominação" (Diniz; Mayorga, 2018). Com isso, forma-se uma microrresistência que, investida de poder, sustenta-se nas normas das normas dominantes. Quando o assunto é a prostituição, atividade que envolve o corpo como meio de trabalho, a questão da autonomia se torna especialmente relevante e é amplamente discutida.

A violação da autonomia corporal feminina já é debatida sob vários aspectos. Estupro, esterilização forçada, teste de virgindade e mutilação genital são alguns dos aspectos de violação do corpo feminino identificados em uma pesquisa realizada em 57 países, intitulada "Meu Corpo Me Pertence", uma reivindicação do direito à autonomia e autodeterminação feita pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

A pesquisa destacou diversos aspectos de como o corpo da mulher é atacado em vários países. Nos 57 países pesquisados, algumas violações ocorrem sob a prerrogativa de cultura, outras por falta de legislações específicas, e ainda outras devido à ineficiência das leis existentes. Segundo esse estudo da UNFPA, o resultado é que apenas 55% das mulheres têm autonomia sobre seus corpos para fazer escolhas a respeito de cuidados de saúde, contracepção e a capacidade de consentir ou não o sexo.

Poder escolher o que fazer com seu próprio corpo ainda é um sonho distante para muitas mulheres. Para aquelas que já possuem um mínimo de poder de decisão sobre seus corpos, a questão é se esse uso representa liberdade ou exploração.

Por um lado, sob a perspectiva da corrente feminista liberal, estão aquelas que defendem que a mulher é a única responsável por como usar seu corpo, e que, se ela decide utilizá-lo como meio de comércio, tal decisão é a manifestação de sua própria

vontade. De acordo com essa visão, a existência da figura da prostituta é vista como um elemento intrínseco à libertação feminina do domínio masculino; prostituir-se significa exercer a própria sexualidade de maneira livre e desvinculada da reprodução e da vida conjugal (Araújo, 2018, p. 83).

Atuando profissionalmente de forma livre, dissociada do sexo voltado para a procriação e do casamento, a decisão de comercializar a si mesma representa, portanto, não apenas a validação de seu direito e de sua autonomia sobre o próprio corpo, mas também oferece a oportunidade de escolher como se posicionar perante seus pares, determinando, por conta própria, seu papel na sociedade.

É importante destacar a dissonância existente entre o papel que as trabalhadoras do sexo desempenham e o que é tradicionalmente atribuído às mulheres. Diferentemente do esperado em relação aos seus clientes masculinos, estas mulheres não se apresentam como passivas ou submissas; pelo contrário, elas assumem posturas ativas e dominadoras. Isso inverte o papel submisso comumente destinado a elas, conforme discutido por Oliveira (2011, p. 107-109).

A transição da mulher de uma posição submissa para uma posição ativa confere a ela o direito de discutir o que fazer, se fazer e como realizar seu trabalho. Assim, ela assume uma posição de prestígio na relação com o cliente, estabelecendo-se acima daqueles que a escolhem. Em um contexto em que mulheres lutam diariamente contra a pobreza, o preconceito e a violência, essa posição de prestígio oferece a ela poder de decisão e autonomia.

Após ser escolhida e assumir uma posição vantajosa em relação ao cliente, a garota de programa consegue firmar-se em um papel ativo, dominador e autônomo na relação. Isso porque, a partir desse momento, ela pode negociar as condições do serviço, os valores, as regras relativas ao corpo, a duração e outras variáveis que envolvem o programa. Oliveira (2011, p. 110) afirma que “nas relações sexuais comerciais, embora o poder não seja exclusividade das trabalhadoras do sexo, é majoritariamente detido por elas”.

A autora também ressalta a importância de não se omitir o fato de que trabalhadoras e trabalhadores do sexo possuem diferentes graus de autonomia e que, por isso, as suas experiências variam significativamente entre si, tornando o processo de trabalho experienciado por cada indivíduo diversificado.

O poder, portanto, é moderado ora pelo cliente, ora pela profissional. Esse poder é concedido a elas na forma de autonomia corporal, pois, ainda segundo Oliveira (2011), a maioria das prostitutas de rua tem um controle significativo sobre o

encontro erótico, sendo ela quem define as características, o preço e as regras de comportamento. É a profissional do sexo que também detém o poder de recusa, cabendo a ela a decisão de impor ou dispensar o uso do preservativo.

Ter controle sobre as condições de realização do trabalho e sobre a maneira como o corpo é utilizado durante o atendimento constitui um aspecto crucial para quem escolheu a prostituição como profissão, movendo-se na direção de um exercício laboral tranquilo. Significa possuir poder e autonomia sobre o próprio corpo, incluindo o direito de comercializá-lo de acordo com a própria vontade.

A respeito dessa manifestação de vontade, Oliveira (2010) argumenta: “rejeita-se a noção de que o trabalho sexual é, por natureza, explorador das mulheres, seja pelos clientes ou por terceiros”. Essa perspectiva sugere que, ao se prostituir, a prostituta assume uma posição de prestígio, podendo ser essa a única circunstância em que detém poder em relação ao gênero. Se a profissional aprecia a posição que ocupa, então o trabalho não se configura como uma exploração.

Para Araújo (2018), o trabalho sexual não é intrinsecamente exploratório, mas são as condições nas quais ele é exercido que podem torná-lo opressor e violento. Isso significa que qualquer trabalho, se realizado em condições indignas, precárias e estigmatizadas – como frequentemente ocorre com o trabalho das prostitutas –, está sujeito a se tornar opressor e violento. Quando se discute opressão e violência, emerge outra corrente feminista: as feministas radicais.

As feministas radicais entendem a prostituição feminina como uma forma de exploração sexual, na qual o prazer sexual é obtido por meio do uso abusivo da sexualidade de alguém, anulando seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem-estar, conforme Piscitelli (2012, p.167). Segundo essa visão, o pagamento é visto como uma maneira crua de atenuar tais violações dos direitos humanos.

A prostituição é interpretada como um ato de submissão comparável à escravidão, resultado de séculos de dominação masculina sobre as mulheres. "A atividade da prostituição é vista como um ato de exploração, abuso e violência contra a mulher, limitando sua liberdade e seus direitos de cidadania" (Pasini, 2005, p. 3). Por essa razão, é defendido que estas mulheres sejam libertadas dessa condição.

Para a corrente feminista radical, a prostituição é considerada uma armadilha social criada pela sociedade patriarcal, que se aproveita da noção de liberdade feminina – a ideia de que a mulher é livre para fazer o que deseja com o seu próprio corpo – para lhes impor uma forma de exploração legalizada. Essa exploração é

vendida sob a falsa premissa de "oportunidade" de trabalho e renda, subtraindo das mulheres o domínio sobre seus próprios corpos.

A prostituição é definida como a troca consciente de favores sexuais por dinheiro ou por algo de valor significativo que seja de interesse. Frequentemente, é vista como a última opção para indivíduos em situações marginalizadas, representando a escolha do "menos pior" dentre os trabalhos disponíveis, com a "menos ruim" das remunerações.

Nesse contexto, as prostitutas são consideradas vítimas não apenas da sociedade patriarcal e das desigualdades de gênero, mas também do capitalismo. Elas seriam exploradas tanto por homens quanto pelo capital, de acordo com a corrente feminista de esquerda, como aponta Eliane Brum na Revista Época, em publicação de 15 de outubro de 2012. As profissionais do sexo se veem nesta situação pela falta de opções básicas na vida, o que as leva a se submeterem à exploração.

A falta de elementos básicos na vida de uma pessoa é, assim, como a "oportunidade" se apresenta. A prostituição manifesta-se em uma sociedade que, segundo Araújo (2018, p. 146), relaciona a origem da prostituição à pobreza geral, à miséria proletária, à promiscuidade, às habitações coletivas, à falta de educação profissional e de trabalho honesto, aos lares desfeitos e defeituosos, ao alcoolismo paterno e à infância desorganizada.

Os fatores citados pelo autor são considerados as portas de entrada para o mundo da prostituição, pois, frequentemente, são os prostíbulos que acolhem aquelas que foram desvirginadas, exploradas por patrões, expulsas de casa por pais intolerantes ou que ainda não estão preparadas para a vida fora desse ambiente. Sem exigir delas qualquer tipo de qualificação profissional, a não ser a de seus atributos físicos.

Com uma vida que lhes escapa das mãos, pouca ou quase nenhuma qualificação profissional, e sem oportunidades de emprego, surge um local disposto a acolhê-las, oferecendo-lhes uma atividade de baixo investimento com lucros atrativos. A sociedade capitalista, assim, apresenta uma pseudo-oportunidade para que a mulher reinicie sua vida através da comercialização do próprio corpo.

Um corpo. Um corpo atraente e próprio. Um ambiente acolhedor e um cliente. A junção desses elementos desencadeia uma exploração da mulher pela sociedade. Segundo Foucault (1994, p. 220), essa exploração não se dá por meio de violência física, mas através de um poder sutil, intencional e subjetivo, sustentado pela ideia de

oferecer-lhe uma “oportunidade” de trabalhar como prostituta, o que não é considerado uma imposição.

Isso ocorre porque, ainda de acordo com Foucault (1994, p. 221), o homem precisa ser livre para que o poder externo possa ser exercido sobre ele: "o poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres. A liberdade precisa existir para que o ‘poder’ possa ser exercido”. Assim, sendo a mulher livre, o poder da sociedade pode agir sobre ela, inclusive sem o uso de violência, permitindo que ela própria decida aceitar a “única” saída disponível.

Uma saída imediata. É atrás dessa saída que muitas mulheres entram na prostituição. Percebida por elas como uma oportunidade de trabalho, o poder exercido quase nunca é notado. E, diante de sua própria situação de penúria e de sua família, é necessário que se sacrifique por si mesma e pelos seus [...], a prostituição surge, então, como um recurso quase legítimo pela falta de dinheiro, segundo Gaspar (1998, p. 98).

Uma pesquisa conduzida por Gaspar (1985) sobre garotas de programa no Rio de Janeiro, em 1982, confirma as circunstâncias socioeconômicas identificadas por Araújo (2018) como razões pelas quais a prostituição se manifesta na sociedade:

[...] uma situação econômica precária, marcada pela difícil colocação no mercado de trabalho por baixos rendimentos, e muitas vezes, pela condição de arrimo e chefe de família, é uma forte justificativa para o fato de a mulher se dedicar à prostituição... diante da sua própria situação de penúria e da de sua família, é necessário que ela se sacrifique por ela e pelos seus. A prostituição surge então como um recurso quase legítimo para a falta de dinheiro (Araújo, 2018, p. 86).

Diante disso, não é difícil prever que a autonomia dos corpos de cada mulher será, por vezes, desrespeitada, violada e tornada invisível aos olhos da justiça. Afinal, em uma sociedade machista e preconceituosa, um corpo que se vende é considerado capaz de suportar violações que somente alguém que não exerça tal profissão poderia legitimamente contestar.

Essas violações dos corpos femininos comercializados, conforme Almeida (1995, p. 8), só seriam consideradas crimes se praticadas contra mulheres consideradas "virgens e honestas". Uma prostituta teria seus direitos invalidados por pertencer a um grupo explorado por homens e por depender de uma justiça administrada por homens para protegê-las contra homens.

Essa percepção advém do fato de ser impossível comercializar sexo sem comercializar o corpo da mulher em si. O corpo torna-se o meio de produção do

serviço oferecido, ou seja, o sexo. Desta forma, no momento do ato sexual, o corpo da mulher é transformado em um objeto, disponível para venda sempre que um homem esteja disposto a pagar por tal serviço. Para Mesquita e Alencar (1996), esta interpretação é equivocada, pois a relação estabelecida seria mais adequadamente descrita como um aluguel, e não uma venda. Isso se deve ao fato de que a prática envolve um período determinado de tempo e, conseqüentemente, uma compensação em troca.

Considerando que o corpo da mulher é alugado, e apenas o ato sexual é vendido, espera-se que, após a conclusão do período de atendimento, o corpo feminino permaneça em plenas condições. No entanto, a realidade mostra que as prostitutas não são apenas submetidas à violência física; elas também estão expostas a diversos tipos de violência, incluindo tráfico, estupros, abusos sexuais, roubos; e a violência psicológica é manifestada através de humilhações, desqualificação, ofensas verbais e morais, conforme apontado por Moreira e Monteiro (2009).

São corpos comercializados, deixados indefesos e subordinados ao capitalismo cruel de uma sociedade patriarcal e machista, que vivencia o paradoxo de, ao mesmo tempo em que utiliza os serviços das profissionais do sexo, subjuga-as a tal ponto que se retira não apenas a dignidade da atividade exercida, mas também da pessoa em si como ser humano. Essa dinâmica ainda distorce a percepção que a própria pessoa tem sobre sua identidade.

A identidade pessoal compreende a construção individual do conceito de si mesmo ou do autoconceito por meio de relações sociais e acontecem em todas as etapas da vida do indivíduo já a identidade social se refere à construção do conceito de si mediante o vínculo do indivíduo a um ou vários grupos sociais e pode direcioná-lo e legitimá-lo refletindo a ação grupal (Avelar; Paiva. 2010, p.1010-1018).

Assim como o comportamento humano, a identidade e a maneira como as pessoas se reconhecem em seu meio são o resultado da interação de diversos fatores. Esse processo é influenciado tanto pela conformidade em relação aos diferentes grupos aos quais os indivíduos pertencem, quanto pela oposição aos grupos dos quais eles não fazem parte (Machado, 2003, p. 51-73). Isso significa que a identidade é dinâmica e depende do contexto no qual a pessoa está inserida.

Segundo Farley (2016), os homens acreditam que, ao pagar por sexo, o dinheiro oferecido às profissionais do sexo lhes garante o direito de não pensar nos impactos que suas ações têm na vida delas. Eles também presumem que as

prostitutas não têm o direito de manifestar desejos ou discordar de qualquer solicitação feita por eles, pois entendem que a função delas é garantir a satisfação sexual.

Nesse contexto, a possibilidade de discussão sobre o que uma mulher pode ou não aceitar em relação ao seu próprio corpo não é considerada aberta a negociações. Para os envolvidos, negócios, empatia e o próprio corpo da mulher, que é tratado como um produto, são vistos como aspectos independentes e inegociáveis. Assim, a exploração de gênero e a influência do capitalismo nessa dinâmica são claramente visíveis.

O machismo e o patriarcado ainda são muito presentes quando o tema é a autonomia da mulher sobre seu corpo comercializado. Se, por um lado, a mulher busca emancipação, por outro, ela teme entregar o controle a quem já estabelece as normas de como elas devem se portar na sociedade para evitar serem estupradas ou assediadas. Isso se reflete na pesquisa do Ipea realizada em 2014, na qual 58,5% dos entrevistados afirmaram que o comportamento feminino influencia nos casos de estupro.

A autonomia das mulheres sobre seus corpos está intrinsecamente ligada à identidade que elas constroem para si mesmas perante a sociedade. Isso pode se manifestar de várias maneiras, como, por exemplo, ao exercerem a prostituição de forma oculta, mantendo perante a família a noção de que a integridade do corpo feminino deve ser preservada exclusivamente para o casamento. Alternativamente, algumas podem adotar e sustentar a identidade baseada no princípio do "meu corpo, minhas regras", enfatizando a autonomia total sobre suas decisões corporais.

Prostitutas frequentemente experienciam a regulação de seus corpos e comportamentos, seja diretamente ou indiretamente, por diversas forças sociais. O domínio que têm sobre seus próprios corpos pode flutuar significativamente dependendo do contexto e do ambiente em que se encontram. Em certas circunstâncias, essa capacidade de adaptação se torna até mesmo uma estratégia de sobrevivência. Nesse ponto, é importante ressaltar que a discussão não se centra nas prostitutas de alto padrão, cujas experiências podem diferir substancialmente.

Prostitutas de alto luxo são frequentemente esperadas para agirem como "boas garotas", comportando-se em eventos sociais quase como se não fossem prostitutas. O valor cobrado por seus serviços é o que distingue as prostitutas de alto luxo de outros segmentos do mercado prostitucional. Mulheres que se inserem nesse nicho

muitas vezes encaram a atividade como um "bico", um complemento à renda proveniente de trabalhos e serviços não estigmatizados (Lopes, 2021, revista.usp).

De acordo com a autora, mesmo sendo considerado um trabalho secundário, a renda obtida com a prostituição representa, na maioria das vezes, a maior parte dos ganhos mensais dessas mulheres. Como elas não vivem em condições precárias, não há a necessidade urgente de suprir necessidades básicas, como cuidados com filhos ou alimentação. Essas prostitutas têm a liberdade de não aceitar qualquer programa, conseguindo receber valores significativos sem a necessidade de se exporem tanto quanto as prostitutas de segmentos mais baixos do meretrício, por exemplo.

As prostitutas de alto luxo não precisam se expor a tantos riscos e conseguem lucros significativamente maiores em comparação com outras categorias dentro da prostituição, por atenderem a um mercado consumidor que busca um serviço distinto e exclusivo. Este nicho de alto padrão remunera de maneira diferenciada e estabelece critérios específicos para admissão e permanência. Dentro deste segmento, é concedida à mulher a autonomia sobre o próprio corpo, permitindo-lhe decidir o que fazer ou não fazer com ele.

Em contraste com a prostituição de alto luxo, existem profissionais que, por diversas razões, não têm a liberdade de escolher com quem ou quantos parceiros terão em uma única noite. A necessidade de um ganho extra, as obrigações familiares, como o cuidado com os filhos, o pagamento de aluguel e outras despesas limitam até que ponto a mulher está disposta, naquele momento, a abrir mão de seu próprio corpo, de suas vontades e desejos. Assim, a necessidade de sobrevivência se impõe, e a mulher se vê obrigada a renunciar a pouca autonomia que lhe resta.

O fato é que a autonomia sobre os corpos femininos comercializados raramente é determinada pela vontade da mulher. Ela pode ser vítima de uma sociedade desigual, do capitalismo, de sua própria família, ou mesmo de um total desconhecido que decide o que pode ser feito com seu corpo. Portanto, mesmo quando se sente segura, a real segurança é ilusória, e o sonho de autonomia sobre seu próprio corpo persiste. Em essência, trata-se de uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais desprovidos de amor.

3.4 A prostituição no Século XXI: O trabalho das profissionais do sexo no mundo digital

A prostituição, ao longo do século XXI, precisou se reinventar, assim como ocorreu ao longo de toda a história, especialmente durante eventos históricos marcantes e significativos que afetaram a realidade social de cada época, em cada sociedade. Como exemplos dessa evolução, podemos citar: a transição da prostituição sagrada para a comercial nas civilizações antigas; a queda do Império Romano Ocidental; a Revolução Industrial no século XVIII; as duas grandes Guerras Mundiais; as políticas higienistas dos séculos XIX e meados do século XX; e, finalmente, chegando até a “Revolução Tecnológica” contemporânea. Segundo **Sevcenko (2001)**, **Baumann (1999)** e **Barbero (2004)** *apud* Souza (2007, p. 2), o início dessa revolução tecnológica deu-se no pós-Segunda Guerra Mundial, transitando do século XX para o século XXI.

Nicolau Sevcenko, Zygmunt Baumann e Jesus Martín-Barbero deflagraram a ideia de que o processo de comunicação e suas modificações conduziram o cidadão a uma nova estrutura de relações sociais, onde o indivíduo é “classificado” numa nova hierarquia. O lugar que o ser humano irá ocupar dentro desta estrutura hierárquica será definido segundo a análise dos seguintes fatores: o acesso que este indivíduo tem a redes de comunicação, o uso que este indivíduo faz desta rede, a capacidade que ele tem de estreitar relações num plano mundial (decodificação de informações do mundo e sobre o mundo) e até que ponto esse indivíduo pode se deslocar de um lugar para outro, seja concretamente, seja no campo da virtualidade. Os autores aqui abordados, são unânimes na concordância de que esse “grau de mobilidade” interfere na forma como o indivíduo se comporta socialmente e como ele se relaciona diante dessas novas tecnologias, que o influenciam e o determinam (Souza, 2007, p. 2).

De acordo com **Pereira (1976)**, sexo, dinheiro e poder compartilham uma relação intrínseca desde o momento em que o homem inventou o dinheiro e, simultaneamente, criou a figura da prostituta, transformando a mulher em uma mercadoria negociável, "resultante da ausência do amor e da presença do dinheiro". Isso estabeleceu a relação homem-dinheiro-prostituta (Pereira, 1976, p. 1-2 *apud* Vieira, 2017, p. 2). Pereira afirma que a prostituição mundial atravessou cinco períodos, sendo percebida e tratada de maneiras distintas ao longo da história:

No primeiro período, a prostituição assume um caráter sacro e hospitalar, tem sua origem à margem e paralelamente à família, sendo a prostituta revestida de aspecto místico e tutelar; no segundo, chamado de epicuriano, a prostituta assume um papel estético e político, sua função se sobrepõe à religiosa; no terceiro, denominado cristão, a prostituta é chamada de “leprosa”, em nome da moral e dos bons costumes, é alvo dos chicotes, a ponto de Santo Agostinho interceder e dar-lhe um pequeno espaço e chamando-a de “ignominiosa cloaca” que defende a donzela; no quarto, período da tolerância, a prostituição é considerada um “mal necessário” e, sob o olhar da ciência, é submetida ao regulamento e ao controle sanitário, momento em que o

número de prostitutas tem um aumento significativo; no quinto período, por fim, o contemporâneo, a prostituta é vista como mulher livre de se comercializar, isto é, uma escrava e vítima, após a abolição dos regulamentos e ausência da fiscalização médico-policial (Pereira, 1976, p. 1-2).

Segundo a classificação de Pereira (1976), vivemos atualmente o quinto período, no qual a prostituta é percebida como uma mulher livre para se comercializar, ou seja, simultaneamente vista como uma escrava e vítima após a abolição dos regulamentos e a ausência de fiscalização médico-policial. No entanto, é importante destacar que a prostituição contemporânea transcende a comercialização do corpo feminino. Existe, na verdade, um mercado crescente para a prostituição masculina, com homens atuando ativamente em diversas plataformas, comercializando fotos e produzindo conteúdo digital diariamente.

Para compreender a prostituição na era digital ou prostituição em plataformas digitais, e como ela se insere nas dinâmicas capitalistas, é essencial entender o modelo de economia compartilhada adotado por essa atividade. Apesar de este modelo de negócio parecer ter surgido com a revolução tecnológica, ele já existia muito antes dela.

A economia compartilhada é fundamentalmente baseada no conceito de emprestar itens e compartilhar custos. Para elucidar esse conceito, consideremos um exemplo prático: digamos que eu tenha uma casa na praia e a empreste para amigos. Eles, por sua vez, cobrem as despesas fixas, como água e luz, além de custos de manutenção da propriedade enquanto a utilizam. No entanto, essa noção original de “empréstimo” evoluiu para uma prática mais formalizada de aluguel, como evidenciado pela plataforma AirBnB. Segundo o autor:

A economia compartilhada (do inglês Sharing Economy) é a prática de dividir o uso ou a compra de serviços facilitada, principalmente, por aplicativos que possibilitam uma maior interação entre as pessoas. Muitas pessoas acham que a economia compartilhada é um “tipo de economia ligado apenas a aplicativos e tecnologia”. O conceito de Economia Compartilhada é quase tão antigo quanto a humanidade. A economia compartilhada teve origem na década de 1990, nos Estados Unidos, impulsionada pelos avanços tecnológicos que propiciaram a redução dos custos das transações on-line peer-to-peer (Shirky, 2012) e viabilizaram a criação de novos modelos de negócio baseados na troca e no compartilhamento de bens e serviços entre pessoas desconhecidas (Schor, 2014). A economia compartilhada é constituída por práticas comerciais que possibilitam o acesso a bens e serviços, sem que haja, necessariamente, a aquisição de um produto ou troca monetária (Capozzi *et al.*, 2018, p. 4).

Este modelo de economia compartilhada é considerado por estudiosos como Padilha (2009), Standing (2013), Fernandes (2019) e Robson *et al.* (2019) uma forma

pós-moderna de precarização do trabalhador. Esse processo de precarização é visto como intencional dentro da lógica capitalista, cujo objetivo primordial é a busca incessante pelo acúmulo de capital (Negri, 2006).

O trabalho em plataformas digitais, ao introduzir o conceito de economia compartilhada, trouxe consigo a ideia de uma jornada de trabalho flexível (Alves, 2000; 2014; Moraes; Costa, 2015), remuneração baseada no volume de serviços prestados diária, semanal ou mensalmente e, por último, a avaliação do serviço tanto pelo cliente quanto pelo prestador. Esse sistema de avaliação resulta em um ranqueamento do trabalhador por meio de notas atribuídas pelos clientes em aplicativos como *iFood*, *Uber*, *Bolt*, *Glovo*, entre outros do mesmo segmento.

O ranqueamento dos prestadores de serviço nessas plataformas digitais resulta em um aumento no volume de clientes, bonificações e, conseqüentemente, maiores ganhos financeiros. Para os clientes, que também são avaliados pelos prestadores de serviço, os benefícios incluem descontos nos serviços prestados, upgrades gratuitos como uma forma de "cortesia" pela fidelidade à empresa e maior agilidade no recebimento dos serviços demandados dentro da plataforma.

Além disso, foram implementadas diversas formas de flexibilização do trabalho, como home office, trabalho parcial, trabalho temporário e terceirização, entre outras. Essas modalidades provocaram uma redução significativa no percentual de vínculos regulares de emprego em todo o mundo.

De forma ampla, Robson *et al.* (2019, p. 8) explicam que os novos processos de trabalho visam adotar estratégias de flexibilização da jornada de trabalho e das formas de contratação, promovidas pelo argumento de que a flexibilidade seria uma solução tanto para a vida do trabalhador, por meio de horários flexíveis, quanto para os empregadores, através de contratações flexíveis.

A prostituição digital segue os mesmos princípios estabelecidos pela economia compartilhada. Oliveira *et al.* (2019) argumentam que o mercado de serviços sexuais digitais é caracterizado pela produção sob demanda, uma constante necessidade de inovação e criatividade para satisfazer o crescente desejo de seus clientes, que são mais adequadamente denominados de "seguidores", utilizando a terminologia comum nas redes sociais.

Com o constante crescimento do mercado da prostituição digital, surgem diariamente novas demandas que precisam ser atendidas. Isso exige dos produtores de conteúdo um esforço contínuo em busca de inovações para satisfazer as expectativas de seus consumidores, alcançar melhores posições nos rankings, e

receber maiores recompensas financeiras. Essas recompensas podem vir diretamente das plataformas, por meio de doações em dinheiro, recebimento de presentes, vendas de produtos de empresas patrocinadoras, ou de empresas próprias dos produtores. Para maximizar os ganhos monetários, são empregadas as mais variadas estratégias.

No entanto, essa demanda e exposição constantes dos criadores de conteúdo digital não resultam apenas em ganhos financeiros e notoriedade dentro das plataformas. O estudo de Helmond (2019) demonstrou que as doenças decorrentes da exposição diária e excessiva nas redes sociais, plataformas e sites variam desde transtorno de ansiedade e bipolaridade, até Transtorno de Personalidade Histriônica⁵⁹. Contudo, esses efeitos colaterais na saúde, bem-estar e vida cotidiana dos trabalhadores frequentemente são ignorados pelos grandes detentores do capital.

Com as transformações sociais e econômicas contemporâneas, observa-se uma significativa redução do estigma social tradicionalmente imposto às prostitutas. Consequentemente, elas têm conseguido exercer suas atividades de maneira quase livre nos meios digitais, nos quais o mercado da prostituição digital registrou taxas de crescimento superiores a outros segmentos de prestação de serviços (Caminhas, 2020).

Apesar de os estudos mais recentes sobre prostituição digital, como o de Caminhas (2020), indicarem que a reformulação das práticas prostitucionais tem sido predominantemente adotada por indivíduos da classe média, incluindo figuras públicas dos mercados da música, cinema e esportes, para esses profissionais, a prostituição digital é frequentemente vista como uma fonte de renda secundária ou complementar. Por outro lado, para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, mesmo que de forma inicial e mais precarizada, há uma adesão a esse novo modelo de prestação de serviços sexuais.

Araújo e Silva (2017) definem prostituição como “uma atividade profissional que consiste na execução de serviços sexuais em troca de dinheiro, podendo ser exercida por mulheres, homens, heterossexuais, homossexuais, travestis e transexuais”. Essa

⁵⁹ O THP faz a pessoa buscar ser o centro das atenções, falar de maneira dramática, e se preocupar obsessivamente com a aparência física. A pessoa desprende uma parcela muito significativa do seu tempo lendo sobre a vida de outras pessoas, ou compartilhando sua vida privada em busca dos “Likes”. Outra característica é terem um comportamento provocante, utilizarem roupas que valorizam seus atributos físicos e apresentam mudanças rápidas de humor. Disponível em: <https://zeroufsc.medium.com/glamouriza%C3%A7%C3%A3o-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o-digital-jovens-vendem-fotos-%C3%ADntimas-na-internet-especialistas-44715574a875>. Acesso em: 20 nov. 2022.

definição abrange a prostituição tradicional, ou seja, a realização de atos sexuais físicos entre o prestador de serviço e o cliente em troca de remuneração. A grande distinção para a prostituição virtual, ou digital, reside na natureza da interação e na forma como os serviços são prestados e consumidos.

Com base nos estudos mais recentes que exploram a prostituição digital, poderíamos definir a prostituição virtual como: “O ato de produzir, distribuir e comercializar conteúdo pornográfico digital, visando satisfazer a lascívia alheia sem a interação física entre os indivíduos, com o objetivo de obter remuneração financeira no meio digital” (Araújo; Silva, 2017, grifo nosso).

O conceito proposto sobre a prostituição digital, apesar de ser um ponto de partida, pode ser considerado limitado diante da complexidade, abrangência e magnitude desse fenômeno. A prostituição digital possui diversas interfaces e nuances que ainda necessitam ser exploradas e compreendidas através das várias camadas que mantêm essa atividade entrelaçada com questões de moralidade e oscilando entre o maniqueísmo do sexo por amor e o sexo comercial.

O mercado do sexo digital está em expansão, com um número crescente de usuários. Esse crescimento é impulsionado pelo acesso rápido e fácil a centenas de sites e perfis de prestadores de serviços sexuais disponíveis com apenas alguns toques em uma tela, através da internet. Essa acessibilidade ampliada permite que prostitutas e seus clientes negociem serviços na segurança e privacidade de seus dispositivos eletrônicos, redefinindo as dinâmicas de interação e transação no mercado do sexo.

É importante destacar que o setor de sexo comercial constitui uma parcela significativa da economia brasileira. Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas do Mercado Erótico e Sensual (Abeme), a comercialização de produtos e brinquedos sexuais, por exemplo, resultou em um faturamento de R\$ 2 bilhões no Brasil no ano de 2020, representando um aumento de 50% em comparação a 2019.

Além disso, com o advento de equipamentos cada vez mais precisos e avançados, aliados a altas taxas de acesso à internet banda larga, a prostituição tem passado por uma profunda transformação. Especialmente na modalidade de sexo virtual por meio de transmissões ao vivo (streamings)⁶⁰, observa-se que uma parcela significativa das trabalhadoras sexuais tem deixado as ruas, becos escuros e

⁶⁰ *Streaming*: A tecnologia **streaming** é uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo através de redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes ou escutar música sem a necessidade de fazer *download do site*.

prostíbulo, tradicionalmente presentes nas cidades ao redor do mundo, para marcar presença no ambiente virtual.

Atualmente, vale ressaltar que muitos programas acabam ficando no mundo virtual, com a comercialização de fotos de mulheres nuas, os conhecidos "nudes", venda de vídeos eróticos caseiros, os conhecidos "packs"⁶¹, chegando a uma modalidade que ganhou muito espaço em 2019 e 2020, principalmente entre jovens, que é o sexo virtual.

Um exemplo dessa reatualização e migração paulatina da prostituição de rua para o mundo virtual são os sites de live streaming. São salas de bate-papo destinadas a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, gratuitas, como o chaturbate.com (Chaturbate, 2022) e outros similares (Webcamnow, 2022). A tradução de Chaturbate para a língua portuguesa é "chat para masturbação". Por serem gratuitos, esses sites podem receber doações de participantes e repassar parte dos valores arrecadados para as pessoas que ali se exibem. Os participantes que se exibem vendem outros produtos para os espectadores. O maior tempo de acesso a uma determinada pessoa cria engajamentos e, com isso, recompensas financeiras. Essas pessoas que se exibem também recebem presentes dos espectadores. Enfim, tudo gira em torno de ganhos monetários nesses sites.

França (2012, p. 15) afirma que o envolvimento econômico em sites de live streaming, como o Chaturbate, com a exploração do tipo de serviço disponibilizado, levanta questões que transcendem simples reflexões sobre entretenimento, podendo ser interpretado como um conteúdo pornográfico. Por envolver a comercialização de imagens pessoais com o objetivo de excitar sexualmente, é configurado como prostituição, que, para França (2012), é entendida como a mercantilização do sexo com a finalidade de obter lucro em espécie.

A existência e abrangência desses ambientes virtuais escapam das investigações policiais convencionais, pois introduzem novas possibilidades de atuação proporcionadas pelo ciberespaço. Esse fato, juntamente com a fragilidade do controle de acesso ao conteúdo do site, sugere implicações de ordem legal, previstas no Código Penal e na legislação brasileira⁶². No entanto, essas atividades permanecem livremente na internet (França, 2012, p. 15).

⁶¹ Vídeos caseiros onde pessoas se exibem nuas utilizando brinquedos eróticos, e, em alguns casos, fazendo sexo ao vivo com outras pessoas.

⁶² O artigo 234, caput, do Código Penal, dispõe que é crime "fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho,

Além da dimensão virtual, é importante considerar a mudança de papel de uma figura historicamente presente no mundo da prostituição: o proxeneta. Proxenetes, também conhecidos como rufiões ou gigolôs, são homens e, em alguns casos, mulheres, que "protegem" as prostitutas contra a violência e garantem o pagamento dos clientes por seus serviços sexuais. No entanto, esses "protetores" quase perderam seu espaço de atuação dentro da dinâmica da prostituição na era digital.

Os rufiões eram/são, na verdade, homens ou mulheres que se beneficiam diretamente do dinheiro ganho pelas prostitutas com a prestação de serviços sexuais. Essas prostitutas eram/são exploradas por essas figuras, que, em troca de proteção, ficam com quantias significativas dos seus ganhos.

Contudo, com o advento da internet, sites especializados como *skokka.com*, *garotacomlocal.com* e (Nortesexy, 2023) entre centenas de outros, acabaram por ocultar as pessoas que estão por trás das prostitutas e que, de alguma forma, se beneficiam delas. Mulheres pagam valores elevados para que seus perfis apareçam no topo das listas desses sites. Assim, acabam sendo mais vistas e têm maiores chances de fechar um volume maior de encontros diariamente, aumentando exponencialmente seus ganhos. Por isso, a figura tradicional do gigolô ou da cafetina está deixando de existir nos moldes como os conhecemos tradicionalmente em nossa sociedade.

Também se destacam os inúmeros aplicativos de encontro, que acabam sendo utilizados para a prostituição, mesmo que suas descrições tenham como objetivo principal a "facilitação" de encontros amorosos. Podemos citar o *Onlyfans* (2023), o *Tinder* e o *Happn* (2023), que foram, originalmente, projetados para aproximar pessoas, visando eventuais encontros amorosos e possíveis relações mais duradouras, mas são amplamente utilizados para a prática da prostituição.

A busca por sexo nesses aplicativos é muito comum, mesmo existindo filtros e inteligência artificial que tentam identificar parâmetros indicativos de prostituição, como palavras referentes a sexo pago. No caso específico do *OnlyFans* (2021), as prostitutas utilizam seus perfis em plataformas de redes sociais amplamente acessadas, como o Facebook, Instagram e *TikTok*, para promoverem suas propagandas e vender material pornográfico com fotos e vídeos exclusivos na plataforma paga do *OnlyFans* (2021).

pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno", prevendo pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, agravado quando existe o envolvimento de menores de 18 anos de idade na produção ou recepção do conteúdo.

O pesquisador Henry Peres realizou um estudo atual intitulado "Expropriação do trabalho sexual plataformizado: Um estudo de caso no *OnlyFans*" (2021), em 2022. Nesse estudo, Peres explicou que o *OnlyFans* (2021) é uma plataforma online fundada em 2016, destinada a conectar criadores de conteúdo digital a fãs, e que, por conta da pandemia de *Covid-19*, experimentou um crescimento descomunal.

Dados oficiais da plataforma indicam que, no início de 2020, a rede tinha 7,5 milhões de usuários. Esse número saltou para 130 milhões em agosto de 2021. O *OnlyFans* (2021) se distingue das demais redes sociais por duas características principais: a primeira é a ausência de restrições à postagem de nudez; a segunda é a permissão para conteúdo de sexo explícito, seja por meio fotográfico ou por vídeo.

O *OnlyFans* (2021) possui regulamentações sobre os tipos de práticas permitidas na plataforma em sua versão de acesso gratuito. Contudo, há a presença de um *paywall*, isto é, a ocultação dos perfis até que seja concordado o pagamento de uma taxa mensal de assinatura, que pode chegar a 50 dólares. Além disso, é possível solicitar conteúdo extra e personalizado mediante o pagamento de uma gorjeta de até 200 dólares (Peres, 2022, p. 8).

Esta política de postagem de conteúdo pornográfico no *OnlyFans* (2021) foi amplamente combatida pelas leis de diversos países. Após forte pressão jurídica, a empresa decidiu banir o comércio pornográfico em sua plataforma no início de 2021. Contudo, essa decisão foi repensada devido a uma grande mobilização dos profissionais do sexo utilizando a hashtag #SexWorkIsWork, que foi replicada pelo perfil oficial da *OnlyFans* (2021) no *Twitter*.

As prostitutas são facilmente reconhecidas dentro do *Tinder* e *Happn* pelo código de vestimenta que apresentam em suas fotos de perfil e fotos extras dentro dos aplicativos. São fotos com um forte apelo sexual, utilizando pouca roupa, em posições que induzem o usuário a pensar e visualizar aquela mulher realizando atos sexuais. Elas carregam consigo brinquedos eróticos que geralmente estão propositalmente posicionados em suas bocas ou próximos às suas partes íntimas.

Algumas prostitutas escrevem em seus perfis do *Tinder* que estão à procura de sexo casual e descompromissado, solicitando que não as chamem para conversar ou sair sem o real propósito sexual. Isso deixa uma mensagem clara de que não estão no aplicativo para encontros amorosos, mas sim buscando clientes em potencial.

Muitas prostitutas utilizam a sigla GP, que significa "garota de programa". Assim, os usuários, ao verem a sigla GP na descrição do perfil daquela usuária, já

ficam cientes de que aquela mulher é uma prostituta e não está ali em busca de um encontro casual.

Toda essa transformação advinda do surgimento e desenvolvimento da internet também alcançou a rede de prostituição. Os bordéis tiveram que se adaptar a essas novas tecnologias, assim como todos os outros segmentos. Sobre essas inovações, a socióloga estadunidense **Hakim** (2011) aponta fatores do final do século que modificaram fundamental e permanentemente os mercados sexuais:

Third, the Internet stimulates continuing change in sociality and sexual markets. Dating websites cater to people of all ages, all socio-economic groups, married and non-married. Some websites specialise in particular social and/or sexual groups, making it easier for people with arcane tastes and interests to meet. Commercial sexual services have also taken to the Internet, and advertise their services under the guise of 'call girl' or 'escort' services and the popular 'girlfriend experience' (GFE). One side effect of the swing towards websites providing meet markets is a greater emphasis on physical appearance and good looks for everyone, but especially for women (Hakim 2011). To the old adage 'sex sells' we can now add 'beauty pays' (Hakim 2011; Hamermesh 2011). Beautiful women and men have acquired increased value in sexual markets that rely heavily on photos for introductions and initial selection. A study of women offering sexual services around the turn of the century found virtually all were very attractive as well as young and slim, with good figures (Hakim, 2015, p. 229)⁶³.

Antes, os locais conhecidos pela promoção da prostituição representavam um processo limitado, uma vez que muitos clientes temiam ser reconhecidos por transeuntes ou voyeurs, o que constituía um obstáculo e uma dificuldade para a clientela. Atualmente, com a utilização das ferramentas disponibilizadas pela internet, a oferta de serviços não apenas se expandiu vertiginosamente, como também se diversificou de maneira significativa.

Tomaremos como exemplo o caso do site *Striper virtual*, pelo *Skype* (2023), em que os clientes que procuram os serviços de prostituição nele têm, de antemão, um conhecimento quase completo do que será ofertado. É muito comum encontrar em páginas "oficiais" anúncios com fotos, vídeos e tipos de programa ofertados.

⁶³ "Em terceiro lugar, a Internet estimula a mudança contínua nos mercados social e sexual. Sites de namoro atendem a pessoas de todas as idades, todos os grupos socioeconômicos, casados e solteiros. Alguns sites se especializam em grupos sociais e/ou sexuais específicos, facilitando o encontro de pessoas com gostos e interesses misteriosos. Os serviços sexuais comerciais também são levados à Internet e anunciam seus serviços sob o disfarce de serviços de "acompanhante" ou de "acompanhantes" e a popularização da chamada "experiência de namorada". Um dos efeitos colaterais do swing em direção a sites que atendem aos mercados é uma ênfase maior na aparência física e boa aparência para todos, mas especialmente para as mulheres (Hakim, 2011). Para o velho ditado "o sexo paga", podemos adicionar "a beleza paga" (Hakim, 2011; Hamermesh 2011). Mulheres e homens bonitos adquiriram maior valor em mercados sexuais que dependem muito de fotos para apresentações e seleção inicial. Um estudo sobre mulheres oferecendo serviços sexuais por volta da virada do século encontrou virtualmente todas muito atraentes, bem como jovens e magras, com bons números (Hakim, 2015, p. 229)" (Tradução livre de Augusto Cesar Pinto Figueiredo).

Nesses anúncios, constam: a idade da profissional do sexo; a cor dos olhos; o tamanho do busto, da cintura, do quadril, do manequim; a altura, o peso; o local de atendimento, seja ele próprio ou a domicílio; os bairros atendidos; o tempo estimado para a chegada da profissional; os tipos de pessoas atendidas, sejam homens, mulheres, casais; as especialidades, como fantasias, disfarces, massagens eróticas, chuvas douradas; sado suave ou pesado; sexo anal, vaginal e oral; enfim, uma variedade tão ilimitada e cheia de detalhes do serviço quanto a imaginação do cliente permite.

As novas modalidades de serviços sexuais, em comparação com o passado, são outro fator impactante na mudança que a prostituição sofreu nos dias contemporâneos. Para citar alguns exemplos, existem hoje ofertas de serviços sexuais para: voyeurismo virtual, nos quais contratam-se serviços em que a mulher faz sexo com outra pessoa ou realiza um processo masturbatório, para que, do outro lado da câmera, o cliente possa observá-la; mulheres que contratam outras mulheres para realizarem fantasias sexuais com pessoas do mesmo sexo, ou até mesmo com seus maridos; sexo virtual utilizando ferramentas de óculos 3D ou outros engenhocas, o que proporciona ao cliente a ilusão de estar no mesmo ambiente que a profissional; os cibersexos, em que um grupo de pessoas se conecta para fazer sexo virtual em grupo ou individualmente. Apesar de a maioria desses espaços serem gratuitos e fortuitos, existem sites privados, portanto pagos, que promovem esses encontros, garantindo aos usuários a privacidade que eles não encontrariam nos espaços *ciberfree*.

O mesmo fenômeno ocorre com os *avatares*⁶⁴ nos ambientes virtuais do *Secondlife*⁶⁵, *Free Virtual Worlds*⁶⁶, em que mulheres ofertam gratuitamente sexo para algumas figuras de destaque na sociedade, com o único intuito de receber “resenhas”⁶⁷ positivas sobre seus serviços sexuais. Filmes caseiros, especialmente os de curta duração, são produzidos para serem consumidos por clientes que apreciam essa modalidade.

⁶⁴ Representações personificadas do usuário dentro do ambiente digital.

⁶⁵ Ambiente virtual que os usuários pagam para utilizar serviços de aventuras sexuais. A diferença para o cibersexo é que nessa modalidade, as pessoas não se conhecem, não se veem por câmeras, mas apenas se ouvem, pois se utilizam de avatares para realizarem suas fantasias. Nesses tipos de modalidade, além dos serviços, o cliente pode realizar compras de objetos, especialmente aqueles produtos exclusivos de sexo shopping, como vibradores, calcinhas, pênis e vaginas postiças, enfim tudo e mais um pouco daquilo que se oferece nesse particular comércio. “Nova forma de ser feliz”, esse é um dos mais fortes bordões dessa modalidade.

⁶⁶ Site que oferece sexo virtual utilizando avatares. Ver imagem 03.

⁶⁷ A aceção de Resenha se refere aos comentários positivos que são veiculados por *youtubers* ou influenciadores digitais.

Essa busca por um tipo específico de serviço na área da prostituição facilitou significativamente que o setor recuperasse o glamour e a proliferação vistos no passado. Atualmente, a oferta de serviços é praticamente instantânea, fenômeno que ocorre em cidades de todos os tamanhos, incluindo algumas vilas e áreas rurais.

Nos últimos anos, observou-se um crescimento vertiginoso no número de sites especializados em strip-teases e shows eróticos online, justamente devido à comodidade, tanto para quem vende, quanto para quem consome esse tipo de produto. Em sua pesquisa, o autor explica que:

Esse tipo de site viabiliza que os clientes possam assistir às mulheres, ou homens se despirem e encenar fantasias à distância, e é claro, sem o contato físico. Na sua maioria, os clientes são homens e acessam o site em busca de mulheres que atuarão na frente de uma *webcam* que enviará as imagens para eles. Elas são comandadas pelo cliente à distância por meio de um microfone. O cliente solicita, por exemplo, que a mulher mostre o corpo, masturbe-se em frente à câmera, vista e represente fantasias. Esse serviço é cobrado pelo cartão de crédito e o valor varia de acordo com o tempo utilizado pelo cliente. Acredita-se que nesse formato, ao invés do contato ao vivo com a *stripper*, o cliente tenha mais desenvoltura em relação às solicitações. Na verdade, esse tipo de prática é um tipo de gozo masturbatório, diferente do gozo sexual, pois não há contato físico, a excitação é provocada por estímulos visuais e auditivos e o cliente não precisa se identificar, ou ligar sua câmera, portanto, nem visto ele é, se não lhe for conveniente (Baroni, 2014, p. 129).

O mercado de prestação de serviços reconhece que, para a popularização de determinado produto ou serviço, é necessária, como primeira regra, a ampliação significativa de sua oferta. A segunda lei é tornar esse tipo de produto ou serviço acessível a todos os segmentos econômicos. Para alcançar a popularização dos serviços a baixo custo, é necessário que muitas pessoas entrem no segmento, e foi justamente isso que ocorreu com a prostituição atualmente.

Meninas, jovens e mulheres que jamais poderiam trabalhar como prostitutas clássicas hoje oferecem seus serviços pelas redes sociais e aplicativos. Muitas delas fazem da prostituição seu rendimento único; outras recorrem a ela conforme a necessidade, ou seja, quando querem adquirir algo além do que seu salário permite; recorrem à prostituição alguns dias da semana, para complementar a renda; ou eventualmente, numa modalidade que podemos chamar de *freelance*.

Para ilustrar melhor como essas redes sociais funcionam para o mercado da prestação de serviços sexuais, vamos tomar como exemplo uma rede social que ficou mundialmente conhecida pelo nome de *Fuckbook*⁶⁸. Baroni (2014, p. 130) explica que

⁶⁸ Imagem 6 em anexo.

a semelhança no nome desta rede social com outra rede que é mundialmente famosa, chamada Facebook, não é um mero acaso:

A rede social que deu origem ao nome da rede “sexual” é chamada de Facebook, que surgiu em 2004 nos EUA, só foi registrada no Brasil como Facebook.com em 2007. Essa rede social vem crescendo vertiginosamente no Brasil e no mundo. A partir do nome Facebook, foi criada uma rede social mais arrojada, com o nome de Fuckbook, destinada aos usuários que têm um objetivo bem claro, gozar, só que diferentemente das “strippers cibernéticas”; aqui não se paga para ver, teclar e falar com outro, sendo uma rede, cria-se um certo vínculo que pode, como foi dito acima, sair ou não do ciberespaço para o mundo real, o do confronto dos corpos, do gozo masturbatório para encontro real e o gozo sexual. Na página central da rede Fuckbook.com, diferentemente do Facebook, no qual os avatares (fotos que os usuários colocam para se identificarem) são os rostos dos usuários da rede, no Fuckbook os avatares privilegiam fotos de partes íntimas dos usuários ou que simulam um apelo sexual. Se no Facebook as pessoas se reconhecem ou buscam amigos devido a interesses como trabalho, estudo ou hobbies, no Fuckbook a escolha é realizada a partir do avatar, mas em termos do que este provoca e seduz sexualmente. Não analisarei o perfil da rede, nem dos usuários em termos de estrutura, mas, poder-se-ia até inferir que o mecanismo de acesso ao outro e as trocas na rede tem um traço um pouco perverso, devido ao seu foco de busca do outro, que recorta apenas partes do corpo dos usuários para se identificarem, e pelas conexões visarem apenas o desejo de gozo com seu objeto escolhido, a fim de realizar determinada fantasia sexual (Baroni, 2014. p. 130).

Outro fator que contribui significativamente para a abundância de oferta é a segurança que o serviço online oferece. As profissionais podem saber de antemão quem será seu próximo cliente e as condições físicas dele, pois os contatos via web são feitos previamente. Isso permite, inclusive, declinar da prestação dos serviços se, porventura, não se sentirem seguras com determinados tipos de clientes. Portanto, uma seleção também é feita por quem oferta os serviços sexuais, algo que seria praticamente impossível se trabalhassem em um bordel, por exemplo.

Outro fator positivo é a eliminação da figura do cafetão ou da cafetina, pessoas que ficavam com uma parte considerável dos valores pagos às profissionais. Sem considerar que esse tipo de agenciamento acarreta inúmeros problemas, inclusive jurídicos, pois o rufianismo⁶⁹, diferentemente da prostituição, é considerado crime pelo aparato judicial do país.

⁶⁹ O **Art. 230**, do Código Penal Brasileiro, classifica e penaliza o rufianismo com as seguintes características e penas: - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227:

Pena - reclusão, de três a seis anos, além da multa.

§ 2º - Se há emprego de violência ou grave ameaça:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à violência.

Atualmente, com a utilização das redes sociais, o intermediário se tornou uma figura praticamente dispensável, pois a negociação é feita diretamente com o cliente. Na verdade, o agenciador perdeu seu espaço para os sites que hospedam os perfis dessas mulheres que oferecem os serviços sexuais para todos aqueles interessados em contratá-los. Essa mudança é importante porque a presença física de uma pessoa, determinando onde, quando e como o serviço sexual deve ser prestado, pode ser muito intimidadora e, em alguns casos, perigosa para a segurança física da mulher.

Se antes um cliente precisava gastar somas consideráveis de dinheiro para usufruir dos serviços oferecidos por uma "cocote", devido aos altos custos nos bordéis – que não se restringiam apenas ao pagamento dos serviços sexuais, mas incluíam também quarto, bebidas, música, comida e até a conversa com uma prostituta na mesa, exigindo geralmente o pagamento de alguma bebida –, agora o cenário é outro.

Por isso, esses fatores impactam muito nos preços dos serviços ofertados. Existem até promoções em certos períodos do ano, como o Dia dos Pais, certos dias da semana e horários, como o matutino, tornando a satisfação do cliente mais acessível e rápida a preços mais baixos. Isso permitiu que a prostituição alcançasse um nível de abrangência sem precedentes em sua história.

Além de todas essas comodidades, o setor da prostituição, seja individual, em equipes ou por profissionais liberais, meninas que vivem do mercado sexual ou o exploram ocasionalmente, incorporou o uso do cartão de crédito, trazendo segurança tanto para as mulheres quanto para os clientes, que podem até parcelar o pagamento dos serviços contratados. Apesar dessa evolução, do uso das redes sociais, dos cartões de crédito e das facilidades em geral proporcionadas pela introdução dos serviços via webcam, o uso dos palcos não foi abandonado. Eles ainda resistem, o que se explica pela existência de pessoas que não são digitalmente letradas ou que se sentem inseguras ao usar ferramentas tecnológicas. Para esse tipo de clientela, a existência de bordéis e cabarés clássicos, com mulheres presentes, bebidas, músicas e espaços físicos, continua sendo uma opção.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Além desses espaços clássicos, a prostituição de rua ainda continua resistindo ao tempo. Hoje, houve uma mudança significativa em relação ao gênero de quem se prostitui nas ruas, com um índice maior de travestis; no entanto, muitas mulheres continuam a oferecer serviços sexuais nas esquinas. Essas ofertas persistem, à semelhança dos bordéis, em continuar existindo, porque muitas pessoas, inábeis quanto ao uso das ferramentas tecnológicas, têm poucas opções se quiserem contratar serviços de prostituição. Outro fator que ainda explica a existência da prostituição de rua é a concentração em locais onde há grande contratação de mão de obra masculina, como na construção civil, especialmente em grandes edifícios, prédios ou outros empreendimentos maiores.

Esses empreendimentos, dependendo de sua magnitude e duração, podem até provocar migrações de prostitutas. Este é o caso dos grandes projetos na Amazônia, especialmente os atuais, que têm atraído para as cidades localizadas no entorno desses projetos uma variedade de mulheres que se dedicam ao comércio sexual, de diferentes formas e maneiras.

4 CAPÍTULO 4 – A PROSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO MONETÁRIA: RELATOS DE VIDA.

A prostituição não é uma profissão fácil.
 A paixão é fundamental para suportar as contradições e
 os chamados ossos do ofício.
 Mas até hoje nunca conheci uma puta que largasse a
 profissão por não gostar dela.
 A Igreja misturou muito o sexo com o amor.
 Sexo é da vida.
 Amor é egoísta, é do indivíduo.
 O mundo não é feito de vítimas.
 Todo mundo negocia.
 Alguns negociam bem, outros mal.
 Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo
 que quer.
 E sabe até onde vai para conseguir.
 Com a prostituta não é diferente.
 (Gabriela Leite, 2010, p. 63, prostituta ativista dos direitos
 das profissionais do sexo)

4.1 O Preço do sexo: Na Amazônia paraense

Quanto custa uma hora de sexo com uma pessoa? Como é feita essa conta? Quem lucra com isso? Por que pessoas comprem sexo? Quanto custa o sexo na Amazônia paraense? Qual o papel do Grande Capital no mercado do sexo em grandes projetos hidrelétricos na Amazônia? Essas são perguntas que precisam de respostas para entendermos melhor a maquinaria perversa que transforma corpos em mercadoria que geram lucro em pleno coração da selva amazônica paraense.

No Brasil, dados secundários sobre a prostituição podem ser encontrados em trabalhos realizados por Rodrigues (2016), Cunha (2020), Piscitelli (2005; 2008), França (2011), Bernstein (2007), Oblata (2019), Kempadoo (2008) e Caminhas (2016; 2018; 2020). São trabalhos que apresentam dados bem recentes sobre a situação da prostituição no Brasil, porém, poucos são os estudos sobre o mercado sexual na Amazônia.

Por ano, o mercado sexual movimenta bilhões de dólares mundialmente. Os aliciadores usam o sexo (de mulheres e, muitas vezes, de crianças e adolescentes) como uma fonte de renda, o que torna o comércio sexual um negócio de poder – cada vez mais rentável – que lucra com o crime⁷⁰ (Cruz, 2023,).

⁷⁰ Crime de rufianismo e exploração sexual de pessoas.

Contudo, precisamos pontuar que há uma diferença entre prostituição forçada e a prostituição voluntária. A primeira é efetuada sem o consentimento da vítima, o que conhecemos por proxenetismo ou lenocínio. Já a segunda, a prostituição voluntária, objeto de estudo da minha tese, é exercida por vontade própria, podendo ser autônoma ou não.

A minha tese analisou a prostituição na modalidade exercida por mulheres maiores de idade (18 anos) de acordo com a legislação brasileira. Vale ressaltar que a palavra “prostituição” foi empregada neste trabalho considerando a prostituição uma troca voluntária de serviços de natureza sexual mediante um acordo previamente estabelecido com os clientes acerca do tempo, da modalidade dos serviços sexuais e local da prestação do serviço sexual.

Usamos o conceito adotado por Farias (2013, p. 21): “a prostituição representa a comercialização de relações sexuais entre pessoas adultas e capazes, mediante livre e mútuo consentimento”. Ou seja, para a sua caracterização, é necessário que haja um consentimento. A falta ou inexistência do consentimento e/ou pagamento da remuneração acordada resulta em proxenetismo ou lenocínio.

Araújo (2018, p. 66) emprega o termo “prostituição voluntária” em consonância com algumas perspectivas feministas que estão alinhadas às organizações apoiadoras dos direitos dos trabalhadores sexuais. Tais perspectivas, ainda de acordo com Araújo (2018), consideram a prostituição de adultos um trabalho legítimo e adotam tal noção para diferenciar as práticas sexuais consensuais das forçadas e da exploração sexual infantil (Piscitelli, 2004).

A prostituição e a exploração sexual são duas questões distintas que devem ser abordadas de formas diferentes. Enquanto a prostituição pode ser uma escolha individual, a exploração sexual, por outro lado, é inaceitável e deve ser combatida e erradicada da sociedade. O ato de explorar uma pessoa através do sexo, visando o lucro, deve ser criminalizado e fortemente punido pelas leis. A exploração sexual muitas vezes está ligada à violência doméstica e à pobreza, resultando em indivíduos sendo explorados em troca de necessidades básicas, como moradia e alimentação.

De fato, o Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em Estocolmo, em 1996, definiu a exploração sexual como o abuso cometido por adultos em troca de remuneração em dinheiro, seja para a pessoa explorada ou para terceiros. Trata pessoas como uma mercadoria sexual. Esses

comportamentos são criminalizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente⁷¹ (Feijó; Pereira, 2014, p.46).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas (Onu) passa a utilizar a diferença entre prostituição voluntária e prostituição forçada em seus documentos desde os anos 1980 (Doezema, 1998). Contudo, ao longo de minha tese, para fins de registro, tanto o termo prostituição “voluntária” quanto “estatutária” devem ser consideradas sinônimos.

A prostituição voluntária é, muitas vezes, vista por muitas mulheres como a única forma de sustentar a si e as suas famílias. Durante minha pesquisa de campo, eu tive a oportunidade de conhecer prostitutas que são casadas e/ou que vivem em união estável que relataram que seus companheiros sabem que elas se prostituem para ajudar no orçamento da família.

Algumas relataram que inclusive seus companheiros as levam de motocicleta, ou bicicleta, até o ponto, ou casa de prostituição. Essa aceitação por parte de seus companheiros mostra uma tênue mudança de paradigma do ponto de vista familiar, pois outrora seria praticamente impensável um homem aceitar que sua companheira se prostituísse, mesmo que fosse para ajudar no orçamento familiar.

A mulher era/é vista como uma propriedade do homem. Todavia, quando as questioneei sobre a relação que tinham com seus companheiros e seus clientes, essas mulheres responderam que durante o ato sexual com clientes não existe a relação de amor ou prazer, pois o amor e o prazer elas reservam para desfrutar nas relações com seus companheiros.

Para Bussolo e Barbosa (2016, p. 5), a prostituta é então como uma atriz, no mundo da realidade, que encena uma personagem que busca satisfazer seus clientes,

⁷¹ E o Código Penal Brasileiro (CPB):

Mediação para servir a lascívia de outrem. Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: [...]

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual. Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: [...]

Casa de prostituição. Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: [...]

Rufianismo. Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: [...]

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual. Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. [...]

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual. Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: [...]

e que quando sai de cena, volta a ser a mulher que sempre foi. Com uma performance sexual em série e completamente mecânica, uma maneira de se proteger de qualquer envolvimento com esses homens, a prostituta é capaz de negociar seu corpo sem estabelecer laços afetivos com seus clientes e separar a sua vida profissional de sua vida pessoal.

Existe uma certa controvérsia quando trabalhamos a ideia de que não existe prazer durante os programas sexuais ou que o prazer só existe em casa com os parceiros. Barreto (2008) explica que existem dois tipos de mulheres na prostituição: as que desejam sair da prostituição, mas querem continuar a fazer alguns programas, pelo prazer sexual; e as que querem sair de vez da prostituição, que não querem mais se prostituir.

É deveras complexo tentar resumir a prostituição a conceitos reduzidos, uma vez que a prostituição não pode ser vista apenas como uma forma de ganhar dinheiro e esquecer o prazer que ela pode proporcionar. É importante lembrar que essa atividade está bastante ligada ao preconceito, e que pode ser vista como uma mistura de ações, sentimentos e práticas.

Para mulheres solteiras e sem filhos, a prostituição é uma forma de obter ganhos rápidos. Durante a minha pesquisa de campo, a falta de emprego, de qualificação profissional e os baixos salários pagos nos empregos formais para mulheres com pouca instrução foram as principais explicações que ouvi para que muitas mulheres entrassem no mercado da prostituição.

Sabe, chefe, eu não vou ficar ralando feito uma filha da puta no balcão de uma farmácia de segunda a segunda para ganhar uma mixaria de um salário mínimo. Prefiro ser puta, que ganha isso num fim de semana e descanso a minha beleza o resto da semana. Não vou gastar a minha beleza acordando cedo e trabalhando muito. Eu tenho o que os homens querem, e eles têm o que eu quero. É uma troca. No fim, todo mundo fica feliz (informação verbal)⁷².

Para Bruns (2001), “se existe quem vende prazer, é porque existe quem compra prazer. Essa demanda desconhece crises econômicas, pandemias, guerras e tragédias climáticas. Quanto custava, aproximadamente, um programa de uma prostituta próximo aos canteiros de obras das UHEs Tucuruí e Belo Monte em plena Amazônia paraense?

⁷² Entrevista com Jasper em 2022.

Em média, o programa nos prostíbulos da UHE Tucuruí custava entre 26 Reais e 40 Reais⁷³. Esse valor incluía sexo vaginal, sem sexo anal, por uma hora com uma mulher. Esse valor não cobria os custos com o quarto. O custo com o quarto era chamado pelas prostitutas e donos de prostíbulos de “chave”. Essa “chave” era o valor que o cliente pagava à parte do programa para utilizar os quartos que ficavam geralmente localizados nos fundos dos prostibares.

Os valores que apresento aqui foram obtidos durante minhas entrevistas de campo com 10 prostitutas que trabalharam durante a construção da UHE Tucuruí, e 10 clientes que frequentavam os prostíbulos do Escorre Água. Não foi possível localizar documentos escritos, fotografias da época que possam ser usados com fonte documental. Esses valores não eram divulgados em jornais, revistas e tampouco em documentos oficiais. Não temos registros em trabalhos científicos que atestem esses valores.

Contar a história dos excluídos é uma tarefa árdua. Sarraf (2019, p. 13) explica que a obra de Richard Hoggart “As Utilizações da Cultura”, e “Cultura e Sociedade”, de Raymond Williams, somaram-se às obras de Thompsonianas para sistematizar uma nova forma de pensamento histórico, social, intelectual e crítico, cuja matriz são as experiências de diferentes agentes sociais, como trabalhadores, padres, mulheres, vagabundos, prostitutas, delinquentes, entre outros sujeitos subalternos nas hierarquias da sociedade moderna, o que levou à busca de novas fontes históricas.

Os relatos orais dos agentes sociais passam a ter valor, já que a historiografia mais ortodoxa geralmente conta a história dos vencedores, deixando de lado as massas, o que, por consequência, torna o registro documental da vida dos excluídos praticamente inexistente, restando ao pesquisador a buscar por fontes orais.

Utilizar a História oral é trabalhar num campo movediço, em que questões como a veracidade dos depoimentos devem ser consideradas como elemento válido dentro de uma pesquisa acadêmica séria. Ou mesmo, por se tratar de uma questão mais voltada à memória individual, considerar imaginárias as experiências das prostitutas seria uma tentativa de maquiagem realidades duras e cruéis do cotidiano, ou transformá-las em conto de fadas, e até mesmo o oposto.

⁷³ A conversão de Cruzeiro para Real é na proporção de 1 Real que equivale a 2.750 Cruzeiros. O Cruzeiro ficou em circulação até 01 de agosto de 1993. Em Cruzeiros o valor do programa ficava entre 100 e 200 mil Cruzeiros. Disponível em: <http://www.ocaixa.com.br/passos/passos3.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

Alberti (2005, p.155-202) enfatiza alguns equívocos sobre a História oral que devem ser descartados de imediato, como considerar que a História oral é a própria História, que a história vista “de baixo” é a democrática, em oposição à história das elites; e que a História oral busca dar voz às minorias, o que apenas reforçaria as diferenças sociais. Para a autora, a História oral deve ser compreendida como visões de mundo e experiências de vida.

Guimarães Neto (2014, p. 28) explica que historiadores e estudiosos das ciências sociais investigam, primordialmente, os momentos e contextos políticos, econômicos e culturais em que as diversas práticas de trabalho emergem e se tornam correntes no dia a dia das sociedades. O comércio de prestação de serviços sexuais é indubitavelmente uma prática de trabalho que se fez e se faz muito presente no cotidiano de nossa sociedade. Por se tratar de uma prática considerada amoral, por uma parcela significativa de nossa sociedade, ainda carece de muitas pesquisas.

Retomando a questão de valores na UHE Tucuruí, se levamos em consideração que o salário mínimo brasileiro em 1980, de acordo com o Decreto nº 84674, de 1980, era de R\$ 150,89 (Cr\$4.149,60), então uma prostituta que conseguisse 40 programas num mês receberia o equivalente a um salário-mínimo. Porém, o número de programa que estas mulheres realizavam era muito maior do que 40 por mês. Minhas dez informantes relataram que chegavam a fazer em média 10 programas por noite durante o final de semana de maior circulação financeira – dia 10 de cada mês – em Tucuruí, data em que a Camargo Corrêa pagava os salários dos trabalhadores da UHE Tucuruí.

As 10 informantes relataram que faziam entre 100 e 120 programas mensalmente durante as obras da UHE Tucuruí, e que para ter o controle do negócio, os rufiões tinham livros-caixa que anotavam o número de programas feitos pelas profissionais. A estimativa de ganhos dessas mulheres era entre 2.600,00 e 3.000,00 Reais (10 milhões e 15 milhões de Cruzeiros) por mês. Vale ressaltar que estamos trabalhando com o menor valor cobrado no programa, que é cerca de 26,00 Reais.

Os valores flutuavam, pois o Brasil da década de 1980 vivia um momento de hiperinflação. Agora quando falamos da UHE Belo Monte, em Altamira, durante o período de construção dessa barragem os valores variavam entre 100 e 150 reais, em média, para um programa básico que incluía sexo vaginal e sexo oral, com uso de preservativo. Vale apontar que o sexo oral na década de 1980, nos prostíbulos de Tucuruí, era visto como sujo e perigoso pelas prostitutas.

As prostitutas, por mim entrevistadas, foram unânimes em dizer que pouco faziam sexo oral nos clientes. O uso do preservativo ainda não era tão difundido, e havia um temor por parte das mulheres em serem contaminadas por ISTs. Porém, amiúde lhes era exigido esse tipo de sexo por seus clientes.

Agora considerando o cenário de Belo Monte e considerando que o salário mínimo brasileiro em 2012 era de R\$ 724,00, as prostitutas ganhavam, mais ou menos, R\$ 724,00 em apenas um final de semana em Altamira durante o período de construção da UHE Belo Monte. Durante minha pesquisa de campo, as prostitutas que entrevistei fizeram a mesma comparação salarial entre os ganhos delas e das mulheres que elas chamaram de “assalariadas”.

Ser puta é muito melhor que ser assalariada. Essas doidas aí trabalha o mês todo engolindo sapo de patrão filha da puta que até comer elas, elas tentam. Se matam nos balcão de supermercado, farmácia e loja de roupas das 8 às 6 h da tarde de segunda até sábado para ganhar o que nós ganha em uma noite de fim de semana movimentada aqui na zona. Elas ainda têm que cozinhar, passar e dar de graça para marido que até bater nelas muitos bate. Já teve barrageiro que tentou aplicar em mim para mim deixar a vida de puta e ser mulher dele. Eu mandei ele “se foder”. Deixar de ser puta ganhando para dar de graça e servir de empregada, eu não quero nada, moço (informação verbal)⁷⁴.

Os ganhos mensais de uma prostituta nos prostibares e no mercado online de prestação de serviços sexuais em Altamira durante a construção da UHE Belo Monte ficava entre os R\$2.900,00 e R\$ 5.000,00 por mês. Esses dados têm como base as minhas entrevistas de campo e levantamento de valores em sites especializados⁷⁵ na comercialização dos serviços sexuais. Os sites apresentam um verdadeiro “menu” de mulheres, com as mais diferentes características físicas, oriundas de diferentes lugares do Brasil e oferecendo os mais diversos tipos de serviços sexuais.

Quem paga por sexo com essas mulheres? Os clientes eram, em sua maioria, trabalhadores dos canteiros de obra da UHE Belo Monte, comumente conhecidos e chamados de “barrageiros” pelas prostitutas dos bordéis de Altamira e chamados de “Camargueiros” os trabalhadores dos canteiros de obras da UHE Tucuruí. Esses homens buscavam os bordéis não somente para a contratação de serviços sexuais, mas também como espaço de entretenimento e convivência com amigos.

Fazer pesquisa de campo em territórios obscuros e perigosos, como no caso

⁷⁴ Entrevista com Berilo em 2022.

⁷⁵Sites consultados: <https://fatalmodel.com/acompanhantes-altamira-pa;> [https://br.skokka.com/acompanhantes/para/;](https://br.skokka.com/acompanhantes/para/) <https://www.classificadosxbr.com/lista/7010-mulheres-para-altamira;> [https://nortesexy.com.br/acompanhantes/altamira/.](https://nortesexy.com.br/acompanhantes/altamira/) Acesso em: 10 jan. 2022.

do submundo da prostituição, é bastante desafiador, e diversas vezes assustador, uma vez que essas mulheres trabalham em locais insalubres como boates, vielas e motéis/hotéis frequentados por todo o tipo de indivíduos. São pessoas com idades diversas, de classes sociais variadas e níveis educacionais que vão do analfabeto àqueles com formação superior. Homens que procuram se esconder nas sombras desses lugares para buscar o mais variado tipo de prazer, que não pode ser revelado dentro de seus lares com seus cônjuges.

Precisamos fazer aspas e definir a palavra “poder” em nosso contexto. Poder vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força (Brígido, 2012, p. 58). Ou ainda, pode-se definir poder como “a capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos” e “pode ser referida a indivíduos ou a grupos humanos” (Bobbio, 1999, p. 933). Foucault (2004, p. 193) rompe com as concepções clássicas deste termo e define o poder como uma rede de relações em que todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações. Para ele, o poder não pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado e por isso, para muitos clientes, comprar o sexo é exercer o poder que muitos não têm com suas companheiras em casa.

Na entrevista realizada em junho de 2022, com Pérola de 21 anos de idade, ela contou que foi conduzida até uma chácara com um cliente que dirigia um carro de luxo; ele estava muito bem vestido e era gentil e educado. Ao chegar na chácara e adentrar na casa, o homem ofereceu a ela uma bebida e uma droga bem comum entre os homens de classe média e alta, chamada “bala”⁷⁶. A moça relata que logo depois que o cliente tomou a “bala”, houve uma mudança abrupta no comportamento dele:

Sabe, professor, ele ficou muito bêbado. Ele trouxe uns paus gigantes, um maior que o outro. Ele queria que eu metesse no meu cu e na minha buceta aqueles objetos. Eu falei que ele tava ficando era doido de me mandar meter aquilo em mim. Eu falei que eu ia meter nele primeiro (risos). Ele mandou eu mijar nele e queria me ver fazer cocô. Ele tirou mais dinheiro e falou que se eu fizesse aquelas imundices, eu ganharia mil contos. Eu até mijei nele, mas não consegui cagar, e nem meter aquelas picas doidas em mim. Meti a cabeça da pica de plástico na minha buceta e depois enganei ele, que tinha metido parte no cu. Eu nunca vi um doido desse antes na minha vida. Olha que já dei para muito homem nessa vida de puta, mas nunca para um doido

⁷⁶ O **ecstasy**, também conhecido como “bala”, pode causar muitos prejuízos à saúde. O excesso de serotonina provocado pelo uso da droga pode resultar em lesões irreversíveis nas células nervosas e comprometer o seu funcionamento, causando sérios danos, entre eles: perda de memória, tanto verbal como visual.

desse. Tu acreditas que nem me comer ele quis? Recebi 400 contos dele e rasguei de lá⁷⁷ (informação verbal).

O relato acima deixa claro o que a Teoria Freudiana (Pepsic, 2023) aponta para as exigências morais em torno da sexualidade. A legitimação do sexo somente com fins reprodutivos não se aplica para todos os indivíduos. A imposição do modelo judaico-cristão de sexo para fins reprodutivos apenas cria um conflito psíquico que desencadeia o estado de neurose para aqueles que buscam satisfação sexual em casa, mas que acabam sendo tolhidos por seus parceiros, o que os levam a procurar prostitutas para realizarem seus fetiches.

Freud ao discutir em seu texto “A moral sexual cultural e a nervosidade moderna” (1908) afirma que a cultura se edificava sobre o “sufocamento das pulsões” e que a pulsão sexual não está, em sua origem, a serviço da reprodução, senão que tem por meta o ganho de prazer (Santos; Ceccarelli, 2010).

Assim, essa falta de compatibilidade entre a exigência de um padrão comportamental e o que cada indivíduo particularmente aspira, pode ser o resultado dessa insatisfação de necessidades sexuais inibidas, e pelo desmedido cerceamento da conduta sexual, que acaba levando o indivíduo a procurar “válvulas de escape” para os seus desejos mais reprimidos.

Temos também a questão da esposa ideal por parte da sociedade e do marido. Ainda existe dentro da cultura judaico-cristã a figura da esposa ilibada, em que o marido não deve/deveria realizar seus fetiches sexuais mais obscuros com ela, e sim com as prostitutas. Eis que prostitutas passam a “servir” tanto para realizar anseios sexuais dos homens, quanto para preservar os relacionamentos desses homens com suas esposas.

Em pesquisa publicada no Jornal O Globo (2023) em dezembro de 2023, a maioria dos homens afirma que depois que se casaram, a vida sexual acabou ficando deveras comprometida pela falta de desejo sexual de suas esposas, a criação dos filhos e trabalhos domésticos. Quatro em cada 10 casais pesquisados afirmam que mantêm, em média, três relações sexuais por mês.

Assim, a busca pelo sexo pago com prostituta é uma opção que muitos homens alegam ter para terem satisfação sexual fora de seus relacionamentos. A prostituta é vista como o elemento que vai realizar os desejos mais proibidos de seus clientes; ela acaba sendo paga não somente para o coito propriamente dito, mas para ir além dos

⁷⁷ Entrevista realizada com Pérola, jun. 2022.

limites morais impostos pela sociedade moderna e patriarcal (Almeida, 2011).

Citando ainda Almeida (2011), as regras morais sexuais acabam não contemplando a variabilidade pulsional da qual cada indivíduo é dotado. Ao afirmar isso, o autor está vinculando a alta incidência de doença nervosa à hipótese da repressão moral pela qual passa o indivíduo e sua sexualidade. Para Freud, a organização interior de cada pessoa não corresponde exatamente aos princípios morais cultivados por uma dada sociedade, e o resultado desse conflito é o sacrifício psíquico que acaba nutrindo, consumindo e levando este indivíduo a uma verdadeira neurose.

Corroborando com as questões da neurose de Freud, abordada por Almeida (2011), tive a chance de observar que muitos homens param os seus carros e compram sexo oral, que ocorre em plena via pública nos bancos da frente dos veículos. Prostitutas relatam que outros homens as levam para quartos de motéis periféricos sem condições sanitárias mínimas, como podemos ver nas fotografias 01 e 02. Quartos sem banheiros e apenas com baldes com água para, supostamente, fazer a higiene pessoal antes e depois do ato sexual, paredes erguidas de alvenaria e madeira, instalação elétrica precária, uma cama de casal e um ventilador na parede.

Fotografia 15- Típico quarto de prostíbulo nas proximidades da UHE Belo Monte



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Fotografia 16- Quarto de prostíbulo nas proximidades da UHE Belo Monte



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Fotografia 17- Quarto da Boate Xingu. Prostíbulo próximo o canteiro de obras da UHE Belo Monte



Fonte: Jornal O Globo.

São em lugares como esses das fotografias 15, 16 e 17, cheios de mofo, teias de aranha e os mais diversos tipos de insetos como baratas, centopeias e mosquitos, com paredes com manchas de sangue, esperma e resto de comida, que são arremessadas propositalmente nas paredes e nas mulheres, que tive de entrar

durante a minha pesquisa de campo.

Saraiva (2009, p. 6) faz uma reflexão sobre a pesquisa nos espaços físicos e as múltiplas condições de pesquisa nesses espaços de prostituição.

Ao lidar com uma diversidade de espaços físicos e com limitações temporais provenientes de fatores nem sempre acadêmicos, mais do que limites para as áreas físicas é preciso criar estratégias no sentido definido por Certeau (1994), as quais devem ter a flexibilidade necessária para adequar-se às condições reais de realização da pesquisa, pois trocar a segurança de um campo definido *a priori* por um campo que parece se desfazer a cada nova investida cria por sua vez uma sensação de contínua insegurança no pesquisador. Mas tal insegurança pode ser um elemento para reflexão, dado que questiona a nossa própria posição não só enquanto antropólogos, mas também enquanto sujeitos presos às nossas amarras quotidianas (Saraiva, 2009, p. 6).

Essa insegurança relatada por Saraiva, ao adentrar nos espaços de prostituição, se traduz nos termos de ser agredido ou até mesmo morto nesses lugares, e essa foi uma preocupação constate durante as minhas idas a campo. Durante a sua pesquisa de campo na cidade de Belém-PA, no bairro do Guamá, Saraiva (2009) ainda relata que foi assaltado e algumas vezes hostilizado por prostitutas e proxenetas, situação muito análoga à que vivenciei nos prostibares em Tucuruí e Altamira.

A pesquisa em zonas de prostituição é descrita em trabalhos (Ribeiro, 2005, 2007) e têm algumas singularidades, como o fato de os clientes confundirem pesquisadoras mulheres com trabalhadoras do sexo ou, no caso dos pesquisadores homens, estes serem sempre vistos como um cliente em potencial, mesmo após eles exporem os seus objetivos científicos às trabalhadoras do sexo (Saraiva, 2009).

Fui inúmeras vezes confundido com clientes. Em alguns momentos, fui confundido com cafetão ou agente de segurança público disfarçado, com o intuito de encontrar ilegalidades e/ou desmontar uma rede de prostituição instaurada nas cidades em que efetuei a pesquisa. Essas foram situações em que, além de me explicar para as mulheres e donos de prostíbulos, por exigência deles, também tive que mostrar as minhas credenciais de estudante de doutorado do PPHIST.

David (2013, p. 164) alerta para os perigos quando o pesquisador invade a privacidade do entrevistado, adentra em seu local de trabalho e trata de questões que obrigam o entrevistado a relembrar de momentos de sua vida que muitos deles desejam esquecer. Por isso, é recomendável que seja criado um ambiente confortável para o entrevistado, para que se sinta à vontade para falar ou até mesmo deixar de falar.

Assim, o ambiente deve ser escolhido ou aprovado pelo próprio entrevistado. Além disso, locais relacionados ao período narrado ou à temática possibilitam a melhor rememoração do passado, sendo ainda possível a utilização de fotos ou objetos que ajudem o entrevistado a se recordar do tema proposto.

Por isso, cerca de 30% dos encontros que realizei presencialmente foram em quartos de Hotéis/Motéis⁷⁸, apartamentos alugados por temporada, locais usualmente utilizados para o atendimento de clientes. Além destas, algumas poucas entrevistas foram realizadas nas próprias casas das profissionais, que também eram utilizadas como espaço de trabalho.

Fazer a entrevista no local de atendimento dessas mulheres teve como intuito dar subsídios para que elas pudessem acessar as camadas mais profundas de suas memórias. Quando o pesquisador opta pela coleta de depoimento oral, ele precisa ter clareza que vai adentrar em um campo delicado e íntimo da memória do entrevistado. Porém, foi realizada, inicialmente, uma aproximação com essas prostitutas em seus territórios ou pontos, como forma de demonstrar que a finalidade de minha pesquisa era puramente acadêmica.

As prostitutas relataram que por conta da pandemia de *Covid-19* houve uma drástica redução no número de programas realizados diariamente. Alguns relatos de diminuição falam de uma perda entre 40% e 55% da renda diária obtida com os programas; algumas delas relataram que faziam entre três e cinco programas diários antes da pandemia de *Covid 19*.

Uma parcela significativa das entrevistadas encontraram formas alternativas de recuperarem parte dos ganhos, e ao mesmo tempo diminuir o contato social com inúmeros parceiros. Uma alternativa um tanto inusitada foi por meio de rifas. Toda a semana, um programa “completo” com uma trabalhadora do sexo era rifado. Com o valor recebido das rifas, a mulher ganhava o suficiente para o seu sustento por uma semana de trabalho, e o cliente que comprava a rifa por cerca de 15 ou 20 reais, e dependendo da “prostituta”, ganhava um programa por um custo bastante inferior ao que pagaria usualmente num programa regular com aquela mesma profissional do sexo.

Outra queixa corriqueira que ouvi durante as entrevistas das profissionais do sexo é que os programas são exaustivos, já que os clientes demandavam delas um grande esforço físico durante o ato sexual. Os clientes pagam e querem a melhor

⁷⁸ Ressaltamos que máscaras, distanciamento social e álcool em gel foram medidas de prevenção e segurança adotadas durante as entrevistas presenciais por conta da *Covid-19*.

performance possível, não levando em consideração se aquele é o terceiro ou mesmo o quinto programa do dia daquela prostituta.

Sob a ótica das profissionais do sexo, uma questão curiosa foi levantada por quase todas elas, durante as entrevistas, ao que concerne à diminuição do número de programas realizados. Para elas, o fato da diminuição do número de programas não ocorreu por conta do vírus, ou pela proibição de circulação das pessoas, mas pelo simples fato de elas atenderem um público, majoritariamente, de mulheres e homens casados. Esses clientes foram obrigados a ficarem confinados em casa com seus cônjuges durante o período de quarentena, tornando a possibilidade de encontros extraconjugais praticamente inviáveis, e/ou muito arriscado.

Muitas prostitutas também constataram que o motivo para o aumento da violência doméstica e o número considerável de casais que entraram com o processo de divórcio era justamente por conta da rotina “aprisionada”⁷⁹ dos cônjuges, já que esses estavam acostumados a sair uma ou duas vezes por semana com outras mulheres

Contudo, para as entrevistadas, a pandemia de COVID-19 provocou mudanças de comportamento e as coisas ficaram mais amenas, pelo número reduzido de programas. Por um lado, houve uma diminuição na quantidade de programas realizados pelas profissionais do sexo, por outro, um auxílio, no valor de R\$600, do Governo Federal acabou mitigando as perdas financeiras, uma vez que praticamente todas receberam o auxílio emergencial.

Para muitas, o valor do auxílio não foi suficiente face ao valor perdido no número de programas, uma vez que o valor médio de um programa gira em torno de R\$100 e R\$200⁸⁰. Temos clareza que dependendo das habilidades e dotes da mulher, do público-alvo, do fator étnico e da idade, os cachês podem chegar próximo de R\$ 800,00 ou até mesmo R\$ 2.000,00, fazendo com que algumas tenham sentido, financeiramente, mais que outras.

No Brasil, ainda existe um desamparo jurídico para com o ofício das trabalhadoras do sexo, apesar de o Estado brasileiro, através do Ministério do Trabalho, ter oficializado essa atividade como profissão desde 2002, conforme Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, item 5198, que a define formalmente como profissional do sexo, garota de programa, garoto de programa, prostituta,

⁷⁹ Vale ressaltar que essas conclusões foram elaboradas a partir dos relatos das profissionais entrevistadas e, portanto, não devem ser entendidas, nesse trabalho, como conclusões científicas.

⁸⁰ Obviamente, estamos tratando aqui de média de valores.

messalina, michê, mulher da vida, meretriz, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (profissionais do sexo) e travesti (profissionais do sexo) (Brasil, 2002; Silva, 2008).

Pasini (2005) discute que, apesar de já existir uma “categoria profissional” para as profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações, essas mulheres permanecem marginalizadas, pois, embora nosso país não entenda a prática da prostituição em si como um crime, todo o mercado a ela relacionado é considerado crime contra a moral e os bons costumes, o que acaba, por consequência, sempre atrelando às profissionais do sexo a figura socialmente marginalizada.

A inclusão na CBO permite que essas mulheres venham a recolher contribuições previdenciárias, como profissional do sexo, tendo a garantia dos direitos comuns a todos os trabalhadores, como aposentadorias e auxílio doença (Donel, 2011). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não abarca essa atividade, dentre as diferentes categorias de trabalhadores, então cabe à profissional de sexo recolher o valor de 20 % para a previdência social sobre a renda.

Por outro lado, sem declarar a profissão de prostituta, pode-se recolher 11%, o que garante praticamente todos os direitos previdenciários, com exceção à aposentadoria por tempo de serviço e auxílio doença por moléstia, que não permita continuar exercendo a profissão “dita” como a mais antiga do mundo (Donel, 2011; Silva, 2008).

Nesse meio, encontram-se moças caucasianas, entre 18 e 26 anos de idade, filhas de pais de classe trabalhadora e mães geralmente domésticas. Algumas possuem ensino médio completo, outras chegaram até a ingressar no ensino superior, mas acabaram abandonando por não conseguirem manter, não só as mensalidades das faculdades particulares, como também toda a logística e custos que envolve cursar o nível superior.

Além da questão dos custos para manter uma faculdade particular, ainda há a questão de horário de atendimento dos clientes que não segue o horário comercial. Isto é, como a maioria das entrevistadas trabalham usando aplicativos e sites de encontros especializados, a todo o momento eram acionadas e precisavam sair no meio das aulas para não perderem clientes que, muitas vezes, só podiam ser atendidos naquele determinado horário.

Como algumas das famílias das profissionais não sabiam do ofício, ao tentar manter a discrição, as profissionais optavam por atender os clientes no horário que supostamente deveriam estar em sala de aula, resultando em reprovações por faltas

e não cumprimento das atividades acadêmicas propostas, culminando quase sempre em perda do semestre letivo da faculdade.

Algumas profissionais do sexo relataram sentir vergonha de seus professores e colegas de classe, por atender as chamadas telefônicas durante as aulas e combinar preços e tipos de programas dentro da sala de aula. Como o controle de circulação para maiores de 18 anos em sala de aula é menos complexo, na tentativa de achar alternativas para não reprovar e continuar os estudos, algumas meninas precisavam conversar abertamente com seus professores sobre seus trabalhos, para tentar justificar suas ausências constantes e/ou saídas inesperadas no meio das aulas.

Foram também relatados episódios de bullying que as profissionais sofreram por parte dos colegas que sabiam o motivo de suas saídas corriqueiras, seja pela rotina, pela grande rotatividade de carros que paravam para buscá-las e deixá-las dentro de um curto espaço de tempo, pelos vários atendimentos por telefone, ou pelo tempo de uma hora entre a saída e o retorno delas para a sala de aula.

Alguns relatos narrados como *bullying* se misturavam e se destacavam por se configurarem assédio sexual e moral nos termos da legislação brasileira vigente. Entre os agressores, elas apontaram funcionários da escola como porteiros, serventes, secretários, colegas de classe e professores. Algumas entrevistadas relataram que foram chantageadas e ameaçadas a terem suas vidas expostas às suas famílias e amigos caso elas se negassem a prestar favores sexuais aos agressores. Esse tipo de situação agrava ainda mais a situação de vergonha e sentimento de impotência, o que as leva de garotas de programa a vítimas, em minutos.

Topázio, de 18 anos de idade, relata que muitos sites escondem a presença de proxenetas e agenciadores que teclam com os clientes, marcam os encontros, acertam os valores dos programas e o tipo de programa que o cliente deseja. Logo depois de ver o portfólio da mulher nos sites como *FatalModel*, *Skokka*, *NorteSexy*, *Paradise Girl*, *SexBooking*, *OnlyFans* entre outros, difundidos na internet, o cliente pode entrar em contato diretamente com a garota de programa escolhida, por meio de aplicativos de mensagem instantânea ou por telefone, para fechar o programa. Ela fez o seguinte relato:

Sabe, Augusto, eu comecei a fazer programas quando eu tinha 15 anos. Eu tinha umas colegas da minha sala que faziam programa e me colocaram nessa barca. Eu tentei me cadastrar em três sites desse aí de programa. Um dos sites pediu minha identidade e como eu sou de menor, acabou não rolando. Eles ainda me deram o maior mijada. Mas dois sites, eu me dei bem pra caralho. Só falei que tenho 18 anos e pronto [...]. Como moro com a minha

mãe e padrasto, eu não posso sair certos horários. Eu vivo recebendo mensagem 24 horas dos caras. Às vezes, faço uns três programas da hora que eu vou para a aula. Essa porra de Pandemia fudeu com a minha vida, agora só consigo fazer um programa por dia. O babado ficou tão foda pra mim, que eu tive de pagar para o moderador marcar os programas pra mim [...] parte da grana, eu banco o meu namorado. Ele é um frango, ele tem 19 anos e é barbeiro. Ele é liso o coitado (risadas). Ele nem desconfia que eu saio com caras e ainda uso o dinheiro para pagar as coisas pra ele. Eu amo aquele frangote (informação verbal).

Tanto Topázio quanto outras profissionais do sexo que foram entrevistadas durante a pesquisa de campo relataram que vivem relacionamentos amorosos, mas que seus companheiros desconhecem; em alguns casos, já as questionaram, mas não sabem que suas namoradas, companheiras e esposas trabalham no mercado da prestação de serviços sexuais. Profissionais casadas, ou que vivem em regime de união estável, alegam que utilizam o dinheiro que ganham com a prostituição para ajudar os seus cônjuges com as despesas do lar. Outras ajudam a custear os estudos, passeios, presentes e negócios de seus noivos ou namorados.

Já as mulheres mais jovens, que ainda estão sob o julgo dos pais, e não têm parceiros amorosos fixos, utilizam a maior parte de seus ganhos com a prostituição para sustentar as “ vaidades ” e comprar bens de consumo que estão muito além das possibilidades de seus pais (informação verbal)⁸¹.

Eu não preciso fazer isso porque minha mãe e meu padrasto bancam os meus estudos e tudo mais. Meu pai paga pensão. Só que eu quero comprar as coisas que eles não podem me dá como esse Iphones aqui que eu uso, maquiagem, roupas de marca, bolsas caras e sapatos. Eu sou cara! (risadas). Eu não faço com qualquer um aí. Eu olho a lata do cara antes no Whats e peço até foto. Se eu não for com a cara do maluco, eu não saio. Sabe Augusto, eu amo é o dinheiro e não dou de graça ainda mais para pobre, feio e liso. Odeio homem liso. Tenho que aproveitar que tô nova e com tudo durinho (risadas). Depois quando tudo cair, eu quero ter grana para fazer minhas cirurgias plásticas e levantar tudo (risadas). Quem gosta de homem é veado, mulher gosta é de grana! (risadas). Mulher é artigo de luxo. Então, sexo é só para quem tem dinheiro para pagar.

Com a disseminação e uso das redes sociais, muitas mulheres, especialmente as mais jovens, chamadas de milênios, buscam por padrões de beleza quase que inalcançáveis criados por aplicativos como Photoshop, e inteligência artificial⁸².

⁸¹ Entrevista com Citrino, de 19 anos de idade.

⁸² Esses programas modificam estruturas do corpo das pessoas, modificam e atenuam marcas da pele, tornando-a cada vez mais livre em imperfeições. Esses famosos filtros fotográficos e todas as parafernalias digitais levam mulheres a buscar uma perfeição inalcançável. Cirurgias plásticas, procedimentos estéticos e toda a indústria da moda e dos cosméticos atuando nas mais diversas frentes dentro de nossa sociedade influenciam a vida das pessoas numa busca pela aparência perfeita, que exige ganhos financeiros cada vez mais altos.

Para entendermos quanto custa em média um programa com algumas profissionais do sexo de determinadas características étnicas, a tabela abaixo foi confeccionada a partir do relato de Citrino e outras prostitutas, utilizaram-se também diversos sites especializados em mediar encontros sexuais para tabular os valores que as garotas de programa afirmavam que cobravam durante as entrevistas.

A ideia de criar uma tabela para compreender o custo aproximado de uma relação sexual remunerada com uma profissional do sexo na Amazônia buscou expor um lado obscuro do impacto do capitalismo. No entanto, esse tipo de tabela já é conhecido em prostíbulos na Amazônia paraense. Diferentemente da tabela do Jornal NP, os valores seguem sendo estabelecidos em acordos entre prostitutas e seus clientes e a variação dos valores está diretamente ligada ao poder de negociação e barganha que ocorrem diariamente, tanto em prostíbulos de baixo custo quanto em grandes casas de entretenimento.

Apenas para ilustrar como funciona o mercado do sexo na região norte do Brasil, um estabelecimento em São Luís do Maranhão criou uma espécie de “menu” ofertando mulheres para serviços sexuais. Na fotografia 18, temos o nome de guerra das prostitutas e logo ao lado o valor cobrado por cada mulher pelos serviços sexuais. A fotografia 18 não corresponde aos valores dos programas nas UHEs que compõem a presente tese. Serve apenas para ilustrar como o comércio sexual funciona em muitos prostíbulos na região norte do Brasil.

Fotografia 18 - Cardápio de prostitutas

TABELA DE PREÇO DE PROGRAMA NO [REDACTED]	
2016	
GATAS	PREÇO
CRISTAL	200,00
ZERO 1	180,00
ROSANA	150,00
CARREIRA SOLO	140,00
SILVANETE	120,00
PISTÃO	80,00

* PROIBIDA A CAFETINAGEM POR SER CRIME DE RUFIANISMO PREVISTO NO ART. 230, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

Fonte: Site Riquinha.com ⁸³.

⁸³ Foto tirada em bar em São Luís. RIQUINHA. Disponível em: <https://riquinha.com.br/2016/02/02/bar-em-sao-luis-faz-cardapio-de-mulheres-para-clientes-interessados-em-sexo/> Acesso em: 1 dez. 2022.

Em Tucuruí e Belo Monte, não consegui encontrar esses tipos de anúncio nos prostíbulos, pois as negociações eram realizadas por meio de conversas. Isso porque a prática da cafetinagem é um crime no Brasil.

Como podemos notar na fotografia 18, os preços dos programas são diferenciados entre as prostitutas. Isso, ocorre especialmente por conta de fatores étnicos, de faixa etária, tipo de programa. Estes são alguns dos critérios que mais se destacam quando tabulamos os valores retirados de sites especializados em promover encontros sexuais entre clientes e prostitutas, e as entrevistas em campo.

O resultado de minha pesquisa de campo foi a confecção de duas tabelas distintas que nos subsidiaram para responder uma das perguntas que me propus a responder em minha tese. Quanto custa o sexo na Amazônia paraense?

A tabela 1 que trabalha as características sociodemográficas das entrevistadas será discutida juntamente com a tabela 2, esta traz dados sobre valores cobrados pelos programas sexuais nas UHEs aqui estudadas, uma vez que as duas tabelas se complementam. Juntas auxiliam para uma melhor compreensão sobre o preço do sexo na Amazônia paraense.

Tabela 1- Características sociodemográficas das entrevistadas

Dados sociodemográficos n=50	n.mulheres	% do total
Idade		
Entre 18 e 20 anos	03	6
Entre 21 e 30 anos	17	34
Entre 31 e 40 anos	14	28
Entre 41 e 50 anos	06	12
Acima de 51	10	20
Estado Civil		
Solteira	16	32
Casada	03	6
União estável	05	10
Divorciada/Separada	17	34
Viúva	09	18
Escolaridade		
Analfabeta	08	16
Ensino fundamental incompleto	13	26
Ensino fundamental completo	10	20
Ensino médio incompleto	07	14
Ensino médio completo	06	12
Ensino superior incompleto	04	8

Ensino superior completo	02	4
Renda mensal advinda da prostituição com base no salário-mínimo brasileiro de 2022		
Meio salário mínimo	05	10
01 salário mínimo	15	30
Entre 02 e 03 salários mínimos	19	38
Entre 03 e 04 salários mínimos	07	14
Acima de 04 salários mínimos	04	8

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em sites especializados e entrevista realizadas com 50 profissionais do sexo, ao longo do ano de (2022 a 2023).

Busquei informações em sites especializados que promovem encontros sexuais pagos, em minhas entrevistas orais coletadas em campo e em minhas idas a prostíbulos, tanto em Altamira quanto em Tucuruí, para elaborar a tabela abaixo. Os dados da tabela nos subsidiaram na busca por resposta acerca da dinâmica que atrela maiores ou menores ganhos às características étnicas e escolha da faixa etária das profissionais, público-alvo da presente pesquisa. Além de responder a uma de minhas perguntas norteadoras de minha tese que é acerca do valor do sexo nos arredores dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense.

O próximo subitem de minha tese buscou demonstrar como funciona o lado mais obscuro do Capital atuando nas sombras para monetizar algo abstrato que são os desejos sexuais, fantasias, fetiches e o amor. Qual é o valor do sexo pago na Amazônia paraense?

4.2 O Valor do sexo na Amazônia paraense: Quanto é o completão?

O Jornal de São Paulo Notícias Populares, em sua capa do dia 05 de julho de 1994, noticiou uma tabela do sexo em Real. Dentro da publicação, fichas apresentavam os valores corrigidos para a nova moeda, o Real, de atividades sexuais com prostitutas. O Jornal NP inclusive publicou neste mesmo dia o que foi chamado pelo próprio jornal de “Tabelão do sexo”.

Um exemplo usado pelo editorial foi fazer a conversão de uma relação sexual com uma prostituta do baixo meretrício, a qual foi chamada pejorativamente de “prostituta da boca do lixo”. O valor do programa com uma prostituta de baixo meretrício, de acordo com o Jornal NP, custava cerca de R\$ 3,70 em 05 de julho de 1994. Apesar de ser um jornal com publicação no sudeste do Brasil, ele serve para demonstrar com o mercado do sexo pago atua em grandes megalópoles brasileiras. Utilizando a imprensa para divulgar a prostituição para o maior número de pessoas.

Figura 4 - Jornal tira dúvidas sobre valor convertido de Cruzeiro para Real



Fonte: Jornal NP (5 jun. 1994).

Assim, observando o menu sexo no prostíbulo no Maranhão e as propaganda do Jornal NP de São Paulo, Decidi buscar informações para confeccionar as tabelas 01 e 02. Elas foram elaboradas com base nas informações de 50 profissionais do sexo entrevistadas no decorrer de minha pesquisa em campo. É importante ressaltar a necessidade de compreender, mesmo que por meio de uma amostra de tamanho limitado, a situação sociodemográfica das participantes, para assim obtermos um diagnóstico mais apurado das desigualdades e das singularidades socioeconômicas enfrentadas por essas mulheres.

A tabela 01, exposta anteriormente, apresenta um panorama das condições sociodemográficas das mulheres entrevistadas, enquanto a tabela 02 detalha os valores cobrados por serviços, discriminados por etnia, idade e tipo de programa, fornecendo uma estimativa aproximada de cada variável. É importante destacar que ambas são intrinsecamente interligadas, e que uma análise profunda poderá requerer uma investigação mais extensa, possivelmente até uma pesquisa à parte, dada a riqueza dos dados coletados.

No entanto, sustentamos que estes dados constituem uma contribuição significativa ao campo de estudo da temática da prostituição na Amazônia, servindo como recurso valioso para trabalhos futuros. Outros pesquisadores poderão se valer

destas informações para expandir o conhecimento na área, explorando as facetas socioeconômicas das profissionais do sexo com a profundidade e a abrangência que tais temas requerem.

Os dados coletados foram organizados em tabelas que exibem tanto as frequências absolutas quanto as relativas, e foram submetidos à análise estatística descritiva por meio do software Microsoft Excel for Mac®, versão 2023. A interpretação e a discussão desses dados ainda requerem um embasamento teórico mais robusto para possibilitar uma compreensão integral das implicações e das tendências que eles indicam.

Tabela 2- Relação características étnicas x idade x tipo de programa= valor.

Características Físicas	Idade	Tipo de Programa	Valor Médio
Caucasiana, cabelos loiros, ruivos e escuro	18-23	Padrão Completo	R\$400-600 R\$600-800
	24-29	Padrão Completo	R\$250-350 R\$350-450
	30-35	Padrão Completo	R\$200-250 R\$250-300
	35-40	Padrão Completo	R\$150-180 R\$180-220
Parda, cabelos negros	18-23	Padrão Completo	R\$150-200 R\$200-250
	24-29	Padrão Completo	R\$120-150 R\$150-200
	30-35	Padrão Completo	R\$100-120 R\$120-150
	35-40	Padrão Completo	R\$80-90 R\$90-110
Negra, cabelos negros	18-23	Padrão Completo	R\$120-150 R\$150-180
	24-29	Padrão Completo	R\$100-120 R\$120-150
	30-35	Padrão Completo	R\$80-100 R\$90-110
	35-40	Padrão Completo	R\$50-60 R\$60-80

--	--	--	--

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em sites especializados e entrevista realizadas com 50 profissionais do sexo, ao longo do ano de (2022 a 2023).

A tabela 2 apresenta dados que vinculam o valor médio cobrado por cada serviço sexual às variadas categorias como aparência física, idade e tipo de programa oferecido, influenciando assim no valor cobrado – valores estes que podem aumentar ou diminuir de acordo com esses fatores.

No que diz respeito às características étnicas, como cor, nossa pesquisa identificou que mulheres caucasianas tendem a alcançar preços mais altos nas negociações por relações sexuais. Em termos estatísticos, as mulheres brancas, particularmente as loiras, recebem em média quase o dobro do que as mulheres pardas e quase três vezes mais que as mulheres negras.

Esta observação transcende a questão de gênero e incursiona em camadas mais profundas de discriminação baseadas em características étnico-raciais e aparência. Banuth e Santos (2016, p. 765) destacam que críticas têm sido feitas aos limites da compreensão tradicional de gênero e que a tendência do debate feminista contemporâneo é reconhecer que a categoria “mulher” não é homogênea.

A concepção atual propõe que as vivências das mulheres são diversificadas e que as interseccionalidades de raça, classe, orientação sexual, idade, entre outros fatores, devem ser consideradas de forma ampla para um entendimento mais completo das dinâmicas sociais. Para Brah (2006), as mulheres não existem unicamente como membros de um grupo genérico, mas sim como membros de categorias distintas e diferenciadas, cada uma refletindo condições sociais específicas.

A noção de gênero, portanto, revela-se insuficiente para abordar de maneira exclusiva os vários fatores que influenciam a construção dos sistemas de gênero. Aspectos como classe social, raça/etnia e a normatividade da heterossexualidade são cruciais para a compreensão e análise das estruturas de poder e desigualdades (Mayorga *et al.*, 2011).

Essa perspectiva convida a um entendimento mais complexo e interseccional que reconhece a multiplicidade e a sobreposição das identidades e das experiências das mulheres, sublinhando a importância de examinar como variadas formas de opressão interagem e se manifestam nas vidas dessas mulheres. Desse modo, no final da década de 1990, consolidaram-se nos debates feministas internacionais

novas categorias que, em conjunto com gênero, perpassam as estruturas sociais e sinalizam a existência de diferenciações dentro do conjunto das mulheres.

Tais categorias de articulação ou interseccionalidades foram destacadas por autoras como Piscitelli (2008), ampliando a análise sobre as múltiplas e complexas camadas de opressão que afetam as mulheres de maneiras diversas. As intersecções de gênero reconhecem que a experiência das mulheres é moldada por uma variedade de fatores, como etnia, classe social, orientação sexual e outros aspectos sociais e culturais.

As autoras citadas acima ainda destacam como os sistemas de poder interligados como o patriarcado, o racismo e o capitalismo atuam em conjunto para classificar as mulheres e, frequentemente, para comercializar seus corpos e identidades, reduzindo-as à condição de mercadorias dentro de estruturas sociais e econômicas específicas.

A categoria "raça" se destaca como um marcador expressivo de diferença social. Seguindo o entendimento de Ferreira e Camargo (2011), reconhecemos que o conceito de "raça", sob o olhar da genética, é considerado pouco operacional e desprovido de fundamento científico. Na contemporaneidade, é amplamente aceito que raça é uma construção social que serve para classificar e categorizar indivíduos com base em características fenotípicas visíveis.

Dessa forma, a "raça" influencia as dinâmicas sociais e as relações de poder, muitas vezes de maneira a perpetuar desigualdades e preconceitos. A compreensão de "raça" como um construto social é crucial para a análise interseccional, pois permite revelar como as noções raciais informadas historicamente moldam experiências, oportunidades e a estratificação social em diversos contextos.

O padrão eurocêntrico de beleza exerce uma forte influência na seleção de profissionais do sexo por parte dos clientes. Prostitutas que apresentam características eurocênicas – que se assemelham, em particular, às aquelas associadas a mulheres nórdicas – são mais bem remuneradas e tendem a ter uma clientela mais ampla quando comparadas às mulheres que possuem características físicas associadas a grupos étnicos negros ou indígenas.

Essa preferência reflete como padrões estéticos específicos, muitas vezes importados e sustentados por culturas dominantes, podem impactar diretamente na valoração e na demanda dentro do mercado do sexo. As implicações dessa dinâmica vão além da esfera econômica, revelando as formas como o racismo e a valorização

de traços europeus se entrelaçam nas interações sociais e profissionais, perpetuando desigualdades e preconceitos raciais.

Em seu artigo intitulado “Na antessala da discriminação: O preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999)”, Biderman e Guimarães (2004) trazem à baila uma discussão muito esclarecedora sobre a questão de ganhos entre negros e brancos, mulheres e homens. O texto trabalha, por meio de análise de dados e tabelas, o valor pago a pessoas do mesmo sexo, mas de etnias diferentes.

Podemos observar que os valores dos programas sexuais pagos para prostitutas de etnias diferentes também ocorrem dentro do mercado de empregos fora do mercado sexual. Mulheres negras geralmente ganham salários mais baixos que mulheres brancas, de acordo com o artigo de Biderman e Guimarães. Todavia, as pesquisadoras apontam dentro do artigo que o fator escolaridade entre mulheres brancas e negras é responsável por essa diferença salarial.

O segundo item mais importante na hora de determinar o valor do programa é a faixa etária. Quanto mais jovem a mulher for, mais caro custará o sexo com ela. Existe o fetiche popular que vem de dogmas da igreja, que prega a questão da virgindade e pureza. Na pesquisa realizada por Aquino, Nicolau e Pinheiro (2008, p. 15), as prostitutas consideram a idade um fator de grande influência na concorrência pelo cliente, principalmente na negociação do programa.

Mulheres mais velhas podem ser vistas como mais experientes; em contrapartida, mulheres jovens podem ser mais requisitadas por clientes menos interessados na experiência sexual. Assim, notamos, em nosso estudo, a influência da idade da prostituta com o número de clientes semanais: as mais velhas atraíam menos clientes em geral. Esses dados foram obtidos com base em minha amostra de 50 prostitutas com faixas etárias diferentes, apresentadas na tabela 1.

De acordo com os dados da Tabela 1, observou-se que as entrevistadas possuíam idades entre 18 e 50 anos, com uma média de 28,1 anos. Foi predominante o intervalo de idade entre 21 e 30 anos, representando 51,9% da amostra, o que demonstra a prevalência de mulheres jovens na prostituição. Essa característica pode ser compreendida pelo fato de que, na indústria do sexo, a beleza e a juventude são requisitos valorizados para a comercialização do prazer sexual.

A idade das prostitutas é considerada por elas como uma característica que exerce grande influência na competição pelos clientes, especialmente durante a negociação das condições do programa. Um número significativo de prostitutas mente ou oculta sua verdadeira idade, para não perder potenciais clientes.

Em minha pesquisa em sites especializados na oferta de serviços sexuais, percebi que muitas prostitutas declaram ter entre 18 e 21 anos em seus perfis, porém, quando as entrevistei pessoalmente, descobri suas verdadeiras idades. Mulheres que se apresentavam no site como tendo 18 anos, na verdade, tinham entre 28 e 30 anos. Outras que alegavam ter 21 anos no site, na verdade, tinham 38⁸⁴.

Muitas vezes, mulheres mais velhas na prostituição são vistas como tendo mais experiência sexual devido ao tempo que passaram na profissão. No entanto, muitos clientes não valorizam essa característica e preferem recorrer a mulheres mais jovens. Essa preferência pode ser atribuída à lógica educacional patriarcal, em que se espera que o homem lidere e oriente a mulher nas práticas sexuais.

No capítulo I desta, ao estudar e historicizar a história da prostituição, observei que na educação patriarcal, a iniciação sexual do homem em uma idade jovem era considerada necessária. Isso era visto como importante para que, quando se casasse, pudesse dominar a arte do sexo e assim se apresentar como marido experiente para sua esposa.

Os tempos mudaram e os costumes sociais passaram por significativas transformações, com maior liberdade sexual para as mulheres atualmente. No entanto, ainda persiste a ideia de que os homens devem desempenhar o papel de professores", "guias" ou "condutores" das práticas sexuais na cama, especialmente em sociedades nas quais a cultura patriarcal tem uma forte influência na realidade das pessoas.


Essa realidade ainda é muito enraizada nas cidades amazônicas, onde os dogmas das igrejas cristãs e o patriarcado são as forças motrizes principais dentro da educação das crianças. Existe a crença de que quanto mais jovem e inexperiente a mulher for, melhor será para o homem. Isso é evidenciado em anúncios retirados de sites especializados, nos quais a pouca idade e a inexperiência de prostitutas são apresentadas como fatores positivos para o agendamento de programas com elas.

Fotografia 19 - Idade como fator primordial no mercado do sexo

⁸⁴ Inclusive, algumas dessas profissionais do sexo eram mães de dois, três filhos.

← → ↻ br.skokka.com/anuncio/bianca-ninfetinha-18-aninhos-br7f9dnyf/?pck=c7833f 🔍

🌸 BIANCA NINFETINHA 18 ANINHOS 🌸 WhatsApp



😊 Sobre mim

Olá sou a Bianca sou loira NINFETINHA
Iniciante obediente sou bem apertadinha PPK rosinha peitinho durinho
Sou uma namoradinha gostosinha perfeita pra você

Seios Natural Cabelo Loiro

Fonte: SKOKKA. Disponível em: <https://br.skokka.com/>

No entanto, é importante reconhecer que essa concepção está enraizada em dinâmicas de gênero ultrapassadas e pode perpetuar desequilíbrios de poder prejudiciais. À medida que a sociedade continua evoluindo, é necessário desafiar essas normas patriarcais e promover atitudes mais saudáveis e respeitadas em relação à sexualidade.

Os casos de exploração sexual são muitos na região amazônica e um dos motivos para esse tipo de ocorrência é justamente a ideia de virgindade da mulher como uma espécie de prêmio para muitos homens. A ideia amplamente difundida é que ser o primeiro homem a manter relações sexuais com uma jovem, o tornará inesquecível para o resto da vida daquela mulher.

O terceiro item mais importante na hora de determinar o valor do cachê é o tipo de programa que a profissional do sexo oferece. Basicamente, o programa é dividido entre programa com sexo “simples” e programa “completo”. Para o programa com sexo simples, que seria o sexo vaginal, as profissionais cobram um valor para sexo simples com camisinha, e um valor maior para o sexo simples sem camisinha.

Já o programa completo, que abrange sexo oral, vaginal e anal, com ou sem camisinha, é outro valor. Os valores cobrados são diferenciados também quando as profissionais são convidadas para realizarem sexo em grupo, com ou sem camisinhas,

e quando os serviços sexuais são realizados em eventos fechados em que geralmente são pagas por diária e não por hora. Elas ganham cachês muito mais elevados quando se submetem a relações fora da rotina sexual regular.

Avançando para a próxima variável da tabela 1, que é o estado civil, quando indagadas sobre seu estado civil, a maioria das profissionais do sexo reportou ser solteira. A manutenção de um relacionamento amoroso estável pode apresentar desafios para as mulheres que praticam a prostituição, visto que certos parceiros podem não aceitar esse tipo de atividade. Ademais, algumas profissionais do sexo podem não colocar a estabilidade amorosa como uma meta prioritária em suas vidas.

Permanecendo dentro do contexto dos valores e dogmas de uma sociedade predominantemente patriarcal, é frequentemente inaceitável para a maioria dos homens que suas parceiras tenham relações sexuais com outros homens. No imaginário tradicional, a esposa é idealizada como a guardiã do lar, a companheira devotada e a mãe dos filhos do casal, uma figura que ocupa um espaço de respeitabilidade e exclusividade. Compartilhá-la com outros é visto como a quebra de um tabu.

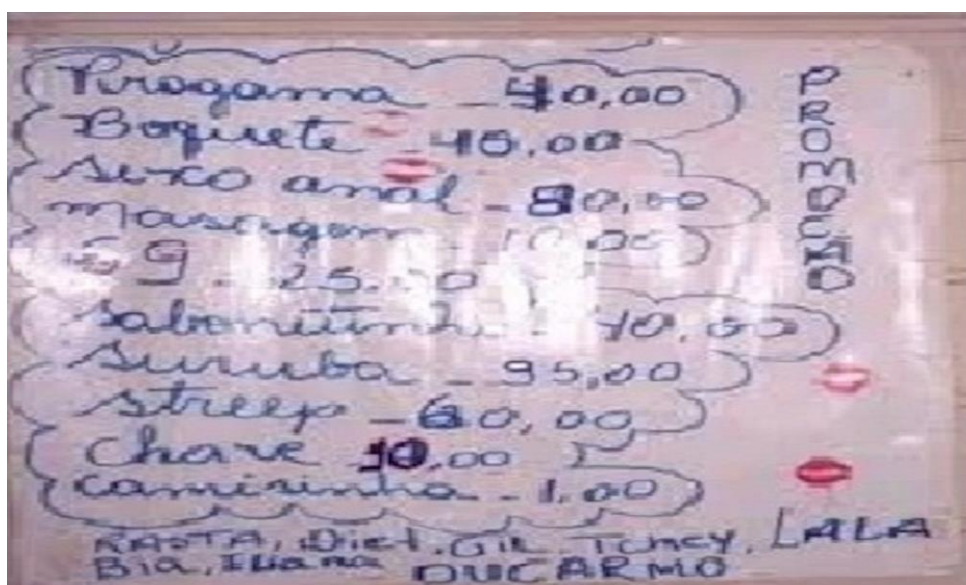
Alguns homens podem encontrar prazer sexual em observar suas parceiras com outros, essas situações são atípicas e desviam-se do padrão socialmente esperado. Em geral, a sociedade incentiva ambos, homem e mulher, a absterem-se de relações sexuais fora do matrimônio. A prática da monogamia é propagada, teoricamente, como uma forma de assegurar uma descendência legítima e garantir que os recursos e propriedades acumulados pelo casal sejam transmitidos aos filhos biológicos reconhecidos pelo casamento.

Ao longo da minha investigação em campo, tive a oportunidade de interagir com profissionais do sexo que mantinham relacionamentos amorosos estáveis, nos quais seus parceiros estavam cientes e compreendiam suas escolhas profissional. Isso indica que, apesar de não ser a norma dentro de um contexto cultural patriarcal, existem situações em que o entendimento e apoio recíproco transcendem as barreiras impostas pela profissão e pela sociedade.

Essa constatação reforça a ideia de que relações afetivas podem prosperar com base na confiança e aceitação, desassociando-se as atividades profissionais dos indivíduos. É importante reconhecer que as experiências são diversas e que cada relacionamento é único. O diálogo aberto e a aceitação mútua podem desafiar as normas sociais estabelecidas pela cultura patriarcal e permitir que as pessoas vivam relacionamentos saudáveis e significativos mesmo em contextos incomuns.

Prosseguindo com a análise das variáveis apresentadas na tabela 01, observou-se que dentre as participantes da pesquisa, um grupo considerável, correspondente a 31 mulheres (62%), possuía um nível de escolaridade básico, tendo concluído, no máximo, parte do ensino fundamental. Ademais, constatou-se que 15 das entrevistadas (30%) recebiam uma renda de até um salário mínimo mensal. Baixa escolaridade e baixa renda são comumente associadas a um acesso limitado a recursos e a um déficit de informação, o que pode ter impacto direto na 'qualidade de vida das pessoas. Minha pesquisa também constatou que sete-entrevistadas (14%) possuíam uma renda mensal variando entre três e quatro salários mínimos, o que reforça a relevância da situação econômica no contexto de escolha profissional dessas mulheres.

Fotografia 20 - A tabela de preços do corpo feminino objetificado e mercantilizado. Mulher no patriarcado: objeto desde sempre, mercadoria na prostituição



Fonte: Revista Marie Claire⁸⁵.

Ao analisar o valor cobrado por diferentes tipos de serviços sexuais, detalhado na tabela 02 apresentada anteriormente, é possível observar um segundo aspecto relevante para a compreensão das experiências do grupo de 50 mulheres pesquisadas. Esse aspecto diz respeito à dificuldade de aceitação de suas aparências físicas, bem como ao bullying sofrido durante a infância e adolescência. Os depoimentos coletados durante as entrevistas indicam que há uma dimensão mais

⁸⁵ ARTTEMIARKTOS.WORDPRESS. Disponível em: <https://arttemiarktos.wordpress.com/2010/09/30/a-prostituicao-deve-ser-legalizada-no-brasil/>. Acesso em: 21 out. 2023.

profunda que conecta a forma como essas mulheres veem a prostituição e se relacionam com ela

Esses relatos apontam para a possibilidade de que as experiências negativas vivenciadas relacionadas à imagem corporal possam ter influenciado a escolha pela prostituição como meio de vida. A prostituição, neste contexto, pode ser entendida não apenas como um ato comercial, mas também como um espaço no qual a autoimagem e a autoestima podem ser reconfiguradas, mesmo que de maneira complexa e potencialmente conflituosa.

Thompson (2002, p. 16) explica que como historiadores orais, jamais deveríamos ficar satisfeitos com abordagens aleatórias para escolher aqueles que irão ouvir, uma vez que isso enfraquece seriamente as conclusões que podem ser tiradas de suas entrevistas. Em todo projeto se faz necessário dar a correta atenção à formulação de estratégias apropriadas de amostragem. Existem, obviamente, diversos tipos diferentes de amostragens possíveis⁸⁶.

Segundo Souza (2007), cada mulher apresenta motivos específicos para justificar sua prática na prostituição: estar desempregada, almejar sair da casa dos pais, necessidade de sustentar terceiros, como filhos e pais, e até mesmo buscar um status social. De acordo com Molina e Kodato (2005), a crise econômica e social enfrentada pela maioria das mulheres é uma das principais causas de ingresso na prostituição.

Nesse contexto, muitas encontram na prostituição uma possibilidade real de gerar renda suficiente e mais rápida. Em nossa pesquisa, a faixa etária de 18 a 21 anos chamou nossa atenção pelo uso do corpo para obter vantagens financeiras e investi-las em procedimentos estéticos e/ou cirúrgicos.

Constatamos uma estreita e preocupante conexão entre a prostituição e a busca por ganhos financeiros rápidos para realizar tratamentos estéticos e cirurgias que visavam proporcionar satisfação pessoal em conformidade com os padrões estéticos atuais outrora inalcançáveis, considerando a realidade humilde dessas mulheres.

Dentre essas mulheres, não foram relatados desejos nem planos de futuro relacionados a carreiras profissionais fora da prostituição, casamento ou maternidade. De acordo com Correia e Holanda (2012, p. 430), para se manterem no mercado, as

⁸⁶ Para o pesquisador, criar uma amostra plenamente representativa, esse deve retirar uma sub-amostra de um *survey* existente, ou produzir uma nova amostra aleatória ou por cota, local ou nacional.

mulheres precisam se destacar por seus atributos físicos e sociais. Nesse sentido, o culto à beleza e a preocupação com as tendências da moda fazem parte do cotidiano dessas mulheres. Em uma sociedade em que “ser bonita” e “estar bem vestida” são quase sinônimos de realização pessoal, sucesso e felicidade, e fugir desses padrões pode ser visto como uma ameaça às oportunidades de trabalho.

Durante uma pesquisa de campo realizada em 2018, que resultou no artigo intitulado “A prostituição em grandes projetos na Amazônia: o impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte”, conduzida na cidade de Altamira (Figueiredo, 2018), foram observados diversos relatos de mulheres que expressaram o desejo de deixar a prostituição o mais cedo possível. Essas mulheres buscavam empregos convencionais, ansiavam por encontrar um companheiro para casar, desejavam formar uma família ou abrir o seu próprio negócio. A atividade de prostituição era considerada por essas mulheres (entrevistadas em 2017) um meio para atingir esses fins.

Na presente pesquisa, foi possível identificar uma mudança de paradigmas entre as trabalhadoras do sexo. Observou-se uma maior preocupação com a questão estética, motivações voltadas para a aquisição de bens materiais, viagens e entretenimento. Houve relatos de mulheres que utilizam os valores obtidos com a venda de serviços sexuais na prostituição para financiar procedimentos estéticos, como implantes de silicone nos seios e glúteos, lipoaspirações, abdominoplastias, bichectomias, metoplastias, blefaroplastia, rinoplastias, aplicações de toxina botulínica, tratamentos dentários com implantes e facetas, entre outros. Segundo Bruns e Guimarães (2010), esses procedimentos são buscados para melhorar a aparência física e autoestima:

Por outro lado, a prostituição pode ser uma maneira de ganhar muito dinheiro com rapidez, mais do que se ganharia em qualquer outra profissão, fazendo com que a mulher possa participar mais ativamente da sociedade de consumo. Nesse caso, a questão financeira não seria fator relevante apenas para as prostitutas de classe social baixa, pois existem profissionais do sexo da classe média e alta que buscam melhores condições financeiras, e pela prostituição poderiam se dar ao luxo de possuir uma vida mais confortável, que não apenas permitisse consumir-lhes, roupas de grife e perfumes caros, mas também ter sonhos e desejos de estar inseridas num mundo mágico, criado pela mídia e apresentado como lugar onde se é feliz (Bruns; Guimarães, 2010).

Acreditamos, juntamente com pesquisadores como Bruns e Guimarães (2010), que esses procedimentos têm como objetivo melhorar a aparência física das mulheres envolvidas e aumentar suas chances de receber valores mais substanciais dos

clientes. Isso acontece porque existe uma tendência do público em pagar mais por serviços prestados por mulheres que se enquadram nos padrões de beleza eurocêntricos, amplamente difundidos pela internet, redes sociais, mídias televisivas, moda, novelas e produções cinematográficas.

Além do aspecto financeiro, não devemos desconsiderar o impacto que esses procedimentos podem ter na autoestima das mulheres. Ao melhorarem sua aparência, elas podem sentir-se mais confiantes e valorizadas em sua profissão, o que pode contribuir para o seu sucesso na indústria da prostituição. Ressalta-se que o contexto no qual essas escolhas são feitas é complexo e envolve uma série de fatores socioculturais e individuais.

Nossa responsabilidade, enquanto sociedade, é analisar e compreender essas nuances, para evitar fazer julgamentos precipitados e adotar uma abordagem respeitosa e inclusiva em relação às profissionais do sexo. Ao reconhecermos a diversidade de circunstâncias e motivações envolvidas, podemos promover uma maior compreensão e empatia em relação a essas pessoas, e é fundamental garantir o apoio e proteção dos direitos humanos para todas as profissionais do sexo.

É importante notar que as características físicas descritas, como cabelos longos, seios e glúteos mais fartos e rosto fino, são frequentemente associadas a uma idealização de beleza influenciada por padrões culturais predominantes em regiões como na Europa e América do Norte. No entanto, vale ressaltar que a beleza é subjetiva e diversa, e a multiplicidade de padrões e preferências estéticas devem ser valorizadas.

Em entrevista, Âmbar, de 21 anos de idade, revelou que desde criança sentia insatisfação com o formato de seu nariz. Essa insatisfação começou na infância e se intensificou durante a adolescência, principalmente devido ao *bullying* que sofria na escola e em sua vizinhança. Infelizmente, o *bullying* continuou por boa parte de sua adolescência. Além disso, ela também passou a não estar satisfeita com o tamanho de seus seios.

Âmbar, que vem de uma família de baixa renda, entrou na prostituição por influência de uma amiga de sala de aula. Ela relata que viu na prostituição uma oportunidade de juntar dinheiro e mudar tudo o que a incomodava há anos em sua vida. Sobre essa situação, Âmbar diz:

Eu fui zoada muito tempo na rua de casa, na escola, pela geralzona. Eu chorava quase todo o dia porque o meu apelido era nariz de bolota, porquinha, narizinho, nariz de palhaça, bozo e o caralho a quatro. Aí depois

aqueles filhos da puta começaram a me chamar de peito pequeno, de machinho, de sem peito e de despeitada. Eu via as molecas da minha rua e da minha sala com peitões, e eu era a fudida sem peito. Um dia, eu vi a Ana, uma doida da minha sala saindo num carrão de um velho. Depois de mais de uma hora ela voltou para a escola. Eu chamei ela e falei: Qual é a do velho? Ele te banca? Quanto tu cobra? Foi quando ela me deu a letra na real e me colocou dentro. Ela foi a minha cafetina. Arrumava as barcas pra mim, e eu tinha que dar uma parte pra ela. Ela foi a primeira mulher que eu curti. O velho queria curtir com duas meninas ao mesmo tempo. Então, Ana me chamou para a barca com ela. Depois que curti com a Ana, eu comecei a sair também com mulher. Aí, depois que eu já sabia fazer os paranauês, eu mandei ela tomar no cu [...]. Paguei 13 mil conto pelos peitos e depois mais 10 mil conto para fazer o nariz. Levei três anos dando muito a pepeca e engolindo muita porra para levantar essa mixaria toda. Agora, eu vou colocar bunda e depois perna. Vou dominar o mundo! Ninguém me segura mais! (risadas) (informação verbal⁸⁷).

Durante as entrevistas, foi constatado um padrão alarmante em relação ao ingresso de jovens na prostituição. Muitas vezes, elas são influenciadas por colegas de classe, primas e até mesmo parentes mais velhas, como tias e cunhadas. Nessa complexa dinâmica, é possível observar que essas jovens são especialmente motivadas pela questão financeira. Infelizmente, essa vulnerabilidade acaba sendo explorada por cafetões experientes, que têm habilidade em persuadir mulheres a se envolverem profundamente nessa carreira.

Além disso, é importante destacar a pressão exercida pelos clientes, que buscam satisfazer seus desejos e impulsos sexuais a qualquer custo, especialmente com iniciantes na indústria. Isso faz com que algumas mulheres enxerguem a prostituição como uma forma "fácil, segura, lucrativa e sedutora" de ganhar dinheiro. No entanto, é necessário compreender que esse é um mundo construído e, como apontado por Bauman (1998), criado para atender às demandas insaciáveis de um mercado consumidor.

Esse mercado está sempre em busca de novas experiências e sensações, com a expectativa de encontrar satisfação, realização e felicidade. Profissionais relatam que clientes pagam altos valores para terem seus desejos, muitas vezes incomuns e fora dos padrões convencionais, realizados por elas. Entre esses relatos destacamos clientes que pediam para que elas fizessem as suas necessidades fisiológicas em cima deles, ou vice-versa.

Outros relatos sinalizam que homens pediam para que essas mulheres: se vestissem como crianças; os chamassem de pai, mãe, tio e tia; pedidos para que as profissionais fingissem que estavam dormindo para que eles fingissem que estavam

⁸⁷ Entrevista realizada com Âmbar, jun. 2022.

as estuprando; clientes que queriam introduzir nas partes íntimas das garotas de programa os mais diversos objetos, tais como garrafas pet de 2 litros de refrigerante; clientes que pediam para amarrar ou serem amarrados e açoitados; clientes que levam os seus animais de estimação e pedem para as prostitutas manterem relação sexual com eles e os seus animais.

De fato, existem relatos variados de mulheres que sentem repulsa pelos fetiches mencionados. Muitas delas recusam-se a satisfazer tais desejos, classificando-os como "doentios". No entanto, algumas acabam cedendo devido ao valor financeiro oferecido pelos clientes. Essa situação cria uma divisão entre aqueles clientes que podem pagar por essas demandas e aqueles que não têm recursos para isso, como apontado por Bauman em seu trabalho de 1998.

Bauman aborda a sedução do mercado e como ela pode ser um fator determinante para o sucesso ou fracasso de indivíduos. É importante observar que essas dinâmicas podem envolver questões complexas relacionadas a poder, desigualdade e exploração. Turmalina, de 26 anos, relatou em sua entrevista que aceitou encenar um falso estupro para dois clientes, que pagaram cerca de mil reais por essa experiência.

De acordo com o relato de Turmalina, ela já havia realizado programas com dois homens simultaneamente anteriormente, e acreditava que a encenação de um estupro seria apenas um fetiche e que ela teria total controle da situação. No entanto, ao chegar ao sítio de um dos clientes, localizado na cidade de Tucuruí, ela foi amarrada na cama, amordaçada e submetida a todo tipo de atrocidades durante quase uma hora.

Ela não os denunciou à polícia por medo, pois os clientes além de terem um alto poder financeiro, tinham também a conversa no aplicativo de mensagem instantânea, na qual eles falavam do fetiche, e ela aceitou participar pela quantia oferecida. Turmalina relatou, durante a sua entrevista, que jamais se recuperou do ocorrido, e que tem súbitos ataques de pânico durante atos sexuais corriqueiros, seja com seu namorado ou com outros clientes.

Isto posto, quem são esses clientes que geralmente procuram a companhia de profissionais do sexo por meio digital? De acordo com os dados levantados durante as entrevistas, os clientes são, na maioria, homens, entre 28 e 50 anos de idade, casados, de classe média e alta, de variadas profissões como comerciantes, bancários, médicos, advogados, engenheiros, dentistas, Web designers, professores, entre outras. Homens que buscam viver uma relação fora do casamento, com

mulheres mais jovens que suas esposas, ou que buscam realizar as suas fantasias sexuais que não conseguem realizar com seus cônjuges.

Russo (2007) explica que a procura por prostitutas é motivada pela busca de um tipo específico de mulher, de prazer ou de fantasia sexual, por isso, que não se trata de um serviço prestado por qualquer mulher ou homem, mas por uma profissional específica, uma vez que ela está inserida em um contexto bastante particular, capaz de proporcionar sensações próprias e possibilidades de experiências bastante específicas.

Pelos relatos das prostitutas, alguns clientes aparentam algum tipo de desvio de ordem sexual e acabam encontrando nas profissionais do sexo a oportunidade de fazerem inversões de papéis sem serem julgados, o que muito provavelmente ocorreria caso tentassem fazer o mesmo em suas casas, com suas esposas. Outros clientes as procuram apenas por compulsão sexual e apelo carnal; isso inclui mulheres que utilizam os serviços sexuais com outras mulheres.

Existe uma parcela menor de mulheres que são casadas com homens, têm filhos e empregos estáveis, mas que escondem de seus maridos e da sociedade, como um todo, a sua homossexualidade. Safira relatou que muitas clientes casadas que costumavam sair com ela a convidavam para ir às suas casas e se encontrarem com seus maridos.

Essas clientes usavam o aniversário de seus maridos como pretexto para levá-la até lá e oferecê-la como um presente surpresa para seus cônjuges. Ela narra que praticamente todas as vezes em que foi "dada" como presente de aniversário aos maridos de suas clientes, as esposas participavam do ato sexual juntamente com os eles. Safira detalhou um desses encontros a três:

Ela é advogada e tem uns 42 anos eu acho, montada na grana é casada e tem até filho. Ela me disse que sempre gostou de curtir com mulher, mas a família dela não aceitaria, e eles são da igreja e tal. Aí ela curte com as "prima" aqui como eu, ela curte com puta e não é de hoje essa parada não mano. Ela mora numa casa do caralho. Eu fui lá um dia porque ela me pagou para curtir com o marido dela, Porra, era para o pateta me comer, mas quem mais me comeu foi ela. Se ele não se tocou que ela é sapato naquele dia, ele deve ser cego. Ganhei quinhentão para curtir com os dois. Muita mais que ela me paga pra curti comigo aquela mão de vaca do caralho. Tu acredita que ela paga R\$150 para sair comigo? (informação verbal).⁸⁸

Todavia, existe também o cliente que tem necessidade afetiva. Durante uma entrevista com Citrino, ela mostrou fotos no aplicativo de mensagens que utiliza para

⁸⁸ Entrevista com Safira, 2022

manter contato com os seus clientes. Falou dos mais assíduos e mais antigos homens que costuma atender. O relato que ela fez de um dos clientes acabou chamando a atenção, não por ser um relato sexual na sua essência, mas por ser um relato que demonstrou afetividade pelo cliente e vice-versa.

Esse aqui é o Felipe, ele tem 38 anos, e é um dos meus melhores clientes. Ele é sempre muito gentil e amoroso. Muitas vezes, ele traz presentinhos como bombons, flores, perfumes e já até me deu um brinco de ouro. Ele é funcionário público da Polícia Federal, ele é casado e tem duas filhas lindas. A esposa dele é médica e trabalha na polícia federal também. Eu sempre o vejo às quartas-feiras por causa da mulher dele que tá sempre ocupada nos dias de quarta. Às vezes, ele marca e vamos para um motel, outras vezes para um hotel, e passamos duas horas só conversando mesmo. Eu nem tiro a roupa. Ele só quer conversar mesmo. Fala dos problemas do trabalho, dos problemas da casa dele e das filhas. Eu adoro a companhia dele. Mas não curto muito transar com ele não. Ele é meio travado. Começamos a sair tem quase dois anos. Ele diz que sou a namoradina dele das quartas. Acho que ele é carente muito carente. Ele precisa muito de alguém para conversar, e ele achou em mim uma pessoa pra ouvir ele (risadas). Recebo sempre R\$100 transando ou não transado com ele. É um dinheiro muito fácil (informação verbal, Safira).

Questões de cunho afetivo estão muito presentes dentro das relações comerciais. No artigo intitulado “Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes”, Burbulhan, Bruns e Guimarães (2012, p. 673) relatam que, de acordo com o estudo realizado por elas com profissionais do sexo, os clientes não as procuram exclusivamente para práticas sexuais. Muitas vezes, eles desejam apenas conversar e compartilhar suas preocupações e problemas relacionados à família, trabalho e masculinidade.

As autoras explicam ainda que, nas falas das participantes da pesquisa, foi possível perceber uma grande variedade de motivações que levam os clientes a buscar os serviços das profissionais do sexo. Observa-se que tanto os clientes quanto as profissionais utilizam o dinheiro como uma forma de suprir suas necessidades, com os clientes pagando e elas recebendo.

Burbulhan, Bruns e Guimarães (2012, p. 673) relatam que, segundo o estudo realizado por elas com profissionais do sexo, as clientes não as procuram exclusivamente para atividades sexuais, muitas vezes desejam apenas conversar e desabafar sobre suas preocupações e problemas relacionados à família, ao trabalho e às suas próprias “identidades masculinas”. As autoras explicam ainda que, nas entrevistas com as participantes da pesquisa, foi possível perceber a ampla gama de motivações que levam as clientes a buscar esses serviços.

Nesse sentido, ambos, clientes e profissionais, utilizam o dinheiro como forma de atender suas necessidades, sejam elas econômicas, emocionais, psicológicas ou até mesmo biológicas. Para os clientes, o pagamento representa não apenas a satisfação de certas carências, mas também a manutenção de um senso de masculinidade que deriva do modelo patriarcal de ser homem.

4.3 Diamante: Relatos da prostituição na UHE Tucuui

[...] pais, irmãos, marido, cafetões, todos estão atuando como agentes do Estado, para supervisionar nosso trabalho sexual, para se certificar de que providenciaremos serviços sexuais de acordo com as normas de produtividade estabelecidas e socialmente sancionadas”.

(Federici, 2019, p. 58-59)

Antes de começar a escrever este capítulo da minha tese, gostaria de lembrar de uma frase do meu professor da sétima série que disse: "Augusto, a História é escrita pelos vitoriosos!". Na época, compreendi parcialmente o que ele queria dizer com isso. No entanto, ao estudar autores como Hoggart, Stuart Hall, Barbero e Beatriz Sarlo, finalmente entendi por que a história é contada pelos vitoriosos.

Aqueles que saem vencedores escrevem sua história, que logo é considerada verdadeira, apenas os feitos dos vencedores são dignos de serem lembrados e registrados em livros. Grandes nomes na História como Alexandre O Grande, Napoleão Bonaparte e Hitler tinham seus próprios biógrafos trabalhando para registrar seus feitos, além de outros historiadores que se debruçam/debruçaram em fontes históricas para escrever a respeito dos muitos aspectos da vida dessas notórias figuras de nossa História.

Os Estudos Culturais trouxeram uma nova perspectiva para a prática dos historiadores mais contemporâneos, permitindo olhar para os excluídos, os esquecidos, os perdedores e os marginalizados. Eles revelam que a História não é apenas o relato das vitórias gloriosas, mas também a narrativa das vidas e experiências das pessoas comuns que, muitas vezes, foram deixadas de lado.

A partir conhecimento das práticas camponesas na França ou da vida dos trabalhadores das fábricas na Inglaterra durante a Revolução Industrial, podemos entender muito de como a nossa sociedade se desenvolveu dentro das dinâmicas do Capitalismo. Atualmente, podemos ampliar nossa compreensão da história ao

investigar os eventos e suas consequências para todas as camadas da sociedade. Essa abordagem mais inclusiva e abrangente ajuda a corrigir distorções e dar voz àqueles cujas histórias foram negligenciadas anteriormente.

Em resumo, a história não é estática ou imparcial, ela está em constante construção e é influenciada pelas perspectivas dos vencedores. No entanto, através dos Estudos Culturais e de uma abordagem mais inclusiva, podemos buscar uma narrativa mais completa e precisa, ouvindo também as vozes dos excluídos e marginalizados para obter uma compreensão mais profunda do passado.

Os intelectuais dos Estudos Culturais ingleses foram os precursores no desenvolvimento desse "novo" método de estudar a história. Posteriormente, intelectuais nas Américas se apropriaram dos Estudos Culturais e questionaram o conceito de História que anteriormente era considerado relevante apenas quando narrada pela perspectiva dos vitoriosos. Os estudiosos dos Estudos Culturais se dedicaram a explorar as vidas e memórias daqueles frequentemente rotulados como derrotados, marginalizados, a massa, o povo ou os silenciados.

A História começou a ter interesse em contar como viviam/vivem essas pessoas e as relações que existem entre os vitoriosos e os derrotados. Entende-se que é muito relevante contar a vida de Napoleão Bonaparte e de sua esposa Josefina de Beauharnais, mas é relevante também entender como as prostitutas atuavam fortemente na corte francesa, influenciando politicamente as decisões dos nobres e aristocratas. É relevante também entender por que a igreja católica mantinha prostitutas em suas abadias na França durante a Idade Média e como as prostitutas serviam de espãs do Terceiro Reich.

Assim, estudar os grupos dissidentes ou derrotados começou a ser visto como necessário e urgente para entendermos melhor os movimentos da dita "alta cultura e baixa cultura". Outra mudança significativa tem a ver com as recentes políticas de inclusão que estão mobilizando significativamente a pesquisa histórica sob novas perspectivas. O crescente ingresso, tanto de alunos quanto de professores, negros/as, indígenas, LGBTQIA+, oriundos de camadas populares nos espaços universitários, também tem produzido deslocamentos nas abordagens de pesquisa e nos modos de se fazer história.

Calabria (2023) enfatiza que o desenvolvimento contumaz de uma série de aportes tecnológicos, facilitadores e desafiadores canais de comunicação, tem igualmente nos mobilizado, abrindo outras possibilidades de uso e criação das

pesquisas nas esferas digitais com grupos marginalizados pelo núcleo mais ortodoxo da História.

A pesquisadora também destaca o crescimento da história oral como uma plataforma de ação e um campo que se institucionaliza e reposiciona nossos trabalhos, amplia as possibilidades de abordagens narrativas sobre e com grupos dissidentes, impulsiona novos engajamentos, questões e demandas ao pesquisador, desafiando-os a buscar novos espaços de atuação (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016; Mauad; Santhiago; Borges, 2018).

Minha tese buscou ouvir as vozes de um grupo que é marginalizado, socialmente e culturalmente desprezado, perseguido ao longo de séculos precisamente e fortemente, com o avanço do cristianismo e do capitalismo: as prostitutas. Utilizar a história oral⁸⁹ como norte metodológico, me abriu novas fronteiras para contar um pouco da vida e trajetória dessas mulheres que trabalharam nos prostibares durante a década de 1980 em Tucuruí, e na segunda década do século XXI na cidade de Altamira.

Ainda citando o trabalho de Calabria (2023, p. 64), a pesquisadora afirma que com o avanço e consolidação da história oral em nosso campo, dificilmente imaginamos, de pronto, o ofício do historiador em uma entrevista com gravador ligado, em interação horas a fio numa comunidade quilombola, em um museu, em um centro cultural, em uma aldeia indígena ou em uma zona de prostituição.

É impensável como ainda imaginamos com tanta dificuldade a circulação e a produção historiográfica em espaços não convencionais na íntima conexão com a vida social e cultural em tempos de internet em altíssima velocidade e a beira da nova era, em que a computação quântica vai inaugurar, muito em breve, novos horizontes em todas as áreas do conhecimento humano.

Durante o período de entrevistas, foi possível ter contato com 50 mulheres que trabalham diretamente com a prostituição na UHE Tucuruí (10 prostitutas) e na UHE Belo Monte (40 prostitutas). Essas mulheres tinham entre 18 e 65 anos, mas por

⁸⁹ Calabria (2023) fala que o projeto de história oral utiliza as contribuições de José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda (2020) acerca dos caminhos de abordagem de uma pesquisa, de valorização das experiências individuais por meio de um relato integral e singular e da valorização da historicidade de uma vida. De forma mais ampla, utilizando a história oral como método, enquanto um conjunto de procedimentos desde a condução e gravação de entrevistas, transcrição e arquivamento à devolução, abarcando uma série de questionamentos éticos na relação de comprometimento com os entrevistados. Como principais referenciais, a autora destaca: Alberti (2013), Meihy (2005) e Portelli (2016).

questões de sigilo e segurança, as suas identidades serão preservadas. Ao narrarmos suas trajetórias de vida utilizaremos pseudônimos de pedras preciosas.

Temos uma notória discrepância no número de entrevistas realizadas nos dois locais. Essa discrepância é fruto do período de tempo entre as duas grandes obras, pois a UHE Tucuruí foi construída na década de 1980 e a UHE Belo Monte entre os anos de 2011 e 2019. Muitas prostitutas que trabalharam nos prostibares da UHE Tucuruí estão idosas, algumas com problemas mentais por conta do abuso de álcool e drogas e outras já faleceram, de acordo com a minha pesquisa de campo.

No momento em que as profissionais aceitavam participar da entrevista, elas eram apresentadas às pedras preciosas disponíveis para suas escolhas, essas seriam as representações de suas identidades. As pedras preciosas já escolhidas eram automaticamente retiradas da lista. Dentre essas 50 mulheres, foram escolhidas duas que trabalharam em prostíbulos durante a construção da UHE Tucuruí e duas que trabalharam em prostíbulos durante a construção da UHE Belo Monte. Aqui, elas terão suas narrativas trabalhadas mais detalhadamente por dois motivos deveras relevantes: essas possuem mesma faixa etária, classe social e características étnicas e o fato delas não estarem satisfeitas com suas aparências físicas.

Durante a minha pesquisa de campo, tive a chance de conversar com diversas prostitutas que atuavam no baixo e no alto meretrício. Mas foi na cidade de Tucuruí que tive a chance de entrevistar uma prostituta que viveu os dois mundos: o lado glamoroso da prostituição, sendo paga para realizar programas com homens da alta sociedade, os conhecidos “endinheirados”, como políticos, banqueiros, engenheiros, médicos, advogados, comerciantes entre outras figuras proeminentes; como também sendo paga por homens trabalhadores com salários inferiores e sem grandes status, que estavam na cidade pelos mais diversos motivos.

Diamante foi o pseudônimo escolhido por essa mulher que chegou à cidade de Tucuruí com apenas 16 anos de idade, oriunda da cidade de Pau Grande, no Estado de Goiás. Diamante frequentou os melhores prostíbulos no então epicentro da prostituição na cidade de Tucuruí, a famosa Rua Assis de Vasconcelos, popularmente chamada de “Escorre água”. Frequentou também o “igrejinha”, um bordel considerado na época como o bordel mais elitizado no fim da década de 1970, início da década de 1980, no auge da construção da UHE Tucuruí.

Diamante é considerada por muitas pessoas que entrevistei em Tucuruí, como a prostituta mais bonita entre todas que ali trabalharam. Ela era uma mulher com cerca de 01 metro e 50 cm de altura, caucasiana, pernas torneadas, quadris largos, seios

pequenos e cabelos lisos, que variavam entre o preto e loiro de acordo com o seu desejo.

Em seu relato, Diamante explica que prefere ter os cabelos na cor natural, que era preto, mas que por conta das predileções de seus clientes, acabou tendo que pintar algumas vezes de loiro. Seu relato corrobora com outros relatos de prostitutas que atuaram em Tucuruí durante o período de construção da UHE Tucuruí. Diamante também nos contou sobre os maus tratos que sofria da polícia local, que constantemente fazia batidas policiais nos prostíbulos em buscar de entorpecentes, menores de idade e foragidos da lei. Ela relata que, por muitas vezes, foi levada e violentada, assim como outras tantas prostitutas, por policiais. Esclarecendo que não cabe a mim, como pesquisador, fazer juízo de causa, ou de provar se realmente se houve tais maus tratos, cabendo apenas relatar aqui as narrativas de minhas informantes. Diamante relata que:

Doutor, cansei de ser arrastada dos puteiros pelos policiais quando trabalhava na vida. Eles iam nos puteiros, eu tentava me esconder e tinha uma janelinha no quarto que eu trabalhava que eu subia numa mesa e cadeira e sai para fora do quarto correndo. Eu era magrinha e pequena, por isso dava pra correr de lá. Mas outras vez, não dava sorte não. Fui presa e eles me usavam dentro dos carros da polícia antes de me deixarem ir embora. Poucas vezes, eu ia parar na cadeia da delegacia. A maioria das vezes, eu era só usada pelos policiais e mandada embora. Logo que a vida me jogou na prostituição, sempre que essas situações aconteciam eu ficava com um aperto no coração, eu sempre fui sozinha na vida, não tinha quem me protegesse. Com o tempo, a vida me obrigou a conviver com os abusos e seguir adiante em busca de alguém que pagasse pelo sexo comigo em seguida. Afinal, meu salário dependia da quantidade de homens que eu atendia⁹⁰ (informação verbal).

A violência e a coerção contra as prostitutas já fazem parte do cotidiano delas, ao logo da história. No capítulo III da presente tese, essa violência é constantemente reafirmada pelo Estado, seja por meio de seu aparato de segurança, no caso da violência física, seja por leis que aprofundam ainda mais o já enorme abismo que mantém a figura da prostituta ainda mais suscetível à sua própria sorte, assim, como a violência psicológica que estas também sofrem diariamente nas ruas, na mídia e dentro dos seus lares.

Então, como esclarecer e compreender esses episódios de violência, que foram narrados por elas e que ocorreram no início da década de 1980 numa cidade no meio da Amazônia, em Tucuruí, onde vivia um contingente de trabalhadores gigantesco e tantos outros problemas de infraestrutura, abastecimento e crimes, se

⁹⁰ Diamante, entrevista realizada em 05 de setembro de 2022.

esse tipo de informação de violência e estupro de prostitutas se quer iria parar nos relatórios oficiais da polícia local? Não obstante, ainda havia o preconceito e violência física e psicológica que essas prostitutas sofriam por parte daqueles que deveriam aconselhá-las, reconfortá-las, protegê-las e talvez, “resgatá-las” dessa vida de pecado.

Em 1980, a igreja católica tinha um enorme prestígio nas cidades do interior do Estado do Pará. Trabalhos como de Sarges⁹¹ (2011), Cruz⁹² (2014), Macedo e Sousa⁹³ (2016) trazem à baila essa influência da Igreja Católica nos espaços urbanos das cidades amazônicas.

As famílias, de modo geral, criavam seus filhos dentro dos preceitos e dogmas da Igreja Católica e de outras denominações. Havia um respeito e um poder que era emanado das igrejas, principalmente da Católica apostólica romana diretamente nas vidas dos moradores da cidade de Tucuruí e de tantas outras cidades paraenses. A igreja era, grosso modo, responsável por ditar as regras da “boa moral e bons costumes”.

Na minha pesquisa, busquei apontar fatos ocorridos e testemunhados por moradores da cidade de Tucuruí nas décadas de 1970 e 1980. Fatos esses que me foram narrados não somente por prostitutas que trabalharam em Tucuruí, mas por clientes dos bordéis que entrevistei, e por moradores mais antigos da Rua “Assis de Vasconcelos”.

Não foi possível localizar documentos da época que corroborem com os depoimentos dos meus informantes sociais. Contudo, havia uma proibição pactuada verbalmente, que desautorizava as prostitutas de frequentarem as igrejas e interagir com as mulheres de família ou mulheres de bem. Havia uma segregação velada dessas mulheres que, por não terem outra opção de exercerem a sua fé, elas acabavam tendo de participar das missas dominicais na calçada lateral da Igreja de São José.

Da calçada lateral, as prostitutas, ouviam e viam as pregações dos padres pelas janelas laterais da igreja. A fotografia 21 demonstra bem a posição que essas prostitutas ocupavam na Rua Assis de Vasconcelos. Elas não podiam nem mesmo

⁹¹ Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1009/10063>. Acesso em: 21 dez. 2023.

⁹² Disponível em: Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 02, n. 04, p. 122 - 145, jul./dez. 2014.

⁹³ Disponível em:

<https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/download/100/78/317>. Acesso em: 21 dez. de 2023.

assistir à missa no mesmo lado da calçada da edificação, conforme indicado Na figura 23. Elas ficavam do lado oposto da rua lateral da Igreja, pois a simples presença visual dessas mulheres não era tolerada pela comunidade que ali congregava-se.

Fotografia 21- Calçada onde as prostitutas podiam acompanhar as missas em Tucuruí nas décadas de 1970 e 1980



Fonte: acervo pessoal do pesquisador.

O relato de Diamante traz mais detalhes da violência psicológica que essas prostitutas viveram na cidade de Tucuruí durante a construção da UHE Tucuruí:

Essas trabalhadoras sexuais enfrentavam um ambiente extremamente perigoso e vulnerável, em que a violência podia ocorrer a qualquer momento. A falta de estruturas de segurança adequadas e a marginalização social da atividade de prostituição tornavam ainda mais difícil a busca por proteção e justiça para essas mulheres.

As incontáveis violências físicas cometidas por clientes contra as prostitutas, agressões e ataques à integridade física causadas por outras profissionais do sexo que estavam insatisfeitas por perderem clientes para pessoas mais jovens e fisicamente atraentes destacam o lado mais sombrio da indústria do sexo na cidade de Tucuruí na década de 1980.

Além disso, ouvi relatos de violência policial por parte de agentes públicas que teoricamente eram responsáveis por garantir a segurança de todos sem discriminação. É desanimador ver que até mesmo a Igreja Católica, que deveria servir como um refúgio para as “almas perdidas”, conforme mencionado no cristianismo para mulheres que vivem na prostituição, falhou em oferecer um espaço seguro.

Por fim, algumas esposas insatisfeitas optavam por culpar as prostitutas pela falta de fidelidade de seus maridos e parceiros. Esses problemas demonstram os desafios complexos e multifacetados enfrentados pelas trabalhadoras do sexo em suas vidas diárias em Tucuruí. Esses relatos evidenciam a parte violenta da prostituição e o impacto dos grandes projetos na região amazônica.

Devido ao vasto território e às dificuldades de acesso às vilas e pequenas cidades, estabelecer uma presença governamental forte nessas áreas é um processo complexo. Nesse contexto, a violência e o crime frequentemente se instalam, criando fontes paralelas de poder que dominam comunidades inteiras. A cidade de Tucuruí, na década de 1980, não foi exceção a esse padrão. O estado do Pará continua sofrendo com disputas violentas por terras, ouro e poder, e o ramo da prostituição deve acompanhar novos momentos do Estado.

Diamante deixou a vida da prostituição em 1989, após se casar com um pastor evangélico. Seu marido está ciente de seu passado, mas isso não foi um obstáculo para o casamento, nem para formarem uma família juntos. Atualmente, Diamante reside em Porto Velho, onde ela se dedica a pregar o evangelho e compartilhar sua história de vida, como um testemunho inspirador na igreja evangélica onde ela também exerce o ministério pastoral.

4.4 Rubi: Relatos da prostituição na UHE Belo Monte

Do ponto de vista econômico, sua condição [prostituta] é simétrica à da mulher casada. [...] Para ambas, o ato sexual é um serviço; a segunda é contratada pela vida inteira por um só homem; a primeira tem vários clientes que lhe pagam tanto por vez. Aquela é protegida por um homem contra os outros, esta é defendida por todos contra a tirania exclusiva de cada um. Em todo caso, os benefícios que tiram de seu corpo são limitados pela concorrência; o marido sabe que poderia ter tido outra esposa: o cumprimento dos “deveres” não é uma graça, é o cumprimento de um contrato.

(Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, 1988. v. I. p. 362).

Ao falar de prostituição em grandes projetos Hidrelétricos na Amazônia paraense, utilizar a História Oral é uma espécie de reparação histórica para com essas prostitutas, uma vez que em muito do que já foi produzido no estudo historiográfico,

elas eram vistas apenas como objeto, mas a partir da utilização da história oral, prostitutas se tornam protagonistas de suas próprias histórias ao darem suas próprias vozes aos fatos.

Meihy (2015, p.76) explica que é imprescindível dialogar com as vozes dessas prostitutas “[...] das prostitutas no concerto analítico que preza seus testemunhos. Quando negamos o protagonismo a essas mulheres, nosso trabalho não é nada além de mais um silenciamento. Morgante e Nader (2021, p. 69) dizem que: “a historiografia, sem o protagonismo dos implicados nessa atividade, é passível de se tornar 'outro' – mais um – discurso autoritário”.

As autoras ainda afirmam que apesar da emergência e da crescente produção historiográfica colocando as mulheres enquanto sujeitas de estudo da história, principalmente a partir da década de 1960 no Brasil, no âmbito dos estudos sobre a prostituição, são raros os trabalhos que colocam as próprias mulheres como sujeitas de suas histórias por meio da análise de suas narrativas e de suas percepções pessoais sobre suas experiências dentro do comércio do sexo.

As pesquisas de Magali Engel (2004), Margareth Rago (1991), Juçara Luzia Leite (2005), Antônio Paulo Benatti (1996) e de Maryana Cunha Ferrari (2008) são alguns exemplos de produções históricas que se debruçam sobre os discursos, as representações, o imaginário e as políticas construídas em torno do universo prostitucional em determinadas regiões do país. São de extrema relevância para entendermos melhor como a prostituição se reinventa e se adapta às mais adversas circunstâncias.

Acredito que dar voz aos relatos de vida de mulheres que estão à margem da sociedade, por meio de seus relatos de vida, é comprimir com o papel não só de historiador, mas de partícipe de um grupo de indivíduos que buscam, por meio das ciências sociais, implodirem preconceitos, derrubar barreiras e, quem sabe, assim, minimizar ao máximo as mazelas sociais que as prostitutas historicamente vem sendo submetidas.

Posto isto, vamos dar voz à Rubi, uma mulher de 31 anos, sem filhos, católica e que está na profissão há mais de 14 anos. Nascida e criada na cidade de Belém do Pará, Rubi veio de família de baixa renda residente no bairro da Pedreira. É filha de pais separados e tem apenas uma irmã. Devido à baixa oferta de empregos no local onde morava, e com pouca especialização que a destacasse no mercado de trabalho, Rubi se mudou para outra cidade.

A cidade escolhida foi Altamira, que estava com um grande empreendimento local e oferecia uma oportunidade de ganhos financeiros rápidos sem que ninguém a perguntasse sobre sua experiência de trabalho. Seu corpo caucasiano, seus olhos castanhos escuros, cabelos pretos com mechas loiras, 1,60 de altura e 52 kg de peso era tudo que ela precisava.

Alguns fatores são deveras decisivos para o ingresso de mulheres no comércio da prostituição, e Rubi claramente os tinham. De acordo com os dados da minha pesquisa etnográfica, a maioria das mulheres que entrevistei, cerca de 89%, apontaram a pouca exigência de qualificação intelectual, fácil ingresso e horários alternativos e o mais relevante de todos, uma oportunidade de obter valores substanciais a curto prazo como motivos para entrarem no mundo da prostituição.

Outro fator bem recorrente é a presença de um membro da família que já se encontra inserido no comércio da prostituição. Rubi relatou que sua irmã mais nova foi quem a convidou para fazer programas. Entretanto, esses fatores aparentemente simplistas não corroboram para tornar a prostituição uma atividade laboral fácil, muito pelo contrário, os relatos que coletei durante as entrevistas com prostitutas revelaram-me o lado mais sombrio dessa profissão. A narrativa abaixo foi feita por Rubi referente a si própria, à escolha e ao seu ingresso na prostituição. Nesse relato, é possível observarmos o papel de um homem mais “velho”, recorrente nos discursos da maioria das prostitutas que eu entrevistei durante minha pesquisa etnográfica.

Minha família, tirando a minha irmã, não sabe que eu tô aqui fazendo programa em Altamira, eles acreditam que tou trabalhando como manicure. Se eu contar para meus pais, minha vida vai virar de cabeça pra baixo! Eu vim de uma família bem doida, mas e se eu contar como ganho meu dinheiro aqui, minha velha vai me matar! (risos). Minha irmã mais nova foi que me chamou um dia para sair com um velho que ela curtia e o velho pediu para ela arrumar uma novinha para um amigo dele. Tudo mentira daquele filho da puta! Marcou tudinho se fazendo passar pelo amigo dele, e quando cheguei era ele mesmo. A grana era boa, então não vi problema. Tô trabalhando aqui na mora, de boa na lagoa. Antes de vim trabalhar aqui em Altamira, minha vida era normal. Eu tinha um namorado que às vezes bancava umas coisas. A parada que eu tive com o velho era só para ganhar um extra mesmo⁹⁴ (informação verbal).

A presença do velho na narrativa de Rubi revela uma figura muito presente no cotidiano da prostituição. O velho é geralmente o lexema utilizado pelas prostitutas para definir homens de 50 anos de idade para frente, que são normalmente profissionais bem-sucedidos, casados ou divorciados, com bons empregos e bem

⁹⁴ Rubi, Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2022.

estabelecidos financeiramente. São também chamados de Patrão, coroa, tio, velho da lancha entre outros.

São figuras que se apresentam como alternativa de renda garantida para algumas jovens prostitutas, ou para prostitutas com faixa etária acima de 40 anos, que são consideradas como mulheres muito experientes, porém com significativa diminuição no número de programas diários e semanais por conta da sua faixa etária.

O “velho” como uma categoria de cliente específica aparece nas entrevistas com mulheres nos mais diversos contextos de prostituição. Sobre esse assunto, podemos apontar os estudos de Gaspar (1985), Fonseca (1996) e Piscitelli (2011), Araújo (2018). Em um estudo realizado em Porto Alegre, Fonseca (1996) constatou que é o sonho de muitas prostitutas de baixa renda era conseguir um velho que as ajudasse com dinheiro ou presentes.

O velho é uma “figura que não somente deve ser enganado, como também deve explorado” (Fonseca, 1996, p. 24). Araújo (2018, p. 65) explica que o termo “velho” foi utilizado para elucidar uma modalidade de clientes que oferecem presentes, ajudam as garotas de programas tornando-se “fregueses” dessas profissionais e pagando-as generosamente pelos programas.

Em conformidade ainda com a pesquisa de Fonseca, a figura do “velho que ajuda” não se confunde com a posição de marido. De fato, trata-se de alguém que nutre a ilusão de ser o único, ou pelo menos o privilegiado no que diz respeito aos afetos da prostituta. O papel do Velho na vida de Rubi foi um atrativo, assim como para a vida de sua irmã mais jovem, para a permanência delas na prostituição.

Foi essa figura do Velho que as apresentou as convidou a permanecer na prostituição. Como já vimos anteriormente em minha tese, o sexo com mulheres mais jovens é mais bem remunerado. Cerca de 82% das prostitutas que entrevistei relataram que têm/tiveram essa figura do Velho em suas vidas pregressas. Geralmente, elas são apresentadas por membros da família, colegas de escola/trabalho, academias de ginástica; atualmente, muitas são aliciadas dentro da grande rede de computadores mundial.

Dentro da narrativa de Rubi – assim como nas narrativas de inúmeras prostitutas com quem tive contato ao longo de dois anos de pesquisa etnográfica –, o preconceito e a culpa por atuarem numa atividade que, ao longo da história é claramente alvo de discriminação por nossa sociedade, acabaram levando-a a transitar entre duas realidades ou cenários diferentes.

O primeiro cenário criado foi o cenário irreal ou fictício, quando a profissional afirma para seus familiares que trabalhava como manicure na cidade de Altamira. Para manter esse cenário, era preciso inventar local, detalhes dos clientes e pessoas existentes no suposto trabalho. Já o segundo, era o cenário da realidade, da vivência da prostituição em si, da violência e do medo de ser descoberta por seus familiares.

A criação de um cenário irreal é a justificativa primordial se a proteger do julgo de seus familiares inicialmente e, em um segundo momento, proteger seus familiares do julgamento alheio. Silva (2004) afirma que as profissionais do sexo utilizam artifícios fictícios também para que a sua profissão não as prejudique ou denigre seus outros papéis sociais de mãe, esposa, filha, entre outros.

A duplicidade de identidade profissional dessas mulheres é muito comum na prostituição; é o modo encontrado por elas para se preservarem. As mulheres que nela adentram preferem manter em sigilo da sua história e a sua real condição, por medo de ferirem suas famílias ou ainda de serem rejeitadas socialmente (Andrade, 2015, p. 66).

Rubi, mesmo com tantos anos trabalhando como prostituta, mostrou-se resiliente, buscava viver uma vida convencional quando estava longe de seu trabalho. Sempre que possível, escondia sua profissão, buscava socializar e compartilhar momentos de lazer ao lado de sua família em todas as oportunidades em que ela deixava sua dura realidade em Altamira e visitava sua família em Belém-PA, geralmente entre os dias 20 e 29 de cada mês.

Esses dias eram considerados de baixo fluxo de dinheiro dentro dos bordéis. Dia 20 era muito distante do dia do pagamento dos barrageiros, que ocorria nos primeiros dias úteis de cada mês. Já dia 29 era muito próximo do pagamento seguinte dos trabalhadores da UHE Belo Monte, então era hora de Rubi retornar para a sua realidade em Altamira.

No trecho abaixo, podemos notar que Rubi, apesar de esconder de sua família e amigos sua profissão, ela não vê qualquer problema em exercê-la. No mesmo trecho, encontramos recorrentemente a mesma comparação que tantas outras prostitutas fizeram durante as entrevistas entre os seus ganhos com os ganhos de outras mulheres que exercem outras profissões.

Não vejo problema em ser da vida, não. Eu ganho melhor que muitas que se matam o mês todinho para ganhar uma miséria de salário. Eu faturei muito dinheiro na época da barragem. Eu, um dia estava precisando levantar uma grana rápida. Fiz uma promoção. Dei para 15 caras diferentes numa noite de sábado que era pagamento dos funcionários da CCBM! Lembro que era julho

de 2014. Saí do puteiro com uns R\$ 1.200,00 em dinheiro. Mas tive de passar um creme pra assadura nas partes de tão inchada que ela ficou (risos). Não dei conta de trabalhar no domingo. Quem é a assalariada que ganha isso num dia esfregando a barriga no balcão dessas lojas de comércio? (informação verbal)⁹⁵.

O volume de dinheiro em grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense alcança a casa dos bilhões de dólares; para que tudo funcione, necessitam de contingente gigante de pessoas. A mão de obra é majoritariamente formada por homens oriundos das cidades paraenses, e alguns poucos trabalhadores estrangeiros. Homens que estavam longe de suas famílias, longe de suas esposas/companheiras, divorciados, muitos solteiros, e buscavam em Altamira o que precisavam.

Esses trabalhadores iam até a cidade de Altamira fazer compras, buscar lazer e para acessar a rede de prostituição que se criou na cidade por conta da obra que seguiu a lógica mercadológica da procura e oferta. Artigo da Agência Brasil publicado em 2014 revela que, em Belo Monte, grande parte dos trabalhadores buscava prazer rápido e fácil. Em conversa com um dos empresários do ramo do sexo na região de Altamira, expõe que “[...] para eles [funcionários de Belo Monte], essa [prostituição] é a diversão que melhor alivia o estresse do trabalho pesado. Tem muito cara sozinho na cidade. Carente mesmo” (Peduzzi, 2012).

As prostitutas fazem parte do grande “circo” que segue o rastro do dinheiro em grandes projetos de infraestrutura na Amazônia como um todo, não somente em terras tupiniquins. Circo este composto por proxenetas, pequenos comerciantes de bebidas e artigos de primeira necessidade, traficantes de drogas e armas entre outros personagens. Essa mistura, somada a muita procura e pouca oferta de sexo, fez com que, assim como Rubi em seu relato acima citou, outras mulheres adentrassem no circuito da prostituição em Altamira, já que o volume de dinheiro ganho em apenas uma noite de um final de semana era o dobro do valor que uma trabalhadora assalariada levaria um mês trabalhando por oito horas diárias no comércio local.

Toda essa oferta de dinheiro “fácil e rápido” que a prostituição promete acabou levando muitas mulheres trabalhadoras do comércio local de Altamira, e até mesmo de algumas funcionárias dos serviços gerais, do setor administrativo e da cozinha da CCBM, a fazerem um trabalho extra como prostitutas durante os finais de semana.

⁹⁵ Rubi, fragmento da entrevista realizada em 21 de dezembro de 2022.

Os ganhos financeiros eram tentadores, tanto para as prostitutas institucionalizadas, quanto para as mulheres que comercializavam seus corpos para complementar a renda, que se autovinculavam “putas freelanceiras”. É o grande capital agindo de forma silenciosa, exercendo sua influência para que o maior número de mulheres entrasse na ciranda do mercado da comercialização de corpos.

Na visão dominante dos grandes capitalistas, os serviços sexuais realizados pelas mulheres fazem parte da engrenagem da manutenção indireta e indispensável dessas grandes obras, que apesar de não serem considerados no processo de trabalho, são utilizados como estratégia de controle dos trabalhadores. Trata-se de uma pretensa natureza da necessidade sexual masculina que institucionaliza o que Falquet (2014) denominou de necessidade social da prostituição (Barroso, 2014, p. 96).

A visão que temos sobre a prostituição advinda do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é que as mulheres são mais uma mercadoria de entretenimento para distração dos operários. O Estado não toma qualquer medida para coibir a prostituição, e nem há programas de proteção às mulheres nesses espaços (Movimento dos atingidos por barragens, 2013). O MAB ainda denuncia que a instalação das barragens estimula a violência e o tráfico de mulheres, problemas que acontecem com conivência das empresas e envolvem em geral pessoas de alto poder aquisitivo e político nas regiões.

Nesse contexto de grandes projetos, a prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual ou de apropriação individual do corpo das mulheres, mas sim como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas (Moreno, 2015 *apud* Barroso, 2014). O que temos, muitas vezes, é a culpabilização ou responsabilização da prostituta, que passa a ser vista como uma figura gananciosa, preguiçosa e desprovida de pudor. Ignorando, portanto, os clientes e as instituições que as agenciam.

Não estamos aqui discutindo culpados e inocentes. Nosso intuito é justamente apresentar todos os lados da moeda. Não vemos as prostitutas como coitadas, meras pobres infelizes usadas pelos trabalhadores dos grandes projetos ou como usurpadoras que utilizam seus corpos para obterem lucro e destruírem vidas e famílias. A lógica patriarcal e a lógica capitalista se fundem na prostituição.

Buscamos a lucidez dessas relações ao buscar entender que existe uma relação de trabalho entre esses personagens, pontuando que não temos como foco discutir exploração sexual em grandes projetos, mas a prostituição

“institucionalizada”, como apresentamos no capítulo introdutório de minha tese. A política sexual da prostituição demonstra, sociologicamente, o caráter interclassista dos demandantes e a composição feminina e sem recursos daquelas que exercem a prostituição (Boro, 2017).

Prostitutas como Rubi, que trabalhou normalmente como prostituta, nos apresenta, por meio de suas narrativas, o lado de dentro do dia a dia da prostituição, dos *modus operadi*. Em certo trecho, ela relata: “[...] Lembro que era julho de 2014. Saí do puteiro com uns R\$ 1.200,00 em dinheiro, mas tive de passar um creme pra assadura nas partes de tão inchada que ela ficou (risos). Não dei conta de trabalhar no domingo [...]”.

A fala de Rubi corrobora com o que Moreno (2015) explica sobre a situação de mercantilização do corpo das mulheres em prol do lucro de grandes corporações ou do Estado na Amazônia. O autor aponta para o mercado como órgão regulador, soberano das relações sociais, ou para o que Chesnais (1996) nomeou de “[...] triunfo da mercadorização [...]”, em que o “[...] fetichismo da mercadoria [...]” (Marx, 2013) é total.

O desejo dos operários da CCBM é por sexo fácil e desburocratizado, uma vez que não poderiam manter laços afetivos com mulheres na cidade de Altamira por dois motivos bem claros: por serem casados e terem família em suas cidades natais e por terem regime de trabalho pesado e longas distâncias dos canteiros de obra. Os operários da CCBM buscavam por sexo fácil e desburocratizado sempre que tinham a oportunidade de ir às cidades-sede como Altamira e Brasil Novo, que ficavam cerca de 15 Km de distância dos alojamentos dos trabalhadores da CCBM.

Durante minhas pesquisas etnográficas nos prostíbulos de Altamira, conversei com muitos homens que ali frequentavam em busca de sexo. As falas desses homens eram recorrentes a respeito do tipo de relação que eles ali buscavam:

Eu não tenho culhão para ficar adulado mulher para foder. Trabalho pra caralho a semana toda no sol quebrando pedra no meio de um monte de macho fedorento da porra. Quando chega o fim de semana, eu só quero tomar a minha gelada em paz e comer uma bucatinha limpinha e cheirosinha sem frescura de tá pagando roupa, sapato e maquiagem para mulher ou sair para bar, restaurante, pagar cerveja, comida e no fim a mulher dizer que não quer foder. Prefiro as primas mesmo, que chego, escolho, pago e fodo sem frescura (risos) e elas ainda fazem com gosto, te fazem único naquele momento⁹⁶ (informação verbal).

⁹⁶ Fragmento da entrevista realizada em março de 2022 com T1.

Borroso (2017, p. 90) aponta que na sociedade burguesa, acredita-se que a violência contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado, mas do sistema patriarcal-racista-capitalista, que conforma as relações hierárquicas sociais nessa sociabilidade. Parte-se da perspectiva de que não há separação entre a exploração capitalista e a dominação patriarcal e racista, mas uma imbricação entre esses sistemas.

Ainda analisando a fala do entrevistado T1, notamos claramente esse sistema patriarcal sendo colocado à mesa. Com ideias e opiniões formadas, T1 enxerga a mulher como um produto a venda disponível para o bel-prazer do homem que aluga aquele corpo por um determinado tempo, o que chamamos de mercadorização do corpo no capitalismo.

Cobo⁹⁷ (2017) enfatiza que a indústria do sexo “é pilotada pelas lógicas econômicas que governam o capitalismo global. Só isto explica os enormes esforços que estão sendo feitos para que o acesso sexual ao corpo das mulheres seja percebido como um assunto de consumo para os varões e de livre escolha para as mulheres prostituídas. O imaginário coletivo, resultado em muito boa medida das estruturas de poder patriarcais e capitalistas, oferece a imagem da prostituição como um ato livre delas e um ato de consumo deles.

Ainda citando Cobo, as elites dominantes tentam fazer com que a prostituição seja vista como um contrato livre entre duas partes que estão igualmente interessadas em firmá-lo. Tanto o relato de Rubi quanto de T1 apresentam fortemente traços que revelam que o capitalismo triunfa em sua missão de normatizar as relações entre prostitutas e clientes. Rubi reforça essa imagem dentro da lógica mercadológica que a faz entender a prostituição:

Sou muito nova ainda para pensar em amor ou pensar em brincar de casinha com macho liso, ter filho e depois ver meu marido comendo puta pela rua, tendo amante e me deixando em casa fodida com criança chorando! Depois, eles tudo vão embora, deixando a gente que é mulher com uma miséria de pensão, isso quando dão pensão e quando assumem. Eu não vou perder minha juventude e beleza pensando em amor, infelizmente o mundo é assim e eu preciso aproveitar minha beleza e minha juventude para me sustentar e fazer algo por mim e pela minha família. Eles têm o dinheiro que eu quero, e eu tenho o prazer que eles querem e a companhia fora de casa que eles dizem precisar. Então, tá tudo pelo certo! A vida é das espertas (risos). Quando fodo com um cara, e ele vem com esse papo errado de me tirar do puteiro todo emocionado, eu mando logo ele parar de ser emocionado. Falo para ele que sou mulher cara e que só ter vontade não é suficiente pra ficar

⁹⁷ Rosa Cobo, *La prostitución en el corazón del capitalismo* (Catarata). Abaixo, reproduzimos o capítulo intitulado “A indústria internacional do sexo”, publicado por InfoLibre, 22-05-2017. A tradução é do Cepat.

comigo, pra fica comigo precisa ter dinheiro antes de tudo. Aqui em Altamira já apareceu muito homem querendo casar comigo, mas nenhum que tivesse dinheiro suficiente pra me tirar da vida e me dar o que eu mesma me dou⁹⁸ (informação verbal).

O capitalismo coloca preço tanto nos bens de consumo quanto nas pessoas, com a ideia de que se o corpo é meu, eu posso vendê-lo quando e por quanto eu quiser. A lógica dessa relação de oferta e procura, seja de bens de consumo ou de pessoas, tem no dinheiro o seu meio de troca. Quem tem dinheiro compra, em tese, tudo que quiser: amor, sexo, corpos, bens materiais, e quem não tem, se diz apto a vender amor, sexo e seus corpos, por exemplo, acaba obtendo valores financeiros, como no mercado capitalista.

O dinheiro é visto como um passaporte universal para a felicidade. Analisando parte da entrevista de Rubi em que ela afirmar que eles têm o dinheiro que ela quer e ela o prazer que eles querem e a companhia fora de casa que eles dizem precisar, podemos citar a obra "O Capital", Karl Marx, em que ele representa a lógica do mercado a partir de uma tríade: mercadoria, trabalho e valor.

Para Marx, estes elementos devem ser analisados sob dois aspectos: o valor de uso (estágio natural do valor da mercadoria) e o valor de troca (estágio modificado do valor da mercadoria). Assim, o corpo de Rubi se torna uma mercadoria que pode ser vendida ou alugada, e esta venda ou aluguel seriam considerados, portanto, um trabalho, já que a prostituta é paga geralmente por hora de trabalho sexual. Em ambas as hipóteses, o dinheiro é o que pode dar acesso àquele corpo e ao prazer que ele (o corpo) é capaz de oferecer.

Essa relação entre o capital e o poder é muito clara no relato de Rubi, quando ela diz que não quer "macho liso", logo depois fala de "pensão alimentícia" e que ela é uma mulher "cara". Aqui percebemos a influência do capital nas relações humanas e a liquidez das relações dentro da pós-modernidade ou modernidade líquida, conceito esse trazido por Bauman (2009).

Outra mudança significativa que notei durante as entrevistas que realizei com as prostitutas que atuaram em Tucuruí, e as que atuaram em Belo Monte, era a visão de que a prostituição era errada para as mulheres da década de 1980, visto que elas buscavam apenas uma saída para a sua condição de pobreza, pois, por sua falta ou baixa escolaridade, tinham poucas oportunidades de emprego e por isso buscavam na prostituição o sustento de sua prole.

⁹⁸ Rubi, fragmento da entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022.

A busca por um companheiro que as tirasse da prostituição existia nos planos das prostitutas de Tucuruí naquela década. Já no relato de Rubi, assim como em outros relatos de prostitutas em Altamira, a ideia majoritariamente estabelecida era a ideia de que a mulher não deveria cair nas “armadilhas do amor”, que casamento, filhos e relações duradouras, no fim, só trazem malefícios a elas

Dentro das narrativas das prostitutas de Belo Monte, as relações sociais estão cada vez mais precarizadas, o dinheiro é o elemento central das relações. Essa nova liberdade de comercializar seus corpos ainda é bastante embrionária. Para Bourdieu (1999, p. 14), a sociedade ainda estigmatiza o trabalho sexual por conta de a visão da vagina ser um fetiche, ser tratada como sagrada, secreta e ser um tabu. Em seu trabalho *La domination masculine*, de 1998, o autor explica que a estigmatização do comércio do sexo, tanto na consciência do senso comum como na letra do direito, é o que impede que as mulheres se entreguem à prostituição como um trabalho.

Essa estigmatização vem sendo superada por novas ideias de liberdades individuais que surgem com a maior liberdade sexual das mulheres que começa a partir da década de 1970 e vem ocorrendo até os dias presentes.

A prostituta tendo consciência de que seu tempo dentro da profissão é limitado e a consciência da concorrência com a chegada de prostitutas mais jovens no mercado, passam a ter uma visão mercantilizada do sexo. O amor romântico⁹⁹, como o conhecemos, deixa de ser um ideal para essas mulheres

Amor? Amor não tem, moço. Homem gosta é de ‘buceta’! Mulher gosta de dinheiro e boa vida! Quem gosta de homem é viado. Amor, só minha mãe tem por mim, e olhe lá (risos). Quero juntar um grana bacana, e me aposentar dessa vida! Não quero ficar igual a essas puta velhas de 50 anos na cara chupando pica e se vendendo por 20 reais. Quero comprar um teto para mim viver, um outro teto para eu alugar e um carrinho para dar umas voltas com os meus novinhos. Quero viver de renda e de ajuda do governo. Como já te falei antes, eu não quero marido para eu servir de empregada, corneada e com filho pra ficar chupando meus peitos e gritando nos meus ouvidos!¹⁰⁰ (informação verbal).

A ideia de construir uma família é vista como um completo caos para Rubi, especialmente no que tange à questão do casamento e da maternidade. Ela não

⁹⁹ A sociedade ocidental moderna tem o amor romântico como um fenômeno de massa, uma vez que faz do romance a base de relacionamentos amorosos. O amor romântico está ligado diretamente à ideia de “amor-perfeito”, uma crença medieval de que o amor verdadeiro entre um homem e uma mulher deve ser uma adoração extática. Esse ideal amoroso leva à frustração quando o indivíduo percebe que a fantasia é diferente da realidade do dia a dia. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1833/2/20366245.pdf>. Acessado em: 06 de dezembro de 2023.

¹⁰⁰ Rubi, fragmento da entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022.

apresentou qualquer intenção de ter filhos durante as entrevistas. Para ela, a vida é efêmera, e as relações parecem bastante superficiais. Talvez essa postura seja um reflexo da infância difícil que teve. Filha de pais separados, testemunhou todas as dificuldades que sua mãe teve para manter as duas filhas juntas, alimentá-las e educá-las.

Temos uma narrativa de Rubi em que ela relata que seu pai falava que não queria que ela tivesse filhos antes de se formar na faculdade, que filhos só atrapalham, e nas palavras de seu pai: “[...] teus peitos vão cair de tanto o moleque chupá-los, seu corpo vai ficar deformado e ninguém mais vai te querer feia e gorda com filho pendurado nos braços [...]”.

Cheguei aqui em Altamira junto com uma colega minha que tinha um canal para nós duas trabalhar aqui no Nerfeti. Eu era novidade e todos os caras me queriam. Mas eu escolhia com quem eu queria sair. Não saia com macho fedorento, sujo, feio, velho e desdentado (risos). Eu sou bonita, e tinha era fila para me comer. Tinha até gente grande da CCBM, engenheiro, sabe? Que mandava me buscar para fazer programa fora, nos hotéis da cidade. Eu tinha medo, sempre usava uma navalha dentro da minha bolsa para qualquer emergência. É lei do inferno aqui. Cobrava mais caro para sair do puteiro. Às vezes, fazíamos uns extras nos bares quando estávamos no dia de folga. Tinha uns caras diferenciados à noite na orla de Altamira. A gente ficava de olho nos carros quando chegavam. Se tivesse o capacete branco, era cliente com grana. Capacete verde era os fodidos (risos)¹⁰¹ (informação verbal).

O relato de Rubi sobre os trabalhadores da UHE Belo Monte nos mostra significados por trás dos capacetes dos quais ela fala. Os capacetes¹⁰² eram divididos em diversas cores, cada uma delas representa uma área e uma função, tipo de trabalho ou a hierarquia do trabalhador da CCBM que os utilizava: capacetes brancos eram de engenheiros, estagiários, técnicos, mestres de obras e encarregados; capacetes amarelos eram de visitantes; capacetes verdes eram dos serventes, operários, armadores; e capacetes vermelhos eram dos bombeiros, carpinteiros de forma.

Era exatamente essa a hierarquia de cores de capacetes que encontrávamos nos canteiros de obras em Belo Monte. Muitas prostitutas que entrevistei em Altamira, que eram freelances, reforçaram a mesma informação que Rubi nos apresentou em seu relato sobre as cores dos capacetes.

Dentro da dinâmica da prostituição, as profissionais exerciam a sua atividade buscando alternativas engenhosas como essa, para abordarem os clientes em

¹⁰¹ Rubi, fragmento da entrevista realizada em 22 de dezembro de 2022

¹⁰² Fonte: Guia de engenharia brasileiro. Disponível em: <https://guideengenharia.com.br/significado-das-cores-nos-capacetes>. Acesso em: 05 dez. 2023.

potencial nos bares, restaurantes e casa noturnas em Altamira, como observar os capacetes, obrigatório nos canteiros, que os homens os carregavam dentro de seus carros, na tampa do porta-malas e até mesmo pendurados em suas motocicletas.

A prostituição busca sempre novas ferramentas para contornar as adversidades que a vida social urbana lhe apresenta. Ademais, conseguir os melhores clientes era, grosso modo, uma forma encontrada por muitas prostitutas de fugirem dos *Fast Fodas* impessoais oferecidos nos prostibares de Altamira. Além disso, era uma oportunidade de fidelizar clientes generosos que as procuravam não apenas para a realização do coito, mas para outras atividades sociais.

França (2017), em seu estudo etnográfico na zona Boêmia de Belo Horizonte, explica que:

A fidelização de clientes é muito comum e alguns clientes frequentam a mesma prostituta durante anos. Essas relações podem envolver carinho, companhia (em diferentes *settings*, no hotel, no motel, no *shopping* para fazer compras, em bares ou restaurantes e mesmo na casa da família da prostituta ou do “cliente”), amizade, sedução, asco, prazer, “consideração” (Piscitelli, 2011), trocas de informações, amor. As diversificações dependem dos limites de cada mulher e das interações que ela desenvolve com clientes específicos. Mudanças nas práticas implicam muitas vezes modificações nas trocas econômicas [...] os encontros em que se buscam intensidade emocional e compartilhamento de intimidades sexuais, afetivas e informacionais são comuns. Percebem-se influências contemporâneas nas demandas dos clientes por serviços mais personalizados, em seus desejos de reciprocidade sexual (buscando o gozo sexual das prostitutas), na valorização do beijo na boca ou nas fantasias requisitadas, influenciadas por material pornográfico atual (França, 2017, p. 330).

A questão da escolha dos homens por meio da observação de seus capacetes apresenta uma forma de aprendizagem dentro das dinâmicas sociais entre prostitutas. Conseguir um cliente com um nível sociocultural mais elevado seria uma forma de garantir, mesmo que precariamente, um parceiro mais próspero, financeiramente falando, e ao mesmo tempo, um parceiro não apenas com maior habilidade sexual para o coito, mas um parceiro que as proporcionasse relações afetivas.

É importante salientar que as relações entre clientes e prostitutas são marcadas por uma “cultura emocional brasileira”. “Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 2006, p. 50). Partindo do conceito apresentado por Hall, muitas prostitutas e clientes brasileiros valorizam o carinho e a personalidade, mesmo tendo em mente que aquela relação tem como cerne as trocas comerciais entre os partícipes.

Rubi apresenta falas bem-marcadas dentro do discurso prostitucional, com o dinheiro falando sempre mais alto nas relações. Rubi teve sua primeira experiência sexual ainda jovem, com 14 anos, com o seu primeiro namorado da mesma idade. A visão que Rubi apresentou durante nossa entrevista, quando questionada a respeito do sexo, era de uma atividade que lhe causava dor, desconforto e nojo. Ela afirmou que, ao terminar a sua primeira relação sexual, perguntou ao seu parceiro: “Então, isso é sexo?”.

Às vezes, até aparece um filho de Deus que sabe foder. Mas, a maioria só sabe meter. Aqui em Altamira, só achei dois cabras que me fizeram gozar. Eu vejo esses caras pagando para foder e eu nem sinto nada. Fico pensando só no dinheiro que vou receber depois. Para mim a parada é direta. Dinheiro na mão, calcinha no chão (risos). Depois de um tempo fazendo isso, a gente fica fria, pensa apenas nas contas e nas coisas que vamos comprar no outro dia lá na rua com a grana que faturei. Eu já cheguei a dormir durante uma transa. O cara tinha o pau pequeno e me colocou de costa. Era tão pequeno que eu dormi. Acordei com ele reclamando que eu estava dormindo! Ele ficou muito puto¹⁰³ (informação verbal).

Em sua supracitada narrativa, Rubi nos apresenta um aspecto bastante comum em pesquisas etnográficas que coletam narrativas de prostitutas. A falta de habilidade de prostitutas e seus clientes durante os programas. Na prostituição, a problemática da aprendizagem leva à reflexão sobre a iniciação e sobre o aprimoramento de técnicas e habilidades. Muitas vezes, não há uma etapa específica voltada para a aprendizagem ou uma relação sistemática de aprendiz-mestre com alguém mais experiente.

Uma parcela significativa da aprendizagem ocorre por meio da imersão na prática sexual em si. Uma vez, dentro do quarto, as prostitutas iniciantes se engajam na atividade, orientando-se basicamente por suas experiências afetivo-sexuais pessoais anteriores. Algumas prostitutas dizem ter ficado intimidadas nos primeiros programas e utilizado bebidas alcoólicas para enfrentarem a situação, sendo mais afetivas e permitindo maior diversidade de atos durante o programa (França, 2017, p. 333-334).

De acordo com Gagnon (2008), os *scripts* sexuais estão ligados aos *scripts* de gênero. Tradicionalmente, no sexo, os homens devem adotar um comportamento expressivo, tomar as iniciativas e conduzir às etapas seguintes e ter maestria sobre as práticas sexuais. Espera-se das mulheres que sejam mais passivas, mas que expressem prazer e reações ao longo da interação.

¹⁰³ Rubi, fragmento da entrevista realizada em 25 de dezembro de 2022.

Rubi também reafirma o papel da mulher dentro da sociedade patriarcal de submissa aos desejos do homem. “[...] Nunca me ensinaram a foder! Para mim a parada é direta. Dinheiro na mão, calcinha no chão (risos). Depois de um tempo fazendo isso, a gente fica fria”. As prostitutas acabam aprendendo a fazer sexo de outra maneira. Com a “repetição” (Gomes *et al.*, 2012 *apud* França, 2017) do programa, elas distanciam seu modelo de atuação de uma relação romântica para enquadrá-lo a uma maneira comercial.

A quantidade de homens que recebem, a percepção de suas próprias ações e os retornos dos clientes ajudam a adequar a prática. Elas aprendem a colocar limites corporais, temporais e afetivos na interação. A narrativa então muda: habilitando-se no ofício e em suas técnicas, são as prostitutas que guiam o programa, administram as demandas dos clientes e negam práticas incômodas.

Rubi apresentou dentro de minha pesquisa etnográfica o que existe de mais contemporâneo dentro das práticas prostitucionais. Ela não relatou qualquer apego emocional a nenhum cliente, tem muito claramente a visão de seu corpo como fonte de renda para a sua sobrevivência e aspirações pessoais. Rubi é uma prostituta institucionalizada, ou como o senso comum costuma nomear: “uma puta de carteirinha”.

Rubi é uma mulher que tem muita consciência do que faz, porque faz e como faz. Desta forma, a vida de Rubi dentro da prostituição é uma opção muito mais que uma única saída. Ao longo das entrevistas realizadas com ela, não consegui observar sinal de arrependimento, desejo de encontrar um parceiro fixo para compartilhar a sua vida. As noções de família eram sempre vistas com bastante desprezo e como uma sentença de prisão perpétua.

Não busco aqui criar juízo de causa sobre as opções de vida de Rubi, mas, demonstrar que para além do discurso muitas vezes vitimizada sobre a prostituta, Rubi encara com plena noção e altivez a sua atividade laboral. A profissional apenas apresenta medo de ser rejeitada por sua família, e que a sua família, por outro lado, seja alvo de preconceitos por conta de sua escolha de trabalho.

Rubi vê a maioria dos homens como seres escravizados pelo sexo, controlados pelos desejos sexuais, o que garante a ela uma vantagem estratégica no campo da dita guerra dos sexos: “Eu tenho o que eles querem e precisam, e eles têm o que eu quero (risos). Que mal tem se tudo for conversado e acertado direitinho? Meu tipo de

homem favorito são os viciados em sexo! Eu deito e rolo neles (risos)". Ela tem plena convicção que seu corpo é o passaporte para uma vida mais tranquila, em que os homens devem provê-la de tudo aquilo que ela deseje, e na contrapartida, ela fornece prazer sexual aos que tiverem condições econômicas para sustentarem-na.

Ao analisarmos grande parte do discurso de Rubi, encontramos o que pode ser denominado de "Esferas Separadas" e "Mundos Hostis"¹⁰⁴. A ideia de "Esferas Separadas" identifica dois domínios distintos dentro da vida social que operam seguindo princípios particulares: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado; solidariedade, sentimento e impulso, de outro.

A atividade econômica pertence à primeira esfera, e as relações sexuais à segunda. As crenças de tipo "Mundos Hostis" dizem que quando tais esferas separadas entram em contato, elas contaminam uma à outra. Sua mistura corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental diminui enquanto a intromissão do sentimento em transações racionais produz ineficiência e favoritismo.

Deve existir uma divisão nítida entre relações íntimas e transações econômicas, já que qualquer contato entre as duas esferas contamina ambas (Zelizer, 2009, p.140). Dentro da visão de vida e mundo de Rubi, essas relações de "Esfera Separada" e "Mundo Hostil" estão claramente contaminadas e difusas, clientes e profissionais já têm seus interesses estabelecidos.

Rubi afirmou inúmeras vezes durante as nossas entrevistas que o sexo só deve ocorrer mediante a alguma compensação financeira, troca de favores e controle emocional do parceiro para autofavorecimento. Sem ganhar algo em contrapartida, o sexo é pura perda de tempo. Para Rubi, sexo é, na verdade, só para quem pode pagar.

Até dezembro de 2023, Rubi continuava trabalhando como prostituta na cidade de Altamira. Ela mantinha a esperança de que o novo projeto conhecido como "Projeto Volta Grande de Mineração", da companhia canadense Belo Sun Mining Ltda.¹⁰⁵, o qual visa estabelecer a maior mina de ouro a céu aberto do Brasil, pudesse revitalizar a economia local. A expectativa é de que o projeto atraia mais trabalhadores e, com

¹⁰⁴ Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1348065/mod_resource/content/1/Zelizer-Intimidade-P1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://xingumais.org.br/obra/mineracao-volta-grande-belo-sun> Acesso em: 21 dez. 2023.

isso, aumente a circulação de dinheiro em Altamira, proporcionando-lhe a oportunidade de receber quantias maiores e mais significativas pela sua prestação de serviços sexuais. A possibilidade de um renascimento econômico, mesmo à custa de potencial impacto ambiental, alimenta as esperanças de muitas profissionais do sexo em Altamira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou meretriz triste e feliz
Codinome vagabunda entre o mau e o bem,
Vou deixar de ser imunda,

Você acha que é falta de moral promiscuidade excessiva,
Seja puta dois minutos e sobreviva [...]
Sou prostituta na boca do povo conhecida como puta,
Obrigada a conhecer as posições do Kama sutra.
Se meu filho chora sou eu a mãe que escuta
Seu deus, desculpa não tive culpa só fui à luta.

(Prostituta - Nega Gizza)

Espero que minha tese contribua para diminuir o estigma em torno da prostituição feminina, especialmente no contexto de grandes projetos hidrelétricos, como os que ocorrem na região amazônica. Esta pesquisa visou abordar os desafios enfrentados pelas profissionais do sexo, que trabalham na região de implantação de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia Paraense, com o objetivo de possibilitar uma vida mais digna para elas e suas famílias, superando os obstáculos que se apresentam.

Através desse estudo, espero oferecer insights relevantes para a compreensão e a melhoria das condições enfrentadas pelas profissionais do sexo não só na prostituição em si como também e principalmente na prostituição que ocorre ao redor de grandes projetos que se instalam na Amazônia e atraem mulheres para trabalharem com seu ofício de prostituta nesses locais de forma improvisada, sem assistência mínima do Estado, e muitas vezes perigosa.

Durante a escrita da minha tese, busquei aprofundar os aspectos mais relevantes do universo da prostituição, tanto na Amazônia, em relação aos grandes projetos desenvolvimentistas, como também na atualidade. A prostituição é um fenômeno social complexo e multifacetado, que tem sido objeto de estudo e debate ao longo da história.

Ao abordar essa temática, procurei investigar e compreender as diferentes faces da prostituição, suas relações com as transformações sociais, econômicas e políticas, assim como os impactos das intervenções políticas governamentais destinadas a combatê-la e/ou regulamentá-la.

O desafio da aceitação social da prostituição como uma prática profissional comum está ligado, em grande parte, ao fato de que o sexo é seu único meio de trabalho. Apesar dos esforços de movimentos de liberdade sexual, como os movimentos feministas e o movimento LGBT, o sexo ainda é visto como um tabu. Isso leva o trabalho sexual a ser considerado duplamente imoral: indo contra os valores morais estabelecidos e sendo visto como uma prática inadequada devido à sua natureza sexual.

Este é um tema complexo e sensível que requer reflexão sobre as normas sociais e como elas influenciam a percepção dessa profissão. A prostituição, por sua natureza multifacetada, adapta-se e se enraíza nas mais diversas realidades sociais, desde as antigas sociedades até os contextos contemporâneos. Ao longo da história, tem havido várias tentativas de erradicá-la, porém, a sua persistência demonstra a sua capacidade de se reinventar e se adaptar diante das mudanças sociais.

Meu trabalho historicizou a prostituição dos templos sagrados até mais recentemente com o advento das novas tecnologias, e para compreender de forma abrangente a prostituição na Amazônia, foquei na análise de dois grandes projetos desenvolvimentistas que têm influenciado a região ao longo dos anos: a UHE Tucuruí, construída no fim da década de 1970 e início da década de 1980; e a UHE Belo Monte, construída entre os anos de 2010 e 2016. Esses projetos tiveram efeitos profundos sobre a economia local, o meio ambiente e a dinâmica social, afetando, conseqüentemente, a realidade das pessoas envolvidas na prostituição.

Além disso, procurei examinar a prostituição em sua perspectiva contemporânea, levando em consideração os fatores socioeconômicos, as implicações de gênero e as dinâmicas de poder que permeiam esse fenômeno. Também busquei explorar as estratégias de resistência e autonomia das pessoas envolvidas na prostituição, bem como as políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil que visaram lidar com essa questão de forma mais abrangente e inclusiva.

Minha compreensão é que a prostituição é frequentemente considerada um meio e não um fim em si mesma. Isso levantou a hipótese de que, em última análise, a maioria das minhas entrevistadas não desejava se tornar prostitutas, devido ao estigma social, às representações marginalizadas e à falta de reconhecimento legal e direitos trabalhistas claros para essa exercer tal atividade.

Minha pesquisa também apontou que um número significativo de mulheres que se envolve na prostituição o fazem como uma forma temporária de acumular dinheiro e, eventualmente, buscar outras oportunidades profissionais. Apesar de ser exercida de forma clandestina e transitória, algumas prostitutas abordam essa ocupação como qualquer outra atividade laboral, estabelecendo regras que envolvem negociações de valores com clientes, tempo de encontros e relacionamentos com os estabelecimentos de prostituição, dentre outros aspectos particulares do se fazer prostituta.

No entanto, é importante destacar que a falta de reconhecimento social e de proteção legal impede que a prostituição seja exercida livremente e com garantias de

direitos trabalhistas. Essa situação deve ser abordada e reavaliada para que os profissionais do sexo tenham acesso a condições de trabalho justas e seguras, independentemente da natureza transitória ou não da atividade.

As entrevistas destacaram que o início do envolvimento dessas profissionais na indústria do sexo foi marcado por dificuldades financeiras e emocionais significativas. A prostituição se apresenta como um meio, uma solução ou um caminho potencial para enfrentar dificuldades financeiras profundas, o rompimento de laços familiares, cônjuges ou parceiros.

A prostituição serve como um meio de sobrevivência em situações em que as opções são limitadas, uma maneira de superar deficiências materiais ou uma rota para se afirmar e alcançar independência econômica em relação às suas famílias. Nesse contexto particular, determinadas circunstâncias facilitaram a realização de seus objetivos pessoais, fortalecendo assim a decisão de continuar nessa profissão.

Suas aspirações de curto prazo giram em torno de desejos alcançáveis. Além do desejo de sobreviver, possuir, construir ou reformar suas próprias casas, ou de seus pais, elas também expressaram vontade de passarem por cirurgias plásticas e outras melhorias estéticas. Sobre o futuro, a longo prazo, há o desejo de se aventurarem em seus próprios empreendimentos comerciais ao final de suas carreiras na prostituição, sendo donas de salões de beleza, restaurantes e até mesmo prostíbulos. Notou-se pouco desejo dessas profissionais constituírem famílias e terem filhos.

Outro fator de extrema relevância a ser considerado no universo da prostituição é a questão psicológica, que muito é afetada e que muitas vezes é negligenciada. Durante minha pesquisa, pude coletar diversos relatos que evidenciaram as profundas questões emocionais enfrentadas por aqueles que prestam serviços sexuais.

Esses relatos revelaram uma série de experiências traumáticas, como abusos na infância, iniciação sexual precoce e o sofrimento *de bullying* ao longo da infância e adolescência. Essas experiências deixam marcas profundas na psique das pessoas, afetando sua autoestima, autoconfiança e bem-estar emocional.

É fundamental reconhecer como esses fatores psicológicos impactam a vida das pessoas envolvidas na prostituição e compreender seu papel na perpetuação desse ciclo. Essas questões podem influenciar na tomada de decisão de entrar no mercado da prostituição, na manutenção dessa atividade e até mesmo na dificuldade de sair dela.

A mulher, mesmo quando opta diretamente pela prostituição, sofre o que Santos (2002) chama de diáspora da liberdade, ou seja, as profissionais do sexo são violadas (direta ou indiretamente) de seu direito de seguir o trabalho que desejam, e essa violação se realiza através da exclusão e da discriminação.

Elas podem exercer a prostituição, porém, terão que conviver e aceitar as adversidades causadas por uma sociedade formada e conduzida no padrão da competição, da individualidade, da regulação (Andrade, 2015, p. 79). Portanto, é crucial que se dê mais atenção aos aspectos psicológicos relacionados à prostituição, incluindo o apoio e a assistência psicológica adequada para aqueles que estão envolvidos nessa atividade.

Essa assistência permitirá uma abordagem mais humanizada e sensível, considerando as complexidades dessa realidade que necessitam de ajuda no processo de reconstrução de suas vidas e/ou estruturação dentro da prostituição. No presente trabalho, buscamos compreender por que os homens procuram os serviços sexuais de prostitutas, considerando as construções culturais da identidade heterossexual masculina.

A homosociabilidade é a norma de comportamento entre os homens e, por meio do orgulho corporativo masculino, reproduzindo e atualizando os valores da masculinidade hegemônica, torna-se uma forma dos rapazes afirmarem individual e socialmente a sua masculinidade (Paniagua, 1999). Para os homens a sexualidade é vista de outra forma.

Ao procurarem uma prostituta e ao adquirirem seus serviços sexuais, os homens estão reforçando os preceitos da masculinidade heterossexual dominante ensinados por outros homens que fazem parte do seu convívio tais como pai, irmão tios e outros amigos de escola/trabalho. Autores como Amâncio (1994), Bouamama (2004), Connel (1995), Edley e Wetherell (1996) e Goffman (2002 [1977]) explicam que uma sociedade patriarcal também acentua as assimetrias entre homens e mulheres, reiterando a associação do masculino à dominação e do feminino à submissão.

Ser homem é equiparado a ser ativo (Welzer-Lang, 2001b) porque "a identidade masculina está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e afirmar-se, se necessário pela força" (Badinter, 1996, p.133). Como enfatiza Leonini (2002), a experiência com prostitutas, especialmente o "puttan tour", pode ser vista por um jovem como uma possível conclusão de uma noite passada na companhia de amigos.

Ainda segundo esta autora italiana, ir até as prostitutas em casa de prostituição acompanhado de grupo formado por outros homens é um legado de uma certa representação da masculinidade que considera as relações sexuais pagas como um elemento indispensável e carregado de valor positivo para as relações entre amigos.

Já a sexualidade feminina está associada aos ideais de castidade, submissão, emoção e passividade. Esse jogo de posições entre homens e mulheres é fortemente enraizado nas cidades do interior do Estado do Pará, onde os homens são criados aos moldes dos pais e avós. O legado do filho é manter as tradições que acompanham a família, atravessando gerações.

No que diz respeito ao papel do grande capital nas dinâmicas da prostituição em megaobras de infraestrutura na Amazônia paraense, é importante destacar que, embora as empresas possam alegar que a prostituição é um fenômeno social que foge ao seu escopo de atuação, elas não podem ignorar as consequências dessa atividade no contexto em que estão inseridas.

É verdade que a presença dessas empresas em projetos de grande escala muitas vezes contribui para o aumento da demanda por serviços sexuais, devido aos trabalhadores migrantes e ao fluxo de dinheiro que acompanha esses empreendimentos. Por esse motivo, é crucial que essas empresas reconheçam sua responsabilidade social e adotem medidas para mitigar os impactos negativos da prostituição nesses contextos.

É fundamental também que as empresas estejam cientes das mazelas que o comércio sexual traz para as prostitutas, para as famílias dos residentes locais e para a violência que muitas vezes está associada a essa realidade. Ignorar essa questão ou tratá-la como algo normal da sociedade é insuficiente para lidar com os problemas subjacentes.

As empresas têm a responsabilidade de adotar políticas e práticas que promovam boas condições de trabalho para os empregados e que respeitem os direitos humanos das pessoas ligadas indiretamente aos grandes projetos. Isso deve incluir ações para combater a exploração sexual e apoiar programas de atendimento e proteção às pessoas envolvidas na prostituição.

No sentido de reduzir a busca por serviços sexuais em prostibares próximos aos canteiros de obras dos grandes empreendimentos, uma possível solução seria a criação de "*Compay Town* ou cidades corporativas" pelas empresas, nas quais os trabalhadores e suas famílias pudessem residir. Essa abordagem visa oferecer um

ambiente mais estável e familiar, com a infraestrutura necessária para atender às necessidades das famílias, como escolas, serviços de saúde e áreas de lazer.

Ao proporcionar moradia e infraestrutura adequadas dentro dessas "*Company Town*", a tendência é que os trabalhadores se sintam mais integrados à comunidade e menos propensos a procurar por serviços sexuais fora desse ambiente. Além disso, a presença das famílias também contribuiria para um ambiente mais seguro e protegido, diminuindo a demanda por prostituição na região.

É importante ressaltar que essa abordagem pode ser complementada com programas de conscientização e educação sobre igualdade de gênero, saúde sexual e os impactos negativos da prostituição. Essas iniciativas educativas podem ajudar a mudar as atitudes e comportamentos dos trabalhadores, incentivando uma abordagem mais respeitosa e saudável em relação às relações sexuais. É fundamental reconhecer que a criação de "*company towns*" não é a única solução para o problema da prostituição relacionada aos grandes empreendimentos, além de serem deveras dispendiosas para as empresas.

É preciso também abordar as causas estruturais dessa realidade de prostituição em grandes projetos estruturais na Amazônia paraense, como desigualdade econômica, falta de oportunidades de emprego, condições de estudo e qualificação técnica e outras questões relacionadas à pobreza e à sobrevivência que ora coage, ora convida mulheres à prostituição.

As empresas podem desempenhar um papel importante nesse sentido, trabalhando em parceria com organizações locais, governos e outras partes interessadas para implementar políticas e programas abrangentes que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das comunidades afetadas.

A CCBM, por exemplo, adotou uma medida paliativa em Belo Monte: em vez de criar cidades ou vilas corporativas familiares com maior número de vagas, e assim incorporar o maior número possível de seus funcionários ou uma porcentagem maior deles, foi oferecido, a cada três meses de trabalho, 15 dias de folga para visitarem suas famílias, com as passagens aéreas sendo custeadas pela empresa.

Embora essa iniciativa tenha procurado oferecer um meio para que os trabalhadores se reunissem com suas famílias, pode-se considerar que ainda era uma solução temporária e limitada. O requisito de três meses de trabalho contínuo antes de conceder esse benefício pode ter criado um impacto emocional e social negativo

nos trabalhadores, especialmente aqueles que se encontram em situações familiares mais complexas.

Seria importante que as empresas envolvidas em megaprojetos como Belo Monte buscassem abordagens mais abrangentes e sustentáveis para lidar com a questão da distância entre os trabalhadores e suas famílias. Além de oferecer folgas regulares, seria benéfico desenvolver programas de apoio e acompanhamento familiar que permitissem uma conexão contínua e saudável entre os trabalhadores e seus entes queridos.

É necessário considerar a importância do tempo de convívio familiar para o bem-estar emocional e social dos funcionários. Além disso, as empresas poderiam investir em infraestrutura para criar espaços de convivência e lazer em que os trabalhadores pudessem se sentir mais conectados à comunidade e estabelecer relações sociais fora do ambiente de trabalho.

Em resumo, embora as empresas possam alegar que não é sua responsabilidade tratar da questão prostituição, é importante que elas reconheçam seu papel na dinâmica desse movimento em mega obras de infraestrutura e ajam de forma ética e responsável para mitigar os impactos negativos dessa atividade.

Reconhecer suas responsabilidades envolve adotar políticas e práticas que promovam o respeito aos direitos humanos, o combate à exploração sexual e o desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades locais, além de denunciar para as autoridades locais os locais que estejam funcionando em seus limites de terra.

No contexto atual da globalização e do triunfo dos valores liberais, a prostituição tem se adaptado e se inserido de acordo com essas mudanças. Nas últimas décadas, tem havido uma normatização do sexo tarifado. Essa normatização está relacionada, em parte, a transformações históricas e culturais nas formas de organização da família e dos laços de parentesco. Conforme essas mudanças ocorrem, também surgem novos significados e representações em relação à sexualidade.

É interessante examinar de forma mais profunda essas transformações e suas implicações. Seria importante avaliar como essa normatização afeta a vida das pessoas envolvidas na prostituição, bem como seus direitos e experiências. Além disso, é válido discutir o papel do Estado e das leis na regulamentação da atividade prostitucional, considerando diferentes perspectivas éticas e feministas.

Outro aspecto explorado foi o impacto da globalização na expansão do mercado do sexo e na exploração de mulheres e crianças em países mais vulneráveis e não Amazônia. Obviamente, minha tese não tem como foco discutir a exploração sexual, mas entendo que urge a necessidade de estudos mais robustos acerca da exploração sexual na Amazônia.

O preconceito e o estereótipo, como formas de conhecimento e identificação, têm fadado os indivíduos que têm como profissão o sexo a prisões em um imaginário arcaico e extemporâneo. A legalização (regulamentação) da prostituição não irá ter como efeito imediato a desaceleração da indústria do sexo e a expansão do tráfico para fins de prostituição, mas pode ser uma forma de conquista de direitos em meio à malha complexa e subterrânea das relações comerciais capitalistas e da opressão de homens e mulheres.

O Projeto de Lei Gabriela Leite recebe destaque por ser uma proposta específica que busca proporcionar uma regulamentação mais abrangente e justa da profissão. Ele visa enfrentar os desafios e as problemáticas associadas à prostituição, reconhecendo a necessidade de proteger e garantir os direitos das pessoas que estão envolvidas nessa atividade.

Ao aprofundar a análise do Projeto de Lei Gabriela Leite, é importante explorar os principais elementos e objetivos presentes nessa proposta específica. Isso pode incluir aspectos como a promoção da saúde e da segurança das profissionais do sexo, a criação de mecanismos de regulação e fiscalização da atividade, a luta contra a exploração e o tráfico humano nesse setor, assim como a conscientização e a desestigmatização da prostituição.

Além disso, é relevante aprofundar a discussão sobre o papel que a concepção legal da prostituição desempenha na sociedade, analisando criticamente as perspectivas e os argumentos, tanto dos defensores, que argumentam pela legitimidade e proteção dos direitos das trabalhadoras sexuais, quanto dos críticos, que veem a prostituição como uma forma de opressão e exploração.

Ao examinar outras abordagens e experiências em nível internacional, é possível compreender os diferentes modelos de regulamentação da prostituição existentes ao redor do mundo, suas consequências. Discutimos os modelos abolicionistas, regulamentaristas e proibicionista. Mostramos os prós e contras de cada modelo.

Tenho consciência de que minha tese representa apenas uma pequena parcela da complexa realidade da prostituição na Amazônia. Meu objetivo ao conduzir essa

pesquisa foi coletar dados específicos que pudessem contribuir não apenas para a elaboração da tese, mas também para futuras pesquisas e pesquisadores interessados em aprofundar ainda mais a discussão sobre a prostituição em grandes projetos na Amazônia. Além disso, espero que essas informações que coletei auxiliem na análise dos dados e resultados obtidos ao longo de quatro anos de pesquisa sobre a temática da prostituição em dois importantes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense.

Ao escolher esses projetos como objeto de estudo, busquei compreender a dinâmica da prostituição nesse contexto específico e as questões complexas que envolvem os indivíduos envolvidos nessa atividade. Acredito que compartilhar essas descobertas possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam e impactam a prostituição nessas grandes empreitadas na Amazônia.

Destacamos que a atuação de profissionais do sexo, ao manter relações sexuais com várias pessoas em troca de uma remuneração acima da média de um profissional regular, pode afastá-las de uma imagem tradicional associada a uma "mulher de família" ou a uma "boa mãe" (é importante ressaltar que esse afastamento não implica necessariamente que elas não possam exercer o papel de esposa ou mãe, se assim desejarem). Essas imagens são muitas vezes impostas às mulheres, perpetuando um discurso misógino do qual elas são vítimas, mas não eliminam o empoderamento que essas mulheres conquistaram para si mesmas.

Através de minha pesquisa, busquei dar voz às pessoas envolvidas diretamente na prostituição, destacando as complexidades sociais e econômicas que muitas vezes as levam a se envolver no trabalho sexual. Meu objetivo foi fomentar discussões significativas, desafiar estereótipos arraigados e, em última instância, contribuir para o desenvolvimento de políticas e intervenções que possam apoiar e proteger de maneira mais efetiva aqueles envolvidos na prostituição, utilizando os aportes teórico-metodológicos da História oral, aliado a um novo fazer da história com base nos Estudos Culturais.

Espero que minha pesquisa sirva de ponto de partida para que futuros estudiosos aprofundem a análise dos dados e resultados que obtive, contribuindo para um diálogo contínuo e mais abrangente em torno da prostituição em projetos de grande porte na região amazônica.

Contar a história de pessoas nunca é uma tarefa fácil. Trabalhar com indivíduos que são socialmente marginalizados devido às suas escolhas de trabalho é ainda mais desafiador. É pisar em terreno movediço e perigoso. Contar a história de prostitutas

que vivenciaram todo o tipo de violência em plena Amazônia paraense se mostrou um desafio fabuloso.

Esmeralda e Rubi são exemplos de pessoas comuns que, antes dos Estudos Culturais e da abordagem teórico-metodológica da História Oral, dificilmente teriam suas narrativas utilizadas em trabalhos científicos como o meu. Isso ocorria porque, por muito tempo, a história oficial se concentrou nos feitos dos vencedores, deixando de lado a história dos marginalizados ou dos perdedores.

No entanto, reconhecer e valorizar essas vozes negligenciadas é extremamente importante. Ao dar espaço às histórias de Esmeralda, Rubi e outras pessoas marginalizadas, podemos oferecer uma visão mais completa e inclusiva da sociedade e da história. Essas narrativas nos proporcionam insights valiosos sobre as experiências das classes trabalhadoras, as lutas enfrentadas pelos menos privilegiados e as consequências de sistemas desiguais.

Por meio dos Estudos Culturais e da História Oral, temos a oportunidade de ampliar as perspectivas históricas e desafiar as narrativas dominantes. Ao incluir as histórias daqueles considerados "marginalizados" ou "perdedores", podemos trazer à tona temas como desigualdade, injustiça e resistência, permitindo uma compreensão mais rica e complexa da história mundial.

Por fim, foi constatado que todos nós, de certa forma, buscamos realizar os nossos sonhos, alcançar um status social e obter bem-estar através do uso de nossos talentos, habilidades ou recursos. Podemos considerar essa busca como uma forma de "vender comportamentos, vozes, emoções, conhecimento e outras". No entanto, é importante ressaltar que essa analogia deve ser interpretada simbolicamente, pois as pessoas nem sempre estão vendendo partes físicas de seus corpos, como é dito que acontece na prostituição.

É importante lembrar que cada pessoa tem o direito de escolher, dentro das normas sociais, culturais e jurídicas vigentes, a forma como busca sua estabilidade financeira, status social e bem-estar. Dentro dos direitos de cada um, não devemos julgar ou rotular as escolhas dos outros, desde que sejam feitas de maneira legal, espontânea e respeitando os direitos e dignidade de todos os envolvidos.

Esse entendimento nos ajuda a ver que o conceito de "prostituição" pode ser aplicado a diferentes aspectos da vida, não se limitando apenas ao contexto da venda de serviços sexuais. Cada um de nós tem a liberdade de decidir como vender e a que preço vender parte de nossos recursos e habilidades para atingir nossos objetivos. É

exatamente isso que faz centenas de prostitutas todos os dias: vendem ou alugam aquilo que seria o seu único e bem maior: os seus corpos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Mariana. SCOPINHO, Rosemeire. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.
- ALFIERI, F M; SILVA, N.C.O.V.; BATTISTELLA, LR. Estudo da relação entre o peso corporal e o quadro de limitação funcional e dor em pacientes com osteoartrite de joelho. **Einstein (São Paulo)**, v. 15, n. 3, p. 307-312, 2017.
- ALMEIDA, Ailton Carlos *et al.* **Violência sexual contra as prostitutas adultas da área central de Belém**. Belém: [s.n.],1995.
- ALMEIDA, Pires (1906). **Violência sexual contra as prostitutas adultas. área central de Belém**. Belém: [s.n.],1995.
- ALTAMIRA. Disponível em: <http://altamira.pa.gov.br/portal/historia/>. Acesso em: 21 dez. 2022
- AQUINO, Priscila de Souza; NICOLAU, Ana Izabel Oliveira; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra. Caracterização social de prostitutas frente à visão integral da saúde. **REME – Rev. Min. Enferm**, v. 12, n. 1, p. 11-16, jan./mar., 2008.
- ARTTEMIARKTOS.WORDPRESS. Disponível em: <https://arttemiarktos.wordpress.com/2010/09/30/a-prostituicao-deve-ser-legalizada-no-brasil/>. Acesso em: 21 out. 2023.
- ARAÚJO,(2009), A vida bandida da mulheres da noite. **Revista Brasileira Antropologia**, v. 63, n. 6, p. 1010-1018, 2010.
- ARAÚJO, W. TEM “**Barrageiro**” no brega? Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- ARÓSTEGUI, Júlio. O processo metodológico e a documentação Histórica. *In*: ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ARQUIVO Nacional brasileiro, Império Luso-brasileiro, órfãos e exposto no Império Luso-brasileiro. Disponível em:http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ASSIS; COSTA; OLIVEIRA (2012; 2014; 2016; 2019). **Revista Brasileira Antropologia**, v. 63 n. 28, p.187-213, 2011.

AUGUSTO, Edyr. **Pssica**. São Paulo: Boitempo; Belém, PA: Samauma Editorial, 2015.

AVELAR, V. L. L. M.; PAIVA, K. C. M. Configuração identitária de enfermeiros de um serviço de atendimento móvel de urgência. **Revista Brasileira Enfermagem**, v. 63, n. 6, p. 1010-1018, 2010.

BALTAR, Mariana. Corpos, pornificações e prazeres compartilhados. **Imagofagia**, Buenos Aires, v. 1, n. 18, p. 564-588, 2018.

BANUTH, R. F.; dos Santos, M. A. Discriminação e resistência de uma prostituta. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 3, p. 763-776. jul./set. 2016. DOI: 10.1590/1982-3703002862015.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel**: gênero e poder no século XIX. Tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BARSS, Patchen. **The erotic engine**: how pornography has powered mass communication, from Gutenberg to Google. Toronto: Doubleday Canada, 2011.

BARROSO, M. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. **Argum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan./abr. 2017.

BATISTA, Keila Fernandes. Debate historiográfico acerca da ideia de 'prostituição sagrada' no antigo crescente fértil. **Revista Vernáculo**, n. 28, p.187-213, 2011.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BBC NEWS. **OnlyFans**: adolescentes vendem vídeos íntimos em rede que permite comércio de 'nudes'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57284910>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**: Dossiê Amazônia brasileira I, São Paulo, n. 53, p. 71-86, 2005.

BENADIBA, A. **De Puta A Santa**. **Revista de História**, v. 4, n.1, p. 32-43, 2015.

BERNSTEIN, Elizabeth. Sex Work for the Middle Classes. **Sexualities**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 473-488, out. 2007. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1363460707080984>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BÍBLIA, A. T. João 8,1-11. *In*: **BÍBLIA. sagrada bíblia católica**: antigo e novo testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BIGGS, Mark Wayne. **The case for lilith: 23 Biblical Evidences Identifying the Serpent as Adam's First Failed Wife in Genesis.** [S.l.]: Samson Books, 2010.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 64.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2. ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, J.M.F. **Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social.** In: ÂNGELO, A. *et al.* A prostituição em debate São Paulo: Paulinas, 1982. Cap.7, p. 59-76.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376. 2006. Doi:10.1590/S0104-83332006100014.

BRANCO, Ju *et al.* **História oral na pesquisa qualitativa.** Quarto capítulo. Livro estudos qualitativos: Enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações. Sobral: [s.n.], 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>. Acesso: 3 dez 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código penal. legislação federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da criança e do adolescente. Legislação federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.** Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2002. Disponível em: www.mtec.gov.br/cbosite/pages/home.jsf. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei no 4.211, de 2012.** Lei Gabriela Leite. Legislação Federal. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F055813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Av%20ulso+-PL+4211/2012. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei Gabriela Leite.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRUNS, M. A. T. **A prostituição e sua nova embalagem. Conversando sobre sexualidade.** São Paulo: Ômega, 2001.

BRUNS, M. A. T.; GUIMARÃES, R. M. **Garota de programa: uma nova embalagem para o mesmo produto.** Campinas: Átomo, 2010.

BRUNS, M.A.T; GOMES JUNIOR. Prostituição: o discurso de quem se vende e o silêncio de seu comprador. **Jornal Brasileiro de doenças sexualmente transmissíveis**, Niterói, v. 8, n. 4, p. 4-13, dez. 1996.
Revista de História, v. 4, n.1, p. 32-43, 2012.

CAMARA. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8466/direito_porte_rocha.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 21 dez. 2022.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009.

CAMINHAS, L. R. P. **Webcamming** erótico comercial no contexto brasileiro: organização, estruturação e dinâmicas internas. 232 f. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2020.

CAMINHAS, Lorena. Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. **Revista de Antropologia**, v. 64, n. 1, 2021. DOI <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>

CAMINHAS, Lorena. A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça? **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, RBCS**, v. 35, n. 103., p. 3510310, 2019; 2020.

CARNEIRO, J. A história oral como instrumento no desenvolvimento e elaboração da pesquisa. **Bol. geogr.**, Maringá, PR, v. 30, n. 2, p. 121-131, 2012.

CARNEIRO, M. Introdução a uma história indígena. *In*: CUNHA, M. **História dos índios do Brasil**. 2. ed. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARVALHO, João Marques de. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989 (série Lendo o Pará 3).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional Brasileira. *In*: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Edna Ramos de. E CAMPOS, Índio (org). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2015. p. 449.

CAVOUR, R. **Mulheres de família**: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar. Orientador: Bernardo Jablonski. 148f. 2011. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

CHATURBATE . Disponível em: <https://chaturbate.com/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CHAVES, Fabiana, César, Maria. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.157418>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/historico>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada: a face eterna do feminino**. Editora Paulus; 1 jan. 1997. ISBN-10: 8534902402.

CORRÊA, W. H.; HOLANDA, A. F. Prostituição e sentido de vida. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2012.

CRUZ, L. **A guerra do Atlântico na costa do Brasil: rastros, restos e aura dos U-BOATS no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)**. 2017. Tese (Doutorado em História.), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Salvador, 2017.

DAVID, P. **História oral: metodologia do diálogo**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, jan./jun. 2013. ISSN – 1808–1967.

DIAS, M. N. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, [S. l.], v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126117>. Acesso em: 17 abr. 2023.

DONEL P. A regularização da prostituição. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://espacovital.jusbrasil.com.br/noticias/2629880/a-regularizacao-da-prostituicao>. 2011. Acesso em: 3 dez. 2020.

DUARTE, Darlon Costa. **Os modelos da disciplina penal acerca da prostituição, a problemática da sua legalização e suas possíveis consequências sociais** **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 10 fev 2016. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/45934/os-modelos-da-disciplina-penal-acerca-da-prostituicao-a-problematICA-da-sua-legalizacao-e-suas-possiveis-consequencias-sociais>. Acesso em: 4 mar. 2023.

DUARTE, Lalilson. Trabalhadoras do sexo na série da HBO, o negócio: representações e a prostituição de luxo. **Revista Observatório**, v. 3, n. 3, p. 506-531, 2017.

DUFOUR, P. **História da prostituição em todos os povos do mundo desde a mais remota antiguidade até os nossos dias**. Lisboa: Empresa Literária Luso-Brasileira-Editora, 1885.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTRABÃO. **Géographie (Livre VIII)**. Trad. Raoul Baladié. Paris: Les Belles Lettres, 1978. Tome V.

FARIAS, Marcio Gustavo Senra. **A prostituição no Brasil no século XXI: razões para sua regulamentação**. Tese, Faculdade de Direito UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

FARIAS, Fernando Jorge dos Santos; CAMARGO, Silvia Tambara de. Literatura e História: uma leitura da representação literária do projeto Fordlândia. **Revista EducaAmazônia**. Educação, Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. Ano 12, v. 22, n. 1, jan./jun, 2019.

FARLEY, M. Very inconvenient truths: sex buyers, sexual coercion, and prostitution-harm-denial. **Logos, a journal of modern society & culture**., Nova York, v. 16, n. 1-2, 2016.

FATALMODEL. Disponível em: <https://fatalmodel.com/acompanhantes-altamira-pa>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FEARNSIDE, P.M. Impactos sociais da Hidrelétrica de Tucuruí. **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)**, v. 24, n. 4, p. 483-495, 1999. Doi: 10.1007/s002679900248. FEARNSIDE, P. M. Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. **Environmental Management**, v. 24, n. 4, p. 483-495, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s002679900248>. Tradução em português disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-2 Livro Hidrelétricas V.1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

FEARNSIDE, P. M. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. **Environmental Management**, v. 27, v. 3, p. 377-396, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s002670010156> Tradução em português disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Cap-3. Livro Hidrelétricas V.1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

FEARNSIDE, P. M. Deforestation and international economic development projects in Brazilian Amazonia; Gases de efeito estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo

Monte; Environmental and social impacts of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, p. 5-19, jun. 2011. ISSN 1516-6481

FEARNSIDE, P. M. Belo Monte: Actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. **Die Erde**, v. 148, n. 1, p. 14-26, 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.12854/erde-148-27>. Português disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5691>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FEIJÓ, M. Prostituição e preconceito: Uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Ciências Humanas e Sociais. periodicos.set.edu.br**. Maceió, v. 2, n.1 p. 39-57, maio, 2014

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

FIGUEIREDO, Augusto. Sexo é só para quem pode pagar: Um diálogo com o cotidiano da prostituição no Pará. **Nova Revista Amazônica**, v.9, n. 2, jun. 2021. ISSN: 2318-1346.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. cap. 16, p. 243-76: sobre a história da sexualidade

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Graal. 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988. v.1

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 11. ed. Rio de Janeiro, 6 Graal, 1993. v. 1-3.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b (Coleção Ditos e Escritos V).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007a.

FRANÇA, G. V. Prostituição: um enfoque político-social. **Femina**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 145-148, 2012. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/revista029/Prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria**. Três ensaios sobre sexualidade e outros Trabalhos. [S.l.: s.n.,] 1996. v. 7. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

FREUD, Sigmund. **Fragmento da análise de um caso de histeria**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.

FREUD, Sigmund. **Sexualidade feminina**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 11.

GASPAR, Maria. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e Identidade Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GLASMAN, Jane. Amor, sexo e casamento no judaísmo. **NEARCO, Revista Eletrônica**. Rio de Janeiro, 2001.

GOFFMAN, E. ESTIGMA: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRIGSON, Geoffrey: **The goddess of love**. Londres: [s.n.], 1976.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Violência e trabalho na Amazônia: narrativa historiográfica. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. p. p.27-46, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HELMOND, Anne. A plataformização da web. *In*: OMENA, Janna Joceli. **Métodos digitais**: teoria-prática-crítica. Lisboa: Icnova, 2019. p. 49-71.

HENDERSON, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

ILSI BRASIL. **Usos e aplicações das “dietary reference intakes”- DRI**. São Paulo: [s.n.], 2011.

IMAZOM. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/em-2022-amazonia-teve-maior-desmatamento-em-15-anos-diz-imazon#:~:text=ouvir%3A,Ambiente%20da%20Amaz%C3%B4nia%20](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/em-2022-amazonia-teve-maior-desmatamento-em-15-anos-diz-imazon#:~:text=ouvir%3A,Ambiente%20da%20Amaz%C3%B4nia%20.). Acesso em: 22 abr. 2023.

JENKINS, Keith. **A prostituta sagrada**: a face eterna do feminino por Nancy Qualls-Corbett. São Paulo: Editora Paulus; 1997. ISBN-10:8534902402.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo Contexto. 2004. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/download/304/pdf/721>. Acesso em: 5 jul. 2022.

JORNAL O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/12/15/sexo-4-a-cada-10-casais-tem-ate-3-relacoes-por-mes-um-casal-pode-ser-feliz-com-pouco-sexo-sexologa-afirma-que-sim-entenda.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2023.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. Rio de Janeiro: Vecchi Editor, 1941.

KEHL, Renato. A regulamentação eugênica do casamento. **Brazil Médico**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 42, p.689693, out.1920. Disponível em:https://siseve.apps.uepg.br/storaelagedis2019/64_Michelle_de_Paula_Pupo-155354664091928.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, jul./dec. p. 55-78, 2005,

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum (1484)**: O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991.

LANNOY, Richard; BAINES, Harry: **The eye of love in the temple sculpture of India**. Londres: [s.n.], 1976.

LEAL, José Carlos. **A maldição da mulher**: de Eva aos dias de hoje. São Paulo: DPL Editora, 2004.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Ed. Objetiva. Rio de Janeiro, 2009.

LERNER, Gerda. The origin of prostitution in ancient mesopotamia. **Signs**, v.. 11, n. 2, p. 236-254, 1986.

LIMA, Alexandre. O ritual da prostituição sagrada e a economia em corinto arcaica. **PHOINIX**, Rio DE JANEIRO, v. 9, p. 15-24, 2003.

LOPES, Eliane. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.

LOPES, Natânia. Prostituição sagrada” e a Prostituta como objeto Preferencial de conversão dos “crentes”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 34-46, Rio de Janeiro, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap02>.

LORENZI, Glaucia. Prostituição virtual: o impacto das novas tecnologias na profissão mais antiga do mundo, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jun. 2019.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectiva de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, p. 51-73, 2003.

MAYORGA, C. Cruzando fronteiras: prostituição e imigração. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 323-355, 2011. Doi:10.1590/S0104-83332011000200014.

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIRELES, Natália Dedonatti; AGUIAR, Anne Adelle Gonçalves de; CARVALHO, Felipe Rodolfo de. **Regulamentação jurídica da prostituição**: condição de cidadania. [S.l.;sn.], 2021 (Repositório Digital UNIVAG).

MENDES, Francisco Paulo. Apresentação. *In*: MENEZES, Bruno de. **Obras completas**, Belém: SECULT, 1993. v. 3.

MENEZES, Bruno de. Candunga: cenas das migrações nordestinas na Zona Bragantina. *In: Obras Completas*, Ficção. Belém: SECULT, 1993. v.3.

MESQITA, A; ALENCAR, J. **Organização das mulheres prostitutas em Belém: reação frente à discriminação social**. Belém-PA: Instituto de Pastoral Regional (IPAR). Curso de Filosofia-Teológico, 1996.

MIRANDA NETO, J. Q.; **Os nexos de re estruturação da cidade e da rede urbana o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 2016. Tese (Doutorado) Presidente Prudente, SP 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. Mobilidade do trabalho e reestruturação urbana em cidades médias: UHE Belo Monte e as transformações na cidade de Altamira-PA *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL CIDADES MÉDIAS – III CIMDEPE*, 3., 2015, Belém. **Anais** [...]. Belém, 2015 (Apresentação oral).

MOLINA, A. M. R.; KODATO, S. Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. **Temas em Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 9-17, 2005.

MOREIRA, Eidofre. O primeiro romance belenense. *In: CARVALHO, João Marques de. Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989 (série Lendo o Pará 3).

MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. D. S. **Vivência da entrevista fenomenológica**, 2010.

MURPHY, Emmett. **História dos grandes bordéis do mundo**. Tradução de Heloisa Jahn. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

NEVES, Lygia. O martelo das feiticeiras (Malleus Maleficarum) e a misoginia: introdução às lutas feministas na educação de surdos. **INES, Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53. jan./ jun. 2020.

NORTEENERGIA. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 21 dez. 2022.

NORTESEXY. Sites especializados na oferta de serviços sexuais. Disponível em: <https://br.skokka.com/acompanhantes/>; <https://nortesexy.com.br/>; <https://garotacomlocal.com/> Acesso em: 10 jan. 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, lenocínio e tráfico de pessoas: aspectos constitucionais e penais**. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2014.

ONLYFANS. Site/Aplicativo de rede social. Disponível em: <https://onlyfans.com/>. Acessado em: 10 jan. 2023.

OLIVAR, José. BANQUETE DE HOMENS: Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 26, n. 75, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4084712/Banquete_de_homens_sexualidade_parentesco_e_preda%C3%A7%C3%A3o_na_pr%C3%A1tica_da_prostitui%C3%A7%C3%A3o_feminina. Acesso: 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; ASSIS, Anne Karolline Barbosa de; COSTA, Joelane Borges. O Direito do Trabalho (Des)Conectado das Plataformas Digitais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 246-266, jul. 2019.

OLIVEIRA, Alexandra. **Andar na vida**: prostituição de rua e reacção social. Coimbra: Almedina, 2011.

OLIVEIRA, Alexandra. História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal. **Revista do Ministério Público**, Porto, n.98, pp. 145-156, abr./jan. 2004.

OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição feminina, feminismos e diversidade de trajetórias. **Ex aequo [online]**. n. 28, p. 17-30, 2013. ISSN 0874-5560.

OLIVEIRA, Guimarães; FERREIRA. Mulher, prostituta e prostituição: da história ao jardim do Éden. **Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, p. 139-169, jan./jun. 2017. ISSN: 2238-104X DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2238-104X2017v7i1-33214> Submissão: 09/Mar/2017 – Segunda versão: 27/Mai/2017 – Aceite: 07/Jun/2017.

ONG,s Thydêwá luta por direitos humanos das mulheres indígenas. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/maisdireitosmaishumanos/episodio/ong-thydewa-luta-por-direitos-humanos-das-mulheres-indigenas>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ONLYFANS. **Terms of service**. 2021. Disponível em: <https://onlyfans.com/terms>. Acesso em: 22 dez. 2022.

OSTERNE, M. D. S. F. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **O público e o privado**, v.18, 2012.

PAIVA, O. Intolerância e exclusão: refugiados e deslocados de guerra em São Paulo: 1947-1951. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: o lugar da história, 17, 2004, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: ANPUH; SPUNICAMP,- 6 - 10 set. 2004.

PASINI, E. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cad. Pagu**, n. 25, p. 185-216, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332005000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2008.

PASINI, E. Limites simbólicos e corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**. Campinas, p. 181-200, out. 1999. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635351>. Acesso em: 12 out. 2022.

PASSAMANI, Guilherme; ROSA, Marcelo; LOPES, Tatiana. Prostituição masculina no Brasil: o panorama da produção teórica. **Rev. antropol**, São Paulo, USP, v. 62 n. 2: p. 432-458. 2019. *Online*.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PÉCORA, Alcir. **Educação, literatura e história**. 17. ed. [S.l.]: ANPED. 1994 (Secção especial).

PECORA, Alcir. Linguagem e História: estudo do êxito de uma biografia. *In*: FRANÇA, Susani (org.). **Questões que incomodam os historiadores**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

PELUSO, L.; GOLDBERG, S. Sexo: lucros do prazer. **Isto é**, São Paulo, n. 1381, p. 88- 92, 1996.

PENA, João. Prostituição em Amsterdã: regulação e dinâmicas de gênero no Red Light District. **Periódicus**, Salvador, n. 18, v. 1, out. / dez. 2022.

PEPSIC. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n59/v32n59a03.pdf>
Acesso em: 3 dez. 2023.

PEREIRA, J. B.; FEIJÓ, M. E. V. Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 2, n. 1, p. 39-57. 2014.

PEREIRA, Jefferson *et al.* Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n.2, abr./jun. 2020.

PERES, Henry. **Expropriação do trabalho sexual plataformizado**: um estudo de caso na OnlyFans. 2022 (Monografia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Comunicação Publicidade e Propaganda-UFRJ, Rio de Janeiro, 2022.

PERLONGER, Néstor. **Negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

PHETERSON, G. **The prostitution prism. Amsterdam**: Amsterdam University Press, 1996.

PIATAN Institute. **Estudo prévio de impacto ambiental para construção do gasoduto Juruá/Urucu**. Manaus, AM, dez. 2008. Disponível em: http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/EIA_RIMA_Jurua-Urucu.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

PINTO, A. R. S. **A peste do meretrício**: uma abordagem sobre o controle da prostituição em São Luís no início da República (1890-1920). Orientadora: Adriana Maria de Sousa Zierer. 2009. 65 f. Monografia (Graduação), Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2009.

PINTO, M. **Prostituição de luxo**: sentidos e representações atribuídos à prostituição de luxo em contexto universitário. Orientador: Jean-Martin Rabot. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade do Minho, Braga, 2018.

PISCITELLI, A. **Viagens e sexo on-line**: a internet na geografia do turismo sexual. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 281 - 326, dez. 2005.

PISCITELLI, A. Prostituição e trabalho. *In*: PISCITELLI, A. **Transformando as relações trabalho e cidadania**: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo, 2007.

PISCITELLI, A. **Exploração sexual, trabalho sexual**: noções e limites. Seminário Corpos, sexualidade e feminilidade. Rio de Janeiro, 2012.

PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D46981.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

PRIORE, M.D. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POMEROY, S. Diosas. **Rameras, esposas y esclavas**: mujeres en la antigüedad clásica. Madrid: Akal, 1999.

PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In*: FERREIRA, M., M., FERNANDES, M., Alberti, V. (org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro-RJ. Editora Fiocruz, 2000. p.67-72.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 41-58, dez. 1993.

PROSTITUTAS: relato de experiência. **Rev. bras. enferm**, v. 62, n. 5, p. 789-792, 2009.

PROSTITUIÇÃO: regulamentar é o melhor para as mulheres? Agência Pública, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7qlzBO_3Efl&feature=emb_title. Acesso em: 1 nov. 2022.

PUPPO, M. Medicina e prostituição no início do século XX. **Brazil-Médico**, UEPG. MT, ano 34, n. 42, p. 689. 1920.

QUALLS-COBERT, Nancy. A prostituta sagrada: a face eterna do feminino. Tradução Isa F. Leal Ferreira. Revisão: Ivo Storniolo. Coleção: Amor e Psique. 7. ed. São Paulo: PAULUS, 2012.

RIAUDEL, Michel. Literatura Vs história: uma questão anacrônica? **Literatura e Sociedade**, n.20, 2015.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth Prefácio in: ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Tradução Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 578-606.

RAYMOND, J. Não à legalização da prostituição-10 razões para a prostituição não ser legalizada, 2003. Disponível em: <https://www.action.web.ca/home/catw/readingroom.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2021.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona da Franca de Manaus, 1982.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Mundo amazônico; A Amazônia e a cobiça internacional**. [S.l.:s.n.], 2005.

REVISTA de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844, 2022.

REVISTA O CRUZEIRO, Rio de Janeiro, n. 6, 12 dez. 1931.

RIBEIRO. Paulo Rennes Marçal. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In: Sexualidade e Infância*. BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (org.). Bauru: FC; CECEMCA: Brasília: MEC; SEF, 2005.

RIQUINHA. Disponível em: <https://riquinha.com.br/2016/02/02/bar-em-sao-luis-faz-cardapio-de-mulheres-para-clientes-interessados-em-sexo/> Acesso em: 1 dez. 2022.

RYAN, Paul. **Male sex work in the digital age**: curated lives. Maynooth: Palgrave McMillan, 2019.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. **A prostituição no Brasil contemporâneo**: um trabalho como outro qualquer. Revista Kátalys, 2009.

ROSSIAUD, Jaques. **A prostituição na idade média**. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RUBIO, Gonzalo. Vírgenes o meretrices? La prostitución sagrada en el Oriente antiguo. **Gerión**, Madrid, n. 17, p. 129-148, 1999.

RUSSO, G. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos**. *Cad. CRH*, v. 20, p. 497-514, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792007000300009&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 20 abr. 2009.

RUTTER, M. **Upstairs girls**: prostitutes in the American West. Helena, MT: Farcountry Press, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Angela Gênova. **Prostituição**: entenda esse fenômeno social. Oblatas. Disponível em: <www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp>. Acesso em: 05 Maio 2010.

SANTOS, Carlos Correira. **Velas na Tapera**: um romance. Belém: [s.n.], 2009 (Prêmio de Literatura Dalcídio Jurandir 2008 – FCP).

SANTOS, Camila *et al.* O impacto dos grandes projetos de integração da Amazônia sobre a população rural do Oeste do Pará. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p. 5296-5313, jan. 2021

SARAIVA, L. J. C. **Lúcia, Maria, Carmem**: mulheres em trânsito. 2002. Dissertação. Mestrado em Antropologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SARAIVA, L. J. C. **O renascer de vénus**: prostituição, trabalho e saúde em tempos de SIDA. Lisboa: ICS: Universidade de Lisboa, 2009.

SARAIVA, L. J. C. **O renascer de vénus**: prostituição, trabalho e saúde em tempos de SIDA; Mulheres em trânsito. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

SCHLEMPER, Maricélia. **A prostituição “clássica” e a prostituição no âmbito do turismo sexual**: uma abordagem sociológica sobre fronteiras pouco visíveis (Dissertação). Instituto de ciências sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Al, 2010.

SCHMITT, Gustavo. O mito de Lilith: entre deuses e demônios. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 4., 2016, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016. p.453-460.

SILVA, Natália Alves da. Prostituição: a legalização da profissão e a possibilidade do reconhecimento do contrato de trabalho. **Revista Educação Pública**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/1/prostituiccedilatildeo-a-legalizaccedilatildeo-da-profissatildeo-e-a-possibilidade-do-reconhecimento-do-contrato-de-trabalho>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SILVA, Gabriela Natalia. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. *In*: **Divers@**, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

SILVA, Mario Bezerra da. Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 11, n. 59, nov. 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVA JÚNIOR, Cícero. **Os que chegam e os que saem**: memória e identidade nos deslocamentos provocados pela UHE de Estreito – MATO (2007- 2012). 2021 (Doutorado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SILVA, Juliana Teixeira de Freitas. Esboço historiográfico sobre a prostituição feminina até o século XVIII: do sagrado ao mal necessário cristão. **Revista Sociologia**

Jurídica. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/>. Acesso em: 23 set. 2014.

SISA, G.; DETIENNE, M. **Os deuses gregos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SJOO, Monica; MOR, Barbara. **The great cosmic mother**: rediscovering the religion of the earth. San Francisco: [s.n.], 1987.

SKOKKA. Disponível em: <https://br.skokka.com/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SKYPE. Site especializado em prestação de serviços sexuais virtuais. Ver imagem 03 em anexo. Acesso em: 21 fev. 2023.

SPINDOLA, T; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-26, 2003.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade**. Tradução Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Tatiana; CARVALHO, Nilva. Violência contra mulheres na prostituição. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO, 3., 2018, Rio Grande. **Anais [...]**, Rio Grande: UFRG, 2018.

SOUSA, Rainer. **Os prostíbulos nazistas**. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/os-prostibulos-nazistas.htm>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUZA, F. R. **Saberes da vida na noite**: percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

STRAUSS, C. L. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70 (ed. original, 1978). Tedesco, 1981; 2015

TAYLOR, Timothy. **A pré-história do sexo**: quatro milhões de anos de cultura sexual. Tradução de Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TINDER; HAPPN. Aplicativos especializados em promover encontro de casais. TINDER descrição: bate papo e namoro. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.tinder&hl=pt_BR&gl=US; HAPPN descrição: Aplicativo de paquera. Acesso em: 10 jan. 2023. https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ftw_and_co.happn&hl=pt_BR&gl=US. Acesso em: 10 jan. 2023.

TEIXEIRA, Elizabeth; FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. Na saleta sem viver nem morrer: anotações sobre literatura, educação e saúde na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, n. 2, set. 2020. v. 8. (Dossiê Amazônia).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, p. 9-28, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. SOUZA, Laura de Mello e (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273.

VANWESENBEECK, I. **Another decade of social scientific work on sex work**: a review of research 1990-2000. Annual review of sex reaserch, 2001.

VIEIRA, David. **A prostituição na fronteira Franco-Brasileira**: uma análise Sociojurídica. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional. Oiapoque, AP 2019.

VEYNE, Paul. **O império romano**: história da vida privada. São Paulo: Schwarcz, 2009.

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Amor, sexo e casamento na Grécia antiga**. Tradução: Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus, 2002.

WEBCAMNOW. Disponível em: <https://www.webcamnow.com>. 2022.

WESTERSON, Johanna. **Sexual health and human rights in the European region.internacional council on human rights policy**. Genebra :[s.n.], 2012.

WYLLYS, Jean. **Justificação ao projeto de pei . 4.211, de 2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filenam e=PL+4211/2012. Acesso em: 12 out. 2022.

WYLLYS, Jean. **60% dos homens do Congresso usam prostitutas, diz o deputado Jean Wyllys**. 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-01-15/60-dos-homens-do-congresso-usam-prostitutas-diz-o-deputado-jean-wyllys.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

WYLLYS, Jean. **As prostitutas também são mulheres trabalhadoras**. [S.l.;s.n.], 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/direitos/mulheres-da-cut-sao-contra-projeto-que-regulamenta-profissionais-do-sexo/>. Acesso em: 12 out. 2022.

YIN, R. **Case study research**: design and Methods. 2. ed. [S.l.]: Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994.

ZILBELL, Gunter. 2013. **Adeus Gabriela Leite, militante pelos direitos das prostitutas e idealizadora da Daspu**. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/adeus-gabriela-leite-militante-pelos-direitos-das-prostitutas-e-idealizadora-da-daspu>. Aceso em: 12 out. 2022.

ZVEITER, A. **A regulamentação profissional da prostituição**. 2017. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa-PT, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para entrevistas com as profissionais do sexo

1 – Perfil da(o) entrevistado

- a. Nome
- b. Idade
- c. Cor da pele e olhos
- d. Estado civil (e há quanto tempo)
- e. Filhos (quantos)
- f. Naturalidade
- g. Escolaridade
- h. Ocupação (principal e secundárias)
- i. Renda mensal aproximada

2 – Prostituição e Trabalho

- a. Há quanto tempo trabalha?
- b. Como você adentrou na prostituição?
- c. Principal local de trabalho
- d. Horário de trabalho
- e. Preço médio do programa
- f. Número de programas por dia
- g. Preço da diária
- h. Aluguel do quarto
- i. Aspectos positivos e negativos do trabalho
- j. Já trabalhou em outros lugares? Quais? Quais as principais diferenças?
- k. Profissão declarada
- l. Em quais situações e para quais pessoas declara que é prostituta? Qual a reação mais comum quando faz isso?
- m. Para você, o que é prostituição? (definir)
- n. Para você, o que é ser prostituta? (definir)

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Você pode decidir se gostaria de participar ou não. Leia com toda a atenção o que se segue e pergunte ao responsável pela pesquisa, Augusto César Pinto Figueiredo, qualquer dúvida que você porventura tiver. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado/a de forma alguma. Se tiver dúvidas, você pode entrar em contato com Augusto César Pinto Figueiredo pelo telefone ou e-mail informados abaixo.

Esclarecimentos sobre a pesquisa

Universidade Federal do Pará

Título do projeto: A HISTÓRIA DA PROSTITUIÇÃO EM PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA PARAENSE: O lado sombrio do grande capital.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Mourão Miranda.

Pesquisador: Augusto César Pinto Figueiredo.

Telefone: (091) 98404-5144

E-mail: figueiredoacp@hotmail.com

A pesquisa tem como objetivo estudar as relações entre prostituição e grandes projetos hidrelétricos na Amazônia paraense, em especial a UHE Tucuruí e UHB Belo Monte. Queremos entender como os grandes projetos influenciaram a vinda de profissionais do sexo para a cidade de Tucuruí, Altamira e entornos, assim como a relação financeira e relatos da vida cotidiana e experienciadas no contexto de um grande projeto hidrelétrico no coração da Amazônia. Estamos fazendo entrevistas com profissionais do sexo, donos de boates e clientes, para melhor entender as supracitadas relações.

Caso decida fazer parte desta pesquisa, você deverá responder a algumas perguntas, de acordo com o roteiro elaborado pelo pesquisador. Se sentir constrangimento ao responder alguma das perguntas, pode negar-se a fazê-lo ou pode resolver terminar a entrevista. O tempo da entrevista é variável e pode ser necessário que seja feita em mais de um dia, para reduzir os desconfortos dos

entrevistados. A entrevista será gravada e transcrita e o material será usado para auxiliar na elaboração de uma tese de doutorado. A participação nesta pesquisa não produzirá benefícios diretos ao participante.

O texto produzido a partir das informações coletadas será publicado e ficará disponível para consultas. Como parte da entrevista poderá ser usada para posterior publicação na tese de doutorado do pesquisador e em artigos científicos, você poderá optar por ter ou não o seu nome revelado. A qualquer momento da pesquisa você poderá procurar o pesquisador para esclarecer possíveis dúvidas através dos contatos oferecidos acima.

O áudio contendo sua entrevista será devidamente catalogado e armazenado em servidor em nuvem da Microsoft OneDrive, servidor de acesso seguro e restrito. Durante todo o processo da pesquisa, você terá direito de optar pelo término de sua participação e poderá retirar o seu consentimento. Neste caso, não haverá nenhum prejuízo para você.

Augusto César Pinto Figueiredo

ANEXOS

ANEXO A - I- Dados do Projeto

Nome do projeto:

Diretor do projeto:

Instituição patrocinadora:

Entrevistador (es):

Tipo de entrevista (gênero):

Local e duração da entrevista:

Ficha catalográfica:

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 146).

ANEXO B - II - Dados do colaborador

Nome completo:

Local e data do nascimento:

Endereço atual:

Número:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Documento de identidade:

Tipo:

Local e órgão de emissão:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

Observações:

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 146).

ANEXO C - III - Dados dos contatos e da entrevista

Indicação do contato:

Data do contato:

Outros contatos:

Forma do contato:

Data(s) da(s) entrevista(s):

Local da(s) entrevista(s):

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 146).

ANEXO D - IV - Dados do andamento das etapas e de preparo do documento final

Primeira transcrição:

Textualização:

Transcrição:

Conferência:

Carta de cessão de direitos:

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 147).

ANEXO E - V- Modelo de acompanhamento

	1	2	3	4	5
André Silva	X	X	X	X	X
Caio Linhares	X	X	X		
Gabriel Soares	X	X			
Valkiria Moraes	X	X	X	X	
Wilma Moraes	X				
Wilma Souza	X	X	X	X	X

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 147).

ANEXO F - VI - Envio de correspondência

Data da carta de apresentação do projeto:
Data do agradecimento(s) da(s) entrevista(s):
Data de remessa da entrevista para conferência:
Data da carta de cessão:

Fonte: Meihy e Holanda (2010, p. 147).

ANEXO G – Imagem 01 e Imagem 02

Fonte: Fachada do Bordel Nefertiti. Acervo próprio. ANEXO B – IMAGEM 02.

Fachada do Bar da Sol. Acervo próprio.

ANEXO H – Imagem 04

The image shows a website interface with a pink and purple color scheme. On the left is a vertical navigation menu with the following items: Tipos de Show, Contos Eróticos, Como Pagar, Origem do Strip, Acompanhante, Novidades, Fotos Nua, Enquete do Mês, Main Page, and Types of Show. The main content area features a large circular image of a person's buttocks. Above this image, the text reads "STRIPER VIRTUAL PELO SKYPE" and "STRIPER VIRTUAL PELA WEBCAM NO SKYPE". Below the image, the text ". STRIPER VIRTUAL PELO SKYPE" and ". ACOMPANHANTE" is displayed in a stylized font.

Fonte: <http://construtor.uolhost.com.br/websites/sector3/michellyst/index.html>

The image is a screenshot of a website for "Red Light Center". At the top left is the logo "RED LIGHT CENTER" and at the top right is the text "ADULTS ONLY" with links for "DOWNLOAD", "LOGIN", and "SIGN UP". The main visual is a group of seven 3D-rendered avatars (four women and three men) in a virtual environment. Below this is a smaller inset image of a virtual room with a person sitting on a chair. At the bottom left, the text "WORLD FULL of ADULT CONTENT" is visible. At the bottom right, there is a large red button with the text "ADULT VIRTUAL WORLD" above it and "PLAY NOW" inside it.

Fonte: Free Virtual Worlds for Adults.

ANEXO I – Imagem 05 e Imagem 06

Free Virtual Worlds

Find The Most Popular Free Virtual Worlds

[Kids](#) [Tweens](#) [Teens](#) [Adults](#) [Boys](#) [Girls](#) [Video Reviews](#)



Free Virtual Worlds For Adults


Second Life

Second Life is the most popular free virtual world for adults. It is a great place for chatting with friends and meeting new people. In addition to socializing, Second Life offers a lot of fun activities. You can play games, listen to music, watch videos, explore beautiful virtual environments and even make money.

Chatting can be done either by typing or by talking. You need a microphone to use voice. Most users prefer to type, at least in the public areas.

Fonte: Free Virtual Worlds for Adults.

FUCKBOOK
Login



ENTRE E CONHEÇA GENTE AGORA

Eu sou Masculino

Procurando Por:

Masculino
 Feminino
 Casal

Minha Idade -Selecione-

Seu E-mail

Nome do usuário

Senha

By submitting this form you certify you are 18 years or older, because this website contains pornographic content and is only for adults above the age of 18, it is only intended for entertainment purposes and you agree that your profile is used with the Icebreaker system in order to initiate conversations, and that you do not use this website to offer or promote any form of

Fonte: Fuckbook.com/pt

ANEXO J - Imagem 07 e imagem 08



Fonte: G1.Globo.com/Pará.



Fonte: amazonia.org.br